

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

JÚLIA FREIRE PERINI

**DEIXAI MORRER, DEIXAI VIVER: AS MUDANÇAS NO SENTIDO DA
MORTE NA CIDADE DE VITÓRIA-ES DURANTE A SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA**

VITÓRIA

2019

JÚLIA FREIRE PERINI

**DEIXAI MORRER, DEIXAI VIVER: AS MUDANÇAS NO SENTIDO DA
MORTE NA CIDADE DE VITÓRIA-ES DURANTE A SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA**

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História do Centro de Ciências
Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito para obtenção
do título de doutora em História.
Orientadora: Dr^a Juçara Luzia
Leite.

**VITÓRIA
2019**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P445d Perini, Júlia Freire, 1986-
DEIXAI MORRER, DEIXAI VIVER: : AS MUDANÇAS
NO SENTIDO DA MORTE NA CIDADE DE VITÓRIA-ES
DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E OS
PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA / Júlia Freire Perini. -
2019.
257 f.

Orientadora: Juçara Luzia Leite.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História da morte. 2. Modernidade. 3. Cemitérios. 4.
História do Espírito Santo. I. Leite, Juçara Luzia. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JÚLIA FREIRE PERINI

DEIXAI MORRER, DEIXAI VIVER: AS MUDANÇAS NO SENTIDO DA MORTE
NA CIDADE DE VITÓRIA-ES DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX E OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em _____ de _____ de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Juçara Luzia Leite (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (Membro externo)

Instituto Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Carlos Roberto Pires Campos (Membro externo)

Instituto Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (Membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr^a. Patrícia Maria da Silva Merlo (Membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico esse trabalho aos que me dão saudade: Luíza, André, Darly e Tito.

AGRADECIMENTOS

Nos tempos atuais, é difícil que não nos manifestemos diante de determinados assuntos. Sendo assim, não posso de forma alguma deixar de dizer o quanto me sinto grata e transformada pela educação, especialmente, a pública, gratuita e de qualidade. Esses dez anos de universidade federal me fizeram sentir e vivenciar o valor da educação. Essa mudança foi tão profunda para mim, que hoje, digo sem receio algum: defender o acesso e a permanência nas instituições de ensino públicas desse país se tornou um lema que carregarei por toda a vida. Em meio a tantos ataques aos professores, aos cientistas e às universidades me sinto impelida a me manifestar e a lutar contra quaisquer projetos que ponham em risco tudo que pude experimentar enquanto estudante de duas instituições públicas de excelência, quais sejam: a Universidade Federal de Ouro Preto e a Universidade Federal do Espírito Santo. Resistiremos! Venceremos mais esse percalço!

Essa pesquisa contou com o financiamento da CAPES, instituição que exerce um papel fundamental no fomento à ciência produzida com qualidade e seriedade nesse país. Sem essa ajuda financeira, sem dúvida, o trabalho teria se tornado inviável.

Agradeço à professora Juçara Luzia Leite por me abrir novamente as portas do Programa de Pós-Graduação em História da UFES, pela orientação e pela compreensão ao longo desses quatro anos. Agradeço aos professores que participaram da construção da minha tese, André Luiz Lima Nogueira e Luiz Cláudio Moisés Ribeiro que desde a qualificação sugeriram ótimas reflexões. Também gostaria de demonstrar gratidão aos professores que foram acrescidos à banca final: Patrícia Merlo, Leandro Quintão e Carlos Roberto Campos. Obrigada a todos por contribuírem com o aprimoramento deste trabalho. Ainda em relação aos professores que me auxiliaram nessa trajetória, devo meu reconhecimento à professora Adriana Campos que gentilmente me cedeu dados provenientes de fontes primárias diretamente ligadas ao tema desta tese. É importante mencionar também a ajuda que me foi oferecida pelos funcionários do Arquivo Público do Espírito Santo, sempre bastante solícitos e prestativos.

Agradeço aos amigos queridos que me apoiaram, que me incentivaram e que contribuíram imensamente, cada um à sua maneira, para que eu continuasse sempre acreditando que tudo daria certo, são eles: Patrícia Aranha, Leonardo Grão Velloso,

Plínio Freitas, Thiago Nicodemo, Luciana Carvalho, Holly Jevaux, João Vitor Carneiro, Paula Aguiar, Ruth Cavalcante, Claudia Murta. Há ainda um círculo de amigos distintos, com os quais muitas angústias acadêmicas, políticas e sociais foram compartilhadas, os membros do *think tank* capixaba Constantinopla, avessos a todas as caretes do mundo caótico em que vivemos, me ajudaram a tentar dar sentido ao que não há. São os que me ajudaram a não entrar em colapso diante da superficialidade da existência. Obrigada: Rüsley Biasuti, Hugo Merlo, Taynna Marinho, Abner Madeira, Thiago Brito. A esses dois últimos amigos, em especial, preciso agradecer pelos auxílios operacionais com os trâmites burocráticos da pós-graduação. Sem vocês, tudo seria menos leve e prazeroso!

O apoio familiar, de igual modo, foi indispensável desde o primeiro momento em que decidi ingressar em uma pós-graduação. Nada disso teria dado certo se não fossem meus pais, Antônio Perini e Maria da Penha Freire. Obrigada por me inspirarem tanto. Minhas tias Josete e Dinaura Freire, meus primos Bruna e Henrique Freire, meus avós Darly (*in memoriam*) e Zilda Freire agradeço as palavras de incentivo e o orgulho que vocês demonstram por mim. Esse amor renova as forças. Também quero deixar meu agradecimento aos meus sogros Lenilce Fonseca e Marcos Cunha que sempre me incentivaram a continuar esta caminhada rumo ao aperfeiçoamento profissional.

Por fim, meu mais profundo agradecimento e carinho a quem sempre me faz bem, me incentiva e acredita em mim quando eu mesma já desisti: Marcelo Durão, que com sua psicologia reversa, me acalmava e me fazia ir além do que eu achava que conseguia. Meu crescimento passa por você, obrigada por me ajudar a me descobrir melhor enquanto estudante, professora e ser humano.

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de elucidar as disputas, os consensos e os dissensos em torno dos sentidos da morte e do morrer diante do advento da modernidade na cidade de Vitória-ES entre a segunda metade do Oitocentos e as primeiras décadas do século XX. Apoiando-nos em uma leitura crítica e não-linear a respeito do fenômeno da modernidade e das distintas formas modernas de trato com o tempo, o trabalho teve o intuito de compreender as peculiaridades desse processo na realidade local, investigando como a experiência modernizadora capixaba foi capaz de produzir uma alteração nas representações dos costumes funerários, das formas de experimentar o momento do trespasse e, principalmente, nas novas – e cada vez mais mundanas – maneiras de se vivenciar a morte entre os políticos, os médicos, os engenheiros e os demais detentores dos saberes científicos contemporâneos na capital espírito-santense. Levando em consideração as especificidades locais, visamos de igual modo explorar o que acreditamos ter sido a manifestação de certas formas de resistência a essas modificações, quando analisamos também o papel desempenhado pela Igreja Católica e por suas irmandades nessa luta pela manutenção de rituais e de certos hábitos relacionados a maneiras mais tradicionais de compreensão do além-vida entre os habitantes do perímetro urbano vitoriense. Esses objetivos foram perseguidos a partir de uma análise de jornais, de relatórios administrativos, de ofícios e de atas médicas, além de uma série de documentos eclesiásticos que confirmaram em grande medida a tese central sustentada no presente trabalho, isto é, a de que a permanência de algumas práticas e representações da morte e do morrer em território capixaba – como a manutenção tardia de um cemitério intramuros na urbe vitoriense – foi muito mais o resultado de uma forma própria – “negociada” ou “alternativa” – de experimentar a temporalidade moderna, do que a expressão de um “atraso” ou de um “erro de percurso” no processo de modernização do Espírito Santo durante o fim do Império e as décadas iniciais da Primeira República.

Palavras-chave: história da morte; modernidade; cemitérios; história do Espírito Santo.

ABSTRACT

The present work had the objective of elucidating the disputes, consensuses and dissent around the meanings of death and dying vis-à-vis the advent of modernity in the city of Vitória-ES between the second half of the 19th and the first decades of the 20th century. Based on a critical and non-linear reading of the phenomenon of modernity and of the different modern forms of dealing with time, this work was aimed at understanding the peculiarities of this process in the local reality, investigating how the modernizing experience of the city was able to produce a change in the representations of funerary customs, in the ways of experiencing the moment of death, and especially in the new – and increasingly mundane – ways of experiencing death among politicians, doctors, engineers and others holders of contemporary scientific knowledge in the capital of Espírito Santo. Taking into account local specificities, we also seek to explore what we believe to be the manifestation of certain forms of resistance to such changes, when we also analyze the role played by the Catholic Church and its brotherhoods in their struggle for the maintenance of rituals and certain habits related to more traditional ways of understanding the afterlife among the inhabitants of the urban perimeter of the city. These objectives were pursued through an analysis of newspapers, administrative reports, official documents and medical records, as well as a series of ecclesiastical documents that confirmed to a great extent the central thesis supported in the present work, namely, the permanence of some practices and representations of death and dying in Capixaba territory – such as the belated maintenance of an intramural cemetery in the city of Vitória – was much more the result of a very "negotiated" or "incomplete" way of experiencing modern temporality, than the expression of a "delay" or a "mistake of course" in the process of modernization of the state of Espírito Santo during the end of the Empire of Brazil and the early decades of the Brazilian Republic.

Key words: history of death; modernity, cemeteries; history of Espírito Santo.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo el objetivo de elucidar las disputas, los consensos y los disensos en torno a los sentidos de la muerte y del morir ante el advenimiento de la modernidad en la ciudad de Vitória-ES entre la segunda mitad del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Apoyándonos en una lectura crítica y no lineal acerca del fenómeno de la modernidad y de las distintas formas modernas de trato con el tiempo, el trabajo tuvo el propósito de comprender las peculiaridades de ese proceso en la realidad local, investigando cómo la experiencia modernizadora capixaba fue capaz de producir una alteración en las representaciones de las costumbres funerarias, de las formas de experimentar el momento del traspaso y, principalmente, en las nuevas – y cada vez más mundanas – maneras de vivenciar la muerte entre los políticos, los médicos, los ingenieros y los demás poseedores de los saberes científicos contemporáneos en la capital del Espírito Santo. Teniendo en cuenta las especificidades locales, buscamos de igual modo explorar lo que creemos haber sido la manifestación de ciertas formas de resistencia a esas modificaciones, cuando analizamos también el papel desempeñado por la Iglesia Católica y por sus cofradías en esa lucha por el mantenimiento de rituales y de ciertos hábitos relacionados con formas más tradicionales de comprensión del post mortem entre los habitantes del perímetro urbano de Vitória. Estos objetivos fueron perseguidos a partir de un análisis de periódicos, de informes administrativos, de oficio y de actas médicas, además de una serie de documentos eclesiásticos que confirmaron en gran medida la tesis central sostenida en este trabajo, a saber, la permanencia de algunas prácticas y representaciones de la muerte y del morir en territorio capixaba – como el mantenimiento tardío de un cementerio intramuros en la urbe de la ciudad – fue mucho más el resultado de una forma propia – "negociada" o "incompleta" – de experimentar la temporalidad moderna, que la expresión de un "retraso" o de un "error de recorrido" en el proceso de modernización del Espírito Santo durante el fin del Imperio y las décadas iniciales de la Primera República brasileña.

Palabras clave: historia de la muerte; modernidad; cementerios; historia del Espírito Santo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Planta de Vitória referente ao ano de 1895 elaborada por André Carloni.....	72
Figura 2- Mangal do Campinho antes da drenagem e da construção do Parque Moscoso.....	84
Figura 3- Local onde seria construído o Parque Moscoso, antigo Mangal do Campinho após as obras de aterramento.....	85
Figura 4- Cemitério de Santo Antônio em 1912.....	86
Figura 5- Bonde funerário utilizado para transportar os corpos até o cemitério de Santo Antônio.....	86
Figura 6- Mapa de Vitória feito por André Carloni em 1895. Em destaque, as áreas mencionadas nas fontes primárias.....	115
Figura 7- Planta do cemitério a ser construído no sítio de Santo Antônio.....	167
Figura 8- Detalhe da planta do cemitério de Santo Antônio.....	168

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO.....	14
A morte e o morrer como problema historiográfico.....	16
A crítica à modernidade na historiografia contemporânea e os limites da ideia de secularização.....	22
Modernidades periféricas: a perspectiva brasileira	28
A resignificação do morrer diante da modernidade: as lutas pela representação da morte no Espírito Santo da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX	32
CAPÍTULO 1	41
A política do sensível: os grupos dirigentes e sua maneira de compreender a morte no Espírito Santo do Segundo Reinado às primeiras décadas da República	41
A constituição do ideário político das camadas dominantes brasileiras ao longo do século XIX.....	41
Formas de associação e dirigentes locais: o caso capixaba	49
As sensações e os cheiros sob regulação: a resignificação do tolerável na Vitória da segunda metade do século XIX	56
A morte e o morrer sob a perspectiva da gestão pública: o difícil diálogo entre o tradicional e o moderno	67
A República no Espírito Santo e a modernização do morrer: o fim da querela do cemitério extramuros em Vitória.....	79
CAPÍTULO 2	87
A morte sob o olhar dos médicos capixabas na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos da República.....	87
As medicinas oitocentistas: as epidemias da década de 1850 e o apelo dos capixabas ao saber médico	92
Entre a prática e o discurso: o caso do cemitério extramuros e a visão médica sobre o morrer na Vitória dos anos 1860	101
Discípulos de Hipócrates e sacerdotes de Esculápio: a crescente influência do saber médico sobre a administração da morte na Vitória dos anos 1870	105
“Cuidar mais na saúde dos vivos do que no descanso dos mortos”: o apelo dos médicos pela higienização do morrer nos anos 1880.....	108
A morte nos primeiros anos de República: a resignificação do cemitério e a frustração política dos médicos capixabas	115

Para além da transcendência: a quantificação da morte no início do século XX capixaba	123
CAPÍTULO 3	127
Viver e morrer na cidade moderna: “não há civilização nem progresso sem a engenharia”	127
A profissionalização da engenharia, da Colônia à República: a conquista da autoridade perante o corpo social brasileiro	128
A atuação social: os ideais de reforma urbana intervindo no morrer ou suas concepções de morte higienizada.....	133
A modernização vitoriense à luz da engenharia: os imbróglis envolvendo a construção de uma nova necrópole na capital capixaba	163
A construção do cemitério à luz dos ditames do progresso.....	175
CAPÍTULO 4	180
A doutrina cristã e o post-mortem: entre a Antiguidade e o Concílio de Trento	180
O medo da morte fomentado pelo catolicismo em terras brasileiras: “a tirania sobre as almas”	186
A Escola do bem morrer: as lições sobre vida e morte cristãs no Brasil oitocentista ..	194
As engrenagens das irmandades	199
As irmandades vitorienses no século XIX.....	203
O lugar do morrer católico: a Santa Casa e demais irmandades dialogando com as autoridades civis	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	227
Mudanças nas representações da morte e as peculiaridades da modernidade capixaba	227
FONTES PRIMÁRIAS	235
I-JORNAIS	235
II-DOCUMENTOS OFICIAIS	235
III-REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA.....	237
CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. São Paulo, Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.....	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

INTRODUÇÃO

Sem que se nos dê a pecha de profanadores ou sacrílegos, é de toda justiça, que esta Câmara consiga por intermédio de V. Ex. que os cemitérios desta cidade sejam removidos para um ponto escolhido por dois médicos, sendo um deles o da saúde pública.

Esta medida não é uma inovação desta; por enquanto de vinte províncias do Império, somente nove ainda conservam cemitérios dentro das capitais, e destas, cinco, por não terem terrenos apropriados; isto é, terra com sedimento argiloso (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1882, ed. 4).¹

No fragmento acima, extraído do jornal *A Província do Espírito Santo*² de fevereiro de 1882, os editores do periódico em questão expunham um problema que em muito os incomodava e que há décadas se encontrava presente em suas discussões: o local destinado aos enterramentos dos mortos da capital da província capixaba.

Não satisfeitos com as condições dos cemitérios de Vitória, os responsáveis pela publicação expunham o seu intento de, aos moldes de outras capitais brasileiras, transferir as necrópoles da cidade para um local afastado do perímetro urbano.

Esse era um debate que havia se iniciado no Espírito Santo ao menos desde os anos 1850 – quando os enterramentos no interior dos templos católicos haviam sido pela primeira vez proibidos em âmbito local – e desde aquela época já se discutia a respeito da necessidade de se mudar os costumes funerários da população capixaba. Como podemos verificar na publicação logo abaixo do jornal *Correio da Victória*³:

¹ Optamos por transcrever todos os trechos extraídos de fontes primárias com as devidas adaptações para as regras ortográficas do português atual.

² O jornal *A Província do Espírito Santo* foi fundado por Cleto Nunes Pereira e José de Mello Carvalho Muniz Freire, proeminentes figuras do cenário político capixaba. As tiragens eram feitas três vezes por semana e aos domingos. De acordo com Thiago Z. Barros (2007), esse periódico assumira uma postura combativa em defesa do progresso do país e faria um jornalismo fora dos padrões da imprensa oficial, pois ao contrário do *Correio da Victória*, este periódico não nasceu amparado pelo Estado. É possível ler no cabeçalho do periódico o seguinte escrito: “Diário consagrado aos interesses provinciais, afiliado a Escola Liberal”, bem como as emissões em favor de preceitos humanistas.

³ O jornal *Correio da Victória*, de orientação conservadora surgiu em 1849 para divulgar as ordens e atos governamentais, isto é, era um veículo de divulgação das decisões do Executivo capixaba. (MATTEDI, 2010, p. 24). De acordo com Scolforo (2011, p. 24), esse periódico de propriedade de Pedro Antonio de Azevedo era impresso a cada duas semanas, e somente em 1872 suas tiragens passaram a ser semanais. As seções fixas do Jornal da Victória foram a “Parte Oficial”, que divulgava os atos do governo da Província, “Chronica Nacional” a qual veiculava notícias do Espírito Santo, Brasil e do mundo. Podemos mencionar ainda a “Parte Commercial” que tratava de assuntos mercantis da cidade, a seção dos

A câmara municipal desta cidade para indicar um lugar com as comodidades necessárias para a edificação de um cemitério público. (...)

Do secretário de governo ao 1 secretario d'assembleia legislativa provincial declarando, de ordem de S. Ex. o Sr. Presidente da província, que o mesmo Exm. Sr. Ordenou a câmara municipal desta cidade, para indicar um lugar com as comodidades necessárias para a edificação de um cemitério público, e logo que ela cumpra essa ordem, será satisfeita a requisição da assembleia (CORREIO DA VICTÓRIA, 1854, ed. 50).

Entre 1854 e 1882 pouco, ou praticamente nada, foi mudado em relação à discussão em tela. Os cemitérios não foram retirados do centro da cidade e as antigas práticas de enterramentos – distantes das recomendações dos especialistas citados pelos autores do primeiro excerto – continuavam a ocorrer de forma desordenada na cidade de Vitória. Em outras palavras, o Espírito Santo continuava a figurar entre as províncias que não haviam se adequado ao padrão moderno de entendimento do morrer, insistindo em práticas que eram consideradas "atrasadas" aos olhos dos editores do jornal de 1882.

Se em locais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belém, as necrópoles já haviam desde os anos 1850 sido removidas do centro e sido construídas, tal qual recomendado pela ciência, em regiões distantes do perímetro urbano principal, para o desgosto dos editores de *A província do Espírito Santo*, Vitória apenas veria o seu cemitério extramuros ser inaugurado no tardio ano de 1912.

Afinal, o que teria ocorrido para que este processo recebesse um desfecho tão extemporâneo em terras capixabas? Quais fatores teriam contribuído para que o poder público – a despeito das referidas exigências de uma parte da opinião pública letrada – enfrentasse tantas dificuldades em implementar aqueles padrões modernos de entendimento da morte e do morrer? Por fim, o que esse desenvolvimento pode revelar a respeito desta forma “tardia” de recepção de padrões e costumes modernos em território espírito-santense?

Mais do que a simples história da (lenta) construção de uma necrópole, acreditamos que o processo de criação – desde os primeiros debates até a sua efetiva edificação – de um cemitério extramuros na cidade de Vitória é revelador de um complexo fenômeno sócio-cultural que encontra nos distintos significados adquiridos pela morte e pelo morrer nos séculos XIX e XX o seu cerne principal.

"Folhetins" na qual é possível encontrar contos, a seção de "Declarações" que abordava diversos assuntos por meio de crônicas e biografias (SCOLFORO, 2011, p. 24).

Entendida como um fenômeno passível de ser ressignificado nos mais distintos contextos e conjunturas sócio-históricas, a morte pode servir como um importante meio de reflexão a respeito de mudanças sofridas pelo imaginário político, social e cultural de diferentes grupos humanos ao longo da história.

Bastante revelador nesse sentido é a forma como a morte se colocou como um relevante tema debatido entre defensores e detratores de uma mudança nos costumes da população capixaba. Disputando o seu significado e as diversas formas de prevenir, alentar ou evitar a sua chegada prematura, políticos, médicos, religiosos e membros das camadas populares locais visaram (re)ordenar o tempo e ditar, a partir dos seus próprios entendimentos sobre a vida e a morte, um significado para a sua experiência com o novo e com o desconhecido representados pela chegada daqueles tempos modernos.

Portanto, compreender as mudanças na forma pela qual os capixabas do Oitocentos e do início do século XX experimentaram a morte e o morrer será o objetivo central do presente estudo. Atentando para o significado de antigos costumes funerários, para a tradição de sepultamentos, assim como para o sentido religioso da partida para o além-mundo, visaremos analisar como essas tradicionais formas de compreensão da morte foram ou não alteradas a partir do seu contato com a experiência moderna em território capixaba. Mais do que a sobreposição do novo sobre o tradicional veremos que este foi um processo marcado por batalhas, concessões e disputas por representações, onde um complexo insumo entre diferentes formas de interpretar o tempo são reveladoras da complexidade do advento da modernidade em terras capixabas.

De todo modo, antes de partirmos para a nossa análise do caso capixaba em si, é necessário que esclareçamos o significado dos termos e dos conceitos acima empregados, bem como a sua utilização na historiografia, principalmente com o intuito de melhor esclarecer o passo a passo e os objetivos gerais buscados no presente trabalho. Esta será a nossa intenção no que segue.

A morte e o morrer como problema historiográfico

As discussões em torno da relação dos homens com a morte têm estado presentes há muitas décadas na historiografia especializada. No âmbito internacional, temos um amplo debate a respeito dos aspectos culturais e políticos em torno da morte e do morrer

no Ocidente, no qual são analisadas as transformações dos rituais funerários e das atitudes dos indivíduos no decorrer de vários séculos. Já a produção historiográfica brasileira esmiúça o assunto focando nos embates travados entre a igreja Católica, a sociedade civil e os representantes do Estado sobretudo na época do Império e nos primeiros anos da República.

Em relação à historiografia capixaba, também é possível identificar trabalhos que tratam das modificações das práticas dos costumes funerários na Vitória oitocentista. Tais alterações foram percebidas, por exemplo, através de análises dos anúncios de morte nas páginas da imprensa local (SCOLFORO, 2011) ou ainda em estudos que se referem às epidemias (FRANCO, 2015) e às formas de assistência médica dos mais pobres no Espírito Santo do século XIX (PIVA, 2005).

Portanto, longe de ser um tema restrito a uma única tradição historiográfica, a temática da morte tem estado presente em diversas matrizes de pensamento e através das mais amplas formas de trato teórico-metodológico.

Na França, por exemplo, Philippe Ariès interpretou a morte como possuindo quatro classificações dentro de uma perspectiva de longa duração. Para o autor, as subdivisões desse tema seriam: a morte “domesticada” ou “domada”, a “morte do outro”, a “morte de si mesmo” e a “morte interdita”.

A “morte domada” consistiria em uma passagem para o outro mundo de maneira tranquila, planejada, com todas as pendências terrenas em dia. Ou seja, seria importante na sociedade ocidental do século XII estudada por Ariès, que o indivíduo tivesse tempo para organizar sua vida antes da partida, entre o momento do diagnóstico de morte e o ato em si. Esse período seria aproveitado para o sujeito se arrepender, reparar os erros cometidos em vida e assim conquistar um lugar no céu (ARIÈS, 2000, p. 23).

Já a assim chamada “morte do outro” representa o momento em que a partida para o além-mundo passou a adquirir contornos dramáticos. Segundo Ariès, desde fins do século XVIII, a morte teria assumido essa dimensão, tornando-se mais relevante do que a própria morte de si mesmo. Ou seja, perder um ente querido seria um acontecimento que passaria a ser exaltado e com isso, uma modificação no ritual ocorreria: o culto aos túmulos e a visita aos cemitérios (ARIÈS, 2000, p. 63).

Ariès ressaltava que outra modificação na maneira de se enterrar os mortos estaria ligada ao modo como os cemitérios do fim do século XVIII passaram a ser projetados (ARIÈS, 2000, p. 76), quando as necrópoles seriam pensadas com o intuito de receber a visitas dos vivos⁴. Além disso, principalmente a partir do Oitocentos, os túmulos dos que eram considerados grandes heróis nacionais passariam a ser cultuados como símbolo nacional. Em outras palavras, o aspecto memorialístico viria à tona nesse último século e precisaria ser encaixado dentro de uma nova organização do perímetro urbano (ARIÈS, 2000, p. 77).

Outra mudança em relação às atitudes perante a morte identificada pelo intelectual francês foi a transformação da opinião pública. Esta passou, no século XVIII, a se queixar da convivência com os cemitérios, especialmente daqueles que os circundavam. De acordo com Ariès, a população fazia petições e responsabilizava as confrarias pela insalubridade vivenciada nos entornos dos cemitérios (ARIÈS, 2000, p. 199).

Já o século XX teria experimentado um processo de especialização em torno da morte. Ela teria sido deixada principalmente a cargo dos médicos, quando a morte passou por uma espécie de deslocamento de seu lugar, isto é, não se morria mais em casa e muito menos assistido pelos parentes e amigos, a morte passava a ocorrer na solidão das camas dos hospitais e dos ambulatórios. O morrer passou neste século, segundo Ariès, a ser silencioso, quando os atos dramáticos de manifestação de tristeza foram reprimidos, compondo a fase do assim chamado “tabu perante a morte” (ARIÈS, 2000, p. 86-87).

O estudo de Ariès a respeito dessas mudanças na forma de compreensão da morte no Ocidente trouxe importantes fundamentos que para outros historiadores da mesma tradição francesa de história cultural também se aventurassem por tal temática. Este foi

⁴ Quanto ao armazenamento dos corpos, o autor perscruta algumas modificações ocorridas ao longo da história do Ocidente. Na Roma Antiga, teria existido uma individualização das tumbas e esse era um costume que ora aparecia ora desaparecia na história da morte ocidental. Na Baixa Idade Média as sepulturas não eram sequer identificadas, pois não havia esse tipo de preocupação. Ainda de acordo com Ariès: "os cemitérios da primeira metade da Idade Média, e inclusive os cemitérios tardios nos que persistiram os usos antigos, são acúmulos de sepulcros de pedras, às vezes, esculpidos, quase sempre anônimos" (ARIÈS, 2000, p. 57). A partir dos séculos XIV e XV é que o cuidado de identificação das sepulturas é iniciado. Já nos séculos XVIII e XIX, novos comportamentos surgiriam na Europa Ocidental quando o ato de sepulturar nas igrejas e em seus pátios começaria a ser alvo de críticas (ARIÈS, 2000, p.73). Nesse período ganharia força o debate em torno das condições de higiene dos cemitérios eclesiásticos. E em razão disso, os rituais funerários sofreriam modificações encampadas pela saúde coletiva e pelo Estado ao ponto de no decorrer do Oitocentos, os cortejos começarem a ser simplificados para evitar o contato entre os vivos saudáveis e os mortos pestilentos. Estes foram assim considerados pelo efeito devastador das epidemias ocorridas em várias cidades ocidentais ao longo de todo o século XIX.

o caso de Michel Vovelle, que visou analisar os pomposos funerais realizados na França do século XVI e sua promoção pelas camadas altas daquela sociedade com o intuito de demonstrar a importância do morto naquele corpo social.

Vovelle caracterizava os enterros desse período como "profusões barrocas", ou seja, rituais cheios de excessos em relação ao número de velas queimadas, luxo dos caixões, número de participantes dos cortejos, entre outros exageros. Por meio de um estudo serial minucioso dos testamentos, Vovelle percebia os padrões e as modificações ocorridas na maneira do homem europeu cristão vivenciar a morte. Analisando fontes iconográficas (túmulos e altares) Vovelle visava compreender a sensibilidade na representação da morte, buscando, com isso, entender os padrões das atitudes coletivas diante desse momento inevitável da vida (VOVELLE, 1978, p. 29).

Com isso Vovelle chegava à conclusão de que aquilo que havia sido uma espécie de monopólio do entendimento da morte pela Igreja e pelo âmbito do sagrado, passou a ser incorporado às práticas culturais de uma burguesia que aos poucos ascendia socialmente na França dos séculos XVIII e XIX. Essas rupturas dentro de um mesmo tema, remetiam à ideia de que as modificações ocorreriam de maneira lenta, conforme apontado antes por Ariès, e por isso, o autor acreditava que essa seria uma temática melhor compreendida a partir de uma perspectiva de longa duração.

Outra importante contribuição oriunda da matriz francesa de estudos de história da morte é perceptível no trabalho de Alain Corbin. Com o intuito de destacar o aspecto sensorial associado à percepção do fenômeno, Corbin demonstrava em suas pesquisas a existência daquilo que ele acreditava ser a instituição de uma vigilância olfativa na Europa do século XVIII⁵. A partir daí o historiador discutia os efeitos dessa nova sensibilidade para a saúde pública, especialmente no que dizia respeito aos odores dos cadáveres em decomposição, da circulação e renovação do ar e da transmissão de doenças por meio dele.

⁵ É importante ressaltar que antes mesmo da história cultural francesa, tais debates acerca da higienização do espaço urbano haviam sido realizados de forma pioneira por Michel Foucault, quando o autor formulou que as novas configurações do poder na era moderna permitiram que a medicina social requisitasse o controle da circulação de ar e da água na Europa do século XVIII. Em outras palavras, o ar foi tornado objeto de estudo da ciência moderna e considerado um transmissor de doenças. De acordo com a medicina setecentista, uma medida importante para evitar problemas de saúde seria a de permitir a circulação do ar. Para tanto, foi preciso realizar reformas urbanas no sentido de abrir ruas, demolir casas mal executadas que obstruíam a circulação dos ares e vapores, além de secar pântanos e elevar pontes (FOUCAULT, 2012, p. 159).

Ao estudar as sensações olfativas, Corbin trazia a discussão sobre as mudanças dos hábitos referentes ao entendimento de uma nova necessidade de purificação do ar nos espaços públicos das cidades europeias em tempos modernos. Estes apareceriam em decorrência dos valores advindos da ascensão de uma nova classe social: a burguesia, que buscava por meio do controle dos odores, principalmente os corporais, uma espécie de diferenciação social. Este grupo iria instituir novos padrões higiênicos domésticos e pessoais que entrariam em vigência na Europa dos séculos XVIII e XIX. Por isso, prosseguia Corbin, odores que eram anteriormente tidos como indiferentes ou tolerados, passaram a ser alvo de controle, ocasionando uma ressignificação do sentido social dos odores na moderna sociedade europeia (CORBIN, 1987, p. 71).

Em que pese a sua tentativa de analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva marcadamente europeia, os estudos de Ariès, Vovelle e Corbin foram muito importantes para o início de um interesse sobre a temática da morte também entre historiadores brasileiros.

Foi em especial sob a influência dessa “nova” história cultural francesa, por exemplo, que João José Reis (2012) realizou um importante estudo a respeito das consequências do processo de modernização dos rituais funerários na cidade de Salvador do século XIX. A chegada de novos padrões e de costumes oriundos da Europa teriam, de acordo com o historiador baiano, influenciado o desencadear de complexas e controversas transformações dos comportamentos locais.

Com o intuito de demonstrar a sua tese, Reis estudou uma rebelião ocorrida na cidade de Salvador, no ano de 1836, que ficou conhecida à época como a “Cemiterada”⁶. Após a tentativa de se modernizar os hábitos e de se construir um cemitério extramuros sob o controle de uma empresa privada, a população soteropolitana se manifestou, quebrando o cemitério recém-construído e deixando claro o seu posicionamento em relação a essa transformação na maneira de gerir a morte na capital baiana. Segundo Reis, esse acontecimento seria a prova não somente de uma insatisfação momentânea da

⁶ Nesse episódio, a população da capital baiana se revoltou contra a construção de um cemitério distante do centro urbano que seria gerido por uma companhia privada durante um período de trinta anos, com direito ao monopólio da realização dos funerais naquele local. Um dia antes da proibição dos enterramentos nos templos entrar em vigor, a igreja Católica de Salvador convocou a população a reagir diante de tal lei (REIS, 2012, p. 13).

população, mas sim do nível de enraizamento de questões culturais a respeito da morte no imaginário daquelas pessoas.

Ainda tratando da morte, mas lidando com o caso da cidade do Rio de Janeiro, Cláudia Rodrigues⁷ seguia os passos de Reis – e da matriz francesa de história cultural – com o intuito de analisar como a criação de um cemitério público extramuros na capital do Império gerou impactos no entendimento que a população local possuía a respeito da morte e do morrer.

Em seu trabalho, Rodrigues visava entender o papel da ciência e, em especial dos médicos cariocas, em seu intuito de convencer a população dos perigos dos sepultamentos dentro de Igrejas e da importância da adoção de hábitos de enterramento em conformidade com os padrões de higiene e salubridade modernos.

Além dos médicos, Rodrigues também tratava do papel dos políticos nessas discussões sobre a higienização do morrer no século XIX carioca. De acordo com suas premissas, salienta a historiadora, os argumentos dos deputados que defendiam a laicização dos cemitérios giravam em torno da separação entre Igreja e Estado ou entre assuntos religiosos e civis. O cerne da discussão passaria pela desvinculação entre corpo e alma, sendo que o corpo estaria associado à matéria e separado da alma humana, não se tratando, portanto, de um terreno religioso. Já os defensores dos sepultamentos eclesiásticos acreditavam, segundo Rodrigues, na ideia de que corpo e alma estariam unidos e seriam inseparáveis.

Independente da posição dos partícipes dessa contenda, a referida autora revela que a temática da morte e da construção daquele novo cemitério – cujas obras foram concluídas em 1849 no Rio de Janeiro – são representativos da importância que as questões relativas à morte possuíam no imaginário da população carioca do período. Por isso, quando confrontados pelo apelo moderno à civilização e à higiene, tanto os defensores do tradicionalismo quanto os seus detratores eram instigados a pensar o novo significado de sua cultura frente aos desafios de uma nova era de avanços e progressos civilizacionais.

⁷ Além de João José Reis (2005) e Cláudia Rodrigues (1997; 2005), podemos citar outros nomes da historiografia nacional que tratam da temática da morte e do morrer no Brasil: Érika Amorim (2005), Júlio Medeiros (2007), Marcelina Almeida (2007), Alcinéia Santos (2011), Miriam Machado (2012), dentre outros autores.

Portanto, esse panorama no âmbito da história da historiografia nos revela não só a importância que a morte adquiriu entre historiadores franceses e brasileiros nas últimas cinco décadas, como também a evolução e as distintas formas de trato teórico-metodológico que a questão possuiu entre essas duas tradições de pensamento. Entretanto, além da centralidade assumida pelos temas da morte e do morrer, os estudos acima mencionados possuem em comum um outro interesse elementar: tratar dos impactos de um processo modernizador sobre antigos hábitos, costumes e crenças dos mais distintos grupos e sociedades humanas na história.

De todo modo, poderíamos nos perguntar afinal, qual o sentido desse processo modernizador e da própria noção de modernidade em si? Estaríamos todos submetidos a uma única concepção do moderno ou poderíamos problematizar a sua homogeneidade e o seu estabelecimento como um a priori à compreensão da história humana? Ao fim e ao cabo, quais as consequências dessa problematização da noção de modernidade para a historiografia e como o fenômeno da morte pode ser revelador desses direcionamentos e dessas idiosincrasias existentes no sentido da modernidade?

Uma resposta a esses questionamentos poderá nos auxiliar em nosso intuito de fornecer uma melhor compreensão do problema da morte e de suas ressignificações na sociedade capixaba do Oitocentos e do início do século XX. Este será o nosso objetivo no que segue.

A crítica à modernidade na historiografia contemporânea e os limites da ideia de secularização

O conceito de modernidade não é algo dado, tampouco um fenômeno uniforme e homogêneo. Ao menos esta é a posição que boa parte da historiografia contemporânea passou a sustentar após os eventos traumáticos que marcaram a história ocidental ao longo de toda a primeira metade do século XX.

Fosse através de um estudo sobre as origens do fenômeno totalitário⁸ ou a respeito das contradições do ideal iluminista de realidade⁹, filósofos, historiadores e cientistas

⁸ Cf. ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁹ Encontrado principalmente na obra: ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

sociais passaram a se debruçar cada vez mais sobre os problemas inerentes à concepção moderna de mundo.

Com os traumas vividos pelo Ocidente àquele tempo, a crítica aos ideais modernos de ciência e progresso passaram a ser cada vez mais comuns entre as humanidades dos anos 1950 e 1960, de modo que o surgimento de tendências historiográficas e políticas como o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo são bastante representativos deste ceticismo generalizado face à concepção moderna de civilização

Poucos historiadores são tão representativos desse momento cético vivido pela historiografia ocidental do pós-Segunda Guerra quanto a figura de Reinhart Koselleck (1999, 2003a, 2006, 2014). Produzindo obras que possuíam a finalidade de compreender o que ele próprio denominava como "patogênese do mundo burguês", o historiador alemão forneceu importantes *insights* para uma reflexão a respeito das aporias da modernidade e de suas formas de representação semântica na sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX.

A principal contribuição de Koselleck para uma crítica à modernidade talvez resida em sua tentativa de compreensão das distintas estruturas temporais vinculadas à experiência dos homens na história. Em outras palavras, em seus ensaios teóricos dos anos 1970 e 1980, Koselleck defendia que a questão do tempo assumisse uma posição central no trabalho dos historiadores, devendo esta estar necessariamente associada tanto às estruturas sociais de eras passadas, quanto a uma história dos principais conceitos articulados a partir daquela nova experiência histórica.

Com o intuito de produzir a sua própria teoria crítica dos tempos modernos, o autor alemão analisou as mudanças na percepção temporal vivenciadas pelos europeus entre os anos de 1750 e 1850 que trouxeram à tona uma inflexão entre aquilo que ele denominava como o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Estas duas categorias analíticas eram instrumentalizadas por Koselleck a fim de serem observadas as alterações experimentadas pelos homens europeus entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Essa modificação na percepção do tempo teria criado novas perspectivas de futuro que foram traduzidas na incorporação de neologismos ou na alteração no significado de antigos conceitos políticos (KOSELLECK, 2006).

Esse período foi chamado por Koselleck de *Sattelzeit* – traduzido como “tempo de sela” – quando a forma de percepção do tempo entre os homens europeus passou por um processo de aceleração, isto é, de interpretação radical daquela nova experiência histórica. O intelectual percebe nesse momento a passagem de uma visão de mundo para outra, ou seja, a ilustração do ruir de uma estrutura temporal e o surgimento de outra, qual seja, a da modernidade (*Neuzeit*) europeia.

Impulsionados pela descoberta do Novo Mundo, pelo advento do conhecimento "exato" das ciências naturais, assim como pelo surgimento das primeiras máquinas e da revolução industrial, os europeus dos séculos XVIII e XIX teriam, aos olhos de Koselleck, produzido uma ordenação semântica do tempo na qual o futuro passava a predominar sobre o presente, dando lugar a concepções filosóficas que tendiam a enxergar a história como um singular coletivo ou, em outras palavras, como uma grande marcha da humanidade rumo ao inexorável caminho do progresso.

Todo esse otimismo produzido pela concepção de história como um singular coletivo teria consequências diretas sobre a forma pela qual os homens modernos passaram a interpretar a sua própria existência histórica e aquela de sociedades humanas distantes de sua realidade. Categorias como as de "atraso" e "progresso" passavam a ser mobilizadas com o intuito de classificar temporalmente os partícipes da história universal e de justificar a dominação política de nações civilizadas sobre aqueles povos tidos como estagnados em termos históricos e temporais.

Em suma, a imposição da contemporaneidade do não contemporâneo passava a predominar sobre a concepção histórica da moderna civilização europeia, de modo que diferenças elementares na forma de experimentar o tempo nas mais distintas populações do globo deixavam de ser consideradas em nome de uma concepção singular de tempo e de história. Ignorando o caráter multifacetado das experiências temporais humanas, o singular coletivo inerente à interpretação moderna da história se sobrepunha de maneira violenta sobre outras possibilidades mais plurais de entendimento não apenas de uma, mas de distintas histórias passíveis de serem produzidas pelas sociedades humanas.

Portanto, mais do que produzir uma leitura alternativa do significado da modernidade, Koselleck gerou uma verdadeira inflexão na compreensão do sentido daqueles tempos

modernos europeus, produzindo ferramentas conceituais capazes de colocar em xeque antigas interpretações homogêneas das noções de temporalidade e história.¹⁰

A reflexão feita pelo historiador alemão sobre a modernidade nos leva a problematizar o conceito de secularização, que tradicionalmente é vinculado à ideia de modernização. Parte do significado da modernidade ocidental engloba o adensamento do caráter imanente dos novos tempos, em contraposição ao que seria uma valoração dos aspectos transcendentais de um mundo pré-moderno, imerso na superstição. A tese sustentada por cânones do Iluminismo que ganharia mais corpo no século XIX, tornou o sentido da modernidade em grande medida sinônimo da "morte de Deus" e do advento de Estados seculares, distantes dos ditames do mágico e do religioso.

As proposições de Max Weber a respeito do "desencantamento do mundo" representam uma das mais conhecidas formulações nesse sentido. A ideia de que a superstição religiosa teria aos poucos dado lugar a um processo de desmistificação do oculto e de ascensão da ciência e da técnica (WEBER, 2004, p. 51), teve grande repercussão à época de sua publicação em 1917. Além disso, o pensamento weberiano em defesa do que via como um paulatino processo de racionalização do pensamento ocidental, garantia nova força àqueles que acreditavam habitar uma era "secular", oposta ao dogma e à religião.

O termo "secularização" passou a significar o dito refluxo da religião face às modalidades profanas de socialização e construção simbólica do mundo (MATA, 2010, p. 79). "Secular" tornou-se sinônimo de "moderno", do mesmo modo que a Teologia e a religião passaram a ser vistas como modos arcaicos de saber.

¹⁰ Além de Koselleck, temos outros historiadores produzindo formas ainda mais inovadoras e progressistas a respeito das experiências com o tempo das distintas regiões e sociedades no mundo. Discutindo novas perspectivas e explorando outros pontos de vista que visam romper com o eurocentrismo antes naturalizado, Michael Hardt e Antonio Negri debatem o conceito de altermodernidade, que acreditamos ser bastante pertinente para compreender as modernidades "periféricas"; além disso, investigações nesse sentido podem representar alguns passos à frente nos estudos pós-coloniais. Os autores acreditam que a noção de altermodernidade traz um bem marcado conjunto de novos valores, novos conhecimentos, e novas práticas; ou em outros termos, esse conceito poderia constituir um dispositivo de produção de subjetividade (HARDT; NEGRI, 2009, p. 115). Ewa Domanska, por sua vez, reforça que ao refletirmos epistemologicamente sobre o conceito de altermodernidade, podemos apreender melhor os conflitos com as hierarquias propostas pela modernidade, tanto quanto a antimodernidade se propôs a fazer, mas, para além dessa proposta, é preciso salientar que, nas palavras de Domanska: "a contribuição aqui apresentada pela altermodernidade orienta as forças de resistência mais claramente no sentido de um território autônomo" (DOMANSKA, 2017, p. 101-103).

Buscando reagir a essa acusação, uma das primeiras contestações da hipótese secular surgiu no campo da teologia protestante. Assim, quando Ernest Troeltsch admitia a real perda de espaço da dimensão religiosa em tempos modernos, ele era enfático em afirmar, ao mesmo tempo, a importância cultural que a religião – sobretudo o Cristianismo – continuava a possuir em sua época: "o Cristianismo representa o ponto alto de todas as religiões que existiram até então, além de ser o fundamento e pré-condição para o surgimento de impulsos à clara religiosidade no futuro" (TROELTSCH, 1998, p. 210). A observação de Troeltsch jogava nova luz sobre o significado cultural da religião para a modernidade, revelando o nível de complexidade em torno de um tema que passaria a ser observado com maior cautela a partir de então.

Posteriormente, o jurista Carl Schmitt lançou um novo olhar sobre os sentidos religiosos da experiência moderna, ao afirmar em seu *Teologia Política* (1922) que as ideias mais significativas da teoria do Estado seriam "conceitos teológicos secularizados, não apenas devido ao seu desenvolvimento histórico (...) mas também por sua estrutura sistemática" (SCHMITT, 2005, p. 36). Pelo fato da soberania política contemporânea não ser uma simples superação da antiga lógica religiosa, possuindo, pelo contrário, um significado análogo ao sentido teológico, a secularização passava a ser entendida não mais como uma mera suplantação do sagrado, mas como uma dimensão essencial da própria vivência política moderna.

Schmitt se referia em grande medida aos novos fenômenos políticos que passavam a emergir na era das massas e que por seu apelo ao âmbito do sensível possuíam inegáveis laços com a religião. Os movimentos comunista e fascista, o culto a lideranças carismáticas e o simbolismo estético envolvido em tais experiências em muito remetiam à dimensão sagrada e à esperança da salvação da crença religiosa.

Já há algum tempo suscetíveis à apreensão desse tipo de fenômeno, representantes da história das religiões e da antropologia filosófica – tais como Max Müller, Adolf von Harnack, Rudolf Otto e Friedrich Heiler – contribuiriam para, a partir da historicização da crença religiosa, compreender o enraizamento do dogma nos mais fundamentais dos impulsos humanos para a vida.

Um dos frutos mais importantes desse tipo de discussão talvez tenha se dado no trabalho do intelectual alemão de origem judaica Karl Löwith. Em sua conhecida obra,

Meaning in History (O sentido na história) 1949, Löwith levava os debates sobre a secularização a um outro patamar, ao afirmar que o pensamento histórico pós-Illuminista, com sua orientação para o futuro e seu desejo em encontrar soluções imanentes para os problemas da história, seriam impensáveis quando dissociadas das concepções teológicas judaico-cristãs – com seus padrões escatológicos e messiânicos de pensamento – que lhes teriam precedido.

A perspectiva teológica, em suas palavras, teria estabelecido as pré-estruturas fundamentais para o pensamento histórico secular moderno. Enquanto os pré-modernos haviam se baseado nos eventos supra-históricos da criação, da encarnação e da consumação, os "modernos elaboraram uma filosofia da história ao secularizar os princípios teológicos e aplicá-los a números cada vez maiores de fatos empíricos" (LÖWITH, 1991, p. 19). Portanto, para Löwith a modernidade seria impensável sem suas raízes cristãs, já que boa parte de seu otimismo para com o futuro – apesar de imanente – derivaria da ansiedade religiosa pelo advento da salvação.

Dando sequência a esse debate, intelectuais como o filósofo Larry Shiner e mais recentemente o historiador Thomas Howard, passaram a falar na noção de secularização como "transposição": uma reordenação de elementos religiosos nos arranjos sócio-culturais dos séculos XVIII e XIX europeus. Nas palavras de Shiner, a "secularização pode ser concebida como a transposição de crenças e padrões de comportamento da esfera 'religiosa' para a 'secular'". Ainda segundo o filósofo a "culminação desse tipo de processo seria uma religião totalmente antropologizada e uma sociedade que tomou para si todas as funções previamente associadas às instituições religiosas" (SHINER, 1970, p. 38-39).

Apesar da dificuldade de identificarem-se processos "puros" de transposição, Howard, por sua vez, aponta para os benefícios de se pensar as continuidades entre elementos religiosos pré-modernos como uma forma de refletir a respeito da própria legitimidade da modernidade, considerando-se também a sua crítica a partir de uma ótica pós-moderna (HOWARD, 2000, p. 20-21). Em outros termos, atentando para a força do legado cultural judaico-cristão, a noção de secularização como transposição permite-nos compreender de maneira equilibrada tanto o lugar ocupado pela religião no imaginário cultural contemporâneo, quanto os limites da alegada propensão moderna à racionalidade.

Modernidades periféricas: a perspectiva brasileira

Não só o sentido da secularização como a própria leitura não-europeia da modernidade passou a ser levada em consideração. Foi a partir da crítica koselleckiana da modernidade que um grupo de historiadores de diversas nacionalidades passou a refletir sobre a maneira como esse fenômeno se deu a ler em outras partes do mundo. Nesse sentido, o Projeto *Iberconceptos* foi uma bem-sucedida tentativa de problematizar e de compreender o significado e a recepção da modernidade em outras realidades, tempos e espaços, sobretudo em países tidos como política e economicamente “periféricos”, como são os casos do México, do Brasil, da Argentina, do Chile, da Venezuela, do Peru, dentre outros.

Tendo isso em vista e para pensar além da experiência europeia, intelectuais latino-americanos desenvolveram o referido projeto, que foi iniciado em 2004 a partir de uma cooperação tanto dos países já mencionados quanto também de nações ibéricas como Portugal e Espanha.

O *Iberconceptos* visava, portanto, realizar um levantamento das mais importantes revoluções liberais e lutas de independências surgidas nas zonas coloniais americanas, almejando compreender como essas transformações foram temporalizadas conceitualmente no contexto dos séculos XVIII e XIX¹¹. Partindo de pontos convergentes entre diversas disciplinas e de experiências em comum entre os países incluídos no projeto, alguns historiadores locais sob a perspectiva da história dos conceitos começaram a desenvolver estudos que tratavam especificamente do caso brasileiro.

¹¹ Uma das preocupações dos estudiosos do *Iberconceptos* estava relacionada às possíveis críticas a respeito da transposição dos conceitos koselleckianos para a realidade ibérica. Os recortes temporais de Koselleck servem como referenciais, além disso, os autores que contribuem para o projeto *Iberconceptos* se utilizam de marcos temporais que se iniciam na primeira década do século XIX, momento que existiram diversas transformações que impediram o monarca de governar a Espanha e modificações na conjuntura política portuguesa, as quais contribuíram para o deslocamento da Corte para terras americanas. Na experiência histórica da América Ibérica, as transformações políticas começaram a ferver a partir de 1810, mesmo espaço temporal onde ocorreram as independências das colônias ibéricas do continente e a consolidação dos Estados na América (SLEMIAN, 2012). Ainda preocupados em dar respostas às críticas, os envolvidos no Projeto *Iberconceptos II* deslocaram o recorte temporal para o período de 1770 e 1870. Esse recorte temporal abarca diversas transformações políticas ocorridas no mundo, tais como reformas pombalinas e borbônicas ocorridas em Portugal e Espanha, respectivamente. Além disso, os organizadores da obra *Diccionario político y social del mundo ibero-americano* (2014) optaram por essa nova baliza cronológica por entenderem que parte do desenvolvimento pleno desses processos só ocorreriam após a consolidação das instituições liberais e republicanas nos Estados-Nações que emergiram com as independências das colônias (FANNI, 2015).

Inseridos nessa discussão historiográfica, intelectuais como João Feres Júnior, Marcelo Jasmin e Valdeci Lopes de Araujo podem ser descritos como alguns expoentes dessa história conceitual crítica da modernidade no Brasil. Esses autores são alguns dos responsáveis por trazerem o já referido debate para pensar o caso brasileiro oitocentista buscando refletir sobre as peculiaridades da experiência histórica vivenciada durante o período imperial luso-brasileiro.¹²

Tomando Araujo como exemplo, podemos perceber em seu trabalho que o autor é capaz de demonstrar uma nova experiência histórica sendo produzida no Brasil oitocentista. O abandono dos modelos cíclicos de explicação da vivência histórica e a superação da ideia de história *magistra vitae*, demonstrariam continuidades e rupturas desvelando um novo horizonte de expectativa dos indivíduos do século XIX brasileiro. Araujo consegue mostrar as descontinuidades dos termos e conceitos específicos do caso local e transporta, de maneira cuidadosa, a investigação das palavras e suas noções. Seu trabalho foi fundamental para compreender as ideias de nação e Estado Nacional e como elas foram construídas ao longo do século XIX no Brasil.

Ademais, Araujo constatou que as transformações ocorridas no campo semântico investigado por ele não se deram de forma abrupta. Noções como tempo e história sofreram lentas mudanças, de maneira suave, mas não deixaram de ser afetadas pela concepção de expectativa trazidas pela modernidade brasileira. Portanto, podemos dizer em outras palavras que a tradição da rede semântica, o perscrutar das mudanças dos termos e conceitos revelam uma nova experiência histórica sendo produzida no Brasil oitocentista em um período e de uma forma distinta daquela produzida no espaço europeu.

¹² Seria na esteira dessas renovações que viriam à tona artigos como *Nação e civilização nos trópicos* (1988) de Manoel Salgado Guimarães, no qual, além de pensar as peculiaridades da construção de uma identidade nacional brasileira pela historiografia do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o historiador expunha os limites e contradições da matriz europeia de reflexão histórica para se pensar a realidade da antiga colônia portuguesa. Ao desconstruir o discurso de uma historiografia que pretendia interpretar as características da nação tropical em linha contínua em relação à missão civilizadora portuguesa, Salgado Guimarães incentivaria um importante debate a respeito da estreiteza da moderna concepção europeia de história e uma necessária reflexão sobre as distintas temporalidades que orientaram a escrita da história em território brasileiro desde o estabelecimento de uma historiografia centrada na formação de uma identidade nacional no século XIX. Após abrir essa seara, décadas depois, essa tendência seria complementada em grande medida pelo crescente interesse de nossa historiografia nos debates sobre os sentidos da modernidade, fomentado, sobretudo, a partir da inserção de acadêmicos locais nas discussões internacionais sobre a história conceitual em sua necessária relação com a problemática do tempo histórico.

Outro importante estudo a respeito da especificidade da experiência temporal moderna no Brasil foi realizado pelo historiador Nicolau Sevcenko. O impacto causado pela revolução técnico-científica no imaginário das pessoas e sua repercussão na maneira de viver no Brasil oitocentista contribuíram para que o referido historiador compreendesse como uma forma acelerada de interpretação do tempo teria surgido na realidade brasileira do século XIX. A modernização, até se chegar ao patamar europeu, era tida como um projeto de desenvolvimento, colocando-se como uma espécie de objetivo final visado por diversas sociedades à época, inclusive pelo Brasil.

As ações dos entusiastas da modernidade brasileira teriam, portanto, buscado o atropelo de antigos hábitos e tradições, mesmo que na base da opressão e repressão, com o intuito de cumprir um projeto modernizador, encampado pelas camadas dirigentes locais.

Tal projeto estaria pautado na redução da complexa realidade brasileira aos padrões dos modelos civilizatórios Europeus e Norte-americanos. Anular a herança histórica do país associada ao atraso, juntamente com a reforma das instituições (substituindo o Império pela República) era a resposta dada pelas camadas dominantes rumo a um projeto modernizador visando o progresso e a civilização, para suplantar o sentimento de vergonha do país (SEVCENCKO, 1998, p. 27).

Logo, os esforços dos intelectuais envolvidos no projeto do *Iberconceptos*, além dos nomes de historiadores como Valdeir Araujo e Nicolau Sevcenko possuem um objetivo em comum: problematizar, a partir da experiência temporal local, a historicidade e o próprio significado da modernidade em realidades históricas tidas como política e economicamente periféricas¹³.

¹³ No mesmo sentido de Araujo e de Sevcenko, temos os esforços de uma gama de intelectuais- tais como: Andréa Slemian, Fabio Wasserman, João Paulo Pimenta- com concentrados no projeto Iberconceptos. Os trabalhos desse projeto revelaram tanto a relação diacrônica quanto a interdependência entre temporalidades “centrais” e “periféricas” na constituição das temporalidades modernas seria recentemente complementada pela tentativa de se apontar para a pluralidade de camadas temporais existentes no interior da própria experiência histórica tupiniquim. Dando continuidade ao que foi proposto no projeto Iberconceptos, parte da historiografia brasileira foi capaz de consolidar uma agenda própria de discussões sobre a relação entre a temporalidade histórica e a historiografia local. Passíveis de serem reveladas a partir de uma análise da história da historiografia, essas preocupações tornaram-se evidentes com a publicação do dossiê *Brazilian historiography* (2018) na revista grega *Historiein*. Nele, historiadores como Maria da Glória Oliveira, Rebeca Gontijo e Fábio Franzini no artigo *Ordering time, nationalising the past* têm o objetivo de revelar como temporalidades múltiplas e contrastes históricos eram representados pelo ideal de “formação” que orientou a escrita da história no Brasil entre as décadas

Esse é um esforço teórico que tem rendido frutos também na historiografia capixaba dos últimos anos. Destacando a polissemia e o próprio sentido meramente positivo atribuído ao termo, historiadores como Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, Leandro Quintão, Kellen Follador e Gilton Ferreira visaram em publicação recente problematizar o sentido dos conceitos de modernidade e modernização, principalmente com o intuito de pensar o desenvolvimento histórico do Espírito Santo à luz de uma perspectiva crítica face aos usos políticos dos conceitos em questão.

Compreendendo a modernização capixaba nos termos de Marshall Berman – isto é, como "um turbilhão de transformações marcadas por antagonismos, em que a novidade é imediatamente obsoleta e a capacidade de construir algo diferente é acelerada" – os autores em questão tentam pensar a história capixaba para além da mera reiteração dos valores tidos como modernos, realizando uma importante reflexão a respeito do processo de recepção do ideário modernizador em território espírito-santense (RIBEIRO; QUINTÃO; FOLLADOR; FERREIRA, 2015, p. 8).

Na esteira da problematização das noções de desenvolvimento e modernidade capixaba, Rafael Cerqueira do Nascimento nos ajuda a perceber um novo fazer historiográfico capixaba, ressaltando as nuances das formas de pensar a história local. O autor revela que as ideias de “superação do atraso” são recorrentes na forma de produzir e reproduzir o passado espírito-santense na tradição historiográfica local. Ao alertar para a historicidade da produção da narrativa histórica em distintas fases de escrita da história no Espírito Santo, Nascimento reflete a respeito de questões próprias do presente e do momento em que cada narrativa foi concebida, bem como os usos políticos dos quais a história pode ser tributária (NASCIMENTO, 2016, p. 29)

de 1840 e 1950. Mas, mais do que isso, os autores foram precisos ao apontar nas obras de importantes nomes da literatura brasileira, tal como Euclides da Cunha, o choque vivido pelo encontro dos “Brasis” do litoral como os sertanejos do interior baiano, no episódio que resultou na obra *Os sertões* (1902). Euclides da Cunha expôs, como a posição privilegiada de observador de seus contemporâneos, a extemporaneidade vivida por aqueles indivíduos, habitantes de Canudos, no que dizia respeito ao espaço de experiência vivenciado por cada um. A experiência e o relato do correspondente de guerra nos concedeu embasamento para pensarmos as modulações temporais que conviveram no Brasil do início do século XX e embasa a argumentação em torno das distintas visões de mundo em convivência. A imposição violenta da modernização sobre os hábitos e tradições geravam as lutas em torno dos binômios: civilização versus barbárie. Nesse sentido, acreditamos que esses são os contornos de um dos mais importantes desdobramentos do debate sobre o tempo, sobre a história e sobre a temporalidade histórica, qual seja, a tendência a se desconstruir a forma unidimensional de se interpretar o tempo na modernidade, com a exploração de maneiras mais amplas, plurais e diversas de se compreender a temporalidade e a historicidade contemporâneas, sobretudo, nas periferias do mundo globalizado.

O trabalho de Nascimento traz uma importante contribuição no sentido de pensar para além das narrativas que ora operacionalizavam a história capixaba em função do atraso, ora a colocavam como galopante rumo ao progresso. O autor propõe uma visão crítica a respeito dessas duas vertentes e busca através do conceito koselleckiano de temporalidade compreender que existem distintos estratos de tempo convivendo em uma mesma sociedade e não uma única experiência totalizante – e acelerada – de se experimentar o tempo histórico.

Portanto, aos moldes dessa importante tendência historiográfica local, pretendemos refletir a respeito das diversas possibilidades de se experimentar o tempo à época do advento do discurso modernizador em terras capixabas. Em outras palavras, almejamos demonstrar que parte da sociedade e da cultura vitorienses se alinhavam aos preceitos modernos, isto é, de um estrato de tempo inclinado ao futuro, ao passo que outros representavam a sua relação com o tempo pautados em experiências tributárias de certa tradição local.

Dessa forma, acreditamos que a maneira de pensar e representar a morte no Espírito Santo do século XIX e do início do século XX é bastante reveladora dessas diferentes maneiras de temporalização da experiência surgidas em território capixaba àquela época. Afinal, como os diferentes grupos que compunham a sociedade local reagiram diante da necessidade de se modernizar o morrer? Quais os consensos e dissensos produzidos a partir desse processo e como eles são capazes de revelar a convivência – e a divergência – de diferentes temporalidades e representações da morte em âmbito local?

É visando responder a tais questionamentos que propomos a seguir uma reflexão a respeito das inúmeras lutas por representação e pela resignificação da morte existentes na sociedade capixaba do Segundo Reinado e dos primeiros anos da República.

A resignificação do morrer diante da modernidade: as lutas pela representação da morte no Espírito Santo da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX

A partir da problematização do significado da modernidade e do entendimento de que esse fenômeno não se deu forma homogênea no mundo ocidental, buscamos

desenvolver uma narrativa que elucide parte do desenrolar de questões relacionadas à forma de lidar com a morte e com a alteração das sensibilidades sobre o morrer na capital do Espírito Santo da segunda metade do século XIX em diante.

Para tanto, é necessário inferir que a recepção da modernidade no Espírito Santo não se deu de forma linear e progressiva. Os distintos grupos que compunham aquela sociedade não aceitavam passivamente as interpelações que alteravam sua maneira de compreender e experimentar o mundo no que tangia às questões relacionadas ao morrer, assim como não abriam mão das suas tradições em prol de novas representações sem antes promoverem disputas por suas formas de ler o mundo. Com o objetivo de ilustrar os diferentes posicionamentos em favor da tradição ou da modernização dos hábitos funerários, temos os seguintes relatos:

Não era possível que o cristianismo oriundo da religião de Moisés fosse buscar longe dela o sistema de inumações dos cadáveres de seus sectários, não era possível que em uma religião que prega a ressurreição da carne, que encara à morte como o ponto de partida para a eternidade não preparasse decentes leitos para o repouso dos que iam empreender a misteriosa viagem da vida eterna, não era possível que uma religião selada em primitiva idade, com sangue de tantos mártires e confessores não determinasse lugar decente para o descanso final de tão venerados despojos. [...]

Filho dessa religião tão sublime não podemos nos furtar ao dever caridoso de vir ante a assembleia legislativa desta província com o fim de tornar cristão em tudo o cemitério público desta capital [...]

É triste em demasia lamentável o estado em que jaz esse cemitério [público], por tantas considerações merecedor dos atenciosos cuidados dos Srs. Deputados da assembleia provincial, com eles contamos, para eles apelamos (O ESPÍRITO SANTENSE, 1870, ed. 14).

O outro posicionamento era expresso da seguinte maneira:

Debalde tem o academicismo tentado provar que os cemitérios são focos de infecções, por meio de princípios falsos e imorais, nada tem conseguido, apesar de todas as tentativas em nome da ciência.

É fato conhecido nesta cidade que os cemitérios antigamente eram dentro do corpo das igrejas. Ora, em virtude dos que pretendem dar aos cemitérios o título da destruição dos vivos, era impossível se conciliar a vida neste tempo, porém se vivia muito, e em vista da população já crescida, se davam mensalmente 2 a 3 óbitos. Hoje que todos os cemitérios se acham afastados do centro desta capital, em lugares cercados de vegetais onde pode se dar facilmente a troca do carbono e oxigênio, vemos crescer extraordinariamente o obituário

A vista disso, onde está a influência nociva dos cemitérios sobre nós? [...] (O ESPÍRITO SANTENSE, 1883, ed. 8).

A primeira opinião apresentada no jornal *O Espírito Santense*¹⁴ – que tradicionalmente defendia ideias conservadoras – idealizava o morrer como um momento sublime, regimentado pela tradição religiosa. Em função disso, esse evento mereceria respeito e contemplação, portanto, deveria ocupar naquela sociedade um lugar decente, limpo, bem cuidado e longe dos profanadores. Já no segundo excerto, publicado no mesmo periódico e escrito por Antônio Ataíde, engenheiro e político local, temos a defesa da manutenção dos cemitérios intramuros com argumentos baseados nos preceitos científicos da época. São duas maneiras distintas de representar a morte e o morrer na Vitória oitocentista que expressavam formas diferentes de harmonizar aquelas novas experiências temporais.

Além de temporalizações distintas, é interessante notar que o autor do primeiro excerto argumentava no sentido de propor mudanças na forma de pensar a morte e, para tanto, se utilizava de vários preceitos religiosos. Já a fala do segundo autor defendia a manutenção dos costumes funerários fazendo uso de ditames científicos que circulavam à época. Ambos procuravam se apoiar nos saberes que validavam posicionamentos a respeito de algum tema à época.

Ainda analisando os trechos extraídos do periódico *O Espírito Santense* sob outra perspectiva, temos que ressaltar que esses discursos podem ser entendidos como maneiras diferentes de representação da morte e do morrer. Como uma maneira de complexificar o real, a representação pode ser esmiuçada em duas frentes: sendo a primeira capaz de representar algo ausente ou a segunda, que visa a representação como exibição de uma figura.

O primeiro tipo de representação tem por objetivo remontar algo que não se encontra presente, de maneira que seja capaz de refigurar o representado, ou, nas palavras de Roger Chartier: “a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por causa de uma imagem capaz de o

¹⁴ O jornal *O Espírito Santense* foi publicado na capital da província entre os anos de 1870 e 1888. Seu posicionamento político alinhava-se ao Partido Conservador. O proprietário e responsável por redigir o periódico era José Marcellino Pereira de Vasconcelos. Após o ano de 1872, o jornal teve como proprietário Manoel Coutinho Ribeiro Mascarenhas. Já em 1873, a folha noticiosa pertenceu ao capitão Pedro de San'tanna Lopes. em 1874, Basílio Daemon adquire o jornal e o gerencia até o fim das suas publicações. *O Espírito Santense* tinha seções dedicadas notícias do exterior, história e literatura nas respectivas partes: “Exterior”, “Literatura”, “Ecos do passado”. Havia também seções como “Poesias”, “Transcrições”, “Anúncios” que combinavam os mais variados assuntos. Política, cotidiano, história, religião são assuntos recorrentes nesse folhetim (SCOLFORO, 2011, p. 25-26).

reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1990, p. 20). Os produtos dessa representação seriam, portanto, os referentes, que representam o signo à sua verossimilhança.

Já o segundo tipo diz respeito a representação de um sentido, por meio de um símbolo que remete a uma ideia. Ao visualizarmos o objeto que o representa, nos lembramos de seu significado, tal como o pelicano que lembra a força do amor parental ou o gato preto que é associado ao azar. Assim, conforme o historiador francês, a representação deve ser entendida como um relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente (CHARTIER, 1990, p. 21), sendo que estas duas significações se equivalem.

Nesse sentido, os personagens acima citados deram a ler suas formas de representar a morte, e derivado disso, disputavam quais práticas culturais relacionadas a essas maneiras de compreender o morrer saíam vitoriosas. Como ambos divergiam na forma de entender o morrer, essas representações travaram embates para que uma figuração hegemônica se sobrepusesse perante as demais.

Essas seriam, portanto, lutas por representações, que segundo Chartier servem para colocar em jogo a ordenação e a hierarquização da própria estrutura social. O autor acredita que se pudermos identificar as estratégias que regulamentam e incidem a posição de cada grupo, poderemos compreender melhor as relações que são atribuídas a cada tipo de classe (CHARTIER, 1990, p. 23). Em outras palavras, entendendo os interesses das representações imbuídas na produção de cultura, seria possível elucidar – ainda que de forma limitada – as intenções propostas por distintos grupos sociais acerca de determinado tema.

Nesse sentido, mais do que a hegemonia de uma única visão, ou a sobreposição de um olhar sobre os demais, acreditamos que o processo de mudança na maneira de compreensão da morte na realidade capixaba do Oitocentos e do início da República se constituiu como uma verdadeira luta por representações, na qual distintas formas de entendimento da experiência com a modernidade influenciavam na produção desses novos modos de se representar a cultura do morrer. Além disso, essa é uma dinâmica que não pode ser compreendida sem uma reflexão a respeito da complexa relação estabelecida entre as representações, o saber e o exercício do poder na era moderna. É em tal sentido que na busca por regularidades existentes nos processos de formação

discursiva associados à modernização, para além de uma história da ciência, a arqueologia proposta por Michel Foucault poderá auxiliar-nos como uma ferramenta metodológica capaz de apreender as contradições e descontinuidades presentes na materialização das positivities dos saberes científicos analisados em nosso trabalho.

A análise das práticas discursivas, de acordo com a perspectiva arqueológica do filósofo francês, busca definir os discursos enquanto práticas que obedecem a regras formadas dentro e fora da linguagem e sempre associada a determinadas disputas por poder. Consciente de que há um embate em torno do estatuto de verdade, do conjunto de regras através das quais se estabelece o verdadeiro e o falso, a arqueologia investiga o domínio do saber dentro de um sistema lógico, linguístico e psicológico que configura determinado regime de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 1-20). Para o que é almejado no presente trabalho, isto é, o entendimento das mudanças no sentido da morte diante da modernização dos costumes na cidade de Vitória, a arqueologia foucaultiana servirá à dupla função de esclarecer e de apontar os limites do estabelecimento da maneira moderna de se conceber a morte enquanto discurso no debate público capixaba da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX.

Com o intuito de demonstrar a referida tese, no primeiro capítulo, abordamos a especificidade da política local, explanando as particularidades da configuração das agremiações políticas capixabas da segunda metade do século XIX até os primeiros anos do século XX. Estes agrupamentos deram origem aos partidos políticos locais que, inicialmente, estiveram alinhados às correntes liberal e conservadora.

Após o surgimento dos partidos políticos no Espírito Santo, buscamos definir os contornos ideológicos dados a cada facção, nos preocupando com as nuances de cada grupo e suas variações. Tais matizes servem para atestar que nem sempre esses agrupamentos foram fiéis às suas orientações ideológicas diante das situações políticas locais.

A menção à formação da composição e dos posicionamentos políticos da camada dirigente local foi fundamental para compreendermos as ações encampadas por esses indivíduos no sentido de alterar sensibilidades e comportamentos envolvendo os rituais funerários vividos na capital capixaba.

A chegada da modernidade no Espírito Santo trouxe consigo novas percepções a respeito das sensações experimentadas em relação ao morrer. Coube aos políticos locais arbitrar as disputas a respeito das representações da morte encampadas pelos distintos grupos que compunham aquela sociedade. Nesse cenário, os administradores públicos capixabas nem sempre se mostravam condizentes com sua filiação ideológica ou tampouco assumiram posicionamentos muito claros em relação à modificação ou manutenção dos costumes fúnebres capixabas. Em diversos momentos, tentamos demonstrar como esse grupo dirigente local se apresentou como um fiel da balança para gerenciar os dissensos e consensos envolvidos nessa questão.

Como fontes, utilizamos os relatórios de presidente de província e os jornais locais¹⁵ produzidos na segunda metade do século XIX até o ano de 1912. Os primeiros compreendem as falas oficiais dos presidentes de província resumindo suas atividades administrativas. Essas informações eram apresentadas aos membros da assembleia provincial ao final de seus governos que duravam, em sua maioria, um ano. Utilizamos também como fontes os periódicos de diversas tendências, tais como *Correio da Vitória*, *A Província do Espírito Santo* e *O Espírito Santense*.

¹⁵ Para nos inteirarmos um pouco mais em relação ao debate ocorrido nos jornais vitorienenses, é válido trazermos à tona aspectos sobre sua filiação política, sobre os financiadores dos impressos, bem como o que diz respeito à parte da configuração desses jornais que circulavam desde meados do século XIX no Espírito Santo. Tal adendo se faz necessário pois, em consonância com o trabalho de Mariana A. Pícoli, entendemos a influência política e os méritos dos impressos do Brasil Império como ponto fulcral de nossa história política. É válido, portanto, historicizá-los para compreender que eles representaram importantes agentes de intervenção na sociedade, assim como encontravam-se atrelados a interesses políticos, econômicos, culturais, entre outros (PÍCOLI, 2009, p. 13). Ademais, nele se encontra embutida a noção de opinião pública, que segundo o historiador Marco Morel seria "um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral" (MOREL, 2012, p. 23). Ainda de acordo com o autor, a opinião pública relaciona-se com um vocabulário político que influenciou na formação dos espaços públicos no Ocidente a partir de meados do século XVIII. Em outras palavras, a: "opinião [teria] peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado" (MOREL, 2012, p. 24). Outro ponto crucial para o entendimento do lugar ocupado pela imprensa é o surgimento da figura do redator panfletário. Esse homem de letras é visto, segundo Morel, como um "portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica". A ela cabe a difusão de ideias e as pelejas dos embates de uma época repleta de inovações, qual seja, a da modernidade ocidental (MOREL, 2012, p. 25). Tendo tal panorama em vista, destacamos três periódicos utilizados em nossa investigação: *Correio da Vitória*, *Província do Espírito Santo* e *Espírito-Santense* que foram desde meados do século XIX palco de debates políticos e estiveram a serviço da circulação de ideias, de modelos e de práticas sobre a gestão da morte e do morrer na capital capixaba. Esses jornais foram escolhidos pelo fato de representarem posicionamentos de grupos divergentes entre si, já que as orientações políticas desses impressos ficam bem explícitas nos editoriais ou podem ser deduzidas a partir das fontes de financiamento às quais os periódicos se vinculam. Ainda pensando nesses veículos, temos as fontes oficiais publicadas dentro dos impressos. Os jornais serviram para divulgar as decisões tomadas na Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo e na Câmara Municipal de Vitória, o que nos permite conhecer parte das divergências entre os grupos envolvidos no debate acerca do deslocamento geográfico das necrópoles.

No capítulo dois, buscamos apresentar como a medicina se firmou enquanto saber hegemônico perante as mais variadas práticas de cura existentes no Brasil oitocentista. Levamos em consideração as terapias marginalizadas e seu lugar no imaginário dos indivíduos, bem como as lutas por representação travadas pelos médicos para se firmarem como autoridade. O resultado da consolidação da profissionalização da ciência médica foi a extensão de seus saberes científicos para além dos muros das academias, intervindo nos costumes e hábitos da população visando, dentre os seus vários objetivos, conduzir uma aceleração do tempo junto à sociedade e rumo à tão sonhada modernidade.

Na tentativa de consolidar tais ideais, os médicos, que muitas vezes também compunham o corpo administrativo local, procuraram alterar as atitudes perante a morte da população e para tanto, recorreram ao apoio de outros membros das camadas dirigentes, quais sejam: os políticos. O que se viu, portanto, foi a longa tentativa de implementação de novos hábitos e novos significados para a morte e o morrer de modo que os seus contemporâneos superassem práticas culturais provenientes de outros estratos de tempo que não mais condiziam com as expectativas alimentadas pelo futuro otimista desses “homens modernizadores”.

Para pensar como se deram as ações e as representações da morte e do morrer entre o grupo de médicos capixabas, buscamos os relatórios por eles apresentados aos presidentes de província, além dos ofícios escritos por inspetores de saúde, aliados às notícias encontradas em jornais da capital.

O capítulo três, por sua vez, está voltado para o entendimento da constituição de outro saber técnico que disputava espaço na sociedade: a engenharia. Assim como a medicina, o campo da engenharia tentava se firmar enquanto conhecimento válido para alterar a realidade brasileira oitocentista, especialmente, no que tangia aos avanços rumo à tão idealizada modernização.

Nesse sentido, buscamos com essa etapa balizar o campo de conhecimento dos profissionais da engenharia para, após conhecermos os embates travados dentro do campo em si, tentarmos compreender como os engenheiros atuaram, principalmente, junto a dois governantes cruciais para a modernização do Espírito Santo, a saber: Muniz Freire e Jerônimo Monteiro. Conforme outros trabalhos da historiografia capixaba já

apontaram, a reformulação urbana encampada (ou sugestionada) por esses políticos mesclados aos novos ideais republicanos e positivistas de parte da engenharia serviu para propor novas discussões ao campo da modernização dos espaços físicos, o que incluía, na visão desses indivíduos, uma reformulação das velhas práticas culturais nos locais reordenados à luz das reformas urbanas modernizadoras.

Neste caso, utilizamos como fontes primárias, os jornais, as cartas e os artigos publicados por engenheiros nos periódicos, os relatórios dos engenheiros enviados aos presidentes de província e de estado, uma revista especializada chamada *Club de Engenharia*, ofícios da câmara municipal e da intendência de Vitória.

O quarto capítulo, finalmente, aborda a construção das concepções sobre a morte ao longo do tempo e as transformações do entendimento do morrer no Ocidente orientadas pela Igreja Católica europeia. Ainda nessa seção, nos focamos nas práticas funerárias desenvolvidas no Brasil no século XIX, buscando compreender as peculiaridades de tais práticas no território capixaba.

Para tanto, estabelecemos como um dos objetivos dessa etapa do trabalho esmiuçar as principais diretrizes da instituição religiosa que orientavam o imaginário cristão, assim como influenciavam a maneira de conduzir o morrer do indivíduo que professava a fé católica no Oitocentos, afunilando a temática até chegarmos nas particularidades regionais. Entre as metas desse capítulo está também a demonstração das atitudes “ensinadas” aos cristãos apostólicos romanos e de que forma elas incidiram fortemente nas práticas de enterramento. Ademais, buscamos compreender como elas entraram em choque com os parâmetros estabelecidos no alvorecer da modernidade na capital capixaba. Na tentativa de alterar tais hábitos, foram buscadas formas de adequação dos rituais funerários aos novos cânones propostos pela modernidade. Entretanto, na contramão de outras capitais brasileiras da época, na cidade de Vitória houve resistência à atualização dos ritos, mesmo quando a proposta defendia o deslocamento da gerência de parte dos rituais sob responsabilidade de uma instituição pia.

Tal fato criou uma trajetória única e com meandros tortuosos na sua maneira de viver a modernização, ou melhor dizendo, alternativa, pois sua experiência histórica com o morrer pode ser representada por mais dissensos que consensos em torno da defesa das tradições ou da resistência à modernização. Em decorrência desses embates,

pretendemos compreender os conflitos entre a maneira de pensar e gerir o morrer religioso – especialmente, das irmandades – e os demais grupos da sociedade que não concordavam com a manutenção dos padrões de costumes funéreos. Acreditamos que, possivelmente, as irmandades tenham oferecido resistência às transformações do imaginário relacionado à morte. Isso se deu, principalmente, em função da crença que o deslocamento dos cemitérios da proximidade das igrejas poderia afastar os fiéis da salvação junto a Deus, somando-se a isso ainda o medo da perda do poderio econômico dessas agremiações e o esvaziamento de sentido dessas confrarias.

Para elucidar como tais manifestações contra a construção da necrópole distante do centro urbano ocorreram, pretendemos recorrer aos jornais e também aos debates políticos contidos nas atas e nos anais da Assembleia Provincial do Espírito Santo, onde tais modificações das práticas funerárias eram debatidas. Foram utilizados também, os livros de registro de óbitos, os Manuais de Bem Morrer, as atas das reuniões organizadas pelas irmandades locais, documentos-oficiais localizados no arquivo público produzidos pelos provedores da Santa Casa de Misericórdia, além dos periódicos do período.

Portanto, almejamos compreender quais eram as leituras acerca da morte e do morrer encampadas pelas irmandades leigas da capital que entravam em conflito com os ideais de modernidade disseminados por parte da elite política, dos médicos, engenheiros e por membros da população letrada na cidade de Vitória.

Esse percurso permitirá que confirmemos a tese principal sustentada no presente trabalho, isto é, a de que a permanência de algumas práticas e representações da morte e do morrer em território capixaba – como a manutenção tardia de um cemitério intramuros na urbe vitoriense – foi muito mais o resultado de uma forma própria - “negociada” ou “alternativa” – de experimentar a temporalidade moderna, do que a expressão de um “atraso” ou de um “erro de percurso” no processo de modernização do Espírito Santo durante o fim do Império e as décadas iniciais da Primeira República.

CAPÍTULO 1

A política do sensível: os grupos dirigentes e sua maneira de compreender a morte no Espírito Santo do Segundo Reinado às primeiras décadas da República

A constituição do ideário político das camadas dominantes brasileiras ao longo do século XIX

A forma de vivenciar a morte passou por diversas transformações ao longo do século XIX brasileiro. No Espírito Santo, parte dessas mudanças ocorreu após longos debates entre membros da camada dirigente local, que de forma variada e utilizando-se das mais distintas estratégias de articulação entre práticas e representações foi capaz de ditar parte dos rumos a respeito do significado da morte e do morrer em terras capixabas no Oitocentos.

Composto por um heterogêneo grupo de homens letrados, esses setores dirigentes eram constituídos por uma ampla e variada camada de funcionários públicos, de eclesiásticos, de jornalistas e de profissionais liberais que ao longo do Segundo Reinado e dos primeiros anos da República desempenharam um importante papel como artífices da política e da mudança dos costumes da população.

Mais do que qualquer outra camada social, esse grupo tomou as rédeas do debate rumo à modernização do Brasil em meados do século XIX. O contato com ideias vanguardistas europeias a respeito de distintas práticas culturais movimentou os grupos dominantes do país no sentido de transformar a nação brasileira em algo que se assemelhasse ao velho continente, principalmente no que tangia aos hábitos e aos costumes. Pautados no referencial europeu de civilização, esse grupo dirigente encampou projetos de nação que colocariam o Brasil em uma escala civilizacional mais próxima do que era considerado desenvolvido, moderno e sobretudo, oposto ao atraso econômico, social e cultural.

Tal qual afirmado por Ilmar R. Mattos, esses componentes do grupo que estava à frente das principais decisões políticas do país serviam-se das imagens e conceitos que não estavam referenciados no Brasil e por isso, seria preciso buscá-los em terras distantes

para compreender a nossa própria realidade e para onde ela apontava (MATTOS, 1987, p. 1).

Por seus interesses e vínculos comuns, estes dirigentes compunham a alta burocracia imperial, exemplificada não apenas por membros de cargos eletivos – como presidentes de província, senadores, deputados provinciais, vereadores – como também pela influência de elementos externos à esfera político-administrativa tradicional – tais quais bispos, magistrados, proprietários rurais, médicos, professores, jornalistas e literatos – que de maneira conjunta orientavam suas ações e influenciavam nas diretrizes propostas pela política oficial. Assim, os dirigentes burocráticos, afinados com os interesses desses grupos abastados, serviam aos princípios de ordem e civilização, pensando em estratégias para a sua divulgação e aplicação na realidade (MATTOS, 1987, p. 3-4).

Outro elemento que conferia identidade e homogeneidade a essa camada privilegiada da população era a formação educacional e o acesso às letras em geral. Como percebido por José Murilo de Carvalho, a educação contribuiu para unificar ideologicamente os membros dos grupos dominantes do país, afinal, ser letrado no Brasil imperial seria uma espécie de sinônimo de pertencimento aos grupos mais privilegiados da sociedade (CARVALHO, 2008, p. 65).

Nesse sentido, é relevante dizer que o tipo de formação era outro amálgama para garantir a coesão desse grupo dominante. A maioria dos membros dessa elite estudava ciências jurídicas, o que fornecia entre eles instrumentos mais ou menos homogêneos de conhecimento. Além disso, os espaços de formação buscados por esses indivíduos eram basicamente as mesmas instituições e centros de ensino, tanto na Europa quanto no Brasil do pós-independência¹⁶.

Portanto, além da homogeneidade e da diferenciação em relação ao restante da sociedade, esse letramento também promovia um tipo de sociabilidade a partir dos contatos pessoais entre esses indivíduos que, por se encontrarem sob a influência de uma matriz educadora pouco diversa – devido ao rígido controle ao qual estavam submetidas as escolas superiores portuguesas e brasileiras – acabavam por estabelecer laços e interesses políticos e sócio culturais comuns (CARVALHO, 2008, p. 65).

¹⁶ Antes da independência do Brasil e dos anos 1820 em geral, o principal destino dos mais jovens era a universidade de Coimbra, em Portugal. No pós-independência, existiram quatro províncias brasileiras com formação superior, sendo duas com cursos na área de Direito (CARVALHO, 2008)..

Mas, além desses elos socioculturais elementares, se faz necessário delinear parte do âmbito ideológico em que a camada dirigente brasileira do século XIX se inseria e que direcionava um repertório ideal para as suas ações na construção política da nação.

Marcado pela emancipação política da antiga colônia e seguido por décadas de instabilidade política até a chegada de D. Pedro II ao trono, o início do século XIX brasileiro abriu espaço para o fortalecimento de um conjunto de ideias que serviu para fornecer um direcionamento à leitura da realidade por parte dos membros da classe dominante imperial: as assim chamadas ideologias liberal e conservadora.

As ideias liberais foram importantes na orientação política ao longo de todo o Império brasileiro e também no período republicano. De acordo com Antônio Carlos Peixoto, o liberalismo clássico do século XVIII se pautava nas ações individuais do ser humano, sendo elas que fundamentalmente construiriam o mundo. No entanto, para os componentes dessa corrente de pensamento seria preciso existir liberdade para que as ações dos indivíduos pudessem, de fato, ser construtivas. A partir da liberdade almejada pelo liberalismo, o indivíduo deveria ser capaz de definir os objetivos e qual a melhor forma de alcançá-los (PEIXOTO, 2001, p.14)

No Brasil, o pensamento liberal advogava sobretudo a ideia de que a população deveria usufruir de sua "liberdade política" em relação à antiga metrópole. Entretanto, existiram muitas especificidades do discurso liberal brasileiro, pois os adeptos de tal ideologia defendiam posicionamentos progressistas em relação à emancipação política do Brasil, mas ao mesmo tempo tentavam manter a ordem escravocrata vigente em terras brasileiras (GUIMARÃES, 2001, p. 104).

Todavia, essa (e outras) peculiaridades não impediriam o desenvolvimento de uma concepção marcadamente nacional de liberalismo. A convivência com as ideias liberais fomentou muitas transformações no Brasil oitocentista. Assim, embora tenham havido algumas inconformidades com os cânones do pensamento liberal europeu, o mero contato e a divulgação desse conjunto de pensamentos políticos contribuiu de forma efetiva para o rompimento em relação a importantes elementos da ordem estabelecida até então.

Tomemos por exemplo o âmbito dos costumes. Para além das rupturas políticas e sociais, o advento do liberalismo entre as camadas dirigentes da sociedade brasileira de meados do século também trouxe consigo alterações na cultura e nas formas de pensar os hábitos do corpo social. Ou seja, o fomento revolucionário proporcionado pela convivência com as ideias liberais engendrou o processo de rompimento com a tradição e a abertura de espaço para o que se entendia como a modernização da nação.

Nesse mesmo sentido, Lúcia Bastos Neves acredita que as ideias que questionavam o peso da tradição – a permanência de valores, atitudes, crenças e anseios – rumavam ao desaparecimento, no mesmo ritmo em que as ideias liberais estavam chegando e se fortalecendo cada vez mais nas primeiras décadas do século XIX. Isso indicava o questionamento de paradigmas imemoriais daquela sociedade, tal como o valor da religião como impulsionador de anseios dos indivíduos e o fortalecimento de outros ditames, como, por exemplo, a ideia de progresso (NEVES, 2001, p. 74). A chegada de obras de autores iluministas, a vivência e formação dos intelectuais brasileiros em ambientes como a universidade de Coimbra e a circulação dos periódicos contribuíram para a recepção do cânone moderno europeu em terras brasileiras.

Por isso, é correto entender que os liberais desse referido contexto colocaram em prática um projeto de intervenção nos costumes e na vida cotidiana da população que compunha todas as camadas da sociedade, inclusive as menos privilegiadas. Esse grupo político dirigente idealizava uma intervenção global por meio de um projeto de hegemonia ideológica e cultural (REIS, 2012, p. 275). Entre as pautas desta intervenção estava uma campanha civilizatória contra a barbárie, da cultura dos grupos dominantes contra a popular, de uma nova formação de hábitos inspirados nos parâmetros europeus (de preferência, dos franceses).¹⁷

¹⁷ Com certa recorrência, a historiografia oitocentista aponta duas grandes influências externas, especialmente, após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, quais sejam, Inglaterra e França. A interferência inglesa é descrita predominantemente no campo da política e da economia, ao passo que a dos franceses concentrava-se nos aspectos culturais. Entretanto, é possível identificar interferências nos mais variados campos da sociedade advindas das nações europeias e demais países da América, que inclusive disputavam entre si para que se mantivessem como hegemônicas. Os estudos de José Murilo de Carvalho (1990) demonstraram como o imaginário brasileiro do final do século XIX foi construído com finalidade de formar as almas para o novo sistema político de então. Para tanto, o historiador demonstrou que as influências políticas (jacobinos franceses, liberalismo norte-americano e positivismo) digladiaram-se entre si, em meio a essa batalha, símbolos, alegorias, mitos, particularmente os herdados pela Revolução Francesa foram acessados e utilizados para compor o novo espírito da nação brasileira. A riqueza de materiais iconográficos produzidos pelos franceses pode ser mapeada por Carvalho:

Essa dicotomia era posta da seguinte maneira: a cultura branca civilizada do velho continente *versus* os hábitos atrasados, coloniais e mestiços. O objetivo era que as “instituições liberais” fossem um instrumento capaz de intervir nos costumes do povo sem que fosse abandonada a velha tradição de dominação paternalista (REIS, 2012, p. 275).

Como mencionado, entretanto, não só o liberalismo desempenhou um papel importante enquanto ideologia capaz de guiar as profundas mudanças ocorridas na cultura e sociedade brasileiras do século XIX. Assim como o pensamento liberal, o conservadorismo também contribuiu de forma substancial na interpretação da realidade no Brasil imperial.

Tendo surgido na era moderna como uma espécie de reação aos impulsos revolucionários contemporâneos – tanto na França quanto no Novo Mundo –, o pensamento conservador encontrou expressão em alguns importantes pensadores europeus, como Edmund Burke e Alexis de Tocqueville. Essa corrente política advogava a manutenção do sistema político vigente e contrapunha-se às transformações propostas por outras forças inovadoras (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 242). O conservadorismo possuía em termos gerais uma visão estática em relação aos seres humanos e à natureza. Para os adeptos desse pensamento, a história apresentava apenas desenvolvimento cíclico e tinha como função racionalizar o passado contado por meio de mitos.

Na realidade europeia, desde o século XIV estava em curso o que Norberto Bobbio chamou de “mundanização da vida”, o que, por outro lado, não significava a eliminação dos valores morais, tampouco a negação de valores transcendentais. O conservadorismo de Burke acreditava na realização do homem na sociedade com leis próprias para determinar os imperativos de ordem transcendente. Assim como os liberais, os conservadores conferiam valores ao conhecimento científico e reforçavam o significado da progressiva desintegração da ordem hierárquica da sociedade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 244).

monumentos, obras de arte, caricaturas publicadas em jornais reforçavam as referências francesas no Brasil, não só no imaginário político, mas também como referência de patamar civilizacional.

O conservadorismo clássico, portanto, entendia que o ser humano possuiria limitações inerentes, e esses limites distantes e distanciáveis necessitariam de coação política, um fator importante e necessário no funcionamento da sociedade. Sem o poder político, a sociedade não teria o amálgama ou o “cimento” que evitaria o anarquismo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 245). Além disso, “a visão da história como construtora se confundia com a ideia do tempo no pensamento conservador” (PEIXOTO, 2001, p. 26). Portanto, para eles só o tempo poderia alterar costumes e práticas e não rupturas abruptas no curso da história. Dessa maneira, o conservadorismo rejeitava as modificações por meio das revoluções, da mesma forma que eram contrários às mudanças em que não predominassem o controle do poder executivo (PEIXOTO, 2001, p. 27). De acordo com a lógica conservadora, os distintos grupos sociais possuiriam maneiras próprias de se formar, de se modificar e cada um deles teria histórias particulares que nem sempre se enquadrariam em leis gerais capazes de explicá-los.

Em que pese essa caracterização da vertente política conservadora na Europa ocidental, é preciso ressaltar as peculiaridades e as leituras específicas dos brasileiros a respeito dessa corrente ideológica no período imperial. Ou seja, tal qual ocorrido com o pensamento liberal, o conservadorismo encontrou uma série de especificidades na realidade brasileira. Dentre elas, podemos citar de início que não houve no Brasil um conservadorismo puro ou plenamente pautado nas ideias de Burke ou Tocqueville. Por aqui, tivemos um conservadorismo que em grande medida derivava do liberalismo (SIQUEIRA, 2011, p. 119).

Em função disso, as duas principais vertentes políticas oitocentistas chegaram a ter vários consensos, chegando ao ponto de o conservadorismo brasileiro ter defendido pautas que na Europa, eram consideradas liberais. Os conservadores do Novo Mundo eram contra o absolutismo, defendiam uma monarquia constitucional representativa com divisão entre os poderes, além de serem favoráveis à garantia dos direitos civis e políticos do cidadão (BASILE, 2000, p. 101).

Assim, em termos práticos, o principal ponto de discordância entre conservadores e liberais locais girava em torno da questão da centralização administrativa. Aqueles defendiam o governo central forte, tal como o poder moderador, ao passo que estes reclamavam maior autonomia para as províncias. É possível acrescentar também que,

para os adeptos do conservadorismo à brasileira, as transformações que aconteciam com o passar do tempo não seriam simples produtos do progresso. Elas seriam respostas às demandas da sociedade (PEIXOTO, 2001, p. 27).

Nesses termos, temos que de maneira geral, os conservadores poderiam não ter encampado as mesmas reformas de costumes e hábitos na sociedade brasileira oitocentista. Mas isso não significa também que eles eram contrários à modernidade e às mudanças. O conservadorismo temia a falta de controle nas modificações que não executasse de maneira gradual e não tivesse um poder político que as coordenasse (SIQUEIRA, 2011, p. 120).

No que pesem a força e a independência própria a cada uma dessas ideologias, cabe ressaltar que no século XIX brasileiro essas ideias se imbricaram de forma complexa e fluida, de modo que mais do que simples reprodutores de uma lógica ideal estabelecida a priori, os atores deste cenário apresentavam as mais variadas e imprevisíveis estratégias de articulação política. Nesses termos, Júlio Bentivoglio propõe que reflitamos sobre as distintas temporalidades desenvolvidas de forma simultânea em diferentes localidades do Brasil. Nesta lógica não é possível considerar apenas as ações oriundas da corte instaurada na cidade do Rio de Janeiro no século XIX para compreendermos, por exemplo, o cenário político do Brasil oitocentista como um todo. Em outras palavras, há que se pensar as particularidades da vivência do tempo em cada localidade e como esses fatores influenciaram na forma como a recepção de novas ideias se deu em determinado lugar (BENTIVOGLIO, 2016, p. 3).

Não haveria, portanto, um único sentido de emanção de decisões, tampouco uma convergência de determinações oriundas de um único centro irradiador de poder. Teriam existido também autoridades locais que coexistiam com o poder central, sendo que esses poderes enraizados constituíram o que pode ser denominado como um modelo rizomático (BENTIVOGLIO, 2016, p. 8). Este tipo rizomático de entendimento da política propõe que nos voltemos para os espaços de convergência e divergência dos poderes, assim como para a necessidade de nos atentarmos às fragmentações de relações não estáticas de poder (BENTIVOGLIO, 2016, p. 9).

Dessa forma, é fundamental ressaltar que as relações de poder do Brasil oitocentista devem ser compreendidas para além da antiga ideia de verticalização e horizontalização

presentes na historiografia tradicional. Além disso, como apontado por Mirian Dolhnikoff, a dinâmica dos poderes políticos nas províncias oitocentistas teria levado à formação de grupos das altas camadas da sociedade que passaram a se especializar na gerência do Estado após a criação das Assembleias Provinciais. Esses setores da sociedade possuíam uma certa autonomia em relação ao poder central da corte, pois elas advogavam, por exemplo, em nome de questões regionais pontuais ligadas aos interesses locais, que inclusive nem sempre eram dominantes em suas províncias (DOLHNIKOFF, 2005, p. 82).

Dessa maneira, tomando como ponto de partida essas análises, é possível inferir que o ideário surgido no cenário nacional possuiu influência direta sobre as ideias e sobre os embates políticos travados na realidade capixaba da segunda metade do Oitocentos. Entretanto, é preciso ressaltar a complexidade e as especificidades das discussões políticas (com evidentes imbricações para a cultura) desenvolvidas por esses indivíduos ao longo do século XIX local. Devemos atentar para a fluidez e para o caráter heterogêneo dos posicionamentos dos atores políticos que compunham as classes dirigentes locais, bem como para os limites das ações pautadas pelas ideologias das distintas agremiações políticas espírito-santenses.

Partindo da ideia de que não haveria previsibilidade das atitudes dos atores locais, compreendemos que existia uma considerável flexibilidade no xadrez político e que dissensos poderiam ocorrer no interior de grupos a respeito de uma causa. Dessa forma, nos debruçando sobre a influência deste ideário sobre o comportamento e a cultura locais, poderíamos nos indagar: de que modo as ideologias liberais e conservadoras teriam influenciado nos costumes e na maneira pela qual os capixabas entendiam a morte e o morrer? Seriam todos os liberais, enquanto facção, a favor da modificação dos costumes a ponto de higienizar e regulamentar os rituais funerários de acordo com os cânones científicos? De que forma esses debates tiveram influência direta na maneira de gerir a morte em terras capixabas? Partindo desses questionamentos, no que segue, iremos perscrutar os posicionamentos da comunidade política capixaba no século XIX para logo em seguida discutirmos como os grupos dominantes locais entenderam e discutiram as questões ligadas à morte e ao morrer.

Em um segundo momento, compreendemos que as alterações sensoriais, sob influência dos novos saberes desenvolvidos no século XIX, produziram outras representações

acerca do cheiro e do incômodo dos cadáveres inumados nos templos e nos cemitérios intramuros da capital. Com a inflexão na maneira de perceber os odores e na forma de significá-los, compreendemos que seria possível entender quais os argumentos estavam sendo construídos para que a mudança na tradição não sofresse uma ruptura dramática por conta da aceitação da modernidade. Essas discussões fomentadas entre os dirigentes locais e intelectuais que se manifestavam nos jornais da capital foram importantes para entender o processo de modificação das atitudes relacionadas à tolerância dos cheiros.

Ademais, com a análise dos documentos oficiais produzidos pela classe política da província do Espírito Santo na segunda metade do Oitocentos e em especial no que se relaciona às suas decisões sobre as formas de administrar os rituais funerários, na terceira parte do presente capítulo compreenderemos como esse grupo dirigente buscou influenciar e gerenciar as práticas e as percepções de seus contemporâneos a respeito da morte. Nessa etapa, produziremos um insumo destas discussões de modo a fornecer um balanço do significado da morte e do morrer para este grupo, além de verificarmos em que medida o seu ideário foi capaz de influenciar o comportamento de outras camadas da população capixaba no século XIX e no início do XX.

Formas de associação e dirigentes locais: o caso capixaba

Após a independência do Brasil, no ano de 1823, o governo imperial instituiu novas formas de administrar o país. Sob a direção de Dom Pedro I ficou decidido que as províncias seriam regidas por presidentes e na composição dessa nova gerência, teríamos os chamados Conselhos Gerais de Província. Esse órgão elaborava projetos de lei e os enviava para a Assembleia Geral, que deliberava sobre a aprovação ou não das propostas (GOULARTE, 2008, p. 47). Em 1834, com a criação do Ato Adicional, os Conselhos Gerais foram transformados em Assembleias Provinciais Legislativas, o que serviu para aumentar a autonomia das províncias no desenvolvimento de suas leis (GOUVÊA, 2008, p. 122).

As atribuições da Assembleia Legislativa eram bastante diversificadas. Dentre algumas funções designadas ao órgão, destacavam-se a legislação a respeito dos impostos, a decisão sobre a fixação de receitas e despesas, além da escolha sobre questões relacionadas à polícia, aos empregos municipais e às provinciais. Era também designada a essa instituição provincial os cuidados da instrução pública, bem como, a

responsabilidade de legislar sobre a economia municipal.¹⁸ A Assembleia Legislativa escolhia entre seus membros o vice-presidente da província, ao passo que o cargo de presidente derivava de uma indicação do governo central. O vice-presidente da província era escolhido pelos membros da assembleia, o que contrabalançava o fato de o presidente da província ser nomeado pela corte do Império (GOULARTE, 2008, p. 52).

As eleições para compor a assembleia no Espírito Santo e nas outras províncias aconteciam em duas etapas, sendo a primeira parte realizada por homens livres que, por sua vez, eram responsáveis por indicar os eleitores. Esses eleitores primários, por sua vez, indicavam outros homens, livres e com renda mínima anual de duzentos mil réis para elegerem os indivíduos que representariam a sociedade local na Assembleia Legislativa. Os mandatos tinham o prazo de dois anos e de acordo com a constituição de 1824, os deputados tinham que se reunir por dois meses a cada ano.

Podemos inferir a partir do mecanismo de escolha dos membros da assembleia que, no Espírito Santo, as pessoas que compunham essa instituição política não eram oriundas das camadas populares. Ou seja, existia um perfil bem específico (de homens brancos, com renda mínima) que participaram por anos a fio da legislação dos costumes e hábitos da população capixaba. Outra característica a ser ressaltada é que a maioria dos componentes da primeira assembleia eram advindos de cargos militares ou tinha formação eclesiástica. Outros possuíam formação em universidades estrangeiras e alguns haviam ocupado cargos administrativos antes de ocuparem o legislativo provincial (GOULARTE, 2008, p. 58).

Se a estrutura das instituições administrativas e legislativas seguiam de um modo geral o padrão estabelecido pelo governo central, o mesmo não pode ser dito a respeito da vivência política experimentada dentro e fora dessas instituições na província capixaba. Tratando do caso do Espírito Santo, podemos dizer que essa província possuía distintas peculiaridades, a começar pela definição dos partidos políticos por aqui existentes.

As agremiações pautadas pelas ideologias descritas na seção anterior tiveram um surgimento relativamente tardio em terras espírito-santenses quando comparamos com a

¹⁸ BRASIL, Lei Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

emergência destas facções políticas em nível de Império. Para compreendermos melhor quando, de fato, houve uma delimitação partidária, recorreremos aos estudos de Karulliny Siqueira (2009; 2011; 2014).

A autora atestou que no Espírito Santo, tínhamos basicamente dois grupos políticos que se definiriam ideologicamente enquanto partidos somente após os anos de 1860: os Dionisianos e os Capichabas. O primeiro era liderado pelo coronel Dionísio Alvaro Resendo e o segundo tinha como principal dirigente o padre Inácio Rodrigues Bermudes. Antes dessa década, não é possível falarmos em agrupamentos com delimitações partidárias ideologicamente bem definidas. Logo, os grupos dirigentes da província capixaba antes do referido período se organizavam de acordo com os interesses momentâneos, sendo assim, a configuração política poderia variar em relação a alguns assuntos debatidos na primeira metade do século XIX.

No período anterior à organização dos partidos políticos, os grupos pouco divergiam entre si e mostravam-se fortes, coesos, afinados com as demandas locais, além de, preocupados em manter a ordem vigente quando esta era ameaçada. Devido a essa relativa coesão de interesses entre os grupos dirigentes, o Espírito Santo era descrito por memorialistas e presidentes de província como uma parte do Império bastante pacificada. O ex-presidente de província José Inácio Acióli de Vasconcelos, por exemplo, relatava em suas memórias, que o povo capixaba era bastante dócil, muito dado a festas, além de conviver com índices criminais baixos (ACIÓLI, 1828 *apud* OLIVEIRA, 1975, p. 343). Ademais, se considerarmos as distintas revoltas acontecidas entre 1831 e 1845 no império brasileiro¹⁹, é possível considerar que o território capixaba permaneceu em um longo período de relativa tranquilidade.

Mesmo nos momentos de agitação política que ocorreram durante a regência, os dirigentes locais teriam conseguido manter o equilíbrio político necessário para a manutenção da ordem em benefício da conservação da unidade do território brasileiro. Para esse cenário de pacificidade e de falta de definição partidária, contribuiria ainda o surgimento relativamente tardio de uma imprensa local independente.

¹⁹ Podemos destacar: revoltas no Ceará (1831-32), em Pernambuco (1832-35), no Pará (1835-40), na Bahia (1837-38), no Maranhão (1838-41) e Rio Grande do Sul (1835-45).

A ausência dos jornais até o ano de 1849 produziu reflexos negativos no que se refere à circulação de pensamentos políticos na província, além de ter reduzido as opções de espaços de debate e os veículos de ideias que poderiam ter questionado a ordem vigente. A isso, soma-se também a limitação do conhecimento dos focos de insurreições que eclodiram pelo Brasil ou as possíveis restrições de informações sobre os acontecimentos políticos da época (SIQUEIRA, 2011, p. 57).

De todo modo, esse quadro apresentaria algumas rupturas a partir de 1856, quando novos arranjos de poder se organizariam e contribuiriam para a mudança do cenário político pós-1860²⁰. Em consequência dessas movimentações, grupos melhor definidos ideologicamente começaram a surgir, sobretudo no ano de 1861. José Marcellino Vasconcelos, ligado nesse momento ao Partido Capichaba, criaria um jornal chamado *O Tempo* que faria oposição ao grupo dos assim chamados Dionisianos. Esse periódico foi um divulgador das ideias liberais na província espírito-santense. Dessa forma, pela primeira vez, encontravam-se menções na imprensa local a respeito do ideário político em voga no período:

O periódico *Tempo* é aplaudido não deixando levar pelas imposições dos governantes e mandões, que aborrecidos viviam almejando que se estirasse um estandarte, um estandarte político, e que idéias liberais se apregoassem. Estão convencidos que elas vão surgir cheias de “armação” (*O TEMPO*, 1861, ed. 42).

Por meio dele, é possível apreender o momento em que começaram a se delinear no Espírito Santo os partidos com suas definições ideológicas. A imprensa, portanto, foi um elemento decisivo para a chegada das principais correntes ideológicas do século XIX brasileiro em terras capixabas. Mas, como poderíamos definir os contornos específicos dessas vertentes políticas em território espírito-santense?

Uma primeira pista pode surgir caso consideremos que os liberais capixabas se assemelhavam aos cariocas, de modo que eles, possivelmente, acompanhavam os debates que ocorriam na corte à época. Em linhas gerais, eles defendiam ideias ligadas à descentralização de estruturas administrativas do judiciário e da polícia, que em 1841

²⁰ As mudanças as quais nos referimos estão relacionadas às disputas internas ocorridas nas facções políticas locais e as contendas entre grupos rivais (Partido Capichaba *versus* Partido Dionisiano) envolvendo a conquista de cargos representativos na hierarquia política do império brasileiro. Essas divergências teriam concorrido para definição dos contornos ideológicos desses agrupamentos e também para a criação de espaços de discussão e propagação de novos vocabulários que refletiram parte do anseio político-cultural do momento experimentado por esses indivíduos (SIQUEIRA, 2011).

passaram a ser atreladas ao poder executivo. Eles prezavam também pela liberdade de imprensa e acreditavam que a existência de uma oposição poderia contribuir para o governante tomar melhores rumos em sua gestão.

Exemplar neste sentido é a linha editorial do jornal *O Tempo*, que àquela época passaria a criticar o sistema de oligarquias, defendendo que as garantias do povo diminuía à medida que havia uma concentração de poder cada vez maior nas mãos do executivo. É o que podemos notar no trecho reproduzido a seguir:

O povo tem visto cercearem-se cruelmente todas as suas garantias, dando-as ao poder executivo; -o país, para o homem que o estuda com reflexão profunda, tem perdido muito com o medonho sistema de oligarquias, que tem preparado terreno somente para seu proveito. É isto, que se observa na corte em grande escala, e vai se observando desde muito tempo, nas maiorias das províncias, mormente quando estas são pouco ilustradas, e menos ricas (O TEMPO, 1861, ed. 12).

Já os conservadores capixabas, seguindo a linha das atitudes esperadas pela filiação ideológica, temiam muito as alterações consideradas bruscas no cenário político. Assim, muitas vezes, quando na iminência de uma possível vitória dos liberais em eleições, estes tentavam difundir a ideia de que seus rivais no poder poderiam causar um estado de “anarquia” no Império. Inclusive, eles costumavam descrever uma perspectiva de panorama para a sociedade sob um governo liberal como uma realidade apocalíptica, repleta de medo e de aflições (SIQUEIRA, 2011, p.101).

Apesar de não ser uma regra, é importante salientar que alguns projetos defendidos por liberais e conservadores possuíam coerência com seu posicionamento ideológico. No Espírito Santo, as pautas consideradas “progressistas” para o momento serviram para marcar algumas diferenças entre os dois grupos. Podemos citar, por exemplo, a defesa empreendida pelos liberais em 1869 de uma lei que versava sobre a concessão de liberdade de meninas escravas entre cinco e dez anos de idade. Ou ainda, podemos mencionar a defesa da liberdade de imprensa proposta pelos jornalistas de *O Tempo*, que se afinavam com o projeto político liberal:

Pareceu-nos que não estávamos em um país livre; que éramos cidadãos de um país de publicidade, e de liberdade de imprensa, mas sim humildes escravos do rei de Tunes, ou do imperador de Marrocos, ou moradores de algum cantão da Turquia (O TEMPO, 1861, nº12).

Tais posicionamentos exemplificam a incorporação de novas ideias que tendiam a romper com parte dos costumes e da ordem local vigentes. Esses tipos de propostas tiveram impacto decisivo no *status quo* político-cultural e representaram novas perspectivas de compreender e experimentar o mundo naquele contexto.

Os liberais espírito-santenses registraram com frequência nos anais da assembleia na década de 1860 o termo “futuro” e se autoproclamavam como agremiadores de novas ideias, como uma geração que estava trabalhando pelo progresso (SIQUEIRA, 2009, p. 20). Isso geraria – em diversos momentos da segunda metade do século XIX – fortes embates com os conservadores que, por sua vez, tendiam a representar uma concepção mais tradicional a respeito de pautas relacionadas ao comportamento e aos costumes.

É válido frisar, entretanto, que essas práticas políticas nem sempre condiziam com uma coerência estabelecida *a priori*, de modo que muitas decisões encampadas por Dionisianos e Capichabas transcendiam a lógica ideológica de seus partidos. Portanto, não podemos atribuir a nenhum dos dois principais grupos em questão, posicionamentos rigidamente marcados, pois eram sobretudo as decisões tomadas de acordo com os interesses de cada momento que definiam os rumos da política local.²¹

Além disso, as já mencionadas mudanças que ocorreram nos anos 1860 serviriam para embaralhar ainda mais o âmbito das ideias e das práticas políticas dos partidos e personagens de nossa política. O fato é que nas décadas subsequentes, principalmente no período que engloba os anos de 1870 e 1880, além de *O Tempo*, vários jornais²² surgiram e passaram a circular trazendo à tona novas palavras para o vocabulário

²¹ Para ilustrar tal prática mencionaremos o caso do advogado e jornalista José Marcellino Vasconcelos. Esse político, até o ano de 1844 pertencia ao grupo dos Dionisianos. Após essa data, ele teria se desligado do grupo de Rezendo e ingressado em outra facção, a dos Capichabas. Posteriormente, o coronel Francisco Monjardim teria ingressado no mesmo grupo de Vasconcelos, o que parecia ser uma incoerência em termos de ideias políticas, pois, o advogado teria tido a intenção de romper com as antigas tradições políticas da província, entretanto, sua parceria com o coronel estabeleceu uma forte conexão entre o passado e o futuro político do Espírito Santo. Sobre isso, Siqueira acredita que Vasconcelos e Monjardim estabeleceram uma aliança proveitosa naquela conjuntura para os dois: o primeiro, precisava de um nome de peso no cenário local para conseguir respeito e fazer com que seu projeto político vingasse. O outro, buscava equilibrar os ânimos e ressoar como uma voz moderada dentro do novo partido que se configurava na província. Além disso, o ingresso em outra agremiação veio em bom momento, já que sua permanência no partido Dionisiano teria ficado insustentável. Assim, tivemos um ancião, o coronel Francisco Monjardim, defensor da unidade nacional e da tranquilidade do império, contrário aos abalos da ordem à frente do partido liberal no Espírito Santo (SIQUEIRA, 2011, p. 94).

²² A título de exemplo, podemos citar os jornais: *A Liga* (1860), *O operário do progresso* (1875), *A Liberdade* (1876), *O Echo dos Artistas* (1877), *Gazeta da Victória* (1878), *Sete de Setembro* (1878).

corrente, manifestando, assim, os horizontes de expectativa que parte dos letrados capixabas passaram a endossar.

Neste contexto, novas palavras ou ressignificações de antigos termos eram vastamente utilizados pelos políticos locais. Essas modificações na rede semântica aparentes nos jornais que circulavam na província, traziam à tona uma nova forma de pensar o presente e o futuro dos indivíduos oitocentistas em terras capixabas.²³

Dentro desse panorama político, não é possível subestimar a influência que as ideias republicanas tiveram para a emergência deste novo vocabulário político. Em especial durante a segunda metade do Oitocentos, a ideia de um governo republicano passou a ter visibilidade especialmente nos impressos publicados nas distintas províncias que compunham o Império brasileiro.

Assim, no ano de 1870, os capixabas já se encontravam em contato com discussões políticas que, embora não tão difundidas, eram reveladoras dos novos posicionamentos que adentravam o imaginário dos letrados locais (SIQUEIRA, 2014, p. 189). Além de serem fruto da criação de periódicos e de folhas políticas, o surgimento de novos espaços para debate²⁴ contribuíam do mesmo modo para a modificação no imaginário local a respeito de pautas tradicionais no âmbito da política e dos costumes.

Desta maneira, esse conjunto de modificações pode ser compreendido como o início da forma capixaba de receber e de interpretar a temporalidade moderna. Seguindo as novas tendências político-filosóficas que emanavam das mais distintas fontes nacionais e internacionais, parte desta camada dirigente encampou mudanças vistas naquele momento como estágios necessários para o Espírito Santo galgar novos patamares civilizacionais.

Essas mudanças deveriam ser acompanhadas pela assimilação de novas sensibilidades que, irradiadas a partir desses grupos dirigentes, iriam aos poucos ser incorporadas –

²³ De acordo com Siqueira (2014, p. 188), alguns termos teriam surgido ou sido reelaborados no contexto político descrito, dentre eles, podemos citar: moderação, civilidade, representação, democracia, que passaram a fazer parte do vocabulário do final do século XIX no Espírito Santo, teria aparecido, portanto, uma nova forma de compreender o modo de fazer política e de pensar a sociedade.

²⁴ De acordo com Joaquim Pires de Amorim (1985, p. 28), vários espaços foram criados para discutir as ideias republicanas no Espírito Santo após o ano de 1887. Dentre eles podemos citar: o Clube Republicano, em Cachoeiro, Clube de Alegre, o Clube de Anchieta, Clube de Guarapari, o Clube de São José do Calçado e também em Vitória. Outros espaços também foram palco de debates políticos, tais como: maçonaria e o Clube Literário Saldanha Marinho.

não de forma passiva – pelo imaginário do restante da população. Portanto, estas rupturas e embates políticos teriam influência direta sobre os sentidos, as sensibilidades, as sensações e as emoções que de forma alguma passariam ilesos frente aos abalos sócio-políticos vivenciados durante a segunda metade do século. É sobre esse fenômeno que nos debruçaremos a seguir.

As sensações e os cheiros sob regulação: a ressignificação do tolerável na Vitória da segunda metade do século XIX

A modernização e a crescente propagação de meios capazes de fornecer novos padrões para a cultura e para o comportamento atingiu diretamente os representantes dos grupos dominantes no Brasil oitocentista. As ideologias modernas e os novos mecanismos de difusão da informação funcionavam como vetores e referências em torno de práticas tidas como próximas ou distantes de um modelo civilizacional, de modo que a própria sensibilidade dos indivíduos passava a ser objeto de disputa entre os distintos representantes de discursos modernizadores ou mais inclinados à manutenção da tradição.

Como destacado pela historiografia, ao longo do século XIX a mudança na sensibilidade olfativa de parte da população urbana pode ser um fator indicativo deste paulatino processo de disputa pelo imaginário em torno do significado dos sentidos na realidade brasileira. A emergência de distintas concepções de higiene, salubridade e bem-estar ocorreria de forma concomitante ao surgimento de novos critérios qualitativos para o estabelecimento do significado dos bons e dos maus odores. Estes novos padrões, por sua vez, seriam decisivos no sentido de se estabelecer rupturas com importantes elementos da tradição como, por exemplo, a maneira de se compreender a morte e os rituais religiosos a ela relacionados.

O cheiro da morte – oriundo dos cadáveres que se encontravam enterrados nas igrejas –, assim como outros odores, aos poucos passaria a ser um fator importante a ser considerado entre aqueles que ao longo do século passaram a propor mudanças significativas na tradição cristã de trato com o além-vida. No Rio de Janeiro, por exemplo, esse tipo de problema passara a ser relatado ao menos desde 1825. No periódico *Diário Fluminense*, publicado no dia 27 de dezembro do referido ano, temos um relato anônimo que tratava da seguinte forma a respeito deste tema:

O seu diário de 18 de novembro deste ano traz um documento do desvelo e solicitude do governo a bem dos povos, que cobrindo a S. M. o Imperador de glória, estabelece no Rio de Janeiro, e no Brasil todo, a que estender-se deve a sua determinação, uma casa de saúde pública. –Falo da portaria dos enterros dentro das igrejas, provém, e de tempo muito moderno, de uma terrível superstição. Quem tiver algumas luzes na história das nações saberá sem dúvida, que os antigos desconheçam este costume danoso. Os egípcios e os gregos, sem bem me lembro, não só privavam os lugares consagrados à adoração das divindades de serem depósitos dos mortos, como até faziam enterrar os cadáveres fora das cidades (DIÁRIO FLUMINENSE, Nº148, 1825, p. 599).

O autor desse escrito, que se autodenominava para o redator do *Diário Fluminense* como “Seu novo correspondente”, se referia pejorativamente aos que se posicionavam a favor da manutenção dos enterramentos nos templos como “os supersticiosos”. Em sua opinião, manter os corpos enterrados nos templos religiosos significaria colocar o país na posição de bárbaro e menos civilizado se comparado a outras nações ocidentais: “espero ver em breve tempo o Império do Brasil livre de um mal horroroso, que (como disse um filósofo) só há sofrido nos países onde a escravidão aos mais indignos usos, deixa subsistir um resto de barbárie que envergonha a humanidade” (Diário Fluminense, nº148, 1825, p. 600).

No lado oposto a esse debate, também no Rio de Janeiro, uma década e meia mais tarde, Luís Gonçalves dos Santos, o “Padre Perereca”, contrapunha os argumentos expostos pelos defensores da mudança no referido ritual. Em uma passagem de um livro publicado em 1839, Perereca respondia às queixas relacionadas aos odores dentro dos templos católicos, justificando o costume das inumações nos templos a partir da ideia de que o descanso dos defuntos em terras abençoadas amenizava a dor dos entes vivos daqueles que partiram para o além. Vejamos o restante das críticas do eclesiástico descritas por Reis:

O correspondente se queixava do cheiro dos cadáveres. Perereca contrapunha à sensibilidade olfativa dos “melindrosos modernos” aquela dos católicos piedosos. “Apesar de que por tão dilatada série de anos não tivesse havido tantas caixas de tabaco, tantos vidrinhos de espíritos cheirosos, tantos frasquinhos de água de Colônia, etc., os narizes dos nossos avoengos não sentiam, não se incomodavam.” E por que não? Porque, entre outras razões, o “incomodo passageiro do mau cheiro dos defuntos” era um ato de fé e porque a dor da perda amainava na certeza de que os entes queridos jaziam em terra abençoada, esperando-os para “participar com eles dos mesmos jazigos, e das mesmas honras” (REIS, J. J. *op. cit.*, p. 268).

O padre ressaltava a importância da manutenção dos sepultamentos no interior das igrejas embasando parte de sua defesa nos princípios da caridade cristã. Esse ideal

compreendia uma série de atitudes esperadas do católico oitocentista, quais sejam: a assistência aos pobres, às viúvas, aos órfãos, além do cuidado com os doentes desvalidos. Nesse mesmo grupo de ações caridosas, incluía-se também a participação nos rituais funerários e a feitura de preces e orações que tinham por objetivo amenizar a dor dos parentes do morto, contribuindo para salvação da alma do defunto. As práticas da caridade cristã estavam entre os pré-requisitos tidos como fundamentais para a salvação da alma e é por esse motivo que as discussões sobre o afastamento dos mortos do interior das igrejas entravam em rota de colisão com um projeto de vida que tinha por finalidade a salvação eterna. Havia, portanto, tolerância em relação ao cheiro em nome de um bem maior.

Também na província capixaba essa mudança na tolerância olfativa, em conformidade com os novos parâmetros de higiene e civilização, pode ser percebida. Assim como na capital do Império, a vigilância do odor no Espírito Santo passou a ser alvo de incômodos e reclamações, muitas vezes manifestada por membros da já referida camada dirigente local.

A existência desses debates no Espírito Santo pode ser documentada ao menos desde a virada da primeira para a segunda metade do século XIX. Em uma carta escrita nesta época e direcionada ao redator do jornal *Correio da Victória*, por exemplo, um anônimo dava sinais claros de desagrado em relação à higiene e ao cheiro do espaço urbano da capital, especialmente em função do medo provocado pelas moléstias que afetavam a população:

(...) E quando cheguei ao canto da rua em frente à casa em que mora o Sr. Luiz Pinto aí escapei de morrer sufocado com o maldito cheiro de pútridos miasmas que do tal lugar exalavam cujo lugar bem se pode chamar de cloaca da cidade por que nessa mesma ocasião e à minha vista foram algumas negras fazer despejos de águas impuras, lixo e..... e o digno local (morando tão perto e tendo dois guardas que o coadjuve!) não olha para tudo isto!!! Sr. Redator, esses homens não temem as Febres Amarelas? Não respeitam as ordens do que recomenda a limpeza a bem da salubridade pública, como foi estampado em sua folha? E por Sr. Redator, eu digo que meu filho e meu neto tem razão.

Publicando estas linhas muito obrigada lhe ficará o pai do Z (CORREIO DA VICTORIA, 1850, ed. 30).

Não só os cheiros como as más condições de salubridade do espaço público passavam a ser motivo de preocupação de parte da população vitoriense. Ademais, a qualidade do ar e a existência dos maus odores tornavam-se fatores a serem considerados na avaliação

da qualidade dos espaços públicos. Essas reclamações e julgamentos passavam a figurar de forma cada vez mais frequentes nos jornais da província, avolumando-se e se estendendo ao menos até o período republicano.

Os odores passavam a influenciar no apreço da qualidade de vida da população, que começaria a apelar para a intervenção das autoridades no espaço urbano. Não é de se espantar, portanto, que esse tipo de discussão logo tenha chamado a atenção do poder público, levando alguns de seus representantes a posicionar-se em relação à necessidade de resolução destas novas questões.

De todo modo, assim como no Rio de Janeiro, essas alterações na forma de se sentir e interpretar os odores, não ocorreram de forma linear e consensual. Da mesma maneira que na realidade carioca, e em especial no concernente aos assuntos eclesiásticos, seria mister repensar a relação entre elementos da tradição e as necessidades trazidas pela vida civilizada.

Essa tentativa de realinhar modernidade e tradição já era perceptível no relatório apresentado pelo presidente de província Antônio Pereira Pinto²⁵ no ano de 1849 no periódico *Correio da Victória*:

A filosofia do século passado tinha criado o ceticismo, e feito nascer a dúvida nas crenças, as doutrinas porém, derramadas nos sábios discursos de Bossuets, dos Massillons, e tantos outros luminares da causa do cristianismo, e ao depois tão vitoriosamente sustentadas no livro sublime, que imortalizou o nome de Chateaubriand, fizeram aparecer a reação e os tempos presentes aceitaram com entusiasmo a revelação de Jesus Cristo e as verdades da religião cristã. Apenas a revolução francesa de 1793, parodiando burlescamente os erros da propaganda passada, quis de novo inaugurar o predomínio das ideias libertadoras, que escritores, aliás de subida ilustração, haviam antes vulgarizado. A Revolução Francesa porém, era um colosso com pés de barro, as ideias políticas, e religiosas, que pretendeu plantar na Europa, como seus meteoros, duraram apenas enquanto o seu brilho pareceu fascinar algumas inteligências mais exaltadas, sumiram-se porém com ela no vórtice ensanguentado [...] (CORREIO DA VICTÓRIA, 1849, ed. 5).

No documento, Pereira Pinto tratava primeiramente da importância da religião católica, destacando a solidez de seus postulados face aos desenvolvimentos filosóficos do último século. O século das luzes e mesmo a Revolução Francesa de 1789 não haviam – apesar de seu aporte para o progresso – sido capazes de abalar o “entusiasmo a

²⁵ Antonio Pereira Pinto foi presidente de província no Rio Grande do Norte, no Espírito Santo e em Santa Catarina. Foi também deputado geral representando os capixabas nos anos de 1857 a 1860 e de 1861 a 1864.

revelação de Jesus Cristo e as verdades da religião cristã”. A ciência não progredira ignorando a religião, pelo contrário, teria sido dela dependente. Esse esforço em resguardar as contribuições do Cristianismo para o advento desses novos tempos se dava especialmente com o intuito de amenizar o impacto desses novos preceitos sobre práticas e rituais sagrados. Logo, higienizar os templos e proibir os sepultamentos em seu interior não seria um preceito meramente mundano, mas uma premissa tanto religiosa quanto científica:

Em verdade, é uma profanação converter a casa de Deus, que só deve rescender o aroma das flores, e o cheiro dos incensos em depósitos de miasmas tão nocivos à saúde daqueles, que no silêncio dos templos, de envolta com fervorosas orações, procuram o bálsamo salutar, que a Religião Católica ministra aos que compreendem, e invariavelmente creem nos seus santos mistérios (CORREIO DA VICTÓRIA, 1849, ed. 5).

Pereira Pinto não defendia a proibição dos enterramentos nos templos por ser menos religioso ou por duvidar dos princípios da religião católica, tampouco por pretender uma separação da igreja e do Estado (ou o fim do padroado). Seu esforço no sentido de propor mudanças nos rituais de sepultamento ocorria no contexto de uma tentativa cada vez mais presente de conciliar preceitos religiosos com os ideais seculares-científicos.

As reclamações a respeito dos cheiros e a tentativa de conciliar tradição e modernidade continuaram a existir nas décadas seguintes. Em 1854, logo após surtos epidêmicos de febre e disenteria causarem muitas mortes no Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes²⁶, então presidente de província, descrevia problemas semelhantes àqueles apontados por seu antecessor. Contudo, apesar de mencionar o perigo das enfermidades e o incômodo com os odores dos defuntos, o problema dos enterramentos nos templos era em alguma medida relativizado:

Julgo oportuna a ocasião para lembrar-vos que a conveniência de adotardes uma medida que em outros lugares tem tido um efeito benéfico sobre a salubridade pública: falo da proibição dos enterramentos dentro do recinto desta cidade. Bem que esteja convencido que os enterramentos dentro das igrejas, como atualmente são feitos, não podem exercer influência alguma perniciosa, quando esta capital se acha no seu estado normal, atento o seu pequeno número, contudo no estado de crise, como o em que nos achamos, devem comprometer a salubridade do lugar entretendo, e talvez desenvolvendo, e aumentando os miasmas deletérios, que são causas imediatas da epidemia (ESPÍRITO SANTO, 1854, p. 16-17).

²⁶ Sebastião Machado Nunes foi político no período do Império brasileiro e presidente da província do Espírito Santo no ano de 1854.

Nunes defendia que a proibição dos sepultamentos dentro das igrejas deveria ocorrer em função dos casos de epidemias que assolavam a cidade. Isto é, se o quadro da salubridade pública não tivesse sido alterado, o local das inumações poderia ser mantido. Essa relativa “tolerância” em relação ao mau cheiro e às suas consequências no “estado normal” da capital revela a intenção do presidente de província à época de contemporizar a possibilidade de preservação de elementos significativos do antigo ritual cristão de sepultamento, sucumbindo apenas de forma parcial aos ditames da percepção secular de entendimento do morrer.

Na década subsequente, todavia, o perigo de propagação de novas epidemias trouxe consigo a necessidade de maior controle da qualidade do ar. Em função disso, cada vez mais os vapores, miasmas, cheiros e ares passaram a ser alvo de regulamentação com o intuito de garantir que o seu controle se tornasse o vetor de uma nova noção de salubridade. No relatório do 1º vice-presidente de província Eduardo Pindaíba de Mattos²⁷ de outubro de 1864, essa preocupação com referências à salubridade pública se mostrava evidente:

Salubridade pública

Continua a ser lisonjeiro o estado de salubridade pública nesta província, para o que muito concorre o seu excelente clima.

Todavia cumpre notar que em relação a esta capital alguns focos de miasmas existem que alterando inevitavelmente a pureza do ar dão causa ao aparecimento de moléstia miasmáticas, como sejam as febres perniciosas, tifos e outras que com mais ou menos intensidade se desenvolvem na mudança das estações.

Apontarei como principais fontes desses miasmas entre outras as seguintes: o pântano misto do Campinho, a inundação da vala que existe na rua da Várzea e Largo da Conceição, o cemitério público pela posição que ocupa, e as águas estagnadas e mais ou menos constantes do lugar conhecido por Palame (ESPÍRITO SANTO, 1864, p. 10).

Diferente de Nunes, não existia no relatório apresentado por Pindaíba de Mattos a preocupação em resguardar o ritual religioso de sepultamento de acordo com determinadas condições. Pelo contrário, os cemitérios dos templos e aqueles a eles adjacentes passavam a ser vistos como focos reais dos miasmas e das moléstias que interferiam na saúde pública e na qualidade de vida da população.

²⁷ Eduardo Pindaíba de Mattos nasceu em São Luís em 1831 e morreu em Petrópolis em 1913. Foi desembargador, juiz e político brasileiro. Ocupou os cargos de chefe de polícia, presidente e vice-presidente de províncias.

Corroborando as falas de Pindaíba de Mattos e engrossando a vertente rumo à aceitação dos ideais científicos, o redator do *Jornal da Vitória* e também presidente da câmara municipal de Vitória, Delecarliense Drummond de Alencar Araripe publicaria três anos mais tarde um texto de caráter pedagógico voltado para a instrução dos moradores da província. Segundo este documento, os moradores de uma cidade pensada em conformidade com os ditames da saúde pública deveriam:

3º Remover do interior das habitações e de suas dependências tudo quanto possa contribuir direta, ou indiretamente para a corrupção e viciação do ar atmosférico [...]

6º Empregar fumegações repetidas com o enxofre nos quartos, e outros lugares em que tenha sucumbido alguns doentes de cólera, fazer caíá-los e abandoná-los depois por dois dias à ventilação e arejamento.

9º Resguardar o corpo da umidade e das variações atmosféricas, usando-se de roupas apropriadas ao tempo; ter cuidado de muda-las logo que se chegue suado à casa, a fim de evitar a supressão rápida da transpiração, que pode constituir-se uma causa ocasional da moléstia, e ordenar que sejam estendidas fora dos aposentos de descanso e em lugar arejado, as roupas suadas, máxime as de lã ou seda, as quais mais facilmente se deixam impregnar dos miasmas infectuosos (JORNAL DA VICTÓRIA, 1867, ed. 290).

Esse esforço no sentido de divulgar hábitos adequados aos padrões higienistas da época ocorria com o intuito de evitar que novos surtos epidêmicos surgissem pela capital. O texto se tratava de um documento elaborado pela Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro e ao divulgá-lo em seu periódico, Alencar Araripe tinha o objetivo de fornecer informações para o público capixaba sobre o que estava em voga em termos de modelo para a saúde pública no Brasil. Ao dar visibilidade a esse documento, o jornalista cumpria em certa medida o papel de intermediador entre os padrões de civilização do centro para a periferia²⁸. Os principais elementos atacados em seu texto eram os miasmas, os odores e a circulação do ar. Mais uma vez os cuidados olfativos, apareciam como alvo de vigilância e controle entre alguns dos mais influentes membros da alta sociedade capixaba.

²⁸ O Espírito Santo era descrito por alguns homens do século XIX, nesse caso o presidente da Câmara dos Vereadores de Vitória, Joaquim Corrêa de Lório, como atrasado em relação à outras cidades (Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo) no que se referia aos costumes higiene e saúde: “Sem que se nos dê a pecha de profanadores ou sacrílegos, é de toda justiça, que esta Câmara consiga por intermédio de V. Ex. que os cemitérios desta cidade sejam removidos para um ponto escolhido por dois médicos, sendo um deles o da saúde pública. Esta medida não é uma inovação desta; por enquanto de vinte Províncias do Império, somente nove ainda conservam cemitérios dentro das capitais, e destas, cinco, por não terem terrenos apropriados; isto é, terra com sedimento argiloso (A Província do Espírito Santo, 1882, ed. 04)”.

Assim como os políticos e os jornalistas, também a classe médica participaria deste debate sobre a necessidade de controle dos odores e de mudança em antigas práticas religiosas. Em consonância com a comunidade científica da época, em 1871 o médico Manoel Goulart de Souza²⁹ escrevia no jornal *Correio da Victória* com o intuito de condenar a forma como os enterramentos se davam na capital capixaba. Além disso, ele deixava explícito o seu descontentamento no que dizia respeito à conservação e localização das necrópoles na cidade. Respalado por seus conhecimentos médicos, o autor do texto não poupava críticas às condições de salubridade a que os habitantes vitorienses estavam condicionados:

É como higienista que condenamos a colocação dos cemitérios nas sacristias das igrejas e contíguos a elas, onde por falta de observância dos princípios que devem presidir sua colocação, não poucas vezes temos sentido cheiros dos cadáveres: incontestavelmente são os de São Francisco os que estão em melhores condições (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 38).

O médico tentava conciliar os valores religiosos com as necessidades da saúde pública da comunidade vitoriense. Fazendo questão de colocar-se na posição de “higienista”, Goulart preocupava-se em estabelecer para si um lugar de fala que o eximisse de uma possível acusação de desrespeito em relação às práticas e tradições cristãs. Tomando a razão científica como base do questionamento das práticas funerárias e se valendo de sua autoridade como profissional da saúde, o médico endossava os valores caros à modernidade, no que dizia respeito aos costumes funerários:

Grande é o prejuízo que daí parte para saúde pública, embora, na opinião dos entendidos, não importe conhecer a natureza do terreno, posto que úmido muitas vezes, tem-se pouca consideração da localidade; o cadáver na argila torna-se em massa compacto e dificilmente desprendem-se os gases produzidos por putrefação, e se por outro lado devemos evitar os enterramentos em terrenos saturados de matérias animais, aí nos parece o cemitério do Campinho, terra que já merece o nome de lama humana (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 38).

O incômodo causado pelos gases que se desprendiam dos cadáveres e os efeitos negativos decorrentes do acondicionamento inapropriado dos defuntos nos cemitérios passava a ser visto como um ataque à saúde da comunidade. Por isso, ao atribuir à região conhecida como Campinho a pecha de “lama humana”, Goulart de Souza

²⁹ O médico higienista Manoel Goulart de Souza ocupou diversos cargos entre as décadas de 1860 e 1890, dentre eles, podemos citar: deputado da assembleia provincial, inspetor de saúde pública, inspetor de saúde em portos, provedor da Santa Casa de Misericórdia.

manifestava sua repulsa e sua sentença condenatória frente ao estado em que se encontrava a localidade.

A geografia do espaço dos mortos se tornara alvo de ataques por intervenções higiênicas e também, sensoriais. Conviver com o cheiro da decomposição dos cadáveres deixava de ser algo aceitável entre parte dos membros dos setores dirigentes da sociedade. No fragmento ainda é possível perceber que suas palavras, enquanto cientista, estavam sendo negligenciadas:

Ameaçados do terrível flagelo que agora reina em Buenos Aires com intensidade que nunca a América do Sul registrou em sua história, convém que digamos algumas palavras em relação a nós; se tivermos a felicidade de que elas sejam ouvidas, ficaremos ainda mais tranquilos, porque cumprimos com o dever para com a religião e satisfazemos os princípios aconselhados pela ciência do velho de Cós. (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 38)

O embate entre a tradição religiosa e a modernidade permanecia em curso, mas agora na voz de um médico que, assim como os políticos, escolhia bem as palavras com o intuito de influenciar a percepção de seus contemporâneos sobre o significado do ritual funerário. Um argumento utilizado na tentativa de mesclar e adaptar tais costumes aos ditames do moderno, era a necessidade das camadas dirigentes colocarem em prática os princípios advogados pela ciência, de modo que, o não cumprimento das determinações da medicina passava a ser visto como um desvio.

Esse objetivo era compartilhado por Francisco Gomes d’Azambuja Meirelles que, assim como Goulart de Souza, atuava como médico e no mesmo ano defendia mudanças na forma de sepultar os mortos em conformidade com os postulados da saúde pública:

Nada se há feito no sentido de remover os males que experimentamos pela existência deste pântano tão próxima a esta capital, porque todos dizem que o aterro dele é muito dispendioso, e que os cofres da província não comportam semelhante despesa, entretanto para a salubridade pública melhorar seria suficiente impedir que as águas que descem da montanha corram para o mangue, e conservar este fechado com muros, de modo que sempre estivessem cheios d’água, para fazer desaparecer os eflúvios que infectam esta cidade, pois são estes os únicos meios aconselhados pela higiene quando o aterro é impraticável. Além desta causa natural para o desenvolvimento de epidemias, temos as exalações miasmáticas dos nossos cemitérios onde os enterramentos feitos sem as cautelas, sem se observar preceito algum higiênico, pois as sepulturas não tem a profundidade exigida, não se lança sobre o cadáver terra alguma e são abertas para se retirar delas esqueletos sem ter decorrido o tempo preciso para isso, pelo que tem acontecido encontrar-se o cadáver ainda não consumido, do que resulta a propagação das moléstias por influência miasmáticas e por consequências maior duração da epidemia. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1871, ed. 50)

Meirelles apontava para o fato de que os cemitérios continuavam no centro da capital e que as condições dos sepultamentos ainda não haviam se adequado plenamente à lógica prescrita pelos cânones da ciência. Não havendo mudanças nos rituais, tampouco providências do poder público, os cemitérios e as práticas funerárias permaneciam na mira dos médicos, dos políticos e de outros homens de letras capixabas.

Mais de dez anos após as reclamações desses profissionais da saúde, Muniz Freire e Cleto Nunes – dois indivíduos que viriam a ser proeminentes políticos capixabas do período Oitocentista – publicavam um texto no jornal no qual as críticas da década anterior eram reiteradas:

Ninguém aborda de boa mente um cadáver senão pelo império de uma força estranha ou das grandes dedicações, todos sabem que o contato daquele corpo em dissolução é sumamente nocivo à nossa saúde, à economia de nossa vida, e entretanto nem todos lembram-se que esse pedaço de matéria que se decompõe arredado alguns passos apenas, vai atuar do mesmo modo sobre nossa atmosfera e sobre a nossa própria vida (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO, 1882, ed. 36).

Além de reclamar do perigo à saúde provocado pelos enterramentos à moda antiga, os políticos se referiram aos corpos como “pedaços de matéria”, cuja permanência em espaços inapropriados poderia ameaçar a vida da comunidade. Utilizando a terminologia científica para referir-se aos corpos dos cristãos, o texto de Freire e Nunes fornece o tom do nível de avanço do discurso secular sobre o imaginário religioso a respeito da morte àquela época:

Há certas necessidades públicas que embora se imponham ao espírito das populações, contudo já por que não se pode palpar dia a dia os prejuízos derivados do adiamento de sua satisfação, já pelo desleixo com que nas cidades atrasadas se encara muitos dos fatores das desgraças sociais, cujo plano de ação não se passa aos olhos de todos, e por ser inobservável é menos considerável, por estas e outras razões vai sendo protelado indefinidamente o estudo dos meios concernentes a obviar os males resultantes da permanência de tais necessidades, sobre os quais o mais das vezes inconscientemente todos estão [sic] acordes.

A remoção dos cemitérios para um ponto mais distante da capital pode ser efetuada sem o peso de um compromisso superior, com o qual nas suas atuais circunstâncias financeiras a província por si só não poderia sobrecarregar, se todas as diversas corporações religiosas, irmandades e confraria desta capital, que são imediatamente interessadas aliás, unissem os seus contingentes de acordo com a câmara municipal e com um auxílio muito menos oneroso, que lhes seria regateado, dos cofres provinciais (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO, 1882, ed. 36).

As necessidades públicas deveriam se sobrepor às crenças e às superstições individuais. A associação feita entre os antigos hábitos de enterrar nos cemitérios contíguos às igrejas com o atraso, o velho e o retrógrado, demonstram o esforço destes políticos no sentido de deslegitimar algumas práticas que insistiam em permanecer no imaginário dos cidadãos na penúltima década do século XIX.

Do final da década de 1840 até o início dos anos 1880, o problema dos enterramentos nas igrejas – e dos cemitérios a elas contíguos – esteve presente como assunto a ser tratado pelos grupos dirigentes capixabas. Envolvendo delicadas concepções cristãs a respeito do próprio sentido da morte, este era um debate que encontrava nas sensibilidades – na forma de sentir e avaliar cheiros e sentimentos – um importante vetor de interpretações e de disputas.

Se no início essas discussões ainda cogitavam conciliar de maneira harmônica os antigos rituais com os cânones da ciência, ao longo das décadas de 1860, 1870 e 1880 a necessidade de combater o cheiro da morte – e os perigos a ele relacionados – se tornara unânime no discurso de jornalistas, políticos e médicos preocupados em prover a saúde e o bem-estar aos seus concidadãos.

Com o argumento de combate aos cheiros e às moléstias, a morte aos poucos deixava de ser um assunto de crença individual – da alçada da igreja e das irmandades – e tornava-se objeto de preocupação do público e da comunidade de cidadãos. Em outras palavras, ao longo do século XIX capixaba a morte afastou-se gradualmente de um domínio exclusivo do sagrado, para ser esquadrinhada e gerida de acordo com os ditames do moderno saber científico.

Esse processo de despersonalização dos sentidos do além vida fica ainda mais claro se nos debruçarmos sobre os contornos que a morte – entendida como objeto de gestão – passou a ter, sobretudo, entre os dirigentes capixabas ao longo deste período. Em uma análise dos relatórios produzidos pelos presidentes de província capixabas, de documentos oficiais publicados nos jornais e da opinião dos indivíduos componentes da administração pública entre os anos de 1851 a 1912, acreditamos sermos capazes de evidenciar de forma ainda mais nítida o fenômeno em questão. Este é o objetivo de nosso próximo tópico.

A morte e o morrer sob a perspectiva da gestão pública: o difícil diálogo entre o tradicional e o moderno

Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, a preocupação com o bem-estar e com a saúde coletiva afastava de forma considerável a temática da morte de crenças e simbologias particulares para convertê-la em um assunto de interesse público. A ideia de que a morte deveria ser gerida de acordo com os cânones do saber moderno tornava-se um norte a ser seguido principalmente entre os homens que durante o Oitocentos foram os principais responsáveis por decidir os rumos da política e da administração pública capixabas.

Nas falas dos presidentes de província, dos presidentes de câmara de vereadores, dos deputados provinciais do Espírito Santo e de componentes do corpo administrativo local deste período é possível compreender como esse grupo dirigente aos poucos passou a pensar em estratégias de alteração dos rituais funerários de modo a harmonizá-los com aquilo que acreditavam ser a forma mais civilizada de trato com o além-vida. Assim como no caso do advento das novas sensibilidades, administrar o morrer significava lidar com os delicados valores associados à tradição cristã, de modo que em seus relatórios e documentos oficiais, os políticos capixabas buscavam a todo tempo conciliar antigas concepções com as novas demandas e necessidades da vida pública moderna.

A complexidade deste processo pode ser percebida ainda antes da proibição dos enterramentos nas igrejas em 1856, quando seis anos antes, o presidente de província Filippe José Pereira Leal³⁰ clamava por um cemitério que deveria ser construído fora da cidade e dentro dos padrões de higiene estabelecidos pela ciência da época. O autor do pedido direcionava a sua fala para os profissionais que cuidavam da salubridade do espaço público e da saúde dos moradores da província, para religiosos, e principalmente para os políticos que ocupavam as cadeiras da Assembleia Legislativa local:

É ainda debaixo da mais dolorosa impressão, vendo o luto e a tristeza derramados por toda esta cidade, sinal do sentimento das perdas irreparáveis por que cada um passou, narrando-vos com o coração apertado, os males, que ainda lastima esta capital, que em nome da religião dos vivos, e salubridade pública, vos peço, e proponho uma medida, que reputo das mais vitais, e

³⁰ Filippe José Pereira Leal foi um político e diplomata brasileiro. Presidiu a província do Espírito Santo entre os anos de 1849 e 1851.

urgentes para esta capital, falo-vos da criação de um cemitério afastado do seu centro.

Demonstrar a utilidade, e conveniência de medida tão reconhecidamente salutar, e religiosa, seria ofender o bom senso, e ilustração dos escolhidos da província, e fazer chegar ao vosso conhecimento os males, e abusos, que resultam dos enterramentos nas igrejas (...) (ESPÍRITO SANTO, 1851. p. 15.)

O tom de apelo “ao bom senso” da população demonstra a tentativa por parte do presidente da província, de convencer e sensibilizar alguns setores da sociedade e os seus pares na política para a necessidade de mudanças dos rituais funerário com o intuito de melhorar as condições de salubridade da população.

Na esteira da conquista do imaginário dos grupos obstantes à proibição dos sepultamentos nos templos católicos, Pereira Leal traçava uma relação direta entre o cuidado com a higiene desses espaços, a saúde dos vivos e o respeito que a religião deveria ter em relação aos que eram ameaçados pela prática das inumações nas igrejas. Aos poucos, construía-se o argumento de que alterar a localização dos enterramentos era parte da boa conduta religiosa que devia tratar com reverência seus mortos, lhes fornecendo um local digno, sem práticas abusivas do ponto de vista higiênico.

No mesmo relatório, Pereira Leal continua sua argumentação no sentido de convocar os seus pares a tomarem a direção do problema envolvendo os sepultamentos dentro das igrejas, inclusive propondo soluções para os possíveis impasses relacionados à criação do cemitério público:

Esta medida, [o estabelecimento de um cemitério com seções separadas para cada confraria] que reclama a religião, e a civilização, há sido adotada em quase todas as províncias, que, em virtude de leis confeccionadas por suas respectivas assembleias, tratam de edificar seus cemitérios.

Legislai, senhores, neste sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhe conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos (...) (ESPÍRITO SANTO, 1851. p. 15.)

Além dos cuidados com a conservação, a fala do presidente de província, com sua preocupação em superar “os preconceitos do povo”³¹, demonstra o nível de dificuldade

³¹Os preconceitos do povo a que se refere Felliipe José Pereira Leal estão diretamente relacionados ao afastamento dos mortos das redondezas da igreja. Tal fato se dava por diversas razões. A primeira delas decorria do fato de que o local onde indivíduo fosse enterrado, poderia interferir nas suas chances de salvação e de triunfo no dia da ressurreição. A proximidade física com o altar, que representava o núcleo principal da igreja, influenciava a percepção espiritual acerca do além-vida. As igrejas, segundo a

que o debate sobre a proibição dos enterramentos dentro das igrejas poderia possuir naquela sociedade. Os obstáculos e eventuais resistências às transformações da maneira de lidar com os rituais funerários eram considerados pelo político que, em nome da “ilustração”, almejava racionalizar a antiga prática funerária da população.

A razão deveria ser usada inclusive como modo de combater as inúmeras epidemias que por todo o Império Brasileiro passavam a vitimar um número cada vez maior de pessoas³². No caso capixaba, Pereira Leal certamente se referia aos surtos epidêmicos de febre amarela enfrentados pela província na década de 1850³³. Pouco tempo antes, a varíola também havia feito vítimas fatais em toda a localidade, resultando em uma redução demográfica considerável naquele período (OLIVEIRA, 2008, p. 368-369).³⁴

O “choro e a tristeza” a que se referia F. J. Pereira Leal ocorreria novamente na província, mas, dessa vez, ficaria por conta de um o surto de cólera que se manifestaria na mesma década³⁵. Entre os efeitos negativos do surto colérico, podemos citar a redução do número de trabalhadores que, conseqüentemente, alterou a dinâmica produtiva da província (FRANCO, 2014, p. 124).

Esses surtos epidêmicos da década de 1850 resultaram em um amplo debate a respeito da necessidade de eliminação dos focos de contágio de doenças na cidade de Vitória. Por terem durante séculos funcionado como local de enterramentos, os templos religiosos passaram a ser vistos sob o crivo crítico dos especialistas. Segundo estes, as

interpretação de João José Reis eram a Casa de Deus, e em meio as imagens de santos e anjos, esses locais davam abrigo aos mortos até o dia da tão esperada ressurreição do fim dos tempos prometida aos cristãos católicos. A proximidade geográfica entre o cadáver e todo o aparato religioso que compunha a decoração dos templos representava o que Reis denominou ser um modelo da contiguidade espiritual que os fiéis ansiavam quando chegassem em outra dimensão espiritual, no caso o céu, entre as almas e as divindades. Em outras palavras, a igreja era um caminho que dava acesso ao paraíso prometido por Deus (REIS, 2012, p. 171).

³² O político possivelmente soube o que se passou na província vizinha, o Rio de Janeiro, no que se refere ao ataque da febre. Por lá, o surto da doença ocorreu de forma bem mais agressiva ao longo da década de 1850. De acordo com José Pereira Rego, entre os cariocas, a febre chegou a acometer 90.658 pessoas em uma população de cerca de 226 mil habitantes, causando 4.160 mortes, aproximadamente, o que representava 1,5% de mortos pela enfermidade. (Lobo, 1978, p. 225-6 *apud* Rodrigues, 1999).

³³ No Espírito Santo, estimou-se que cerca de duzentas pessoas morreram em decorrência da febre amarela (ESPÍRITO SANTO, 1850).

³⁴ A estimativa da população total da província capixaba no ano de 1855 era de 49000 habitantes (DAEMON, 2010), tendo 0,4% das pessoas atingidas pelo flagelo sido vitimadas fatalmente. O presidente da província à época considerou esse número bastante modesto, mas mesmo assim, é plausível pensar que ele tenha demonstrado preocupação em evitar um quadro sanitário como o de outras partes do império brasileiro.

³⁵ Somente no ano de 1855, cerca de 1700 pessoas foram vítimas fatais do *colhera morbus* no Espírito Santo. Considerando a estimativa populacional do período, podemos afirmar que essa moléstia atingiu fatalmente 3,5% o número de contagiados (FRANCO, 2014, p. 124).

instalações escuras e mal ventiladas das igrejas contribuíam para a retenção dos odores considerados maléficos para a saúde humana e, em razão disso, o hábito de sepultar dentro dos templos passou a ser alvo do discurso não só de médicos, como de políticos, tão logo as epidemias começaram a atormentar a vivência cidadina.

Conforme percebido em muitos relatórios e documentos oficiais produzidos no período, apesar de tratar-se de um assunto delicado em termos religiosos, o perigo das epidemias foi capaz de gerar um considerável consenso entre a classe política capixaba nos anos 1850. Independente das origens ou classes sociais, as igrejas não poderiam mais servir como local de enterramento dos corpos dos cidadãos da província. Assim, em 24 de julho de 1854, a lei provincial nº 9 determinava a construção de um cemitério público na capital. Em 1856, como visto, uma nova decisão das autoridades locais seria posta em prática: os enterramentos foram proibidos de acontecer dentro dos templos.

Tomada a decisão definitiva de se proibir os enterramentos nos templos naquele ano, caberia agora decidir uma outra etapa desta discussão: afinal, em qual local e sob quais condições o novo cemitério deveria ser construído? Deveria a nova necrópole afastar-se em definitivo do centro da cidade e, por conseguinte dos principais templos religiosos? Deveria o cemitério adquirir o caráter secular ou preservar ao menos algumas de suas antigas características religiosas?

De início, conforme consta em um relatório do presidente de província de 1855, a intenção era deslocar os sepultamentos para fora do perímetro urbano principal, tendo a região da assim-chamada Ilha do Príncipe³⁶, sido cogitada pelas lideranças locais como possível ponto ideal para a construção do cemitério:

É este o lugar próprio para declarar-vos, que o governo imperial não pode ceder a Ilha do Príncipe em consequência de constituir ela um próprio nacional, do qual só a Assembleia Geral pode dispor: foi esta a resposta que obtive tendo-a solicitado na conformidade da lei nº 16 de 30 de julho do ano passado.

Cumpramos que delibereis alguma coisa a este respeito, porque o estabelecimento de um cemitério fora desta cidade é uma necessidade indeclinável.

³⁶ A região chamada de Ilha do Príncipe pertenceu à família de Dom Pedro II no século XIX e no século XX foi conectada à ilha de Vitória com a construção de pontes no governo de Florentino Avidos (1924-1928).

Pessoas competentes, a quem tenho consultado sobre este objeto, me dizem que o fronteiro à referida Ilha do Príncipe há um terreno tão apropriado como ela para o cemitério; e a ser isto assim, me parece mais vantajosa a ideia de ser ali estabelecido, porque, dispensando a ponte, haveria economia de tempo e dinheiro. (ESPÍRITO SANTO, 1855, p. 14)

Como perceptível na fala do presidente de província, Sebastião Machado Nunes³⁷, em 1855 o governo imperial não aceitou ceder o espaço para a construção do cemitério na região na Ilha do Príncipe.

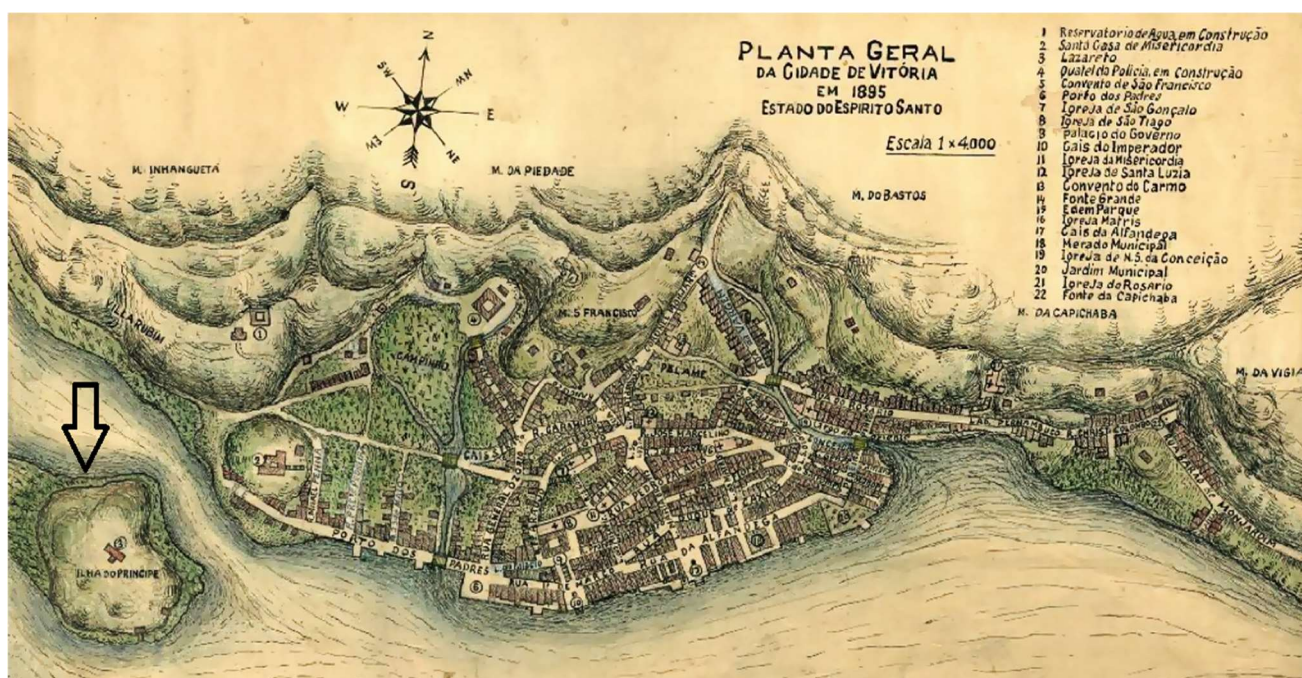


Figura 1: Planta de Vitória referente ao ano de 1895 elaborado por André Carloni. A área apontada pela seta diz respeito à Ilha do Príncipe. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br>

Isso gerou um impasse sobre a escolha efetiva do local para construção do campo santo. Essa dúvida em relação à localidade da necrópole se estenderia até o ano seguinte, quando as obras de edificação do cemitério foram iniciadas nas imediações do Convento de São Francisco, em uma região ainda situada na parte central da cidade de Vitória (PIVA; SIQUEIRA, 2005, p. 17). Pelo menos, por ora, esse impasse teria sido resolvido:

Proibi os enterramentos nas igrejas, à vista da representação que me dirigiu o Dr. chefe de polícia; a princípio sepultaram-se os corpos no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, mas sendo julgado insuficiente, criou-se provisoriamente um outro em terreno do Convento de São Francisco que até está servindo. A carência de um cemitério geral é urgentíssima nesta capital,

³⁷ Sebastião Machado Nunes foi nomeado por carta imperial para o cargo de presidente de província do Espírito Santo nos anos de 1854 e 1855.

e tenho toda convicção de que V. Ex. tomará em consideração esta necessidade. (ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 6)

Além desse obstáculo mencionado por Machado Nunes, outro imbróglio envolvendo a questão ocorreria: os cofres públicos da província supostamente não contavam com muitos recursos financeiros, conforme a fala de Pedro Leão Veloso³⁸ em 1860:

É necessidade urgentemente sentida para esta província a de cemitérios decentes; a assembleia provincial no intuito de provê-la, votou a lei n. 13 de 14 de julho do ano próximo passado [1859], que foi por mim sancionada, tinha entre mãos o trabalho do respectivo regulamento, estou porém que essa lei pouco poderá melhorar a situação em razão dos minguados recursos das municipalidades. (ESPÍRITO SANTO, 1860, p. 6).

Além da falta de verbas, no ano seguinte o relatório do presidente de província apresentaria ainda algumas reclamações referentes à má gestão dos recursos destinados à obra:

Começou aquela obra sob a administração do Exm. Sr. Fernandes de Barros que de acordo com pessoas profissionais, escolheu o local. Até hoje, tem-se despendido perto de 20 contos de reis e quase sem proveito. Aberto, exposto ao pastar dos animais, como se não fosse um terreno santificado, o projetado cemitério pede ao menos uma grade de madeira que o circunda, e proteja suas sepulturas. Com esse serviço talvez que se despenda 4 ou 5 contos de réis. O Exm. Sr. Dr. Souza Carvalho mandou entregar a câmara municipal, para tal fim, a quantia de 3 contos de reis, sendo 4 do bolsinho generoso de S. M. o Imperador e 2 dos cofres provinciais. Se a diminuta renda provincial não permite que se conclua a obra com a grandeza digna de uma capital, senão podemos tributar nossos mortos as honras da magnificência, ao menos abriguemos suas cinzas, para que não venham revolvê-las o pé profanador da ociosidade ou os rastros das bestas. (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 37)

Em 1862, as reclamações de José Fernandes da Costa Pereira Júnior³⁹ em relação aos gastos, que eram considerados por ele mal geridos, permaneciam. Além disso, a divisão dos recursos entre as paróquias e a má execução das obras gerava problemas para a entrega do novo cemitério da capital:

O cemitério da capital, obra malfadada e que tanto dinheiro tem custado à província, recebeu no ano [passado] findo a consignação de 3 contos de reis, sendo 1 conto do generoso bolsinho do S.M. o imperador. As obras acham-se em andamento sob a inspeção do digno presidente da câmara municipal, que me declarou encarregar-se desse serviço dando assim mais uma prova do seu zelo pelo bem público.

³⁸ Pedro Leão Veloso nasceu no Maranhão em 1828 e faleceu em 1902, sua carreira política foi bastante extensa, pois ocupou os cargos de deputado provincial, deputado geral, presidente de província no Espírito Santo (1859) e no Piauí (1863). Foi também juiz e jornalista.

³⁹ José Fernandes da Costa Pereira Júnior nasceu em Campos dos Goytacazes em 1833. Era bacharel em Direito. Ocupou vários cargos políticos durante o período Imperial, dentre eles o de presidente de província do Espírito Santo, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul. Também foi ministro da Agricultura, tendo contribuído com o processo de imigração dos alemães e italianos para o Brasil.

Trata-se de reparar e concluir a capela, onde se devem prestar os últimos ofícios aos finados, e de arrasar a colina em que se começou o cemitério, de sorte que os jazigos fiquem no mesmo nível passando-se depois a conclusão dos muros.

É uma obra de grandes proporções, e cujos defeitos começaram com a má escolha do local.

Diversas confrarias tem requerido terrenos para jazigos de seus irmãos existindo já os do Santíssimo Sacramento, e os de N. S. dos Remédios.

Quanto aos demais cemitérios das diversas paróquias da província acham no mesmo estado que vos expôs no meu relatório do ano próximo passado. (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 28-29)

Apesar das ressalvas e reclamações a respeito da construção da necrópole, no documento, o presidente de província fornecia alguns detalhes a respeito da estrutura do novo cemitério que estava sendo erigido na cidade. Mesmo sendo um “bem público” o novo local contaria com uma capela, onde os “últimos ofícios aos finados” deveriam ser realizados, afinal àquela época, “não obstante serem públicos, os cemitérios eram destinados exclusivamente ao público católico” (RODRIGUES, 2005, p. 153)⁴⁰. Do mesmo modo, Costa Pereira revelava a vontade das distintas confrarias em garantir a posse de espaços particulares para o enterramento de seus “irmãos”, aos moldes dos costumes católicos daquele tempo.

Dois anos mais tarde, o debate a respeito do local escolhido para a construção do cemitério continuava a gerar polêmicas entre os políticos e gestores públicos capixabas. Desta vez, caberia ao poder legislativo, na voz do vice-presidente da assembleia provincial, Eduardo Pindaíba, mencionar não só o já referido problema da má gestão dos gastos como o seu descontentamento em relação às condições de higiene do Convento de São Francisco:

Conquanto se tenha consumido perto dos trinta contos de réis dos cofres provinciais com o cemitério público desta cidade, ainda este não está concluído, e ao contrário muito resta a fazer-se. Situado na colina em que se acha o Convento São Francisco e contíguo a este, parece-me apropriado o lugar, e suficiente o terreno para ele destinado, entretanto o seu recinto não está todo convenientemente defendido da invasão de animais. (...)

Contrista ver-se ofendida a memória dos mortos expostos seus restos a serem pisados pelos brutos. (ESPÍRITO SANTO, 1864, p. 45.)

⁴⁰ Tal fato se dava, pois naquele momento, a igreja católica encontrava-se ligada ao império brasileiro sob o regime de padroado, isto é, o “bem público” era definido a partir da união entre a igreja e o Estado, em um momento em que a ideia de secularização não encontrava muito respaldo no debate público.

Apesar dos preceitos higienistas tratarem da importância da realização de enterramentos em locais afastados do perímetro urbano, na capital da província o cemitério continuava a permanecer de forma destacada no centro da cidade. Este fato incomodava não apenas a Pindaíba, como a muitos de seus colegas no campo da política e da higiene pública.⁴¹

Já no início da década seguinte, Francisco Ferreira Correa⁴² continuava a expor o descontentamento de parte da classe política capixaba em relação à localização dos cemitérios da capital e ao seu estado de conservação:

Os cemitérios, mesmo na capital, não estão nas condições exigidas pela ciência, com referência à salubridade pública. Um ou outro delas se aproxima e todos estão fora das leis de higiene, pela posição em que se acham situados.

Na capital, há o da irmandade do Santíssimo Sacramento e o da de S. Benedito de S. Francisco, os quais estão preparados, sobretudo, o segundo, com certo asseio e decência.

O da câmara municipal com o qual outrora tantos contos de reis se despenderam, em que estado se acha? Com uma dúzia de carneiras, de má construção, com uma capela começada e não concluída, que tem sofrido alguns reparos e um gradil de ferro com pilastras levado até certo ponto, com um dos lados e parte dos fundos abertos, carecendo de imensas e custosas obras para concluir-se, visto como é mister fazer um grande corte no monte para que possa nivelar sua área. Não tem este cemitério ainda, segundo as ordens em vigor, uma área reservada para os enterramentos dos que professarem qualquer culto dissidente.

Fora da capital, sabeis perfeitamente o que são os cemitérios: em geral contíguos às matrizes, muitos até cobertos de mato e pouco deles com cercas que resguardam de qualquer profanação a morada dos mortos. (ESPÍRITO SANTO, 1872, p. 49)

A câmara municipal de Vitória permanecia sendo criticada e de certa forma cobrada, pois cabia a ela responsabilidade pela manutenção do cemitério público da capital. Ademais, Ferreira Correa se queixava em relação à ausência de espaços adequados para o acolhimento dos corpos dos não-católicos. Além de cumprir com a sua obrigação de

⁴¹ Parte dos médicos da capital não concordavam que o terreno do convento tivesse uma composição de solo adequada para o armazenamento dos corpos. Esse era o caso de Manoel Goulart de Souza que passou, duas décadas (1870 e 1880) reclamando das condições sanitárias da capital e afirmando que as necrópoles situadas no centro da cidade seriam “focos-fermente de moléstias”. A posição e as condições de conservação de alguns cemitérios, dentre eles o de São Francisco, incomodava muito, pois os médicos sanitaristas defendiam que as necrópoles poderiam espalhar miasmas pútridos pela cidade em dias de vento muito forte e infectar fontes de água que abasteciam a população (PIVA, 2005, p. 122). Como veremos em nosso próximo capítulo, as posições da classe médica a respeito dessa temática certamente foram capazes de influenciar políticos e gestores públicos a respeito da localização e das condições do novo cemitério.

⁴² Francisco Ferreira Correia nasceu em Paranaguá localizado no estado do Paraná em 1834, foi político brasileiro no período imperial. Foi designado para o cargo de presidente de província em Santa Catarina, em 1810-1871 e no Espírito Santo, em 1871-1872.

gerir o repasse de verbas para a construção do cemitério, caberia ao poder público municipal viabilizar – em conformidade com os ditames da gestão pública – o enterramento de praticantes de outros credos, para além da religião católica.

Além disso, mais uma vez, o presidente de província apelava à responsabilidade administrativa das autoridades locais, destacando suas incumbências e o seu papel como gestores públicos:

Pela legislação vigente está a cargo das câmaras municipais a administração e custeio dos cemitérios público; continuando a cargo das irmandades, confrarias e ordens terceiras, os privativos ou particulares que a estas pertencem.

No intuito de regular o serviço, corrigir abusos e evitar até que o desleixo de muitos prejudicasse a salubridade pública, pela resolução nº 127 de 25 de julho deste ano, em execução da lei nº 17 de 1866 e art. 6º da de nº 13 de 1859, mandei observar um novo regulamento para os cemitérios da província. Solicito a vossa aprovação para o dito regulamento, que em si contém disposições ainda sem execução, porque são da alçada do poder legislativo (ESPÍRITO SANTO, 1872, p. 49-50).

Os presidentes pressionavam, portanto, os seus pares a assumirem a postura de gestores dos espaços destinados aos mortos. Havia, deste modo, o posicionamento por parte de alguns presidentes de província cada vez mais no sentido de regulamentar os cemitérios de acordo com a lógica racional e científica do período. Francisco F. Correa inclusive cobrava a aprovação de um regulamento que redefiniria posturas para os indivíduos e determinava os papéis de cada instância do poder público:

Governo da Província

N.127, Resolução- O presidente da província do Espírito Santo, em execução do disposto no art. 1 da lei n. 17 de 1866 e autorizado pelo art. 6 da lei n. 13 de 1859, resolve mandar que se observe o seguinte:

Regulamento para os cemitérios da província

Capítulo 4

Disposições Gerais

Art. 37- As câmaras tendo em vista os réditos dos cemitérios dos respectivos municípios, arbitrarão provisoriamente uma gratificação aos administradores que houverem de nomear propondo oportunamente a assembleia provincial as providências que entenderem necessárias.

Art. 38- As câmaras organizarão instruções para o serviço interno dos cemitérios públicos, regulando asseio, aformoseamento, conservação e melhoramento destes, e tudo mais que convier a regularidade do serviço e

correspondência dos administradores com as mesmas câmaras, e escrituração dos livros de óbitos. Tais instruções serão submetidas a aprovação da assembleia provincial, ou provisoriamente ao presidente da província.

(...)

Art. 41- Em tudo que for concernente à jurisdição do poder eclesiástico, será restritamente observado o que se achar determinado

Palácio do governo do Espírito Santo, 25 de julho de 1871- Francisco Ferreira Correa. (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 59)

A necessidade de se estabelecer um espaço para aqueles que não professavam a religião do Estado (a fé católica) continuava a ser debatida, além de se reiterar a necessidade de se respeitar “a jurisdição do poder eclesiástico” conforme cada situação particular. Tais medidas visavam a regulamentação das práticas funerárias sem que houvesse uma agressão ou rupturas traumáticas com os costumes religiosos da população. Do mesmo modo, o regulamento que Francisco F. Correa queria aprovar também não mencionava a criação de um cemitério extramuros (fora do perímetro urbano), tampouco a compreensão de que o lugar de sepultamento dos mortos deveria perder seu caráter religioso. Havia na realidade uma tentativa de mesclar a tradição católica de enterramentos, com a perspectiva moderna de administração da morte, já que acima de crenças ou devoções individuais deveria prevalecer a necessidade de preservação de uma cada vez mais consolidada noção de bem público.

Esse tipo de preocupação específica, e as questões mais gerais a respeito do estado de conservação dos cemitérios, da gestão de suas obras e da dificuldade posta pelas instâncias administrativas em assumir suas responsabilidades de gestão continuariam a ocorrer ao longo de toda a década de 1870.

Várias dificuldades foram interpostas entre as responsabilidades administrativas, as questões de higiene e a tradição religiosa. Mas, nenhuma delas foi tão difícil de ser transposta quanto a da criação de um cemitério fora dos muros da capital, ou seja, para longe dos terrenos contíguos às igrejas. Tal fato se dava devido à relação estabelecida entre a localização do enterramento e a salvação da alma no pós-morte, já que acreditava-se àquela época que quanto mais próximo do altar e da casa de Deus o indivíduo fosse inumado, maior seriam suas chances de salvação e de triunfo no dia da ressurreição (REIS, 2012, p. 171).

Por isso, mesmo com a consolidação dos padrões de higiene, a retirada dos cemitérios do centro da cidade foi um processo que ocorreu de forma lenta, gradual e com diversas polêmicas na cidade de Vitória. De todo modo, com o avanço do século tal prática se tornava cada vez mais insustentável, de modo que para maioria dos administradores os cemitérios deveriam ser retirados do centro da urbe:

Sobre os cemitérios da província, poderá reportar-me às informações que vos tem sido ministradas por meus dignos antecessores.

Os melhores que temos, são: o da Irmandade do S. S. Sacramento e o da de São Benedito de São Francisco na capital, pelo asseio e decência em que se acham.

O da câmara da capital ainda ressen-te-se da falta de muitas obras para atingir ao grau de decência, que tanto se torna preciso em um lugar de toda veneração e respeito.

O da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário está em péssimas condições quanto a sua situação.

Por mais de uma vez tem representado o Dr. provedor de Saúde Pública sobre a necessidade de remoção deste cemitério, construído contra todas as regras de higiene pública.

(ESPÍRITO SANTO, 1873, p. 22-23).

Os cemitérios continuavam a ser criticados e avaliados de acordo com as suas condições de higiene e principalmente a partir de sua proximidade em relação à morada dos vivos. Quanto mais higienizado e isolado do centro da cidade, em melhores condições e em respeito aos mortos encontrar-se-ia a necrópole.

Um ano mais tarde, essas críticas tornavam-se ainda mais enfáticas, sendo os deputados locais diretamente responsabilizados pelos problemas da construção e manutenção dos cemitérios vitorienses:

Cemitério- Os que a província tem não merecem este nome. A maior parte dos cemitérios públicos são antes cercados, levantados sem prévia consulta das condições higiênicas, falta de segurança, e em verdadeiro contraste com a veneração devida aos mortos.

A edificação de um cemitério debaixo de todas as regras artísticas e higiênicas é uma necessidade, cuja satisfação não pode ser adiada por mais tempo, e muito convém atender.

O da capital, além de acanhado e mal colocado, jaz em completo abandono. Suas obras acham-se paradas: ele é hoje o que era talvez há 15 anos!

Dignai-vos srs. deputados provinciais, lançar as vossas vistas para este ponto, que reclama toda a vossa atenção (ESPÍRITO SANTO, 1874, p. 12).

Atender às demandas “artísticas e higiênicas” era a condição necessária para se prestar a devida homenagem e respeito aos mortos. Mais uma vez, de igual modo, o vice-presidente de província reclamava da “má colocação” do cemitério público e reiterava para o atraso de suas condições em relação ao que se era esperado em termos ideais.

Quatro anos mais tarde o assunto continuava em voga na Assembleia Provincial, de modo que argumento de uma necessária separação entre o mundo dos vivos e dos mortos ganhava novos contornos:

Cemitério

Assunto é este que por conexo com o de Saúde Pública deve merecer a vossa devida atenção.

Não é o bastante ter proibido os enterramentos nos templos, força é proibi-los nos centros populosos.

Como se não bastassem as causas apresentadas para tornarem menos salubre esta cidade, a cavalheiro dela- e no meio dos vivos colocou-se a morada dos mortos.

Escuso-me de demonstrar-vos as consequências funestas desse erro gravíssimo- que nem ao menos pode ser apadrinhado pelo espírito religioso.

Acresce que os cemitérios aqui existentes já não comportam mais enterramentos. O dr. Inspetor de Saúde dá testemunho de que muitas vezes ainda não estão de todo consumidos os cadáveres quando, para dar lugar a outros, se lhes abre as sepulturas!

Farei um dos melhores serviços a esta cidade se resolverdes a criação de um cemitério público - extramuros – em lugar apropriado e espaçoso. Nem pode objetar-se a dificuldade da condução dos cadáveres porque aplaná-la a serviço de carros fúnebres, preparado convenientemente o caminho, quer para um quer para outro lado da cidade- onde for o cemitério feito.

Como em outras províncias, poder-se-á conceder o privilégio desse serviço à Santa Casa de Misericórdia, ou a outra irmandade ou confraria, que pretenda e que lhe será uma boa fonte de renda.

Como quer que delibereis, é intuitivo que não deveis continuar a permitir que estejam às portas das casas desta capital esses focos de enfermidades, que poderão fazer de toda ela uma vasta necrópole quando uma intensa epidemia venha flagelar.

Recomendo-vos, a este respeito, a leitura do distinto Dr. Inspetor de Saúde (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 17).

Em que pese o espírito religioso de outrora e suas disputas pela manutenção do seu lugar no imaginário das camadas dirigentes, o medo das epidemias e os assuntos relacionados às questões de salubridade passaram a falar mais alto do que a necessidade de outros tempos de ser inumado próximo à casa de Deus. Nem mesmo o “espírito religioso” poderia mais apadrinhar a afronta de se situar a morada dos mortos no meio dos vivos. Da mesma forma, além de afastar o perigo das epidemias, o novo empreendimento poderia gerar a possibilidade de renda às irmandades religiosas que, além de deverem mudar seus costumes pela causa da saúde pública, poderiam ainda dela retirar um rentável proveito financeiro. Outro argumento apresentado por Mafra em favor da alteração da localidade dos sepultamentos era a disposição de facilitar a acessibilidade às regiões mais afastadas do centro mais populoso. O presidente de província em questão já prevendo os ataques referentes às dificuldades de condução dos cadáveres para os lugares onde o cemitério deveria ser construído, propôs a adequação das vias públicas para conectar a cidade ao possível terreno escolhido para sediar a necrópole: “Nem pode objetar-se a dificuldade da condução dos cadáveres porque aplaná-la a serviço de carros fúnebres, preparado convenientemente o caminho, quer para um quer para outro lado da cidade- onde for o cemitério feito” (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 17).

A insistente permanência de antigas práticas ao longo das décadas e a necessidade de convencimento da população tornava o debate mais complexo e munido de novas estratégias e recursos retóricos entre os políticos e administradores públicos capixabas. Esse debate público assumiria contornos ainda mais complexos com o advento da República nos final dos anos 1880.

A República no Espírito Santo e a modernização do morrer: o fim da querela do cemitério extramuros em Vitória

A Proclamação da República em 1889 trouxe novas ideias e maneiras de se pensar a cidade no contexto nacional. A superação da monarquia foi interpretada pelos contemporâneos e partícipes do processo como a derrocada do atraso e do velho, de modo que a chegada do novo regime se relacionava ao impulso rumo ao progresso e a novas formas da vida em sociedade.

Munido dos seus próprios símbolos e ritos nacionais, o ideal republicano brasileiro visou inculcar entre os cidadãos o culto ao patrimônio e o apreço a uma nova concepção do espaço público e de seus constituintes no contexto urbano. As cidades passaram a ser organizadas sob os preceitos seculares da cidadania republicana, tendo o seu espaço sido racionalizado de acordo com a nova forma de entendimento – ainda mais coletivizada – das relações sociais no núcleo urbano.

Os distintos projetos de nação em disputa nesse momento – liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo –, visavam pensar uma maneira de extravasar as visões de mundo em relação à República, de forma a conquistar o imaginário popular em relação aos benefícios do novo regime. Essas correntes ideológicas republicanas recorreriam a diversos elementos extradiscursivos que encontravam na ressignificação do espaço público uma importante vertente de atuação (CARVALHO, 1990, p. 10).

Embebidos desse ideal, os republicanos brasileiros traçaram perspectivas que rompiam severamente com o regime político anterior e consequentemente com suas práticas político-culturais: desenhava-se um horizonte de expectativa modernizado, civilizado, orientado pela visão de mundo progressista. Ressignificar a herança histórica do país, juntamente com a reforma das instituições (substituindo o Império pela República), era a resposta dada pelas elites rumo a um projeto modernizador, para suplantar o sentimento de vergonha e atraso social (SEVCENCKO, 1998, p. 27).

No Espírito Santo, do mesmo modo, o advento do ideal republicano se relacionaria diretamente com uma nova forma de compreensão do ambiente público e da divisão do seu espaço. Na capital do estado⁴³, os nomes de Muniz Freire e Afonso Cláudio se destacaram entre aqueles que passaram a encampar, desde idos da década de 1880, os ideais democráticos republicanos e a necessidade de renovação da cidade de acordo com os novos preceitos civilizacionais (HEES; FRANCO, 2012, p. 18).

Quando iniciou o seu governo provisório em 1889, Afonso Cláudio deu início a esse processo de desenvolvimento da cidade de Vitória, prezando especialmente pela renovação de seu espaço urbano. Inspirado no moderno urbanismo francês e

⁴³ No período imperial, desde 1821, o Brasil era dividido em províncias e administrado por um presidente de província nomeado pelo imperador. Com o advento da República, as unidades administrativas tiveram seus nomes alterados. A Constituição de 1891 substituiu o termo província por estados, e os presidentes de província tornaram-se presidentes de estado.

incorporando novas técnicas de construção, sua administração tinha por objetivo alargar antigas ruas e criar espaço para a construção de casas comerciais – situadas nos locais de maior movimentação como as ruas Duque de Caxias e da Alfândega, atual Jerônimo Monteiro – capazes de otimizar e higienizar o núcleo urbano (PIRES, 2006, p. 97).

Este intento permaneceria vivo no governo de Muniz Freire (1892-1896) que teria a bandeira de modernização e de melhoria das condições de higiene da cidade como um de seus principais motes políticos. Ele reclamava em seu discurso de posse daquela que seria a péssima situação do serviço de iluminação a gás, a total ausência de uma rede de esgoto, bem como do escasso abastecimento de água na capital (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 17). Em suma, uma das maiores preocupações de sua administração se dava no sentido de alterar a configuração do espaço público em conformidade com os preceitos civilizacionais da nova República.

No que diz respeito ao problema dos enterramentos, e da situação dos cemitérios, pode-se inferir que no período republicano, o ideário modernizador foi capaz de produzir um consenso muito maior a respeito das formas de gerir e encarar o significado dos rituais funerários da população capixaba. Se no período imperial a antiga discussão sobre o afastamento dos cemitérios do núcleo urbano era ainda deveras nuançada, por exemplo, na era republicana não haveria espaço para grandes dissensos: o cemitério deveria, a qualquer custo, afastar-se do centro e ser construído em uma região minimamente adequada em termos de higiene e bem estar coletivos. Esta era uma medida que para os republicanos se relacionaria quase que completamente a um problema de gestão (de obras e recursos), do que a antigos debates sobre o significado sagrado do morrer.

Essa postura fica clara na decisão tomada por Muniz Freire em 1896 no sentido de eleger um local para a – tão debatida – construção do cemitério público da cidade. Freire entrara em acordo com a administração municipal e escolhera a localidade de Santo Antônio, situada na região extremo-oeste da capital, para abrigar o dito cemitério extramuros:

Tendo, porém, entrado em acordo com o Governo Municipal para se fazer na situação de Santo Antônio o novo matadouro (ideia hoje abandonada), e mais tarde combinado que se aproveitasse para localizar os novos cemitérios, encarreguei a Inspetoria de Higiene de procurar fora da ilha um outro ponto destinado ao isolamento [...] (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 133)

Contudo, todo esse ímpeto por renovação e saúde não significaria o início imediato das obras da necrópole. Entre 1896 e 1911, os presidentes de Estado silenciaram em relação a esse tema em seus relatórios. Somente em 1911, é que, por meio do documento de mesma natureza tivemos notícia da previsão de inauguração do cemitério que congregaria de maneira centralizada os enterros da capital e afastaria do centro urbanizado os enterramentos que ainda ocorriam por lá:

Assim, é indispensável a remoção do matadouro do local em que se acha, a cessação dos enterramentos dentro da cidade, a construção dos drenos gerais para água servidas e pluviais e dotação ao departamento do serviço sanitário de vários aparelhos que ainda lhe faltam.

O novo cemitério no arrabalde de Santo Antônio estará concluído no próximo mês de outubro. Logo que isto se dê, serão suspensos os enterramentos nos cemitérios juntos da cidade (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 21).

Dezesseis anos haviam transcorrido desde o anúncio do início das obras por Muniz Freire em 1896 e o cemitério extramuros de Santo Antônio continuava ainda em processo de construção. Mesmo todo o ímpeto modernizador presente no discurso dos políticos republicanos não impediria que a maior parte dos enterramentos continuasse a acontecer no centro da cidade de Vitória ainda na primeira década do século XX.

Seria somente no governo de Jerônimo de Souza Monteiro que a execução do projeto da necrópole chegaria ao fim. No período em que esteve à frente da administração do Espírito Santo, entre 1908 e 1912, Monteiro propôs medidas que saneassem as finanças do Estado, buscou recursos junto ao Governo Federal e investiu maciçamente na infraestrutura da cidade. Foram construídas redes de águas e esgoto, ruas foram remodeladas e feitas mais transitáveis para carroças, houve o investimento em iluminação pública, assim como a demolição de prédios e sobrados que não se enquadravam nos padrões de salubridade exigidos em seu governo (PIRES, 2006, p. 99).

Para atender às novas necessidades econômicas, a cidade seria remodelada, tendo o objetivo de ruptura com a imagem agrária de outrora sido o principal objetivo do plano urbanizador-industrial do governo Monteiro. Por não possuir um próspero desenvolvimento industrial, o ideal modernizador deste período pautava-se na alteração da arquitetura urbana de Vitória, no “aformoseamento” da cidade, assim como no processo de higienização dos hábitos da população local (PIRES, 2006, p. 96).

Monteiro tinha características de um dirigente instruído, além disso, orientava-se por sua formação positivista obtida nos anos de estudo na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua visão de mundo era pautada pela busca pelo progresso e pela superação do atraso. Após sua eleição, o governador visitou cidades como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com o intuito de, aprendendo com as experiências desses locais, poder aplicar seus moldes no Espírito Santo (ROSTOLDO, 2008, p. 61).

O cotidiano da cidade foi aos poucos sendo transformado com a chegada de inventos associados ao ideal moderno. Assim, o advento da energia elétrica e do bonde elétrico, por exemplo, redimensionavam a forma de perceber o tempo e o espaço dos habitantes da capital.

O governo de Monteiro, portanto, possuiu ares de uma espécie de “missão civilizadora”, já que suas investidas se deram no sentido de urbanizar a cidade e aplicar medidas sanitárias enérgicas. Fazer essas reformas implicava em alterar um planejamento do espaço urbano, racionalizando-o e disciplinando-o através de funções específicas atribuídas a cada parte da cidade (PIRES, 2006, p. 101).

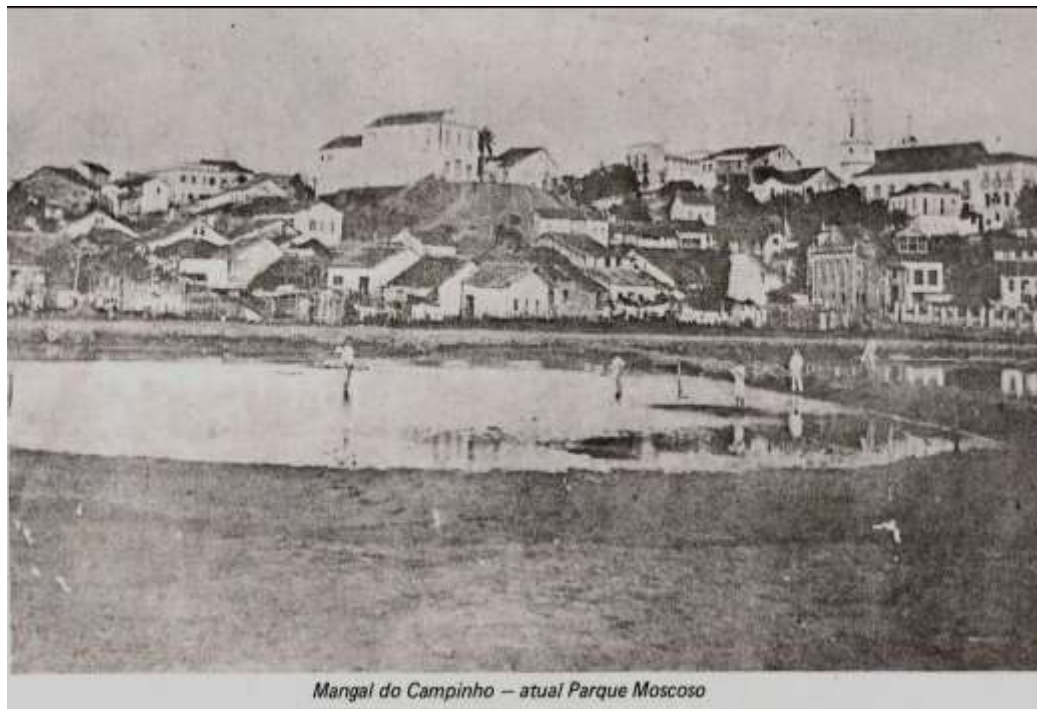


Figura 2: Mangal do Campinho antes da drenagem e da construção do Parque Moscoso. Fonte: BICHARA, Terezinha T. A história do poder legislativo do Espírito Santo, 1835-1889. Vitória: Leoprint, 1984.



Figura 3: Local onde seria construído o Parque Moscoso, antigo Mangal do Campinho após as obras de aterramento. Disponível em: legado.vitoria.es.gov.br

Dentro dessa perspectiva é que Jerônimo Monteiro atuou modificando os costumes funerários da capital. Afinal, remover os cemitérios do núcleo da cidade significava atacar dois problemas de distintas esferas com uma única medida: eliminava-se um espaço considerado foco de doenças e suprimia-se a poluição visual resultante da localização das necrópoles no centro. Sobre esse tema, falaria Monteiro em 1913:

Para atender a necessidade que há muito se impunha de por termo aos enterramentos nos velhos cemitérios da cidade, o que constituiria motivo de sérias apreensões, por se acharem mal situados esses campos santos, e pelo acúmulo de inumações em área deficiente, levou o meu governo a efeito a construção de um novo cemitério em Santo Antônio, a distância de pouco mais de um quilômetro da cidade.

Dispondo de uma área extensa e apropriada ao destino, ele satisfaz plenamente as exigências da higiene moderna.

Já o entreguei concluído aos cuidados e à administração da Prefeitura Municipal e a 1 deste mês começou a ser feito ali o serviço de enterramentos, ficando proibida qualquer inumação nos antigos e pequenos cemitérios, existentes no centro da capital, os quais foram fechados (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 132-133).

O relatório informa que em 1912 finalmente o processo de deslocamento do cemitério havia sido consumado, tendo os enterramentos intramuros em Vitória sido proibidos. Nas palavras de Monteiro, esse espaço estava plenamente de acordo com as “as

exigências da higiene moderna” bradados por parte dos médicos capixabas e de alguns engenheiros à época. Portanto, sob os auspícios do seu ideal civilizador, o governo Monteiro consolidava um processo que, entre idas e vindas, havia sido discutido ao menos desde a metade do século XIX no Espírito Santo.



Figura 4: Cemitério de Santo Antônio em 1912. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 5: Bonde funerário utilizado para transportar os corpos até o cemitério de Santo Antônio, 1912. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/cemiterio-de-santo-antonio-e-o-bonde.html>⁴⁴

A tardia ocorrência deste desfecho, nos leva à conclusão de que a alteração na forma de se compreender a morte e os rituais do morrer em terras capixabas ocorreu de forma bastante peculiar em relação às outras capitais brasileiras. Desde os primeiros incômodos com os cheiros, até a ideia de que a morte deveria ser gerida e administrada neste mundo, o entendimento dos grupos dominantes capixabas a respeito da morte passou por uma lenta modificação em seu significado, que encontraria apenas no ideal civilizador da República o seu desfecho derradeiro.

Nesse sentido, entendemos que em um novo cenário proposto pelo regime republicano, os grupos econômica e politicamente dominantes tentaram encampar, pelo menos parcialmente, as ideias modernizadoras advindas de uma nova maneira de experimentar o mundo, mas para isso ser posto em prática, tiveram que cativar o imaginário popular, ponderando seu discurso e conciliando elementos da modernidade e da tradição.

Nesse jogo de correlação de forças, não podemos subestimar a atuação do saber médico na alteração dos referidos costumes. Este grupo específico de membros da camada dirigente local teve um papel fulcral neste processo de mudança no imaginário a respeito do significado da morte e do morrer na sociedade oitocentista capixaba. Por este motivo, no capítulo seguinte destrincharemos o pensamento e a organização política da classe médica em questão, de modo a compreender como suas ideias foram capazes de influenciar a opinião pública e exercer a influência necessária para alterar a percepção da população capixaba a respeito dos sentidos da morte e de seus rituais.

⁴⁴ A foto do bonde funerário não possui data, tampouco foi possível descobrir a autoria do registro. Entretanto, no relatório apresentado por Jerônimo Monteiro em 1 de janeiro de 1911, o presidente de Estado afirmava que: “Felizmente posso noticiar que já se acham concluídos o aterro e as vinte e oito casas da vila ‘Moscoso’, e a construção da linha de bondes até o arrabalde Santo Antônio, estando muito adiantadas, a construção do novo hospital, do novo edifício do congresso, o ajardinamento da vila ‘Moscoso’ e a reforma de toda a linha de bondes, inclusive seu prolongamento até a cidade alta e sua eletrificação (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 17).”

CAPÍTULO 2

A morte sob o olhar dos médicos capixabas na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos da República

Como visto no capítulo anterior, o início do século XIX trouxe inúmeras mudanças na forma de se conceber a política e a cultura na sociedade brasileira do período. É sabido que a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 contribuiu em grande medida para o fomento de novas formas de pensamento que propiciaram essas bruscas modificações nas concepções locais de mundo.

Dom João VI, assim que se instalou no Rio de Janeiro, criou instituições que já existiam em Portugal, além de outras novas que poderiam auxiliar no conhecimento e na intervenção do território da antiga colônia. Dentre as muitas instituições criadas nesse período, seriam principalmente aquelas voltadas para o fomento e para a divulgação de pesquisas científicas as que obteriam maior atenção por parte da coroa⁴⁵ (MACHADO, LOUREIRO, LUZ e MURICY, 1978, p. 160).

Diversas áreas do saber investiam a partir de então no “descobrimento” daquele novo mundo. Exemplar nesse sentido foram as expedições científicas organizadas por viajantes europeus nas primeiras décadas do Oitocentos, quando nomes como Maria Graham e Saint-Hilaire visaram representar e compreender por meio da arte e da ciência aquela que aos seus olhos parecia ser uma inédita e “exótica” realidade tropical.

Nesse mesmo contexto, é possível perceber que a medicina construiu para si um novo status dentro da sociedade brasileira do século XIX com a criação de novas instituições – como a Provedoria de Saúde e do ensino cirúrgico no Brasil – e de conceitos médicos capazes de fornecer um novo padrão de entendimento de cuidado dos corpos e do bem estar coletivo (MACHADO et al., 1978, p. 162).

Os portugueses que vieram para a Colônia em 1808, influenciados pelo pensamento iluminista, tentavam a todo custo civilizar o espaço geográfico do Rio de Janeiro, tido àquela época como rude e pouco sofisticado. Uma das frentes de combate estabelecidas

⁴⁵ Exemplar nesse sentido foi a criação da Academia Real Militar, da Biblioteca Real, do Jardim Botânico, do curso de agricultura, entre outros (MACHADO, LOUREIRO, LUZ e MURICY, 1978, p. 160).

nessa cruzada civilizadora seria a ideia de saúde pública e o seu ímpeto em higienizar e tornar mais aprazíveis os espaços comuns de convivência. Para tanto, o príncipe regente buscou consultar membros da comunidade médica e também profissionais formados em Fisicatura⁴⁶ com o intuito de discutir estratégias visando a erradicação de doenças que se alastravam pelos núcleos urbanos brasileiros.

Assim, em conformidade com a teoria dos miasmas – uma das principais correntes da medicina do período –, os alvos a serem atacados para impedir o alastramento de doenças passavam a ser principalmente as águas estagnadas – onde plantas e animais se decompunham liberando gases pútridos – e os locais de aglomeração e de realização de rituais populares – como os templos eclesiásticos –, vistos pelos especialistas como perigosos focos de contaminação.

Como visto anteriormente, desde o início do século XIX, já se disseminava entre médicos europeus e brasileiros que os cemitérios deveriam ser alocados para fora das cidades e que os túmulos deveriam conter no máximo três corpos. Os açougues, currais e matadouros também estavam na mira dos profissionais da área de saúde, bem como a circulação de mercadorias e pessoas nos portos, também vistos como pontos de contágio em potencial.

Além dessas alterações para estabelecer o asseio do espaço público e privado, os médicos e os membros do governo buscavam alterar hábitos da população para conter os avanços de doenças como a cólera. Sobre isso, podemos ver o documento publicado a pedido da câmara municipal de Vitória no jornal *Correio da Victória* em um contexto de clara influência dos conhecimentos médicos vigentes à época:

A câmara municipal desta cidade de Vitória capital da província do Espírito Santo

⁴⁶ A Fisicatura-mor era um órgão responsável por conceder autorização para terapeutas (médicos, barbeiros, cirurgiões, boticários, parteiras, curandeiros, entre outros) atuarem nas práticas de cura no início do século XIX no Brasil, especialmente entre os anos de 1808 e 1828. A Fisicatura definia o que cada profissional da saúde poderia fazer e estabelecia os limites de cada atuação, embora tal delimitação nem sempre fosse respeitada. As delimitações eram definidas da seguinte forma: os curandeiros só deveriam lidar com plantas medicinais nativas e curar moléstias simples, as parteiras deveriam somente partejar, os sangradores deveriam sangrar e sarjar. Entretanto, na prática, havia parteiras prescrevendo remédios e curandeiros agindo como se fossem cirurgiões. A Fisicatura também cuidava para que os cargos considerados mais privilegiados, tais como médicos, boticários e cirurgiões, ficassem restritos às classes dominantes. Além disso, tentavam interferir em vasta medida nas concepções populares de cura, restringindo ao máximo o exercício dessas atividades e suas especialidades, bem como limitavam a concessão de títulos aos que se submetiam à avaliação do órgão (PIMENTA, 2009, p. 320).

Faz saber que grassando infelizmente uma terrível epidemia em algumas províncias do império, e com especialidade na da Bahia, limítrofe com esta província e aonde tem causado horríveis estragos, e podendo por infelicidade nossa se comunicar a esta capital, a câmara municipal espera que seus habitantes, procurem por todos os meios prevenir semelhante flagelo, ou ao menos tornar intensa sua força, se por ventura aparecer entre nós. Segundo a opinião de todos os médicos, este flagelo foge de lugares limpos, e somente aos vermes procura a imundice! Que devemos, pois fazer? Ter nossas casas e quintais, áreas, esgotos, ruas, e tudo quanto é do serviço doméstico no maior asseio, e limpeza: devemos cair nossas casas em todo seu interior (CORREIO DA VICTORIA, 1855, ed. 77).

Em meio a todas as regulações tanto nos espaços públicos quanto de foro íntimo que precisavam ser feitas segundo os ditames da medicina moderna para alcançar o patamar de cidade salubre, ainda havia problemas como a falta de medicamentos eficientes, o livre exercício do saber médico, da cirurgia e da farmácia. A percepção de que deveria haver maior controle sobre o exercício da medicina foi um dos pilares fundamentais para a constituição da noção de medicina social, isto é, a padronização da formação, a institucionalização da fiscalização e a uniformização da visão dos profissionais que coordenavam as questões relacionadas à saúde pública no Brasil (MACHADO et al., 1978, p. 163-164; COSTA, 1983, p.74-76 e *passim*).

Com o controle da profissão e com a consolidação de cargos como o de Provedor-mor de Saúde, criado em 1809, iniciou-se a instalação de políticas médicas com o objetivo de neutralizar os possíveis focos de doenças, sendo o seu objetivo principal a formação de um corpo social saudável, que tratava de seus doentes e supervisionava as condições de saúde do restante da população de maneira profilática. Surgiu, portanto, a assim chamada polícia médica, que poderia ser definida como um conjunto de práticas que se aplicavam à saúde e ao bem-estar da sociedade, regulamentando hábitos como a procriação, o bem-estar da mãe e da criança, a prevenção, o controle de epidemias, bem como o esclarecimento a respeito da prevenção a possíveis moléstias (MACHADO et al., 1978, p. 166-167).

Para atender as funções públicas a que se dispuseram dentro da sociedade, os médicos começaram a se organizar, inaugurando uma importante etapa de afirmação e de institucionalização do seu saber em território brasileiro. Nesse sentido, o controle da profissão foi se aprimorando com a fundação de distintas Escolas de Medicina. Curar a sociedade dos males que a afetavam tornava-se parte importante no processo de promoção da cultura e do progresso.

De todo modo, até o início do século XIX, existiam poucos médicos diplomados no Brasil. Os indivíduos que buscavam formação universitária tinham que atravessar o Atlântico para ter acesso ao ensino universitário, sendo os dois principais destinos as universidades de Montpellier, na França, e de Coimbra, em Portugal (SOARES, 2001, p.413)⁴⁷.

Apesar de ser marcado por um momento de crescente aumento de prestígio, influência e status social, é importante ressaltar que durante o século XIX, a medicina brasileira também enfrentou muita resistência e dificuldades de penetrar no imaginário e nas práticas cotidianas da população local. Em outras palavras, mais do que um simples desenvolvimento gradual e progressivo, o processo de institucionalização da medicina no Brasil oitocentista caracterizou-se pelos contornos não-lineares de seu efetivo estabelecimento naquela realidade social⁴⁸.

É também necessário considerar que, pelo menos até 1870, parte da desconfiança enfrentada pelas instituições de medicina se dava devido à pouca eficiência que o saber acadêmico acumulava nesse momento. Ademais, as acirradas disputas de poder entre os distintos grupos que exerciam a cura e, sobretudo, o fato de a sociedade não atribuir aos saberes médicos legitimidade suficiente para lhes garantir o monopólio da competência em matéria de curar doenças contribuíam para que a sua imagem perante a sociedade não encontrasse o mais elevado dos respaldos (SCHWARCZ, 1993, p. 192-8)⁴⁹.

⁴⁷ Essa carência de profissionais formados academicamente contribuiu para a flexibilização da hierarquia social da medicina em terras brasileiras. Por aqui, o que se viu foi que na prática cirurgiões, boticários e leigos também atuaram na arte curar. Luiz Otávio Ferreira resalta que a aceitação das orientações desses indivíduos se deu por parte da população, pois elas pouca diferiam das práticas de cura ministradas pelos médicos da época. Em outros termos, não seria sem alguma resistência que esses indivíduos iriam desocupar seus postos de relativo destaque naquela sociedade. A criação de cursos acadêmicos no Brasil a partir de 1832 foi, portanto, uma das maneiras encontrada pelo poder público para consolidar o distanciamento entre a medicina institucionalizada e a medicina popular (FERREIRA, 2009, p. 102).

⁴⁸ Sobre a institucionalização do saber médico, é necessário matizarmos melhor a discussão, pois para além da obra organizada por Roberto Machado e Katia Muricy, devotos das ideias foucaultianas, temos uma vasta produção historiográfica posterior ao clássico *Danação da norma* (1978). Na esteira dos estudos acerca da atuação da medicina na sociedade e da construção de sua autoridade, temos trabalhos como de Flávio Edler (1998), Gabriela Sampaio (2001), Sidney Chalhoub (1996, 2009), Tânia Pimenta (1997, 2009), Betânia Figueiredo (2008), Regina Xavier (2009), Luiz Otávio Ferreira (2009), que nos apresentam novas narrativas e abordagens capazes de consolidar outras perspectivas sobre o tema.

⁴⁹ Conforme percebido por Tânia S. Pimenta, para validar seu conhecimento, os médicos constantemente recorriam, principalmente na primeira metade do século XIX, aos órgãos competentes para que estes fiscalizassem as demais práticas de cura e penalizassem os seus usos indevidos. Os médicos frequentemente reclamavam da ausência de uma fiscalização mais severa por parte do Estado para inibir as práticas de cura fora das profissões institucionalizadas. Concomitante a esse cenário, os curandeiros pouco se preocupavam em oficializar suas atividades e continuavam a exercer seu ofício sem muitos

É preciso ressaltar também que práticas de cura que rivalizavam ou que tentavam distinguir-se entre si, em certas ocasiões acabavam invadindo os territórios umas das outras. Isto é, o rigor defendido pelo discurso médico nem sempre condizia com a prática, pois alguns médicos indicavam medicamentos acompanhados por preces e “benzeções” para seus pacientes. Da mesma forma, o saber popular recebia influências das referências acadêmicas, sendo até mesmo difícil separar as práticas do mundo acadêmico e o popular (FIGUEIREDO, 2008, p. 22).

Portanto, pelo menos até a metade do Oitocentos, reinava a diversidade de práticas de cura religiosas e seculares que se mesclavam e que, por mais que se antagonizassem em seus discursos, não possuíam limites rígidos entre si.

Um dos elementos que demonstra a complexidade desse processo de consolidação de prestígio do saber médico na sociedade brasileira do século XIX é o entendimento que os profissionais da saúde tiveram a respeito da morte e do morrer. Longe de ter sido um processo retilíneo e coerente – rumo aos ditames seculares modernos –, assim como no caso da política e da administração pública, a compreensão dos médicos brasileiros a respeito da morte foi um processo marcado por uma complexa articulação entre novos e antigos preceitos e visões de mundo.

Nesse sentido, acreditamos que o processo de modificação na maneira de entender a morte, as transformações das práticas funerárias e a forma de representar o além-vida sofreram influências do saber médico institucionalizado, assim como, as novas ideias trazidas por esse grupo social enfrentaram resistências aos cânones científicos que pretendiam trazer para si a responsabilidade cada vez maior sobre esse momento vivido por todos os seres humanos.

Uma forma de compreender esse fenômeno é analisar as mudanças ocorridas no discurso médico capixaba – e em sua absorção pelos grupos dirigentes – ao longo da segunda metade do século XIX até o início do século XX. As nuances existentes no entendimento da medicina local a respeito da morte e do morrer são reveladoras do nível de complexidade que este processo possuiu na capital do Espírito Santo. É sobre o

obstáculos. Isso se deve, em grande parte, pelo prestígio e confiança que eles tinham entre a população. A alternativa encontrada pelos médicos para enfrentar esses "inimigos" foi o de precarizar essa imagem dos terapeutas populares transformando-os em charlatões (PIMENTA, 2009, p. 323).

decurso e sobre o significado dessas transformações – perceptíveis sobretudo a partir de década de 1850 – que trataremos em nossas próximas páginas.

As medicinas oitocentistas: as epidemias da década de 1850 e o apelo dos capixabas ao saber médico

As lutas pelos espaços na forma de pensar, sentir e viver a morte se deram de forma bem lenta no Espírito Santo da segunda metade do século XIX. Os médicos⁵⁰, principalmente os que trabalhavam para o Estado, argumentavam no sentido de romper com alguns dos parâmetros que a população local utilizava para homenagear seus mortos e acondicioná-los no espaço urbano. Essa era uma tentativa de atingir um horizonte de expectativa que se pautava na higiene e salubridade públicas, e para tanto, era claro para alguns indivíduos que isso não poderia ser feito sem uma ruptura entre o presente e o passado.

Para avançar no sentido da conquista do imaginário popular a ponto de tornarem-se hegemônicos no campo da saúde, os médicos capixabas travaram algumas batalhas que tiveram um ponto alto principalmente a partir da década de 1850, quando a epidemia de cólera fez com que o medo da morte passasse a habitar o imaginário de boa parte da população local (FRANCO, 2015).

Em 1856, no jornal *Correio da Victória*, por exemplo, os jornalistas faziam uso do alcance do seu periódico para convencer os leitores sobre a importância da medicina e dos profissionais devidamente instruídos para agir em prol da cura:

Nada mais difícil do que ser médico, diz um grande clínico, porque em nenhuma ciência os problemas são mais ouriçados com tantas dificuldades como em medicina, quando se trata do diagnóstico e terapêutica das doenças: no entanto, dizemos nós: nada mais fácil do que encontrar um médico, porque ninguém há que em presença de um doente: se vossa mercê tem isto tem aquilo, tome tal remédio, que F... teve a mesma moléstia e sarou com ele! Um doente aos olhos daqueles que pronto decidem do que nada entendem, é uma coisa simples, porém aos olhos do verdadeiro clínico, é um

⁵⁰ Os profissionais da saúde envolvidos nas mudanças de costumes estavam em consonância com a vertente higienista. Esta corrente estava em curso também no Oitocentos brasileiro. Os médicos higienistas e ambientalistas estabeleciam em seus estudos uma forte relação entre o estado de salubridade do ambiente como os modos e costumes de uma população. Em outras palavras, a cultura de um povo era levado em consideração na hora de pensar as doenças que se desenvolviam em determinados locais do mundo. O higienismo, em voga durante o século XIX e grande parte do século XX, teve entre seus principais representantes no Brasil, Sigaud. A ideologia posta a circular por esses profissionais compreendia práticas e medidas que buscavam civilizar o ambiente alvo a partir de ideias científicas (FERREIRA, 2011, p. 83).

polígono de mil lados, e, o que mais é, não pode prescindir da contemplação (...) o médico nunca vê a mesma moléstia em dois sujeitos idêntica em todas as circunstâncias, e é por isso que os livros de terapêutica são perigosos em mãos de homens que não são iniciados nos arcanos de uma ciência, por certo a mais complicada. Desenganem-se os profanos: a medicina é como uma ordem que tem mistérios, suas parábolas e hieróglifos, que para bem o saber decifrar, é mister haver percorrido longo e penoso noviciado, e ter passado antes pelas duras provas: são segredos, que só nas escolas, e como muito estudo, muita prática se aprendem (...) Aconselhamos ao público, fizemos lhe sentir verdades: quem não acreditar nelas, e prezar mais os talismãs, que use deles, se conceber infalibilidades, que se sature bem do *pixori* e da gengibre, se for dos que preferem amuletos tolere que lhe digamos- Bem aventurados os pobres de espírito porque deles é o reino do céu (CORREIO DA VICTÓRIA, 1856, ed. 2).

Ao divulgar um texto como esse, os editores do periódico corroboravam uma visão acerca da medicina e do seu saber, qual seja, a de afirmação perante outras práticas de cura que não se utilizavam dos cânones científicos. De qualquer forma, esse era um discurso que apesar de não romper completamente com o imaginário religioso, já trazia em si, elogios ao cânone científico e ironias no que dizia respeito ao uso de “amuletos”, “talismãs” e de outras crenças populares.

Essa tentativa de obliterar antigos objetos de cura e concepções populares era também legitimada pela chegada de novos medicamentos e de novas formas associadas aos saberes acadêmicos de cuidado e de conduta de vida. No mesmo jornal e na mesma edição de 1856 temos um anúncio:

NORBIN

Rua da Praia

Tem grande sortimento de drogas medicinais e com especialidade aqueles usadas para a *cholera morbus*: grande sortimento de pastilhas vermífugas infalíveis contra lombrigas. Pílulas vigetses de Branderet. Pílulas depurativas do Dr. Alan. Cápsulas de copaíba (CORREIO DA VICTÓRIA, 1856, ed. 2).

Além disso, é possível perceber que a tradicional caridade devotada aos mortos foi se mesclando ao pavor suscitado pelos surtos epidêmicos. Se em outros tempos a morte evocava sentimentos que remetiam à solidariedade, ao acolhimento, ao amparo e à solenidade demonstrados nos rituais funerários, no momento do auge da epidemia, os protocolos espirituais foram abreviados, a ponto de os cuidados religiosos cederem espaço para o temor e até mesmo para o descaso e a repulsa:

Temos ouvido também algumas queixas na maneira porque se fazem os enterramentos nos cemitérios. Dizem-nos que os cadáveres são sepultados

sem receberem as encomendações e mais officios que a nossa religião ensina em tais casos. Será isso verdade?

Parece-nos impossível, porém infelizmente todos dizem que nem uma gota de água benta é lançada sobre o infeliz que morre da epidemia reinante!

Pedimos providência qualquer para que cesse esta falta de religião e de caridade, e desejamos muito que sejam infundadas as queixas que tem sido dirigida a semelhante respeito.

Z. (CORREIO DA VICTORIA, 1856, ed. 2)

O pragmatismo que parecia tomar conta cada vez mais dos rituais funerários era visto com maus olhos pelo autor do trecho acima. Os rituais e a digna atenção dispensada aos defuntos parecia estar perdendo lugar para o medo da contaminação e de uma forma distanciada de entendimento da passagem para o outro mundo.

O receio de ser contaminado ao tocar nos cadáveres afetados pela cólera, combinado com o número de mortos que fugia à normalidade dos quadros de saúde da capital nesse ano podem ter contribuído para essa mudança na maneira de sepultar os defuntos (FRANCO, 2015, p. 190). Além da caridade cristã, o que passava a ser colocado em jogo era a própria noção de sobrevivência, o que justificaria a abreviação de alguns rituais funerários e a preocupação com os cuidados de si e com as pessoas mais próximas.

De todo modo, essas precauções e mudanças nos costumes não significavam o completo abandono do antigo imaginário religioso. Pelo contrário, alguns indivíduos acreditavam que a ira de Deus seria a principal raiz dos problemas dos surtos epidêmicos entre a população, advogando por medidas que, ao seu ver, agradariam ao Deus cristão. Nesse sentido:

Nem um objeto, Srs. merece mais atenção do que este, e de todos os serviços públicos é talvez aquele que sofre mais necessidades.

A religião, que impõe pela santidade dos dogmas, pela pureza de suas máximas tão salutareis, precisa de culto externo para receber o acatamento dos fiéis, e a respeitosa observância de seus preceitos; pois é ele, como diz um escritor, o laço que reúne os homens ao pé dos altares, inspira-lhes o sentimento de fraternidade, mantém entre eles a ordem e a paz e contribui para a civilização. [...]

E como as doutrinas heréticas do século XVIII cairão para nunca mais se levantarem, e os progressos da ciência tem constatado a veracidade e exatidão das verdades evangélicas, a filosofia moderna deixou de ser uma fonte de indiferença em matéria de religião e converteu-se em sua poderosa auxiliar.

Mas, infelizmente, a província do Espírito Santo, segundo se me informa, não apresenta ainda a este respeito um aspecto lisonjeiro (ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 20).

Em uma sociedade devota e temente em relação aos possíveis castigos divinos, a harmonia entre os preceitos científicos e os paradigmas religiosos deveria ser buscada. A negligência do poder público em relação à religião poderia acarretar o oposto da civilização, ou seja, a barbárie. Portanto, a salubridade, elemento que compunha a ordem, poderia advir do delicado equilíbrio entre os dogmas religiosos e os ditames científicos. Esta combinação poderia constituir, de acordo com a fala do presidente de província em questão, um equilíbrio perfeito.

Mas se as autoridades e a camada letrada da população passariam aos poucos a compreender a necessidade de penetração do saber médico – ainda que imbricado com a religião – no âmbito de suas vidas, qual seria a posição dos próprios detentores e propagadores da ideia de saúde pública no Espírito Santo daquele tempo? Afinal, quais preceitos fundamentavam o discurso dos médicos capixabas naquele momento e como eles influenciaram na alteração dos costumes funerários da sociedade local? Além disso, como eles foram capazes de se adequar à predominância da visão religiosa existente no imaginário local?

Uma forma de trazer uma resposta a esses questionamentos se dá a partir de uma compreensão das principais correntes vigentes na medicina brasileira do Oitocentos que tiveram influência direta sobre as formas de pensar a morte tanto em nível nacional, quanto no âmbito local. Como na província capixaba não havia escolas formadoras de profissionais de medicina em meados do século XIX, precisamos compreender as práticas e teorias que circulavam pelo território brasileiro à época, com o intuito de lançar uma nova luz sobre a maneira de pensar desses profissionais atuantes em terras capixabas.

É possível afirmar que, majoritariamente, os profissionais da saúde adeptos da ideia de que as condições de salubridade dependiam diretamente dos hábitos de higiene da população e da responsabilidade para com o espaço público, apostavam na conciliação entre as visões de mundo religiosa e secular, sem, entretanto, deixarem de introduzir a perspectiva pautada em seus ideais científicos.

Assim, a premissa em vigor e predominantemente aceita entre os acadêmicos de medicina no Brasil oitocentista esteve alinhada em grande medida ao posicionamento de Francisco de Paula Cândido, primeiro presidente da Junta Central de Higiene do Rio de Janeiro.⁵¹ A argumentação desse profissional caminhava no sentido da defesa das medidas públicas de salubridade para o espaço urbano, fazendo questão de ressaltar que tal posicionamento não o afastava do sentimento religioso por ele professado.

Cândido acrescentava ainda que seus contemporâneos não deveriam apenas esperar a intervenção divina para resolver as mazelas advindas das moléstias que grassavam pelas cidades (CHALHOUB, 2006, p. 63).

Perscrutando outros pontos de vista que tentavam explicar o mundo para além do sobrenatural, podemos falar em subdivisões na forma de compreender e de enfrentar os surtos epidêmicos experimentados durante o período do Segundo Reinado brasileiro. Assim, é possível destacar duas correntes principais que disputavam a forma correta de combater a etiologia dos males pestilentos que assolavam principalmente os núcleos urbanos brasileiros naquela época, quais sejam, os contagionistas e os infeccionistas.

Os contagionistas entendiam que existia um veneno específico que causava a moléstia e que, uma vez produzida a substância, ela poderia se espalhar entre os demais indivíduos, fosse de maneira direta, por meio do contágio, fosse de forma indireta, com o contato com a respiração do ar que rodeava o doente ou os objetos com os quais ele teria tido contato. Além disso, os contagionistas acreditavam que quando o veneno específico fosse gerado e transmitido de pessoa para pessoa, ele não necessitaria mais do meio em

⁵¹ De acordo com o site da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), a Junta de Higiene Pública foi criada em 14 de setembro de 1850 pelo decreto número 598. O seu principal objetivo era propor soluções para os males que afetavam a salubridade das cidades, além de contribuir para a fiscalização de mercados, boticas, criação de leis que compusessem os códigos de postura municipais, dentre outras funções relacionadas ao campo da saúde pública. A Junta de Higiene Pública teve sua criação impulsionada pela repercussão dos efeitos negativos causados pela epidemia de cólera na sede da Corte no Império e este novo órgão passou a englobar outros dois anteriormente denominados Inspeção de Saúde dos Portos, criado em 1829 e Instituto Vacínico do Império, fundado em 1846. Paralelo à Junta, que estava localizada no Rio de Janeiro, existiam as Comissões de Higiene que atuavam no âmbito provincial. Entretanto, nem todos os locais contavam com as Comissões. Em seu lugar, a autoridade sanitária ficava por conta de um provedor de saúde pública sendo esse o caso do Espírito Santo. Caso houvesse alguma intercorrência, tal como uma epidemia, o provedor deveria solicitar ao presidente de província para que este compusesse uma comissão extraordinária (CUNHA, 2016, p. 59). Essas informações estão disponíveis em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=7270> e <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8546>

que originalmente teria surgido para se replicar, bastando contaminar algum indivíduo para que a doença continuasse a se perpetuar (LIMA, 2002, p. 31).⁵²

Já infeccionistas acreditavam que as infecções seriam oriundas das substâncias pútridas emanadas da decomposição de vegetais e de animais, se espalhando pelos ambientes de maneira gradual. Eles defendiam também que os miasmas infecciosos transmitiriam as moléstias no local de sua propagação por meio dos assim chamados “miasmas pútridos”.

De todo modo, esses médicos infeccionistas acreditavam que essas doenças também poderiam se proliferar de pessoa para pessoa, não pelo contato direto, mas sim pela atuação do doente no ambiente em que ele se encontrasse. Este alteraria a pureza do ar com sua moléstia e essa seria transmitida aos indivíduos sãos. A pessoa sã poderia adquirir a enfermidade caso compartilhasse o ambiente com alguém que estivesse infectado por alguma patologia. Em outras palavras, o doente alterava a salubridade do local que, por sua vez, poderia transmitir o problema de saúde para terceiros (CHALHOUB, 2006, p. 169). Em suma, os infeccionistas acreditavam que o ar pútrido, as águas paradas, os vapores nefastos eram responsáveis pela transmissão de mazelas para a população, de modo que, os adeptos dessa vertente advogavam pela eliminação dos focos de contágio das moléstias que eles visavam combater.

O verbete da obra *Dicionário de medicina popular* (1842) produzida pelo médico polonês Piotr Czerniewicz Chernoviz⁵³ traduz, por fim, de maneira bastante clara o entendimento da origem dos miasmas pútridos de acordo com a corrente infeccionista:

Tomando a palavra em sua acepção lata, condisse-se este título todas as emanações nocivas, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muitas causas que os originam; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-o à

⁵² É importante ressaltar ainda que, segundo a pesquisadora Nísia Trindade Lima (2002, p. 32), as duas concepções – contagionista e anti-contagionista ou infeccionista – não se excluía. Ora, um médico poderia explicar a origem de uma doença por meio do contagionismo, ora outra enfermidade poderia ser classificada pelo mesmo profissional como oriunda dos miasmas pútridos, tal como o infeccionismo advogava. De acordo com a autora, “o ar, a água, as habitações, a sujeira, a pobreza, tudo poderia causá-la. A fluidez do diagnóstico era acompanhada pela imprecisão terapêutica. Essa característica também permitia que os higienistas atuassem como tradutores dos mais diversos interesses.” (LIMA, 2002, p.32).

⁵³ Piotr Czerniewicz Chernoviz aportuguesou seu nome para Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (HERSON, 1996, p. 388). Acredita-se que ele era formado em Cirurgia em Montpellier. Chernoviz veio para o Brasil em 1840 onde buscou fazer carreira. Morreu em 1881 na França. Foi autor de diversos manuais, dentre eles Formulário e guia médico (1841) e Dicionário de medicina popular e ciências acessórias (1842) (FIGUEIREDO, 2005, p. 66).

investigação de nossos sentidos, só o olfato nos pode advertir da sua presença: não nos é dado tocá-los nem vê-los. A química mais engenhosa perde-se na sutileza das doses e combinações miasmáticas; de ordinário, nada descobre no ar insalubre ou mortífero que deles esteja infectado, e quando consegue reconhecer nela uma proporção insólida, ou a presença accidental de algum princípio gasoso, não nos revela senão uma diminutíssima parte do problema (CHERNOVIZ, 1842 *apud* CHALHOUB, 2006, p. 169).

Uma análise do discurso dos médicos⁵⁴ capixabas do período é capaz de revelar como essas duas correntes se constituíram como as principais formas de entendimento do fenômeno das epidemias na Vitória do século XIX. É perceptível que tais formas de compreender a dinâmica de funcionamento das doenças influenciaram fortemente a maneira de pensar a morte na capital e na província capixaba como um todo. Vários segmentos, inclusive replicavam a forma de pensar dos médicos nas suas falas, demonstrando sua interferência na maneira perceber em nível local questões ligadas à salubridade, à morte, ao morrer e à cura:

Alerta! Sr. Fiscal

Algumas ruas desta cidade estão no último grau de desasseio. O sr. Fiscal vai-se descuidando destas coisas. A cólera aí nos está batendo a porta pela 2ª vez, portanto é necessário cuidar-se de novo da limpeza das ruas, praças e praias. Na rua da Praia, perto da casa do Sr. Mota, está um charco de lama pútrida, como este outros existem em diversos lugares! Para que não se procura extinguir estes focos de epidemia? (CORREIO DA VICTÓRIA, 1856, ed. 29).

É nítida a influência da corrente infeccionista na fala acima, sobretudo, na menção à existência do “charco de lama pútrida”, entendido pelo autor como um “foco de miasma mórbido”. O intuito de eliminar focos de epidemia, tal qual expresso pelo autor do

⁵⁴ Com a intenção de trazer à luz algumas vertentes da medicina em voga no Oitocentos brasileiro- quais sejam: hipocratismo, alopatas, homeopatas-, pretendemos apresentar alguns debates a respeito dessas vertentes da medicina oitocentista. Essas distintas concepções abordavam maneiras de pensar a cura, formas de compreender a origem das doenças, medidas profiláticas, além de elaborarem modelos explicativos que dessem conta dos aspectos biológicos e químicos das enfermidades. Sobre o tema em tela, Ferreira esclarece que o humorismo hipocrático visava expulsar do corpo os humores corruptos, responsáveis pelas doenças (2009, p. 113). Os discípulos de Hipócrates também apontavam o clima e alimentação como agentes influenciadores da constituição física do indivíduo. Entretanto, para os profissionais da medicina erudita no Brasil, aceitar tal ideia seria condenar os povos que viviam na zona intertropical à “torpeza dos costumes, a servidão política e a miséria social”. Em função de tal constatação, essa vertente enfrentou resistência na academia brasileira (EDLER, 2003, p. 141). Sobre alopatas, homeopatas e hidropatas no contexto brasileiro oitocentista, temos as seguintes definições apresentadas por Chalhoub: a hidroterapia acreditava que a água fosse a solução para todas as moléstias existentes no planeta, a alopatia era acusada pelos homeopatas de apenas se valer de purgantes, vomitórios e sangrias, o que na opinião do homeopata conduzia os doentes mais rápido para a morte. Por fim, a homeopatia era acusada de distrair o paciente enquanto a natureza restabelecia sua saúde ou a enfermidade o matava (CHALHOUB, 2006, p. 70).

texto, é revelador da influência de alguns saberes técnicos sobre a saúde que aos poucos começavam a circular entre alguns nichos letrados da população.

Situação similar foi encontrada nos casos abaixo, em que é possível concluir que houve uma certa penetração do discurso científico também entre os religiosos da capital, tanto entre os organizadores das festividades católicas:

A festa de Nossa Senhora da Conceição que os devotos pretendiam fazer na igreja do convento de São Francisco no dia 1º de janeiro fica transferida para o dia 2 de fevereiro, tempo em que com o favor de Deus, e empenhos da mesma Senhora estarão dissipados os terrores causados pela epidemia dominante (CORREIO DA VICTÓRIA, 1856, ed. 1).

Como entre os próprios padres, tal como ficou expresso na fala do padre Francisco Antunes de Siqueira ao relatar um episódio do qual foi testemunha:

Já que estamos em maré de tristezas, não será fora de propósito, nem altera essencialmente o presente escrito, referir as cenas ltuosas que esta capital presenciou pela invasão da febre amarela e o cólera-morbo, esses viajantes terrestres que em sua lúgubre passagem conduziam o presságio da justiça divina!

Em 1850, depois de haver posto em completa desolação o povo do Rio de Janeiro, a febre amarela assestou entre nós as suas baterias e feriu de morte grande parte dos habitantes desta cidade, à custa das mais pungentes lágrimas! Era um espetáculo contristador. Pesado luto envolvia centenas de famílias, sentindo amargamente os látegos dessa horrível disciplina com que Deus pune os delitos do seu povo.

As enfermarias franqueavam suas enxergas, a religião ativava os socorros espirituais, e, apesar disso, os cadáveres cruzavam as ruas entre gemidos e soluços de seus conterrâneos, amigos e parentes. Foi uma desolação que pôs em sustos todos os seus habitantes, quase apagando toda as esperanças.

[...] Nessa luta conheciam-se palpavelmente os embaraços dos profissionais. Foi uma sinecura. Abandonados à ação do inimigo, à míngua sucumbia grande número de doentes, afetados desse horrível mal.

O hábil, caridoso e dedicado Goulart foi um herói no meio dessa arriscada campanha. A cidade devia levantar um monumento à sua abnegação! Era um anjo, ou antes uma providência viva pela saúde de tantos infelizes! Encontrava-se em todas as casas, junto ao leito dos moribundos, e a todas as horas do dia e da noite! A ele se deve a salvação de muitas pessoas atacadas pelo flagelo.

Lançando mão de medicamentos homeopáticos, pôde combater casos que teriam sido fatais se não fosse a acertada aplicação de seus medicamentos! Goulart tinha uma inteligência aguda e penetrante e sabia acompanhar as fases desses sintomas que se sucedem no desenvolvimento de uma moléstia. Os casos complicados, que são os mais difíceis de resolver, ele curou-os de um modo prodigioso! Levou de vencida os rivais de sua medicina e ganhou vantagens de 50%, quando apenas os outros as obtinham na razão de 10%! Uma lágrima de reconhecimento à sua ilustre memória! (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1885, ed. 0782).

Embora a esperança da solução do problema da epidemia estivesse depositada na atuação da santa e do plano sobrenatural, há que se considerar a relevância dada ao

conselho e à atuação dos profissionais da saúde no que tangia à questão da salubridade pública. No caso do primeiro trecho, a aglomeração de pessoas poderia contribuir para o agravamento do quadro de saúde da cidade e esta tese – contagionista por excelência – possivelmente foi levada em consideração na decisão dos líderes religiosos em adiar a referida festividade. Já no segundo trecho, podemos ver que diante do medo perante os estragos causados pelas doenças – talvez até com certa dose de dramatização –, fez com que alguns religiosos levassem em conta a opinião da medicina e, até mesmo, rendessem uma certa reverência aos préstimos desses profissionais mediante o caos instituído pelas moléstias reinantes no Brasil Imperial.

Os especialistas passavam a ser ouvidos e suas recomendações eram levadas em consideração não só por religiosos, como também por políticos e por gestores públicos da província. Isso é perceptível no relatório de presidente de província produzido no final daquela década por Olímpio Carneiro Viriato Catão. Nele o político levava em consideração um diagnóstico produzido pelo Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes, com o intuito de fornecer recomendações para a melhoria das condições de salubridade da capital capixaba naquela época:

Todas as moléstias têm por causa principal o miasma paludoso, grassam endemicamente, exacerbam-se com a mudança das estações, sobretudo o outono.

Apenas duas moléstias grassaram epidemicamente o ano passado na província e foram a gripe ou catarro epidêmico, e a bexiga.

No princípio do ano passado chegou a esta capital com cores assustadoras a notícia de que estava dizimando a vila da Barra de São Mateus uma epidemia de febres. [...]

A saúde pública é o objeto que deve e deverá sempre merecer mais atenção da parte dos governantes, é a principal das grandes necessidades da existência coletiva, porque o afã eterno da humanidade é a luta contra a destruição, e nenhum povo se organiza senão para durar, para resistir, tanto pode o instinto da conservação.

V. Ex. bastante se interessa por saúde pública nesta fração do território brasileiro, cuja administração lhe está confiada, poderá porém V. Ex. mandando executar as medidas necessárias para a propagação da vacina e para a extirpação do abuso da inoculação do pus da própria bexiga, fazer com que desapareçam as epidemias de bexiga, tão frequentes nesta província, poderá V. Ex. mandando estabelecer cemitérios públicos *extramuros* e em lugares convenientes (quer para homens quer para animais, para que não se dêem mais os enterramentos no solo das populações, ordenando as municipalidades que cumpram com o seu dever, zelando o asseio das cidades e mais povoações, determinando o alargamento suficiente das ruas, [...] não permitindo a existência de águas estagnadas, provendo de boa e bastante água

aos seus munícipes [...] estabelecendo enfim, matadouros públicos em lugares para isso azados; com isso poderá V. Ex. digo conseguir alguma coisa em benefício da saúde pública. [...] Mas aí estão os grandes pantanaís que bordam o rios, que circundam as bahias, que costeiam os litorais, e que são as coisas mais poderosas de insalubridade, e como removê-las? A canalização dos rios, a dissecação dos pântanos e colonização, são os únicos meios que vejo para remoção dessas grandes causas de insalubridade; e pois, não será em nossos dias que isso se conseguirá, atentas as dificuldades e a insuficiência dos meios (ESPÍRITO SANTO, 1860, p. 1).

O documento em questão é bastante revelador das concepções de medicina vigentes à época e que foram abraçadas pelo poder público capixaba naquele momento. Adepto da corrente infeccionista, Dr. Fernandes, se preocupava com a ação dos miasmas, com a limpeza do espaço público, com o acúmulo de águas paradas, assim como com a reorganização de atividades no espaço público.

É possível perceber, de igual modo, como o local destinado aos mortos tornou-se um tema de interesse dos médicos locais, tendo a opinião desses profissionais sido considerada pelos principais políticos capixabas daquele tempo. Defendendo a tese da necessária construção de um cemitério “extramuros” na capital, Dr. Fernandes expunha como a perspectiva infeccionista passou a exercer um importante papel no imaginário dos políticos e da população capixaba naquele momento.

A relação entre o local onde deveria ser depositado os cadáveres e a forma como a morte passou a ser encarada se relacionava de forma paulatina aos ditames científicos em voga naquela época. A morte dentro dessa nova concepção representava um perigo para a vida. Não era plausível, no entendimento de Dr. Fernandes manter os cemitérios dentro da capital, contribuindo com a insalubridade e com a mortandade que havia atormentado a cidade nos anos anteriores. A luta contra a destruição da humanidade por meio do combate às moléstias passava, nas palavras desse representante dos paradigmas médicos, pela modificação dos hábitos que incluía o novo entendimento de uma geografia dos mortos na urbe vitoriense.

Entre a prática e o discurso: o caso do cemitério extramuros e a visão médica sobre o morrer na Vitória dos anos 1860

Mesmo com toda a influência e a atenção que o seu discurso passou a receber, seria errôneo afirmar que os médicos capixabas tiveram as suas recomendações atendidas de maneira imediata pelo poder público local. Como visto em nosso capítulo anterior, a

ocorrência das epidemias foi suficiente para que cidades como o Rio de Janeiro acatassem as recomendações de médicos infeccionistas e construíssem, ainda nos anos 1850, seu cemitério afastado do centro da sede do Império, em consonância com as práticas defendidas pelo saber médico fluminense. No Espírito Santo, entretanto, os diversos casos de epidemias não bastaram para que os gestores públicos colocassem em prática as sugestões dos profissionais da saúde vitorienses.

Assim como os políticos, os médicos capixabas foram começando a perceber dificuldades de recepção de suas ideias entre membros do poder público e de partes da população. Fosse pela falta de recursos, pela ausência de consensos ou pela resistência da população, a despeito das recomendações dos médicos locais, os enterramentos continuaram a ocorrer décadas a fio no centro da cidade de Vitória.

Mesmo com a proibição dos enterramentos nos templos e com uma legislação em conformidade com os preceitos da higiene pública, o trato com os mortos em terras capixabas continuava muito distante do ideal pretendido pelos gestores e, sobretudo, pelos profissionais da saúde, conforme atestado pelo relatório de José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 1861:

Se o estado das matrizes da província é geralmente lastimável, ainda mais lastimável é o dos cemitérios, começando pelo da capital. Em quase toda a parte os jazigos, que deviam estar cuidadosamente protegidos contra as profanações pelo pé desdenhoso do homem mas também pelo rastejar das bestas.

Com isso vai sofrendo gravemente o culto dos túmulos- esse respeito santo- essa pia veneração- sentimentos naturais e espontâneos- religião de todos os tempos e de todos os povos a que o cristianismo deu nova força, plantando nos cemitérios a cruz, que memora o sacrifício da redenção, e como se fora o anjo da eternidade, estende suas asas protetoras e com elas guarda e sacrifica o repouso do finado.

Os preceitos de higiene promoveram a abolição dos enterramentos nas igrejas, inspiradas por eles, a assembleia provincial votou a lei nº9 de 24 de julho de 1854 a quantia de 4 contos para a construção de um cemitério na capital e em 1859 proibiu os enterramentos em outros lugares que não fossem cemitérios (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 37).

Além de expressar o seu descontentamento com as más condições das necrópoles, o presidente de província enfatizava em seu relatório que, o desrespeito aos preceitos de higiene significava de igual modo, um desrespeito à própria religião cristã e ao "culto dos túmulos" tão caro àqueles que visassem a salvação de suas almas.

Essa forma de entendimento da morte em conformidade com os padrões da ciência oitocentista, continuou a vigorar entre as camadas dirigentes capixabas nos anos 1860, sobretudo se considerarmos que esse foi um período de – assim como na década anterior – ocorrência de muitas epidemias e surtos, das mais distintas enfermidades, na cidade de Vitória.

No final dessa década, o relatório apresentado ao presidente de província pelo então provedor de saúde pública do Espírito Santo, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira⁵⁵ fornece uma dimensão dessas preocupações dos médicos e das camadas dirigentes do Espírito Santo nesse sentido. De acordo com o provedor, nos anos de 1865, 1866 e 1867 a cidade de Vitória foi acometida por surtos de varíola. Neste último ano, apesar do número de casos da doença ter sofrido uma queda considerável na capital, em outras regiões da província, surtos de coqueluche, de sífilis, e de outras moléstias trouxeram dificuldades para a vida da população espírito-santense:

É com a maior satisfação que me cumpre dizer que o estado sanitário desta cidade até a presente data no ano corrente tem sido assaz e lisonjeiro. Nenhuma moléstia se tem manifestado com caráter epidêmico. A varíola que nos foi importada no vapor de guerra “Isabel” por um imperial marinho que aqui ficara em tratamento no mês de outubro de 1865 grassou com intensidade nos meses de novembro e dezembro daquele ano, assim como em todo decurso de 1866 e 1867 quando começou a declinar. No presente ano não me consta ter sido acometida daquela enfermidade pessoa alguma.

Em outros pontos porém da província ela tem aparecido levando muitas vítimas a sepultura.

O coqueluche que igualmente atacou os habitantes da província no ano de 1867, com especialidade a infância, tem desaparecido da capital, porém em diversos outros pontos ele ainda flagela produzindo alguma mortalidade. As moléstias que mais de fazem observar na estatística patológica são: asma, a febre intermitente, a febre tífica, o reumatismo, as inflamações crônicas do baço e do fígado, a hidropesia quase sempre consequência fatal das obstruções, a sífilis em geral e a tísica pulmonar [...] (ESPÍRITO SANTO, 1869, p. 1-2).

Em vista desses fatos, o provedor de saúde não podia deixar de notar em seu relatório que a ocorrência dos surtos epidêmicos se relacionava de forma direta com a relutância

⁵⁵ Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira teve inúmeras ocupações profissionais ao longo de sua vida. Foi médico, juiz de paz, jornalista e também professor de História e Geografia. Ernesto Mendo se formou em 1859 na Faculdade de Medicina da Bahia. Já nos anos de 1860, ocupou o cargo de provedor de saúde pública (CUNHA, 2016, p. 79). Nesta mesma década, o médico exerceu cargo de deputado na Assembleia Provincial do Espírito Santo. Mendo também fez parte do movimento abolicionista capixaba entre os anos de 1869 e 1888 (PÍCOLI, 2009, p. 62). No final da década de 1880, Mendo foi nomeado para o cargo de Inspetor de Higiene Pública do Espírito Santo. Ele permaneceu desempenhando essa função até o ano de 1895, quando faleceu.

do poder público em acatar suas recomendações para a melhoria das condições de higiene da cidade. Além de apontar para inércia dos políticos e para as condenáveis práticas de parte da população, o provedor denunciava os prováveis focos de miasmas espalhados pela capital, sugerindo soluções e apontando para alguns possíveis responsáveis pela não execução das reformas e das obras por ele sugeridas:

Apesar de terem sido sempre improficuas as reclamações que tenho feito em meus relatórios anteriores a bem da higiene pública não declino em fazer algumas observações ainda por esta vez.

Prescindindo demonstrar a utilidade que a saúde pública acarretaria o aterro do lamarão do Campinho que circula em parte a cidade para a qual é ele uma fonte de emanções miasmáticas, já por sua natureza paludoso, já pela grande quantidade de lixos e todas [as] espécies de imundícies, que ali são arremessados e se decompõe pela putrefação concorrendo somente para o mau estado sanitário deste lugar por isso que uma quantia avultada, com que não poderá concorrer a província, seria necessária para sua completa obstrução.

Outros reparos poderiam ser feitos em diversos pontos da cidade, cujas despesas estão ao alcance dos cofres provinciais, como seja o encanamento das águas pluviais que se escoam da montanha em que se acha situada a cidade e vem alagar especialmente a praça da Alfândega e Largo da Conceição que ficam intransitáveis e se tornam verdadeiros charcos insalubres.

É com pesar que me vejo forçado a patentear a nenhuma fiscalização da câmara municipal que além de balda de recursos para por sua parte concorrer a bem da higiene e moralidade pública adormece na reparação de tão grande necessidade, como seja a limpeza e conservação do asseio das ruas e praças. (ESPÍRITO SANTO, 1869, p. 2-3).

Não apenas as recomendações a respeito dos cemitérios, como os mais básicos preceitos de higiene pública não haviam sido acatados pelos grupos dirigentes e menos ainda pela maior parte da população vitoriense⁵⁶. Mesmo ressignificando e associando o sentido

⁵⁶ Afinal, desde outubro de 1828, o imperador havia determinado que as câmaras municipais deveriam cumprir o que Ernesto Mendo está cobrando nesse documento. Conforme a lei de 1º de outubro de 1828, artigo 66: TÍTULO III POSTURAS POLICIAIS Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objetos seguintes: § 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e desempachamento das ruas, câes e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e qualquer outras construções em beneficio comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações. § 2º Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos currais, e matadouros públicos, sobre a colocação de curtumes, sobre os depósitos de imundícies, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera.

secular do morrer a preceitos religiosos, os ditames higiênicos sugeridos pelos médicos capixabas pareciam não encontrar vazão na realidade daquela sociedade.

A morte continuava a amedrontar a população local, mas as respostas da medicina para o seu significado permaneciam sem adesão real no espaço urbano vitoriense. Ao manter a prática dos enterramentos no centro – e nos cemitérios contíguos às igrejas –, a população da capital atestava que as representações tradicionais a respeito da morte se mantinham resistentes em território capixaba ainda em meados dos anos 1860.

Discípulos de Hipócrates e sacerdotes de Esculápio: a crescente influência do saber médico sobre a administração da morte na Vitória dos anos 1870

Mesmo sem mudanças substanciais no local e nas práticas de sepultamentos da cidade, no início da década de 1870 é possível perceber que as autoridades capixabas se preocuparam em atenuar os danos causados por aquelas antigas práticas funerárias. Conforme percebido no regulamento de cemitérios divulgado no ano de 1871 pelo jornal *Correio da Victória*, mantidos os antigos locais de enterramento, estes ao menos deveriam se adequar aos padrões exigidos pela ciência médica do período:

Art. 17. As carneiras ou catacumbas, onde as houver, serão feitas com as necessárias condições de salubridade e segurança para recepção de cadáveres, sendo a planta das que se houverem de fazer, submetida à aprovação do presidente da província, que resolverá, depois de ouvir algum engenheiro hábil e o inspetor de saúde pública. [...]

Art. 20. Nenhuma sepultura poderá ser aberta sem que decorram três anos depois do último enterramento, as carreiras ou catacumbas só poderão ser depois de quatro.

§ Único. As sepulturas, carneiras ou catacumbas não poderão mais ser abertas quando nelas se houver sepultado cadáver de pessoa falecida por epidemia ou moléstia contagiosa, salvo se, por falta de local, houver urgente necessidade de abri-las, e então não se fará com menos de quatro a cinco anos, precedendo as cautelas aconselhadas pela ciência, com assistência do médico da câmara municipal que o tiver (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 59).

Por mais próximos que fossem os entes queridos e por mais que a religião o permitisse, túmulos que abrigassem cadáveres de vítimas de epidemias não poderiam mais ser abertos com o intuito de acomodar outros corpos. Não caberia mais à autoridade eclesiástica, mas sim ao saber científico, ditar quando e em quais condições o túmulo de

um cadáver morto por doenças contagiosas poderia ser aberto para dar lugar a outros corpos.

Essas eram preocupações em sintonia com o ambiente ainda amplamente insalubre encontrado pelos médicos locais naquele período. Isso porque, assim como na década anterior, os ataques de varíola continuaram bastante comuns nos anos 1870 naquela região.

Em 1875, por exemplo, no relatório apresentado ao presidente de província pelo inspetor de saúde pública, Dr. Manoel Goulart de Souza, o médico alertava para o estado em que se encontrava a situação de saúde dos capixabas. Apesar de terem sido adotadas medidas como a vacinação, a distribuição da vacina não era eficiente nos rincões do território espírito-santense, além de ser ainda mal aceita por uma considerável parte da população.

Além disso, os curandeiros eram cada vez mais mal vistos pelos médicos capixabas, sendo também responsabilizados pelo predomínio do péssimo quadro de saúde que assolava a região:

Tendo em começo do ano passado se desenvolvido a varíola por causas que referi, muitos foram os indivíduos por ela atacados.

No hospital da Misericórdia, onde foram recolhidos alguns enfermos desta moléstia, faleceram quatro da varíola hemorrágica em período em que esse hediondo mal parece esfacular o corpo.

A moléstia invadiu toda a cidade, curandeiros de toda a sorte apareceram, de maneira que não se pode saber o número das vítimas sacrificadas. [...]

Continua mal feito o serviço da vacinação nas vilas e freguesias, por isso, que os Sr. Comissários vacinadores nem requisitam pus vacínico, nem me enviam os mapas a que são obrigados pelo regulamento em vigor. [...]

[...] os casos de febre de fundo palustre que costumam a ser desenvolver na estação quente do ano e que constituem aqui uma endemia, são elas devidas aos focos miasmáticos que por toda parte nos cercam e contra os quais já tenho pedido providências, já em meus relatórios, já nas informações que me tem sido exigidas pelos dignos antecessores de V. Ex.^a.

Sobre isto sinto dizer a V. Ex.^o que, quando um dia tivermos a infelicidade de sermos assaltados por uma epidemia e que esses focos levem, por seu turno, seu contingente para o incremento daquela, então as informações que todos os anos presto a Exm^a Presidência e ao ilustrado Barão de Lavradio [...] (ESPÍRITO SANTO, 1875, p. 11).

O crescente número de vítimas evidenciava a urgência das medidas sugeridas por Goulart de Souza, bem como a devida hierarquização dos saberes, com o intuito de distinguir profissionais da saúde de meros curandeiros e supersticiosos. Ademais, ficava claro o descontentamento do médico em relação à existência de focos de contágio, além da permanência dos cemitérios na parte central da cidade.

Dois anos mais tarde, a súplica de Goulart de Souza continuava presente no imaginário da camada dirigente capixaba, tal qual expresso nas palavras do presidente de província Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama:

Saúde pública

Se é dever sagrado e imprescritível de todo cidadão, uma vez investido de autoridade, e gerindo algum dos ramos da administração pública, velar sobre a saúde do povo, o vigorosamente combater as causas desses elementos mórbidos, de que o mesmo povo é frequentemente assaltado, que fazem derramar entre as famílias a consternação e o pavor e as lágrimas, a mim, senhores, que, além de administrador desta província, honro de ser o mais humilde e obscuro discípulo de Hipócrates, e Sacerdote de Esculápio, duplo, sagrado, imenso é, por sem dúvida, aquele dever (ESPÍRITO SANTO, 1877, p. 7).

Administrar a província aos moldes do saber médico era visto como um "dever sagrado" por Nogueira da Gama. A morte havia se colocado de forma tão pavorosa diante daquela sociedade que o político acreditava dever gerir o Espírito Santo em conformidade com os ensinamentos de Hipócrates⁵⁷ e como um sacerdote de Esculápio⁵⁸, isto é, de acordo com os preceitos da medicina contemporânea. Deus não havia abandonado a gestão da província, mas naquele momento, parecia mais apropriado adequar o âmbito do sagrado às demandas seculares da saúde coletiva.

Portanto, no fim dos anos 1870, apesar de terem obtido poucos resultados práticos em relação às suas sugestões para a melhoria das condições de saúde na cidade de Vitória, os médicos capixabas tiveram boa parte de seu discurso incorporado pelos administradores da província espírito-santense. A distância entre esse tipo de discurso

⁵⁷ Hipócrates nasceu em 460 a.C. na região de Cós e morreu em 377 a.C. em Tessália. Ele é considerado o "pai da medicina ocidental" e uma de suas grandes contribuições foi a busca por explicações racionais para compreender os problemas de saúde que afetavam o corpo humano. Foi responsável pelo desenvolvimento de estudos que diferenciavam sintomas e doenças. Para Hipócrates, as causas da maioria das doenças seriam fatores climáticos, alimentares e hábitos cotidianos. Além das descobertas feitas por Hipócrates, ele elaborou um código de conduta para os indivíduos que desejavam se ocupar da arte da cura. Tal código é recitado até hoje pelos profissionais de medicina como referência na hora da formatura.

⁵⁸ Esculápio (em latim: Aesculapius) ou Asclépio (em grego: Ἀσκληπιός, transl.: Asklepiós), na mitologia grega e na mitologia romana, é o deus da medicina e da cura.

sobre a morte e a real efetivação dessas medidas na capital da província, entretanto, fica ainda mais evidente a partir das duas últimas décadas do século XIX.

“Cuidar mais na saúde dos vivos do que no descanso dos mortos”: o apelo dos médicos pela higienização do morrer nos anos 1880

No início da década de 1880 a influência do saber médico no entendimento da morte parecia ter se consolidado de maneira completa sobre os políticos e sobre a sociedade capixaba como um todo. De qualquer forma, é errado acreditar que os médicos tenham assumido um controle unânime sobre o significado do morrer em terras capixabas naquele período.

Tanto que em uma reunião convocada no início do ano de 1883 – com o intuito de avaliar as condições dos terrenos disponíveis para a construção do cemitério extramuros –, os médicos não eram os únicos presentes, tampouco eram os únicos responsáveis pela emissão de um parecer sobre as configurações gerais do local onde a nova necrópole seria construída. Além dos doutores capixabas, irmandades religiosas, políticos e inspetores de obras se encontrariam naquele ano com o intuito de por um fim à querela dos cemitérios:

Existem na capital sete cemitérios em condições condenadas pela ciência prejudiciais a saúde pública e de nenhum acordo com as regras da estética.

Depois de ouvir opiniões de profissionais entendi dever dar começo a uma das necessidades mais reclamadas pela população da capital da província: a designação de um local afastado da cidade, onde os enterramentos começassem em breve a ser feitos.

Para levar avante semelhante melhoramento convoquei uma reunião em Palácio, em data de 17 de janeiro último, e a ela compareceram o presidente da Câmara Municipal, o Inspetor das Obras Provinciais, dr. provedor de saúde pública, os representantes de algumas irmandades e mais alguns cidadãos de reconhecido conceito. Nessa reunião assentou-se: 1º concorrer a província com a quantia de quatro contos de reis; 2º a Santa Casa de Misericórdia com quinhentos mil reis, 3º a Câmara Municipal, por intermédio de seu digno presidente, fazer correr uma subscrição popular, cujo resultado atingisse a quantia de um conto de réis; 4º o Comendador José Ribeiro Coelho oferecia generosamente o terreno preciso para o novo cemitério; 5º uma comissão composta dos sr. drs. Azambuja Meirelles e Goulart de Sousa, tenente coronel Alpheu Monjardim e Maximino Maia escolheria o local mais conveniente para o novo cemitério (ESPÍRITO SANTO, 1883, p. 14).

Além de oferecer um bom panorama da situação de sete necrópoles existentes na cidade de Vitória no período, Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior revelava o

esforço coletivo empreendido por todos aqueles setores da sociedade com o intuito de providenciar em caráter de urgência a construção do novo cemitério. Para tanto, foi organizada uma comissão composta pelos médicos Azambuja Meirelles e Goulart de Sousa, bem como pela figura dos políticos Alpheu Monjardim e Maximino Maia.

Longe de terem monopolizado o assunto, o documento revela que os médicos de Vitória foram acompanhados por representantes da política local a fim de avaliar as condições disponíveis para a construção do futuro cemitério público da cidade. Funcionando como uma espécie de fiel da balança entre os interesses dos médicos e das irmandades, a presença dos políticos nessa comissão certamente servia para arbitrar uma solução capaz de atender tanto as demandas dos religiosos quanto a dos detentores do saber médico.

Afinal, se o consenso de que o cemitério deveria ser construído fora da cidade havia finalmente sido atingido, como seriam as configurações internas e as diretrizes para os enterramentos naquele novo campo santo? Os cristãos católicos iriam dividir o solo do cemitério com não católicos, tais como suicidas, protestantes, ateus, prostitutas ou iria se preservar o tradicional caráter “puro” e sagrado tanto dos antigos quanto do novo cemitério?

Os médicos e os políticos de Vitória sabiam que as mudanças trazidas por suas propostas deveriam levar em consideração essas e outras questões espirituais tão caras à maior parte da população da cidade. Não era possível estabelecer um novo padrão para os rituais funerários ignorando a espiritualidade de uma população que, ao fim e ao cabo, continuava ainda atrelada às antigas práticas de enterramento por eles condenadas.

Outras fontes e relatos de médicos da época revelam que esse foi um debate que assumiu grandes proporções na imprensa capixaba do período. Afinal, após visitar o território oferecido pelo comendador José Ribeiro Coelho, a comissão havia chegado à conclusão de que o referido local não apresentava condições de higiene adequadas para a construção do novo cemitério:

Sendo imprestável para o fim que se tinha em vista o terreno oferecido pelo Comendador Coelho, a administração chegou a acordo verbal com Francisco Pinto de Siqueira para aquisição de 200 metros em quadro no sítio denominado Campinho, de propriedade da sogra do mesmo Siqueira. [...]

Este ato da administração precisa do vosso exame e depende de vossa aprovação.

Do debate que amplo se abriu na imprensa, dos preceitos científicos e da opinião de pessoas ilustradas, deduzo a convicção em que permaneço de que é imprescindível proibir os enterramentos no centro da cidade. Não quer isto dizer que a administração precise aposar-se do local onde permanece qualquer dos atuais cemitérios, aterrado como vai ser o Mangal do Campinho, tem a capital da província mais uma área de seiscentos e quatro mil metros quadrados para estender-se, e independe das atuais irmandades para aumentar as suas edificações. O que é indispensável é impedir que os enterramentos continuem a ser feitos nos atuais cemitérios, que são e serão considerados lugares sagrados, sem que o que a isso se oponha a administração. Limita-se a essa a cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos, assunto em que não se imiscui por não estar nas raízes das suas atribuições. [...]

Votada a verba de quatro contos de réis basta que a Câmara Municipal, com a competência legal que ninguém lhe pode contestar, proíba enterramentos na cidade para que os habitantes desta consigam um melhoramento reclamado pela ciência, aconselhado pelo bom senso e que não tem contra si os sentimentos religiosos da população. Lembro-vos que nas condições em que ora se acha a capital da província, torna-se impossível fazer contrato para abastecimento d'água sem que tenham sido proibidos enterramentos nos atuais cemitérios. De feito, há cemitérios próximos a nascentes, e até os há em lugares por onde correm águas que o povo hoje bebe (ESPÍRITO SANTO, 1883, p. 14-15).

No relatório escrito por. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior em março de 1883, o presidente de província visava esclarecer que, mesmo que o novo território não tivesse sido estabelecido naquele momento, o poder público improvisaria um local na região do Campinho – ainda localizado bem próxima ao centro – com o intuito de amenizar as mazelas causadas pela ausência da necrópole extramuros na cidade.

Além de apontar para essa providência paliativa, Andrada Junior possuía um objetivo principal em seu texto: impedir que os enterramentos continuassem a acontecer no centro da cidade. Essa era uma medida que o poder público deveria adotar em recurso aos seus atributos legais e com o cuidado de, em nome do "bom senso", não ferir os sentimentos religiosos da população. Para tanto, continuava o político, seria necessário esclarecer à população que esta seria uma questão de saúde pública e que o caráter sagrado – tanto dos antigos quanto do novo – do cemitério não iria se perder.

Assim, viver bem se sobrepunha lentamente ao que outrora fora visto como morrer bem. "Cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos" se tornava o lema adotado pelos médicos e políticos capixabas, de modo que questões como a limpeza dos

mananciais e das fontes de água tornavam-se preocupações da ordem do dia entre os letrados da capital.

Três anos após a publicação deste relatório, o médico Ernesto Mendo, continuava a exprimir as preocupações de Andrada Junior, mas com um nível de tolerância bem menor do que o presidente de província:

[...] Por esta ocasião lembro a Vossa Excelência aumentar os mananciais que fornecem um dos elementos mais necessários à vida do homem. Como seja a água que não só por sua escassez como pelos seus condutos deve merecer toda nossa atenção, promovendo um trajeto que possa melhor garantir a abundância e pureza desse elemento.

Ainda mais me corre o dever de fazer sentir a imprescindível necessidade do aterro do mangual do Campinho com encanamento das águas vertentes dos morros que o circundam ao Norte, a remoção dos cemitérios das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Santa Casa de Misericórdia e o da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo os quais mais que qualquer outro agravam as condições higiênicas desta cidade não só pelas suas colocações, como pelas suas limitadíssimas áreas, que jamais podem comportar as inumações que anualmente neles se fazem principalmente nos dois primeiros.

Sou da opinião que os cemitérios a que me reporto sejam estabelecidos provisoriamente no cemitério público desta cidade onde sobeja terreno preciso e oferece melhores condições higiênicas. [...] (APEES, FUNDO GOVERNADORIA, Série 383, 1886).

Por sua proximidade em relação aos mananciais, os cemitérios do centro permaneciam sendo vistos como uma ameaça à saúde da população, de modo que mais medidas paliativas continuavam a ser sugeridas pelos médicos vitorienses. Na ausência de uma necrópole adequada, Mendo propunha que os cemitérios de Nossa Senhora do Rosário, da Santa Casa da Misericórdia e da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo fossem provisoriamente estabelecidos no antigo cemitério público do Convento de São Francisco.

Embora essa medida pudesse alterar os padrões de enterramento das irmandades citadas, ela não romperia drasticamente com os costumes locais e com as práticas de inumação da população, pois o cemitério do Convento que passaria a receber os defuntos das irmandades do Carmo, da Santa Casa de Misericórdia e do Rosário era gerenciado pela Igreja Católica em parceria com a Câmara Municipal. Em outras palavras, o local era considerado solo sagrado, respeitando as demandas da religião para o bem morrer cristão.

Meses depois, o médico continuava a reclamar da mesma situação, já que, aparentemente as suas sugestões não haviam sido adotadas e as referidas irmandades continuavam a enterrar os corpos nos mesmos lugares, se utilizando das mesmas práticas e rituais de inumação:

A indolência em geral dos habitantes desta cidade muito concorre para que a salubridade pública não ofereça melhores condições. Vamos das expressões de dois ilustres higienistas, direi:

“Em matéria de saúde é preciso obrigar os homens a fazer aquilo que lhes é útil e a evitar o que lhes pode fazer mal, debaixo deste ponto de vista os habitantes de uma grande cidade devem ser tratados como menores. Se a salubridade não tivesse compreendida na legislação não teria jamais existido.” [...]

O aterro do mangal do Campinho e a canalização das águas do Reguinho não são menos merecedoras de toda atenção do governo, por isso que são como outros focos de infecção poderosos agentes em detrimento a salubridade pública.

Não só a bem da saúde como da moralidade pública deve ser removida a lavanderia estabelecida na Fonte Grande desta Capital.

Reitero as considerações por mim já feitas acerca dos cemitérios de Nossa Senhora do Rosário, da Santa Casa de Misericórdia e da Ordem 3ª do Carmo que pelas más posições em que se acham colocados como pela insuficiência das áreas que jamais podem comportar o número de cadáveres que neles são anualmente inumados.

A falta do abastecimento d'água é a mais palpitante das necessidades com que luta a população da capital. (APEES, FUNDO GOVERNADORIA, Série 383, 1886).

Acusando a população de indolente e expondo o dever do governo de, em nome da salubridade, conceber os habitantes de uma grande cidade "como menores", Mendo salientava a urgência com a qual o assunto dos cemitérios deveria ser tratado pelas autoridades locais. Em outros termos, o povo e as irmandades haviam provado não serem capazes de compreender os males que suas antigas práticas poderiam representar para a saúde coletiva, devendo o poder público tomar medidas de higiene de forma independente de uma resistente opinião popular.

Um ano mais tarde, os incômodos do médico com as condições de higiene da capital continuariam. Desta vez, o próprio poder público se tornaria foco de suas reclamações, já que este teria falhado em relação à necessidade de realizar aterros em regiões consideradas insalubres pela inspetoria de higiene pública:

Já fiz relatar a necessidade do Aterro do Mangual do Campinho como do encanamento da vala da Fonte Grande ao então administrador da província desembargador Antônio Joaquim por ocasião da Abertura da Assembleia Provincial que teve lugar em outubro do ano findo o que como muitas outras medidas de menores dispêndios por esta Inspetoria requisitadas a bem da saúde pública não mereceu a atenção de vossa senhoria que entendeu recomendar o seu ilustre nome pela mais rigorosa e mal entendida economia.

Já no período de 1865 a 1873, em que exerci nesta província o cargo de provedor de saúde pública e que solicitei a minha exoneração reclamava sempre e sem resultado a desobstrução destes dois valiosos elementos mórbidos (APEES, FUNDO GOVERNADORIA, Série 383, 1887).

Três décadas haviam se passado desde as primeiras recomendações do médico em relação às obras de modernização e de higienização do espaço público de Vitória. Além de continuarem ignorando suas recomendações quanto aos aterros e aos encanamentos das fontes, o governo continuava a fechar os olhos diante do problema dos cemitérios:

Cemitérios

As inumações nesta capital são feitas em 7 cemitérios. Ao primeiro lance de vista parece que o número deles é mais que suficiente para o fim a que se destinam, entretanto, cumpre observar que nenhum tem a dimensão conveniente e se acha colocado em posição favorável às condições higiênicas e é assim que vemos o de Nossa Senhora do Rosário agravando como o da Santa Casa, a salubridade pública dos princípios de civilização, o de religião que devem rigorosamente fazer manter em seu próprio abono os habitantes de uma capital.

O do Rosário está colocado a leste da cidade de uma área que não pode comportar mais de 20 sepulturas, conta 41 jazigos e anualmente são neles inumados 60 cadáveres aproximadamente.

O de São Francisco e o da irmandade Santíssimo Sacramento são amezos e colocados a Norte. Estes são um pouco mais espaçosos, única condição favorável que oferecem, porém são contíguos ao centro populoso.

Outros existem em que as inumações não são tão frequentes.

Todos eles em péssimas condições e como os demais mal situados (APEES, FUNDO GOVERNADORIA, Série 383, 1887).

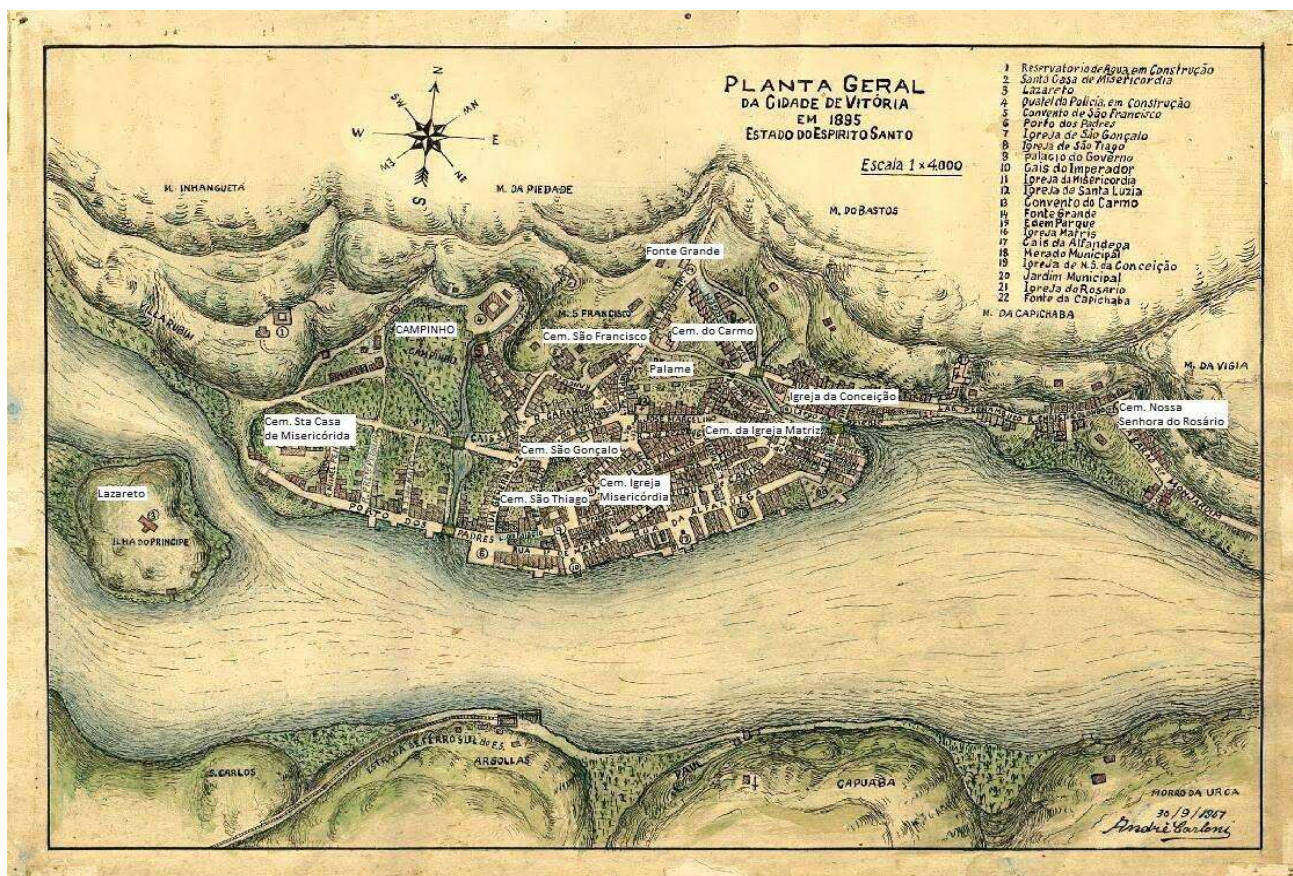


Figura 6: Mapa de Vitória feito por André Carloni em 1895. Em destaque, as áreas mencionadas nas fontes primárias.

Se em 1886, a fala do médico estava voltada especificamente para apenas três cemitérios, no fragmento retirado do relatório do ano de 1887, Mendo condenava todas as irmandades que insistiam em manter os campos santos intramuros. Desta vez, entretanto, o especialista em saúde pública salientava que as práticas anti-higiênicas representavam não apenas um desrespeito à ciência e à civilidade, como também uma afronta aos preceitos da própria religião. Religião e ciência deveriam se unir frente àquilo que passava a ser visto como um bem maior: a manutenção e o prolongamento da vida.

Ao fim e ao cabo, após décadas de inércia do poder público e da população, o médico apelava aos elementos que tornavam os discursos da fé e da civilização uníssonos frente ao maior desafio de sua carreira: convencer os seus contemporâneos de que a vida dependia em última instância de um controle intramundano do significado da morte e do morrer.

Se essa foi uma batalha difícil de se combater durante praticamente todo o período do segundo reinado, na última década do Oitocentos e na primeira década do século vinte, os médicos capixabas continuariam o seu esforço de ressignificação da morte, desta vez sob o signo da República e dos novos valores por ela inaugurados.

A morte nos primeiros anos de República: a ressignificação do cemitério e a frustração política dos médicos capixabas

O início do período republicano no Espírito Santo traria algumas importantes mudanças na posição dos médicos capixabas em relação ao significado da morte e dos rituais a ela associados. Em geral, os médicos de Vitória e da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo continuariam a sustentar as mesmas posições e a apelar, desta vez com um rigor ainda maior, à modernização dos hábitos funerários da população capixaba.

Representando uma nova forma de enxergar a civilização e a vivência coletiva, o regime republicano poderia significar uma nova esperança para que os médicos capixabas tivessem as suas recomendações sobre o morrer atendidas pelo poder público.

No que diz respeito à discussão sobre a construção do cemitério extramuros, por exemplo, mesmo que os problemas e as reclamações continuassem praticamente as mesmas de décadas anteriores, no início dos anos 1890, os inspetores de saúde pareciam nutrir uma esperança um pouco maior na capacidade do Estado intervir e orientar a população quanto ao risco de seus antigos hábitos funerários:

Tenho a honra de vos enviar por cópia o ofício que dirigi ao Dr. Manoel Goulart de Sousa, Inspetor de Saúde do Porto e ao Dr. João Gonçalves Ferreira Correa da Câmara, cirurgião de 4ª classe e diretor do Hospital Militar bem como suas respostas relativamente ao fechamento dos atuais cemitérios da capital e estabelecimento de outros em local apropriado, como aconselha a higiene.

As opiniões dos ilustres médicos que ouvi confirmam a necessidade imprescindível da mudança das necrópoles difundidas nesta cidade, sem proporções em terrenos e posições condenadas, sem a devida fiscalização ofendendo a moral, a religião e a saúde pública.

Solicito vos que no interesse de bem orientar a população da providência que fostes de acordo com esta Inspetoria forçados a tomar a bem desse melhoramento, reclamado pela civilização dos povos e pela salubridade pública, vos digneis mandar publicar este e os ofícios dos aludidos médicos no “Diário Oficial” deste estado (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 1890, Caixa 1, p. 55).

Apesar das reclamações e de seu descontentamento com a inércia do governo e das irmandades, Ernesto Mendo continuou a ocupar durante os primeiros anos da República a posição de chefe da Inspetoria de Higiene Pública. No documento direcionado a José Horário Costa – presidente interino do Estado do Espírito Santo –, o inspetor trazia mais uma vez à tona sua posição a respeito da situação dos cemitérios da capital, utilizando a opinião dos médicos Manoel Goulart de Sousa e de João Gonçalves Ferreira em seu favor.

Dirigindo-se à autoridade republicana local, além de tornar o novo governo ciente daquele antigo problema, Mendo tinha a intenção de reiterar o argumento em favor do cemitério extramuros que, em nome da civilização dos povos e pela salubridade pública, deveria de forma urgente ser construído na capital. Ademais, a antiga ideia de que as práticas insalubres diante da morte representariam uma ofensa tanto à religião quanto à saúde pública continuava presente no discurso do médico capixaba.

Apelando para que o governo publicasse seu diagnóstico sobre os cemitérios no Diário Oficial, o inspetor de higiene expunha a sua intenção de, aos moldes da confiança republicana na ciência, educar e convencer aqueles que mais haviam resistido às mudanças nas práticas funerárias da cidade: a população e as irmandades religiosas.

Poucos meses depois, demonstrando uma certa satisfação em relação ao atendimento de suas demandas, Mendo apelava para o discurso “patriota” do novo regime, com intuito de que outras reivindicações – como o encanamento das águas da Fonte Grande, por exemplo – fossem também atendidas:

Convencido do quanto vos haveis interessado pelo melhoramento do Estado cujo destino vos estás merecidamente confiado, no caráter de seu governador venho reclamar de vosso patriotismo, como hei feito aos governos que vos precederam, o encanamento daquela vala.

Julgo esta medida como a de estabelecimento dos cemitérios no sítio de “Santo Antônio”, do que já fizestes com louvável acerto aquisição para tal fim de urgente utilidade à saúde dos habitantes desta cidade, que além das febres palustres, que lhe são endêmicas, e não pequeno número de casos revestem-se das formas mais graves [...] (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 1890, Caixa 1, p. 81-82).

Além da preocupação com a pureza das águas, em seu ofício, o inspetor de higiene classificava como “louvável” a ideia de se estabelecer o novo cemitério público distante do centro da capital, na região conhecida pelos capixabas como Santo Antônio.

Após décadas de debates e frustrações, no início do regime republicano os médicos pareciam finalmente ter encontrado um local ideal para a construção da nova necrópole da capital. Afastada do centro e longe de quaisquer fontes de moléstias, a região de Santo Antônio se colocava como uma nova meta para os médicos locais no que dizia respeito à sua tentativa de modernizar as práticas funerárias de seus contemporâneos.

Situada no extremo oeste do município, essa era uma região que, por encontrar-se distante do centro populoso abrigava matadouros e lazaretos, funcionando como uma espécie de depósito de dejetos indesejáveis pelos habitantes da cidade. De todo modo, o terreno servia de forma ideal àqueles que por tanto tempo haviam lutado pela extinção dos enterramentos no interior da urbe vitoriense.

Por isso, quando o governo adquiriu o território no início dos anos 1890, os médicos acreditavam que os problemas de saúde causados pelos enterramentos desordenados da população e das irmandades estavam com os dias contados. Para isso contribuiu ainda a proibição definitiva dos enterramentos nos cemitérios em piores condições e a concentração das inumações – ainda que de forma provisória – no convento de São Francisco em 1891:

Em respeito ao despacho por vós exarado na petição que vos dirigiram o cidadão João Antunes Barboza Brandão e outros irmãos da Irmandade de São Benedito do Rosário cujo documento devolvo tenho a dizer, que, bem e acertadamente proibiu o ilustrado cidadão Dr. Afonso Claudio de Freitas Rosas, a inumação de cadáveres nos diversos cemitérios que se acham disseminados por esta cidade.

Fez aquele cidadão convergir os enterramentos para o cemitério público até que fosse adquirido o sítio denominado “Santo Antônio” onde cada corporação religiosa pode hoje estabelecer sua necrópole.

Esta aquisição é incontestavelmente digna de louvores pelos benefícios proveitosos que há a população da capital.

A Intendência Municipal que assuma a responsabilidade que resulta das representações e queixas que hoje fazem as referidas conjurações e a população em geral.

O fato de ser determinado exclusivamente o cemitério público para o asilo dos mortos foi uma medida provisoriamente tomada para coactar o uso de fazer as inumações em cemitérios sem proporções, colocados em diversos pontos, em detrimento da saúde pública, sem severa fiscalização e sem a ativa observância de asseio das dimensões das sepulturas, como ordena a lei que exige a higiene e impõe a religião e a civilização dos homens.

O ilustre cidadão, então chefe de governo deste estado, quando assim procedeu de acordo com esta Inspetoria, teve em vista minorar o mal

resultante dessa disseminação de cemitérios, pessimamente instituídos com o louvável intento de fazer aquisição de aludido sítio que houve por contara do estado e o passou à administração ao conselho da Intendência deste Município para o fim referido e mais para apresentação do gado destinado ao consumo público ficando a casa reservada para tratamento dos indigentes que possam por acometidos de moléstias contagiosas ou epidêmicas: não nos foi, nem nos é desconhecida a incompetência do cemitério público para uma necrópole (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 1891, Caixa 2, p. 2-4).

Ao contrário do ocorrido em governos anteriores, os médicos capixabas, na figura de Ernesto Mendo, pareciam estar satisfeitos com os políticos republicanos que, além de terem proibido definitivamente as inumações em locais inadequados – contrariando a posição de algumas irmandades –, haviam dado um importante passo ao adquirir uma nova área para a construção do cemitério extramuros.

De todo modo, uma leitura mais atenta do documento revela que nem tudo eram flores na relação entre os médicos e o poder público capixaba naquele momento. Mendo reclamava em seu ofício que, apesar de ter adquirido a nova área, o governo havia aforado parte do terreno para terceiros, fato que poderia comprometer a intenção de tornar o novo cemitério público o principal destino dos defuntos da cidade:

O estado fez o sacrificio com a aquisição daquele sítio mediante a quantia de doze contos de reis não pode, nem deve a bem dos interesses públicos, consentir em semelhante aforamento que julgo não ser um ato de que redunde em beneficio do estado.

É inadmissível a hipótese de ter sido aforada parte da situação e preservada outra para necrópole.

O sítio de “Santo Antônio” foi adquirido para fins determinados e demais, não é ele tão vasto, que ofereça proporções a tantos misteres.

As corporações religiosas hoje quase descrentes da instalação de seus cemitérios em “Santo Antônio” por nenhuma providência ter sido tomada até hoje, e ao contrário ao procedimento que devia ter lugar veem arrendada (conseguida) a localidade para aquele fim recorrem a Vossa Excelência no sentido da revogação do ato assentado do ex-governador (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 1891, Caixa 2, p. 4-6).

Descontente, o inspetor reiterava inclusive a insatisfação das irmandades que, com a falta de providência do poder público, começavam a contestar a proibição dos enterramentos nos antigos cemitérios. Desse modo, assim como nos tempos do Império, o inspetor faria apelos ao governo, desta vez adequando o seu discurso ao vocabulário republicano do período:

Aí está o Código de Posturas recentemente confeccionado e com lucidez que condena as inumações nos cemitérios da cidade. O cemitério público [do Convento de São Francisco] não dispõe de grandeza, qualidade de solo e posição topográficas ao fim que temporariamente se lhe tem destinado.

Os outros estão isentos de qualquer apreciação por suas péssimas condições. Insisto pelo estabelecimento das necrópoles no sítio de “Santo Antônio”.

Vossa Excelência que ama sua pátria, que é governo e tem aptidão de sobra para bem dirigir os negócios que interessam seu engrandecimento físico e moral em harmonia com a lei e a ciência, resolverá sobre quão [?] importante quanto debatido assunto como entender mais consentâneo com a vossa ilustrada razão (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 1891, Caixa 2, p. 4-6).

Portanto, o médico apelava à “ilustrada razão”, ao patriotismo e à necessária harmonização entre “lei e ciência” para os administradores públicos revissem aquelas medidas e voltassem a atentar para a importância da construção do cemitério no local que a inspetoria havia julgado o mais adequado.

O que pouco antes parecia ter sido a solução definitiva para o problema das inumações rapidamente converteu-se em um novo imbróglio. O fato do governo ter aforado para os comerciantes – em um contrato de cinco anos – o terreno de Santo Antônio acabou por inviabilizar o uso imediato da região para a construção do novo cemitério. Logo, descontentes com as condições do cemitério público, as irmandades passaram a contestar a proibição dos enterramentos em suas próprias necrópoles, gerando um clima de insatisfação entre religiosos e médicos de um lado e os poderes públicos do Estado e do município de outro:

Resolvendo a oficial da Irmandade de São Benedito do Rosário e a cópia da ata da sessão que aquela corporação efetuou a 22 de novembro, que acompanharam os ofícios de V. Ex. de nº 50 e 54, datados de 14 do dito mês e de 5 do corrente, tudo no sentido de ser concedida a referida corporação permissão para dando maiores proporções ao cemitério ameaça a capela do Rosário, continuar a fazer nele as inumações de seus irmãos falecidos alegando que os terrenos circunvizinhos do convento de São Francisco destinados para única necrópole desta cidade não oferece proporções e condições higiênicas, faltando ainda a devida decência para o fim a que está destinado tenho a dizer que a alegação da Irmandade de São Benedito do Rosário é fim ter por isso que faltam nos aludidos terrenos pertencendo ao Convento de São Francisco as mais recomendáveis condições higiênicas que ressoante se o serviço da abertura das covas da mais rigorosa observância para que tinham elas as proporções precisas que da decência não observa o menor vislumbre que lastimo o acontecimento de não haver podido até hoje a Intendência Municipal, aliás tão zelosa na prática de suas mais importantes atribuições podido estabelecer a necrópole no sítio de “Santo Antônio” por força independente dos seus desejos e finalmente que sendo provisória a concessão requerida, entendo que com menor prejuízo à saúde pública e a moral, se conceda logo que ofereça o perímetro do cemitério proporções e condições favoráveis até que estabelecidos fiquem todos os cemitérios no

sítio para um fim adquirido pelo Estado (APEES, FUNDO DE INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA, 1891, Caixa 8, p. 83-84).

Onze meses após reclamar pela primeira vez das condições de higiene dos cemitérios presentes na capital, Mendo sugeria que o poder público cedesse ao apelo da irmandade de São Benedito e permitisse que, na ausência de um terreno extramuros e de boas condições no cemitério público, os fiéis ampliassem a área de sua própria necrópole. Este seria um mal menor, já que os demais cemitérios também não se adequavam perfeitamente aos ideais de higiene por ele defendidos. Distante de um desfecho real, caberia, mais uma vez, apelar a soluções paliativas frente ao velho problema dos enterramentos na cidade.

O cemitério público do Convento de São Francisco sequer se colocava mais como uma alternativa viável. Os túmulos ali cavados não possuíam proporções adequadas, tampouco resguardavam as condições de higiene recomendadas pelas autoridades. Entre a intransigência dos governantes e a resistência dos religiosos, o inspetor parecia optar pelo menor dos prejuízos, orientando as autoridades a permitirem a expansão do campo santo de algumas irmandades.

Essa situação continuaria inalterada, mesmo após a posse de Muniz Freire em 1892. Adepto do positivismo e de teses econômicas que visavam transformar a cidade de Vitória em um grande centro comercial, o governo de Muniz Freire não atentou à conclusão das obras – finalmente iniciadas em 1896 pelo governo municipal – do novo cemitério público da cidade.

Na realidade, mesmo sustentando a tese de que o desenvolvimento da cidade passaria necessariamente pela expansão de seu espaço urbano, Muniz Freire possuía àquela época prioridades que iam além da conclusão das obras da necrópole de Santo Antônio. Crítico da concentração populacional no centro, o presidente de Estado investiria no empreendimento que ficaria conhecido à época como o "Novo Arrabalde", isto é, a realização de um aterro na região nordeste da cidade – entre os atuais bairros da Praia do Suá e da Praia do Canto – com o intuito de incentivar a ida da população para o referido local⁵⁹ (SANTOS, 2012, p. 348-349).

⁵⁹ O geógrafo e arquiteto Carlos Teixeira de Campos Jr. sugere que a escolha do local para o estabelecimento do novo bairro talvez tenha ocorrido devido aos interesses econômicos da Companhia

Além de concentrar seus esforços na expansão de uma região diametralmente oposta à localidade do novo cemitério, Muniz Freire também investiria boa parte dos recursos públicos da época em obras que viabilizassem o escoamento da produção agrícola e a otimização do contato comercial do Estado com outras localidades. Em outros termos, investindo na construção de portos e de novas estradas de ferro, a atenção do político se voltaria mais para a otimização da economia local do que para a alteração de antigos costumes e hábitos de higiene da população.

De todo modo, no que diz respeito a essas medidas no campo da saúde pública, Muniz Freire ainda teria tempo para que durante o seu último ano de mandato fosse ordenada a retirada de um lazareto na região de Santo Antônio – com a provável intenção de liberar mais espaço para a construção do cemitério – e a construção de um hospital de isolamento na localidade da Ilha do Príncipe:

Por todas essas razões estamos hoje muito mais expostos à invasão das epidemias, e mais difícil se torna atalhar-lhes a marcha que o Estado possua um serviço de higiene perfeitamente organizado, compreendendo hospitais de isolamento, material de desinfecção, de transporte, de irrigação e acessórios.

O isolamento fazia-se até a pouco tempo em um prédio situado a três quilômetros da Vitória, no sítio chamado Santa Antônio, adquirido pelo Estado para esse fim, mas esse prédio não satisfazia as exigências mais elementares [...]

Tendo, porém, entrado em acordo com o Governo Municipal para se fazer na situação de Santo Antônio, o novo matadouro (ideia hoje abandonada), e mais tarde combinado que se a aproveitasse para localizar os novos cemitérios, encarreguei a Inspetoria de Higiene de procurar fora da ilha um outro ponto destinado ao isolamento, mas foram tais as exigências feitas pelos proprietários de diversas ilhotas julgadas aproveitáveis, que tive de adiar essa solução até que com ciência do Governo Federal pude utilizar da Ilha do Príncipe, próximo à Vitória.

Aí foi construído em meados do ano passado o excelente hospital de isolamento que hoje possui a capital, com capacidade para 80 a 100 leitos, obedecendo a todos os preceitos da boa higiene, e com as dependências necessárias a um serviço completo desse gênero (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 132-133).

Essa – bem como a construção de um hospital de caridade em Bento Ferreira (SANTOS, 2012, p. 348) – era uma medida que visava amenizar as críticas que surgiam ao seu governo, sobretudo devido à ocorrência das mais distintas epidemias na época em que durou o seu mandato. Rebatendo essas críticas, que muito provavelmente

Brasileira de Torrens que era a proprietária legal da maior parte dos terrenos do bairro e que lucraria de forma considerável com a ocupação daquele território (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 165).

atentavam para a não conclusão das obras do cemitério, Muniz Freire amenizava os problemas e atentava para as qualidades sanitárias da capital capixaba no último ano seu governo:

Mais uma vez devo externar a convicção de que a nossa capital reúne as melhores condições para não alimentar endemia alguma. A sua topografia, a natureza do subsolo da maior área urbana, a sua elevação sobre o nível do mar, a riquíssima vegetação que borda e domina-a de uma a outra extremidade, a abundância de virações marinhas que a banham exatamente na estação quente, são vantagens preciosíssimas, e que formam um conjunto raro de encontrar algures. O que constitui hoje uma fonte de justos receios é a enorme aglomeração de vidas em um espaço tão limitado, e em habitações cuja maior parte é revel aos preceitos da higiene, mas ponderando mesmo essa enorme desproporção, as últimas calamidades, havidas com exceção da de varíola no ano passado, fizeram estragos muito inferiores ao que se devia temer, e de forma alguma justificaram o alarma produzido dentro e fora do Estado [...] (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 134)

Enaltecendo as boas condições naturais e topográficas da capital, Muniz Freire visava acalmar os ânimos de seus contemporâneos e afastar o medo da morte que continuava a atormentar a população vitoriense principalmente devido à recorrente ocorrência das epidemias naquele final de século. As obras do cemitério e os problemas causados pela sua postergação não eram mencionados naquela ocasião pelo presidente de estado.

Cleto Nunes também parecia seguir uma estratégia similar à de Muniz Freire quando questionado sobre as obras não concluídas em sua administração à frente do Governo Municipal. Nunes e seus apoiadores tentaram amenizar a situação e as críticas divulgando o que fizeram em prol da salubridade da capital durante o seu mandato:

A infrene propaganda, que a gente do *Commercio* tem levantado pelas colunas do seu jornal contra os créditos do Governo Municipal desta cidade, só tem conseguido pôr em prova a quanto chega o rancor e a sede de vingança que os desenganados trânsfugas votam a um dos mais prestimosos espírito-santenses, o nosso ilustre amigo Cleto Nunes Pereira.

O *Commercio* revolta-se sempre deste modo contra todos aqueles a quem não pode deixar de reconhecer invencível competência [...] Mas, por maior esforço que demonstre o *Commercio* em levar adiante a sua propaganda contra o Governo Municipal, não cosneguirá apagar a lembrança que o mais dedicados de todos os Governos deste município tem gravados nesses melhoramentos [...] Está na memória de todos aqueles que habitam e visitaram esta capital, até bem poucos anos a estreiteza de certas ruas, como a da 1º de Março, a falta de calçamento das principais, a insuportável Vala do Reguinho, a deficiência de cemitério, a irregularidade do matadouro, a inobservância de preceitos arquitetônicos nas edificações, a ausência de chafarizes em certas praças, a descara da limpeza da cidade, além de muitas outras necessidades imperiosas do município (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1897, ed. 19).

Aliado de Nunes, o jornalista Augusto Calmon defendia o administrador municipal contra os ataques daqueles que o acusavam de ter realizado uma má gestão do município. Assim como Muniz Freire, Nunes teria investido em melhorias urbanas e higiênicas na capital, mencionando ter havido inclusive alentado as condições do cemitério, em uma provável referência à antiga necrópole pública situada no Convento de São Francisco.

Para além da transcendência: a quantificação da morte no início do século XX capixaba

Os relatos de Muniz Freire e de Cleto Nunes são praticamente as últimas menções que os políticos capixabas fazem à relação entre os enterramentos e o problema da saúde pública na Vitória do final do século XIX. Após esses balanços de gestão realizados na segunda metade da década de 1890, tanto nos relatórios de governo quanto nos documentos da Inspetoria de Higiene Pública – e de outros órgãos de saúde – praticamente não são feitas referências ao problema dos enterramentos no centro da cidade, tampouco ao atraso na construção do cemitério de Santo Antônio.

Se ao menos desde os anos 1870 os médicos e inspetores de higiene já haviam condenado os antigos cemitérios, apontando para a precariedade de suas condições, é possível imaginar que no início do século XX essa situação tenha se tornado ainda mais aguda e intolerável para os representantes do poder público capixaba. O que teria, portanto, levado à omissão desse tema nos documentos produzidos pelos médicos e autoridades públicas locais?

Uma pista talvez resida na temática mais recorrente nos relatórios e documentos oficiais produzidos no Espírito Santo daquele período: a crise econômica ocorrida no final do Oitocentos e durante quase toda a primeira década do século XX (SANTOS, 2012, p. 364).

Como resultado da oscilação dos preços do café, o Estado enfrentou naquele período uma das piores crises financeiras de sua história, fato que resultou na suspensão de boa parte das obras públicas destinadas à melhoria da salubridade da capital. Sem recursos e adotando medidas que visavam a restrição dos gastos, é possível inferir que os governos do Estado e do município tenham postergado por mais alguns anos não só a

construção do novo cemitério, como quaisquer possibilidades de reclamar em nome da efetiva conclusão da obra.

Portanto, ao longo de praticamente toda a primeira década do século XX, médicos, inspetores de higiene e políticos calaram a respeito da questão que em décadas anteriores havia estado no cerne de suas preocupações no âmbito da saúde coletiva: o problema da manutenção dos enterramentos no centro da cidade.

Isso não significa, entretanto, que eles tenham também silenciado a respeito da morte e das distintas formas de – com o auxílio da ciência – afastar sua chegada ao mundo dos vivos. A primazia do âmbito do viver sobre o morrer continuou a habitar o imaginário daqueles homens que, no início do século vinte, já haviam incorporado quase que completamente o vocabulário científico para se referir ao fenômeno da morte.

Se a questão dos cemitérios não foi um tema corrente àquele tempo, a ocorrência de epidemias, o problema da contaminação das águas e a preocupação com os aterramentos, dão o tom das aflições que assombraram os médicos capixabas ao longo daquela década:

Saúde Pública

Estado sanitário da capital

Se bem que no primeiro semestre do corrente ano grassasse a varíola manifestando-se 56 casos, todavia, a cifra da mortalidade da capital- 174 óbitos não eleve-se tanto que acusasse maior diferença dos ocorridos no semestre passado- 141.

O fato que apontaremos e que habitualmente se reproduz não é de certo devido a sua salubridade porque habitamos uma cidade em a qual a imprevidência das municipalidades transcritas a [?] campo vasto para a propagação das moléstias infecto-contagiosas, dada a circunstância da estreiteza de suas ruas, das edificações [...] (APEES, FUNDO DE GOVERNADORIA, Livro 383, 1905).

Mesmo que a questão do destino dos corpos não estivesse presente, a morte continuava a assombrar o imaginário dos capixabas, tendo o problema das epidemias contribuído mais uma vez para que o tema permanecesse em voga entre os médicos e os políticos da cidade. O viver consolidara sua importância em meio à comunidade capixaba nas últimas décadas do século XIX. Em vista disso, assegurar a vida dos indivíduos passou a ser mais relevante do que a morte, pois a primeira era produtiva e concorria para a movimentação econômica do Espírito Santo. Logo, salvar vidas, era garantia de

manutenção dos braços fortes para o trabalho, culminando no progresso e no desenvolvimento, verdadeiros pilares da civilização moderna:

O mesmo fará em Iiritimirim [drenagem do solo] e em outros pontos, que reclamem esta providência. São trabalhos que fazem carga no orçamento, na época em que são executados, mas trazem economias, porque evitam ao Estado as despesas de diligências sanitárias, sempre custosas e nem sempre de resultados apreciáveis, além de poupar muitas vidas caras, que representam, sem dúvida, precisos elementos de progresso e de civilização.

Parece-me que estas medidas de higiene defensiva colhem sempre muito maiores vantagens do que as de pura higiene ofensiva. (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 22-23)

Nesse sentido, como destacado na fala de Jerônimo Monteiro, prevenir a perda de vidas passou a orientar as medidas de saúde pública no início do século XX capixaba. A morte não era temida apenas devido à incerteza quanto à salvação das almas dos cristãos, mas também em termos dos prejuízos materiais que ela poderia acarretar. Após os danos de uma crise econômica, os políticos locais pareciam ter adequado os lemas da ciência médica aos mais pragmáticos dos interesses produtivos do moderno sistema capitalista.

Essa é uma mudança bastante drástica em comparação com falas de médicos e de políticos locais em décadas anteriores, quando o cuidado em conciliar o sentido imanente do morrer com o âmbito do sagrado parecia muito mais evidente.

Como já destacado no capítulo anterior, o corolário desta forma pragmática de entender a morte e o morrer na Vitória do início do século XX se daria com a inauguração do cemitério público de Santo Antônio no ano de 1912. Após anos de discussão e com a continuação da obra no governo de Jerônimo Monteiro, o cemitério extramuros da capital seria finalmente aberto ao público no mês de maio daquele ano.

Pelo menos dois elementos relevantes compõem esse momento do entendimento da morte em território capixaba: os preceitos higiênicos oferecidos pela medicina e a tutela dos médicos que, por fim, passaram a orientar quase por completo a gestão da morte naquela cidade. Tal hegemonia foi disputada ao longo da segunda metade do Oitocentos e culminou, em terras capixabas, com a seguinte medida:

Como tive ocasião de salientar neste relatório, os cemitérios existentes eram situados em lugar muito central da capital e eram todos pertencentes a irmandades e de área sobremodo deficiente. Impunha-se, pois, a necessidade

de se construir um novo cemitério em local apropriado e com a extensão precisa para atender o serviço de nossa população.

Mandei construir, então, no arrabalde de Santo Antônio, acerca de dois quilômetros da cidade, um vasto cemitério, aproveitando para isso os alicerces que o governo municipal de 1896 começou a lançar naquele mesmo. Esse serviço foi contratado e executado pelo sr. coronel Antônio José Duarte, custou 38:000\$000, inclusive a pequena capela ali construída e foi entregue à prefeitura em março último, tendo sido aberto ao serviço público no dia 1 deste mês (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 373).

A finalização da obra do cemitério na região afastada do centro mais populoso da capital pôs fim à querela que se desenrolava ao menos desde 1850. Nesse momento, percebemos que alguns ditames científicos, especialmente os da medicina, da química, da engenharia, depois de muita resistência e adequação puderam ser colocados em prática. Dessa forma, fica claro que o ideal modernizador havia sido absorvido naquele início de século por uma parte dos componentes das camadas dirigentes locais que passaram a por em prática as noções de higiene, de civilização, de progresso, de desenvolvimento e de superação do atraso que haviam estado em voga em sua visão de mundo desde idos do século anterior.

Analizando o discurso desses médicos e gestores públicos, temos a impressão de que uma visão eminentemente moderna a respeito dos sentidos da vida e da morte haviam finalmente se sobreposto a antigos significados sobrenaturais do morrer. Entretanto, será que essa realmente foi uma perspectiva que se tornou hegemônica a partir do início do século XX? Teriam as demais camadas da população coadunado e contribuído de forma passiva para a construção desse sentido moderno adquirido pela morte àquele tempo? Ademais, para além da medicina, quais outros preceitos científicos ditaram a construção desse moderno ideal de cidade no Espírito Santo?

É visando responder a esses questionamentos que tratamos em nossos próximos capítulos do lugar ocupado pela engenharia, pela Igreja Católica e pelas irmandades religiosas nesse processo de ressignificação do sentido da morte entre os capixabas do Oitocentos e do início do século XX.

CAPÍTULO 3

Viver e morrer na cidade moderna: “não há civilização nem progresso sem a engenharia”

Assim como os médicos buscavam reconhecimento e tentavam se afirmar enquanto detentores de um saber válido perante a coletividade, os engenheiros do período imperial e republicano brasileiro também empreenderam esforços para se firmarem enquanto autoridade competente para consolidar seu espaço de atuação na sociedade. Sendo assim, pretendemos apresentar, de forma breve, como ocorreu a institucionalização da engenharia no Brasil desse período, tendo como foco a atuação dos engenheiros nas alterações urbanas ocorridas no final do século XIX e no início do XX na cidade de Vitória.

Essas modificações espaciais instrumentalizadas por diversos setores do agrupamento social em questão serão apresentadas, nesta altura da discussão, focando o ponto de vista dos engenheiros, que em diálogo direto com o poder público, também visaram intervir e imprimir – sob a justificativa de conduzir a nação brasileira a um horizonte de progresso civilizacional – a sua própria maneira de interpretar o significado da morte e do morrer modernos. Reformular os cenários citadinos brasileiros adequando-os à modernidade era, em grande medida, sinônimo do abandono de antigas crenças, formas de sentir, de viver e de morrer.

Conjugando elementos tais como a emergência de saberes científicos e os anseios otimistas advindos da insurgência de novas técnicas, na busca pela aplicabilidade desses conhecimentos teremos o embate entre os componentes que caracterizavam a modernidade e os aspectos que conferiam identidade a outros tempos, resguardados pela tradição. Assim, revolvendo o solo, aterrando espaços, ampliando e esquadrinhando os terrenos, bem como, os reclassificando de acordo com novas nomenclaturas e entendimentos, os engenheiros, enquanto agentes da modernidade, também ofereceram importantes contribuições aos debates sobre como viver e morrer nos padrões modernos à luz da ciência oitocentista.

A profissionalização da engenharia, da Colônia à República: a conquista da autoridade perante o corpo social brasileiro

Desde os tempos da Colônia portuguesa já era sentida a necessidade por parte das autoridades lusitanas de conhecer e compreender o espaço que estavam habitando. Para tanto, era crucial ser “[...] capaz de mapear o território e identificar as riquezas do país, garantindo ao Estado o conhecimento e o controle que se faziam necessários à administração das riquezas e dos negócios do Império” (TURAZZI, 1997, p. 148). Mas, para pôr em prática tal intento, a Coroa demandava profissionais capacitados para tal tarefa. Em razão disso, foram criados cursos que dotassem de conhecimento técnico os indivíduos com objetivo de aperfeiçoar os domínios sobre a natureza e sobre o vasto território brasileiro. Em 1647, no Rio de Janeiro foi criado o primeiro curso para difundir técnicas de engenharia, então intitulado como Aula de Fortificações. Posteriormente, em Salvador, no ano de 1710, também surgiria a mesma oportunidade de formação, entretanto, essa teria sido nomeada Aula de Fortificações e Artilharias. Esses itinerários formativos versavam sobre a construção de fortificações e edificações, desenhos de mapas e plantas e ordenamentos de vilas (DÓRIA, 2004, p. 15). Já na segunda metade do século XVIII, esses cursos passariam por reformulações com vistas a acrescentar conteúdos militares em sua formação, tais como arquitetura militar, artilheiros para guerra, dentre outras funções (TELLES, 1994, p. 86).

Nos idos de 1792, objetivando formar engenheiros em terras brasileiras, foi instituído um curso superior na então capital da Colônia. Nascia a chamada Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro. No período do Império, essa instituição passaria, a partir de 1810, a ser chamada de Academia Real Militar (COSTA, 2013, p. 33).

Em 1832, uma nova nomenclatura surgiu para denominar o local de formação dos engenheiros do Império: Academia Militar e de Marinha. Esse centro se propunha a suprir o país, ao menos em parte, das necessidades por profissionais com saberes em matemática, construções navais, pontes, arquitetura civil e militar. A isso, acresceu-se o aprimoramento do ensino, ampliando seu escopo de atuação, pois os engenheiros lá formados teriam domínio sobre técnicas de arquitetura urbana e melhoramentos dos espaços públicos citadinos (COSTA, 2013, p. 34).

Com o avançar do século e a crescente especialização das técnicas demandadas pelo país e sua modernização, a engenharia careceu de ramos e de separações para que os profissionais saíssem de suas escolas mais preparados para os efetivos exercícios de suas funções. Em outras palavras, os conhecimentos militares subsidiados na engenharia e as aspirações da atualmente chamada engenharia civil, já não eram compatíveis em um só curso. Para tanto, foi preciso criar segmentos distintos para a formação dos indivíduos decididos a atuar em campos diferenciados. O que se viu, portanto, ao longo da primeira parte do século XIX brasileiro foi o destrinchar de um curso, antes unitário, para formar profissionais da engenharia mais especializados.

De acordo com Edmundo Coelho, em 1858, um decreto fundou a Escola Central. Tal medida teria alterado a forma de ensinar engenharia no país. Nas palavras do autor: “a Escola tinha organização bastante semelhante à de sua antecessora: os quatro primeiros anos dedicados às matemáticas e às ciências; os dois últimos, à engenharia civil” (COELHO, 1999, p. 195). Essas modificações concederam uma nova configuração do curso: o foco não era mais as disciplinas militares, o que caracterizou, de fato, uma formação civil. Ainda falando sobre os contornos do processo formativo, nos últimos dois anos de curso, os estudantes podiam ter acesso a temas como dessecção de pântanos, encanamento de água, melhorias nos portos, entre outros assuntos que estavam na ordem do dia (COELHO, 1999, p. 195). Confirmando a análise proposta por Coelho, é possível perceber que a Escola Central representou um passo importante rumo a profissionalização da engenharia civil. Por meio de um relatório, o Ministério da Guerra reafirmava a separação e a especialização que tal mudança acarretaria para as carreiras:

O governo continua a prestar todo o cuidado a este importante estabelecimento de instrução pública, reconhecendo a necessidade de transferir para Escola Militar os cursos de estado-maior de 1ª classe e de engenharia militar, a fim de tornar aquela Escola completamente independente da Central, ficando esta somente com alunos civis, e pertencendo ao Ministério do Império, conforme já vos tem sido exposto em outras ocasiões, e como se contém no artigo aditivo aprovado pela Câmara dos Srs. Deputados (MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatório do Ministério da Guerra, 1872, p. 16).

O documento acima aponta, portanto, para o afastamento entre o saber militar e o que se denominou civil. Este último foi paulatinamente consolidado no decurso da segunda metade da centúria (HONORATO *et al*, 1996, p. 27), ao ponto que ficaria reservado à

Praia Vermelha os estudos relacionados à Infantaria, Cavalaria ou Artilharia e à Escola Central e em 1863, o ensino das matemáticas, ciências físicas e naturais.

Na tentativa de impulsionar a formação de um corpo técnico, o Ministro da Guerra, Visconde do Rio Branco, criaria em 1874 a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (BARATA, 1973). A escolha dos cursos sediados nesse centro de instrução vislumbrava a realização dos anseios modernizadores difundidos entre alguns nichos das camadas dirigentes do país. Dentre eles se encontravam: ciências físicas e naturais, ciências físicas e matemáticas, engenharia geográfica, engenharia civil, curso de minas, curso de artes e manufaturas (BRASIL, 1874 *apud* COSTA, 2013, p. 38).

Entretanto, os primeiros anos de formação da mão de obra instruída da Escola Politécnica não conseguiram dar conta das necessidades estruturais brasileiras. Isso porque os engenheiros tinham pouco conhecimento prático das questões cotidianas da profissão. Sendo assim, os estrangeiros continuavam sobressaindo nas atividades pelas quais urgiam o país, enquanto, os bacharéis (e eventualmente, doutores) locais permaneciam ocupando cargos burocráticos (COELHO, 1999, p. 196-197). Em função disso, boa parte dos profissionais passou a ser empregada pela burocracia imperial, o que gerou, em alguma medida, certa frustração para alguns. De forma não unívoca e nada homogênea, as discussões a respeito da regulação da profissão foram postas em pauta nas décadas de 1860 e de 1870. Engenheiros como Luis Raphael Vieira Souto buscavam diferenciar-se dos mestres de obras e construtores, acusados de cometerem erros que causavam danos à saúde sanitária da população ou que produziam prédios que desabavam sujeitando as pessoas a riscos. Curioso notar, conforme atestou Edmundo Coelho, que os serviços reclamados por Vieira Souto atraíam pouquíssimos engenheiros, cuja principal atenção voltava-se para as grandes obras públicas de saneamento. Esses grandiosos empreendimentos – que movimentavam morros e aterravam grandes áreas – é que realmente eram utilizados para demonstrar sua superioridade técnica. Entretanto, nem todos concordavam com a normatização das formas de atuar dos bacharéis. André Rebouças, por exemplo, advogava pela liberdade de exercício da profissão, ao passo que outros indivíduos, como Aarão Reis apenas reconheciam a liberdade de atuação, com um certo tom de resignação, conformando-se com a não garantia de monopólio (COELHO, 1999, p. 199-200).

A essa discussão, podemos acrescentar o fato de que tanto os alunos formados na Escola Central quanto os estudantes da Escola Politécnica compunham uma classe chamada *politécnicos*. Essa nomenclatura referia-se a uma categoria de intelectuais que se reconhecia partidária dos fundamentos ideológicos positivistas e imbuíam a si próprios da tarefa de modernização do país e da promoção do desenvolvimento do conhecimento científico. Segundo Luiz Otávio Ferreira, o saber científico legítimo proposto por esse grupo deveria possuir aplicabilidade social (FERREIRA, 1989, p. 112). Nas palavras do historiador: “a referência constante ao positivismo – tanto para criticá-lo quanto para defendê-lo, foi uma atitude típica e historicamente fechada dos científicos e intelectuais brasileiros de princípios do século XX”. E ele segue taxativo: “o tema do positivismo foi uma das questões obrigatórias em torno do qual se organizava o campo científico brasileiro” (FERREIRA, 1989, p. 112).

No contexto da separação das instituições e de reafirmação dos campos, é possível apontar diversas ações no cenário brasileiro na segunda metade do século XIX no intuito de fortalecer o desenvolvimento e a promoção de conhecimento científico. Esse movimento pode ser ilustrado com a criação dos seguintes espaços institucionais: Escola de Minas de Ouro Preto (1875), Estação Agronômica Imperial de Campinas (1887), Museu Paraense (1871), Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional (1878), Instituto Pasteur do Rio de Janeiro (1888), Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1886), Escola Politécnica em São Paulo (1893), Congressos Médicos Nacionais (1888, 1889 e 1890), dentre outros. De acordo com Luiz Otávio Ferreira, a criação desses locais de institucionalização das ciências predominantemente aplicadas mescladas aos ideais positivistas servira ao mesmo tempo como espaço de crítica à ordem social vigente – que buscava superar a monarquia, a escravidão e o modelo agrário-exportador –, colocando-se também como centros de difusão das ideias de modernização social. Essa modernização estava, na ótica desses cientistas, diretamente ligada ao desenvolvimento científico do país (FERREIRA, 1998, p. 113).

A narrativa era similar à de outros campos científicos da época: o Brasil precisava superar o atraso, desvencilhar-se da roupagem arcaica, pois a nação estava imbricada a um modelo agrário-exportador e com uma infraestrutura que o condenava ao passado obsoleto, um passado que não passaria caso não houvesse mudanças capitaneadas por

forças comprometidas com o futuro. Para tanto, era preciso dar espaço, conceder confiança aos arautos da modernidade.

Nesse sentido, é válido também que façamos uma reflexão breve sobre as disputas encampadas pelos engenheiros os comparando, em certa medida, com os médicos que, conforme visto em nosso capítulo anterior, se encontravam à época perante desafios semelhantes.

Como notado por Coelho (1999, p. 200), as discussões em torno do campo de atuação dos engenheiros não eram tão acaloradas quanto as dos médicos. Para o autor, a natureza das ocupações de cada um dos ofícios contribuía para uma performance distinta dos profissionais das duas áreas. Enquanto o médico estava estreitamente ligado a uma atividade vital, relacionando-se de forma individual com seu consumidor e com uma demanda virtualmente ilimitada, o mesmo não pode ser dito do engenheiro. Este, ao menos no Brasil Oitocentista, dependia fortemente dos investimentos da administração pública e privada para ser contratado, estando também sujeito a ciclos econômicos. Além disso, seu consumidor raramente era contatado, pois o Estado ou o empregador privado quase sempre faziam essa intermediação. Sendo assim, para o engenheiro, o monopólio não resolvia as questões principais postas ao seu ofício, embora essa prática talvez pudesse resguardar os profissionais das flutuações econômicas.

Passado à década de 1880, o debate a respeito da regulamentação da profissão ainda estava sendo feito. Os engenheiros obtiveram em 9 de outubro de 1880, por meio da Lei nº 3001 a reserva do campo de atuação de seu ofício. Entretanto, as contendadas não cessariam com essa lei, pois perante as câmaras municipais, tal regra não tinha legitimidade (COELHO, 1999, p. 200-202).

Em mais uma tentativa de organizar o fortalecimento da categoria de profissionais e de assumir perante à sociedade o papel de agentes da modernidade, coube a um grupo de engenheiros – dentre eles: Carlos Conrado Niemeyer, Raymundo Teixeira Belford Roxo, José Américo do Santos e João Martins da Silva Coutinho – a tarefa de fundar o Clube de Engenharia. Esta agremiação contou com o amparo do Decreto nº 8553 de 1881, ratificado pela Assembleia Geral no mesmo ano. Ao encerrar a primeira gestão da diretoria provisória, os membros que coordenavam a associação tinham elaborado o

regimento e um estatuto, no qual estava posto o desejo de organização e normatização do seu campo de atuação, bem como os anseios de intervenção para modificar os rumos, assim considerados, atrasados do país. Para compreendermos melhor tais intentos, vejamos um trecho da ata de inauguração do clube:

A utilidade da nossa associação vai sendo reconhecida e apreciada cada vez mais. Colocados em espera superior e encarando somente as necessidades da indústria, em geral, promovendo nas raias de nossas atribuições, os melhoramentos reclamados para o bem do país, o Clube de Engenharia há de justificar cada vez mais os aplausos da opinião. [...] Bem longo é o caminho que temos que percorrer, mas havendo constância e boa vontade, chegaremos todos nós, homens de trabalho, à meta que tanto ambicionamos: a prosperidade da pátria. Que Deus nos ilumine e fortaleça o ânimo (ATA DE INAUGURAÇÃO DO CLUBE DE ENGENHARIA apud HONORATO et al, 1996, p. 33).

Fica claro em tal trecho a intenção de intervir na realidade ao seu redor e mais: os membros do clube incutiram a si a responsabilidade de fazer com que o país prosperasse, avançasse e melhorasse suas condições estruturais objetivando a superação de um atraso pensado em relação ao patamar vigente de civilização na Europa ocidental da época. Havia, desde a fundação do clube, a inclinação por buscar espaço e importância junto à sociedade. Em outras palavras, estavam institucionalizados os anseios de parte de uma classe profissional que daria contribuições para o debate público a respeito de temas como a modernidade e os obstáculos à sua efetivação, que para os fins de nosso estudo, diziam respeito, sobretudo, ao saneamento das cidades, aos modos e hábitos experimentados nesses espaços. Esse ideal significava interferir no cotidiano e condenar antigas tradições, tais como a dos enterramentos católicos. Este é o tema que exploraremos a seguir.

A atuação social: os ideais de reforma urbana intervindo no morrer ou suas concepções de morte higienizada

Como destacado na obra *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*, as questões de higiene das cidades brasileiras, especificamente a do Rio de Janeiro – onde estava a sede do Clube de Engenharia – eram pauta de discussão entre os membros desta associação. Os problemas relacionados à distribuição e qualidade da água, os esgotos que compunham a paisagem da cidade carioca no final do século XIX rivalizavam com os ideais de progresso tão almejados pelos engenheiros atuantes na então capital do Brasil (HONORATO et al., 1996, p. 36).

As mazelas estruturais urbanas experimentadas pelos brasileiros no Oitocentos refletiam diretamente na incidência de doenças epidêmicas que assolaram a nação de forma sistemática e nefasta ao longo de todo século XIX. Pelo menos desde meados da década de 1860, havia reclamações em prol da melhoria das condições de higiene da cidade do Rio de Janeiro, por parte do então presidente da Junta Central de Higiene Pública, José Pereira Rego. Mas, é somente na década subsequente que se colocou em prática um plano de melhoramento da cidade. Esse plano contava com a participação de profissionais de natureza variada, dentre eles, os engenheiros Jerônimo R. M. Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos. O tal plano visava demolir cortiços e remover locais insalubres do centro da capital para coibir o avanço das epidemias reinantes. Aliás, as moléstias avassaladoras do fim do século não estavam entre as únicas preocupações dos engenheiros. Eles voltaram-se também para o desenvolvimento de projetos de canais em Sergipe e no Rio Grande do Sul, melhoramentos de rios, construções de pontes, estudos para construir ferrovias em quase todas as províncias do Império (BENCHIMOL, 1992, p. 139). Tais movimentos levavam a crer que, diferente dos médicos, os profissionais da engenharia tinham distintas frentes de trabalho rumo à modernização do país. Para estes últimos, os planos urbanísticos de viés sanitaria eram tão necessários quanto as obras de infraestrutura para que a nação, representada por importantes cidades, como o Rio de Janeiro, superasse “a má fama de cidade empestada que tantos prejuízos trazia às suas relações comerciais com o mercado internacional.” (BENCHIMOL, 1992, p. 138).

A década de 1870 deixou suas marcas na história do Brasil, pois teria trazido consigo várias transformações substanciais para o cenário carioca, bem como, sua posterior reverberação pelo restante do país. Houve nesse período um incremento na população das cidades, assim como alterações significativas nas atividades econômicas⁶⁰. A isso, acrescemos também a diversificação social vivenciada nas urbes. De acordo com André N. Azevedo, as camadas médias urbanas compostas essencialmente por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes contribuíram para demarcar o surgimento

⁶⁰ Sobre os anos de 1870 podem ainda dizer que: o Brasil passou a experimentar uma crise econômica atrelada às despesas oriundas da Guerra do Paraguai, bem como, a baixa nos preços enfrentados pelo café no mercado internacional. A escravidão estava cada vez mais difícil de ser sustentada devido às pressões internacionais que visavam seu fim. Mediante a esses problemas, diversas proposições foram feitas para resolver as crises. É válido mencionar que novas ideias políticas eram apresentadas como solução, em um espectro que variava desde as defesas mais acaloradas da monarquia até o surgimento de ideais republicanos (HONORATO, *et al.*, 1996, p. 30).

de grupos sociais que não estavam necessariamente alinhados à agenda proposta pelo setor agrário-exportador (AZEVEDO, 2013, p. 276). Além disso, não podemos nos furtar de mencionar a crise vivenciada pela escravidão e o impacto causado pela chegada de imigrantes europeus como nova força de trabalho. Esses dois eventos liberaram, em certa medida, uma vultuosa leva de indivíduos que migraram para cidades como o Rio de Janeiro e reconfiguraram relações políticas, sociais, assim como também, alteraram a arquitetura urbana (AZEVEDO, 2013, p. 276-277). Ou, em outros termos: “a elite política da Monarquia estruturou formas de convivência que reconheciam um lugar, ainda que fortemente hierarquizado, à miríade de segmentos sociais presentes no Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 2013, p. 277) para acomodar os diversos mundos que passariam a conviver no mesmo local. Tal movimento forçou os grupos dominantes a repensarem as lógicas espaciais e de convivência desenhada em outro momento da história do país, o que implica dizer, servia a outra ordem social e política, qual seja, a do Estado Saquarema. Concordando com Azevedo, os agentes urbanos insurgentes dessa década foram essenciais para a queda do regime monárquico (AZEVEDO, 2013, p. 277). Essa transição de regimes inauguraria uma série de transformações políticas, sócio-econômicas e culturais na sociedade brasileira.

Em meio a tudo isso, conforme já mencionado, uma instituição – o Clube de Engenharia – procurava organizar-se e projetar-se como uma das forças de remodelação dos espaços públicos, e por que não, como agente capaz de engendrar elementos materiais constituintes do progresso. Diante desse quadro, inúmeros estudos e variadas propostas foram realizados por grupos de engenheiros publicados na *Revista do Clube de Engenharia* e propostas surgiram com o intuito de alterar os espaços públicos e as formas de viver e morrer dos indivíduos. No caso do Rio de Janeiro, a Comissão de melhoramentos para o saneamento da corte elaborou seu parecer oferecendo soluções para modificar a situação de salubridade da capital. Sobre isso, foi dito:

Quais os melhoramentos indispensáveis para o saneamento da capital e se o alvitre lembrado pela Inspetoria Geral de Higiene na parte relativa aos cemitérios, de sua remoção, pode ser substituída pelo sistema de cremação?

Foi esta a questão que pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia fomos incumbidos de estudar.

No relatório que, em data de 23 de julho último, foi apresentado pela Inspetoria de Higiene ao Ex^o Sr. Ministro do Império, acham-se minuciosamente relacionados todos os melhoramentos de que carece esta capital para seu saneamento. [...]

Este melhoramento, entre os primeiros, consiste em complementarem-se as obras do abastecimento d'água, de modo a fornecer-se diariamente a esta capital um volume correspondente a 300 litros, no mínimo, por habitante.

São também urgentes os dessecaamentos dos pântanos, o saneamento das praias e da lagoa Rodrigo de Freitas. [...]

O arrasamento dos morros do Castello, Santo Antônio e Senado, sem dispêndio para o Estado [...] alargamento e abertura de ruas, com empresas que se organizem para este fim, mediante todos os favores que possam ser concedidos pelo governo sem que se procure obter destas empresas um resultado imediato e direto para os cofres públicos, é medida que julgamos necessária e urgente.

Basta ter em vista: a ventilação da parte da cidade onde mais se condensa a população e que por coincidência notável na disposição das ruas tem elas a direção dos ventos constantes [...] (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 7-9).⁶¹

Essas proposições estavam sendo feitas às vésperas da implementação do regime republicano no Brasil. Esse dado é extremamente significativo, pois, à medida que as transformações político-sociais iam avançando, as ideias de higiene e intervenção urbana iam se radicalizando sob a justificativa de que era preciso corrigir o caráter insalubre da cidade. Os estudos desses especialistas faziam esse diagnóstico do espaço urbano e apontavam em um sentido bastante similar ao dos higienistas, demonstrando uma certa afinidade em termos do que seria o ideal de cidade esperado para fins do século XIX.

Para além das transformações nos espaços, é importante demarcar como foco da nossa análise a relação entre a atuação da engenharia e os costumes de parte da população. Como pode ser visto no relatório acima, o conhecimento tecnicista dos bacharéis em questão não deixava de explicitar seu repúdio às formas tradicionais de enterramento e armazenamento dos corpos dos mortos nas cidades.

Esse grupo de profissionais também criticava os hábitos e aspectos da vida cotidiana das populações, bem como propunha mudanças – no caso do relatório de 1887, a solução proposta era a cremação dos cadáveres –, para resolver os problemas sanitários

⁶¹ Acreditamos que a Revista do Clube Engenharia, sob responsabilidade da instituição do mesmo nome e publicada pela primeira vez em 1887, representa um importante veículo para disseminar conhecimentos técnicos propostos pelos engenheiros. Não estamos afirmando que todos os profissionais se alinhavam aos paradigmas divulgados na revista, inclusive, encontramos relatórios em que nem todos os membros subscrevem na íntegra seus conteúdos. Sendo assim, admitimos ter havido divergências e posicionamentos não tão alinhados aos termos apresentados nas publicações, entretanto, há que se reconhecer a revista como uma importante fonte de oferta dos parâmetros discutidos para a ciência técnica brasileira, pois esta reunia renomados engenheiros, encontrava-se sediada na capital do país e era um relevante meio de divulgação do histórico clube fundado no Rio de Janeiro.

provocados pela acomodação de defuntos nos cemitérios localizados nos centros urbanos. Independente da aceitação ou do nível de impacto causado devido às proposições higiênicas, o que se via nos relatórios era a intrínseca relação entre as formas de viver, especialmente da população em geral, e o atraso que tais práticas traziam para o desenvolvimento do país. Em outros termos, não se tratava apenas de modernizar as estruturas, mas também seu povo, pois só assim, conseguiríamos superar o atraso ao qual encontrávamo-nos arraigados enquanto periferia do mundo ocidental. Esses paradigmas ficam demarcados com as seguintes falas:

[...] o fato apontado pela Inspetoria de Higiene: “dos grandes prédios de sobrado que por meio de biombos de pinho, são convertidos em cortiços, servindo de morada a grande número de indivíduos, que assim aglomerados, sem ar, sem água, sem luz e sem limpeza, constituem verdadeiros focos de infecção”, o que atribuímos, sem dúvida alguma, às necessidades da vida comum com as da profissão que estes indivíduos exercem, e que os forcem a assim viverem, sem se afastar do centro da cidade para os arrabaldes, onde menos piores cortiços existem, basta ter em vista, repetimos, essas ligeiras considerações para colocarmos estes melhoramentos na ordem dos de primeiro plano [...] (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 10).

Tanto as acomodações dos vivos, quanto a morada dos mortos eram criticadas, ambas tinham em comum a não adequação de um ideal higiênico também perseguido pelos engenheiros e por seus pares:

Quanto a ser cremação preferível à remoção dos cemitérios, sem aceitar ou impugnar o alvitre porquanto diminuto número dos membros que compõem a comissão, cada um por si pensa diferente, estamos, no entanto, plenamente de acordo, que será muito difícil ver esta ideia realizada na prática, como uma medida geral.

Não podendo a questão proposta ser unicamente encarada pelos resultados materiais que dela possam provir, e importando também assunto de fé e sentimentos, a comissão acha-se, entretanto, de acordo com o processo rápido da cremação furta a ação benéfica do tempo o que só o tempo concede, antepondo a saudade que conforta e se muda em resignação, ao desespero que não se conforma com a realidade! (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 11-12).

Entretanto, muitos deles sabiam o peso que essas tradições evocavam nas mentes e nos corações das pessoas de sua época. Eram eles próprios também devotos de algumas delas, o que não impedia que parte importante do grupo, representada pelo Clube de Engenharia, tentasse conciliar ou atualizar os seus paradigmas. Para tanto, vale a pena mencionar a visão do engenheiro – à época presidente do Clube de Engenharia – Antônio Paulo de Mello Barreto, publicada na mesma revista:

Discurso do Dr. Mello Barreto na sessão de 3 de dezembro

Iniciando o debate sobre o assunto de tamanha importância, sou levado pelo cumprimento de um duplo dever: 1º, porque ao assumir o cargo de presidente do Clube de Engenharia, posição esta, que por considerar a mais elevada na classe do Engenheiro e Industrial, não ousaria aspirar, mas que aceitei, não por vaidade, porém em obediência aos colegas, foi minha primeira preocupação o saneamento desta capital, que, se me afigurava uma das mais importantes questões da atualidade [...] entrando hoje em discussão o não menos importante “Parecer sobre o saneamento da capital”, era de meu dever vir em sustentação do mesmo, e dar o desenvolvimento a ideia da cremação, que especialmente consignei como medida mais científica para substituir a aconselhada pela respeitável Repartição Geral de Higiene, de transferência de cemitérios como melhoramento a adotar com relação a cemitérios públicos [...] (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 12-13).

Mello Barreto fez-se valer de sua posição para oferecer propostas à sociedade com o intuito de superar os problemas de saneamento vivenciados na capital do Brasil. Reparemos que ele diz ter sido alçado à condição de presidente pelos demais colegas, o que demonstra, em certa medida, ser reconhecido entre os pares para, possivelmente, debater as questões que urgiam no seu campo de atuação. Portanto, tais indícios reforçam a afirmação do começo deste tópico, qual seja, a de que nos espaços específicos de sua profissão – no caso, o clube e a revista – estavam sendo apontadas as mazelas do país, bem como, as soluções para tais enfermidades urbanas. Assim, Mello Barreto delineava o que deveria ser feito para corrigir tais problemas, sendo que, de forma detalhada, o presidente do Clube de Engenharia aproveitava para imprimir sua cosmovisão e representar os anseios de sua categoria. Para tanto, desde o início de sua fala, ele demarcava a necessidade de alteração dos rituais funerários como forma de intervenção no cotidiano:

Abordando, pois, a questão do saneamento desta capital, é com prazer que manifesto inteira adesão às medidas sanitárias oferecidas ao Governo Imperial pela Ilustrada Inspetoria Geral de Higiene Pública, tão dignamente representada nesta reunião pelo seu distinto Delegado Dr. Castro Rebello, sentindo estar em inteira discordância quanto à parte relativa dos cemitérios, cujos inconvenientes tão nocivos à saúde pública são mantidos no Relatório a que aludi pelo medida sugerida de sua remoção, como se a deportação dos mortos fosse uma medida sanitária. Será quando muito a remoção do mal de um para outro ponto, mas nunca corretivo. Em ocasião oportuna terei de estender-me sobre esse assunto. [...] (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 14).

Aos poucos, suas diretrizes se afastavam das conclusões dos médicos, principais responsáveis pela Inspetoria de Higiene Pública. Ou, em outros termos, os engenheiros da capital se colocavam, ao menos de forma oficial, contrários à remoção dos cemitérios para um ponto afastado do centro das grandes cidades. Era preciso ir além para

realmente resolver o problema posto, o que figurava opor-se inclusive a outros cientistas da época, que já entravam em rota de colisão com os sentimentos religiosos de parte da população. Os engenheiros, ao encamparem tais modificações, estavam mirando focos semelhantes aos destacados pelos médicos. Pelo menos é o que Mello Barreto chegou a afirmar: “Em minha opinião duas são as principais medidas a tomar com relação ao saneamento da capital, a saber: água pura em abundância e ar salubre” (REVISTA DE ENGENHARIA, 1887, p. 14). Mas, os caminhos para sanar as imperfeições que abundavam nas aglomerações urbanas brasileiras, especialmente no que tangia à morte, eram consideravelmente distintas:

Resolvi tratar da cremação em último lugar, nem só pela ordem em que foram apresentados os diversos melhoramentos sanitários, mas também pela necessidade de fazer menção especial de um assunto que propositalmente foi cometido ao estudo da comissão, mas que foi apenas apontado sem anunciar-se sobre ele em termos claros e precisos.

A reserva da comissão ao tratar desse assunto, bem prova, que escrúpulos teve em abordar uma questão, que a muitos afigura-se um atentado às crenças ou preconceitos populares; para o orador, porém que não sabe até que ponto devam chegar os preconceitos e o respeito aos mortos com prejuízo da saúde dos vivos, e por conseguinte da saúde pública, tese esta sobre que se discute, entra desassombradamente no assunto (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 23).

Conforme já discriminamos, as comissões, juntas e inspetorias formadas ao longo de toda segunda metade do século XIX atacavam vários pontos tidos como cruciais para o benefício da saúde pública. Algumas dessas melhorias não requeriam grandes esforços no sentido de convencer da sua necessidade, tais como construir esgotos, oferecer luz elétrica ou ofertar linhas de bonde. Ao passo que outras movimentavam, de forma nada superficial, crenças, valores e, em alguns casos, resvalavam em aspectos como a dignidade humana. Mello Barreto demonstrava conhecer o quão difícil era – e ainda é, dependendo das circunstâncias e da abordagem – lançar-se ao debate sobre as questões relacionadas ao morrer e aos mortos. Entretanto, seu pragmatismo positivista falava mais alto e ainda que soubesse da importância de tal temática e do tabu evocado por ela, o engenheiro não se furtava daquilo que fora incumbido a fazer: o prejuízo de viver pulsava mais forte do que o de morrer de forma cristã católica. Os preconceitos e as crenças, de um lado, disputavam com a saúde pública, de outro. Para alguns, no final do Oitocentos, ainda era assombroso lidar com o tema, seja porque ele remetia aos males causados pela forma de inumação, seja pela violação de uma diretriz religiosa inegociável. Nesse mesmo sentido, ainda discutia o autor do relatório:

Para mim esta questão de respeito aos mortos não está bem liquidada e nem sobre ela se poderá formar opinião senão depois de fazer-se uma resenha dos fatos desde a mais remota antiguidade até hoje e ver quais os processos seguidos, que possam à crença de que por este sistema de preferência àquele se manifeste prática mais respeitosa. Parece ser antes uma questão de hábito ou preconceito, que deverá desaparecer, desde que forem palpáveis os males que provém aos vivos, do que essa pretendida e falsa interpretação do respeito devido aos mortos, que tem embaraço tão útil medida como a da cremação.

Nos tempos primitivos, o respeito ao morto era manifestado pelo abandono nas cavernas ou grutas onde habitavam os vivos. Posteriormente, porém, para não servirem os cadáveres de pasto às feras e ser preciso preservar os vivos das emanções dos mortos enterravam-os, cobriam as sepulturas de pedras, madeiras, mármore, segundo as posses da família do morto, tendo sempre em vista preservá-los das feras e afastar, os cadáveres, dos vivos.

Os sistemas de mumificações e embalsamento também foram empregados, nem só como sinal de respeito aos mortos, mas também para preservar os vivos das emanções dos cadáveres e conservá-los. Os gregos, latinos e os romanos queimavam os mortos.

Na Índia queimavam-se os mortos em honra aos serviços prestados. Atualmente, enterra-se, embalsama-se, mumifica-se, cremam-se em condições anormais por processos adiantados e queima-se em condições anormais por motivo de epidemias, pestes, guerras, etc., em simples fogueiras onde cadáveres são lançados aos montões.

A crença predominante, porém, é em favor da inumação desde a época do cristianismo, que acabou com a cremação por motivos, sem dúvida, de economia e imperfeição do sistema até então usado, que bem pode se dizer consistia em queimar o cadáver em fogueiras sem os meios de preservar a atmosfera dos gases provenientes da combustão (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 23-25).

Em um breve retrospecto sobre a história da morte e as distintas maneiras de lidar com os corpos dos que partiram, o autor do documento buscou trazer para perto de sua concepção de higiene a ideia de que as atitudes mais respeitosas com os mortos eram as que também visavam o bem-estar dos vivos. E embora os enterramentos sob pedras e mármore objetivassem proteger seus entes das violações causadas por feras, assim como, representavam em alguma medida um tipo de cuidado em relação ao status do indivíduo, a ênfase dada às cremações em distintas sociedades dos mais variados tempos e espaços era uma tentativa no sentido de orientar para uma experiência mais bem-sucedida na maneira de lidar com seus mortos. Para amalgamar tal raciocínio aos novos tempos e saberes do Oitocentos, Mello Barreto argumentava que:

No estudo atual da ciência a cremação impõe-se, visto que por ela preserva-se os vivos da influência perniciosa das emanções cadavéricas, facilita-se o meio de conservar os restos dos entes que nos são caros, evita-se a propagação de moléstias contagiosas e reduz-se o corpo mais prontamente a seus princípios constitutivos.

A medida sanitária proposta pelo ilustrado Inspetor Geral de Higiene para transferir para outro ponto o cemitério de São João Batista, sugere as mesmas observações que em França foram levantadas, quando se tratou da remoção dos cemitérios de Paris para Mery.

A remoção não resolve a questão de salubridade. Remove-se os acidentes para outro lugar, o que não é progresso. Não é isso o que se pretende, porém sim, destruir o mal, o que só se consegue com a cremação.

Quando exerci as funções de engenheiro fiscal da City Improvements, tive ocasião de ver quanto se acha infiltrado o subsolo de Botafogo, por ocasião das escavações das ruas para o assentamento dos esgotos ali.

Em muitas delas, eu mesmo senti as emanções dos líquidos que se depositavam no fundo das valas abertas. Eram exalações perfeitamente cadavéricas, que se desprendiam delas.

Esses líquidos, pois, não eram senão o resultado da decomposição lenta dos cadáveres do cemitério de São João Batista.

Quanto aos gases, aos sólidos, aos infusórios que, como os líquidos, igualmente se formam em cada uma das sepulturas dos vastos cemitérios e que vão viciando a atmosfera dos mesmos em primeiro lugar, e depois a de toda a cidade, que diga a ilustrada classe médica se constituem condições de boa higiene para esta capital.

A respeito dos gases, permita-se transcrever a seguinte análise do professor Selmi. Diz ele que: “Examinando as camadas de ar do cemitério descobriu corpúsculos orgânicos, que dissolvidos em glycosa, produziram fenômenos de fermentação e formação de grande quantidade de bactérias. Algumas gotas dessa solução injetadas em um pombo produziram verdadeiras infecções típicas e posteriormente, a morte.”

Se a atmosfera dos cemitérios apresenta dessas belezas, o que será dos nossos bairros adjacentes aos cemitérios de São João Batista, Caju, São Francisco Xavier e outros!

E poder-se-á diante de tamanhos males fazer-se oposição ao sistema de cremação, que acaba com tudo isto? (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 25-26).

Assim, detalhando de forma bastante técnica e estritamente racional a sua concepção de higiene pública, o presidente do clube já não fazia mais questão de ponderar sentimentos ou manusear crenças. Ademais, como a pureza do ar e das águas era a principal medida salutar a ser perseguida, careciam os brasileiros de adotar a prática da cremação, pois os líquidos e os odores emanados das matérias pútridas infestavam o ambiente, contribuindo para o alastramento de moléstias, que por sua vez, colaboravam para o retrocesso civilizacional. O futuro, o progresso, a superação do atraso era a cremação. A remoção dos cemitérios era vista como paliativa e, ao contrário do que a maioria dos médicos propunham, para Mello Barreto, era insuficiente e atrasado. Nesse local construído para si, a engenharia se assumiu como a vanguarda da técnica no país,

em consonância com o que havia de mais avançado em seu horizonte de expectativa, isto é, os padrões europeizantes:

Convém acabar os argumentos, que oferecem os sectários da inumação, de que em França, Inglaterra, Alemanha e outros países, com exceção da Itália, ainda não se introduziu a cremação. Quando muito, isto provaria ainda uma vez que, em assunto de higiene pública, a Itália está na vanguarda das outras nações europeias. Demais, nos países citados, já muito se tem feito: convém, em todo caso, que o Brasil faça alguma coisa nesse sentido.

Em todos os países adiantados da Europa a ideia de cremação ou se acha no vasto campo da discussão nas associações científicas, ou já passou para o domínio dos administradores e legisladores. Na Suíça, Itália onde a cremação já é uma realidade, e na Alemanha e Inglaterra formam-se associações para a realização desse grande melhoramento sanitário.

Em Viena, desde 1874, que a municipalidade solicita da administração superior a organização das medidas precisas para que a cremação comece.

Em Londres apenas se espera que a associação, que já se formou, comece suas operações. Em Dresden, a Assembleia aceitou o sistema de cremação, e o adotou como melhoramento sanitário importante, aguardando-se apenas os regulamentos precisos para a execução da lei.

Em Paris, a pedido da municipalidade, o governo nomeou uma comissão composta de respeitáveis nomes de todos nós conhecidos, são eles: Baude, Bouchardat, Boussingault e Trost (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 27-28).

Os europeus, segundo o presidente do Clube de Engenharia, caminhavam a passos largos rumo à instauração dos fornos crematórios. Esse processo de eliminação dos corpos era uma alternativa nova para os cristãos oitocentistas, discutida pelos grandes cientistas da época e associada ao avanço das técnicas de manipulação dos restos mortais. Combinado a isso, era uma medida que estava cada vez mais próxima de se materializar no Velho Continente, ou seja, era a combinação de vários elementos constitutivos de um novo tempo. É importante também ressaltar o apelo a outras instâncias: não só da ciência dependiam as transformações. O apelo do argumento racional e tecnicista se inclinava à vontade política dos administradores e legisladores para que fossem executadas as medidas de melhoramentos sanitários. Sendo assim, os engenheiros da capital buscaram o caminho da civilização europeia em terras brasileiras ao apresentarem às autoridades políticas suas conclusões nos relatórios das comissões compostas por especialistas:

[...] apresentarei apenas as conclusões do importante relatório dessa comissão, ei-las: “que a cremação, atualmente, pode ser feita sem desprendimento de gases insalubres; que é de vantagem incontestável, sobre

inumação, debaixo do ponto de vista higiênico, que o inconveniente sério era em relação à medicina legal e por conseguinte da segurança pública.” [...]

Poderia alongar-me mais sobre o assunto: não o faço, porém, para não mais fatigar-vos. Poderia dar-vos igualmente notícia das experiências feitas na Europa, dos fornos crematórios e cerimônias religiosas empregadas no ato da cremação, por onde se verá que nem só pelo processo da cremação nenhum inconveniente resulta a salubridade pública, tais são os enormes melhoramentos que diariamente se introduzem nesse sistema, como também que nenhum ato religioso deixa de ter lugar e não há ofensa alguma a qualquer dogma da igreja. O único atacado seria o que obrigasse os vivos a serem envenenados pelas exalações pestilenciais resultantes da putrefação dos cadáveres nos cemitérios, tal porém não existe.

Ao terminar, agora, manifesto o meu mais ardente desejo de que uma vez aceita e imposta pela ciência a cremação como único melhoramento sanitário, tratando-se dos cemitérios, esta passe do meio da nossa associação para o domínio dos administradores e legisladores do Brasil a fim de, quanto antes, ser adotado tão útil quão humanitário melhoramento. [...]

“Proponho que a parte final do Parecer da Comissão do Clube de Engenharia sobre o saneamento da capital seja substituída pela manifestação da mais franca e sincera adesão ao sistema de cremação, de preferência a qualquer alvitre de transferência de cemitérios, como medida sanitária e nem o sistema de inumação uma medida de progresso.

Sala das sessões, em 3 de dezembro de 1886.

Mello Barreto (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 30).

O apelo feito aos agentes que compunham o Estado para que estes encampassem as práticas modernizadoras estava bem explícito na fala de Mello Barreto. Natural que tenha sido assim, já que segundo André Azevedo, o Clube de Engenharia teria se constituído como nicho dos valores burgueses. Ainda de acordo com o historiador: “na ótica desta nova geração de engenheiros [...] a civilização deixaria de conter em si o progresso, passando então a ser função do progresso material, a civilização viria de imediato com sua tradução lógica” (AZEVEDO, 2018, p. 68). Para esses bacharéis, certos recursos tecnológicos sequer dependeriam mais de apologias, pois já estariam dados os benefícios neles contidos e para que essas benesses ocorressem, a sociedade deveria recorrer aos engenheiros (AZEVEDO, 2018, p. 69).

Em que pese o ganho de tais benfeitorias, as obras propostas custavam muito dinheiro e por mais que os pareceres técnicos fossem favoráveis às reformas, e mesmo que os membros do Clube de Engenharia tentassem se empenhar para criar estratégias e buscar caminhos para sanar a falta de recursos do poder público para a efetivação das obras, as transformações não chegavam às vias de fato (HONORATO, *et al.*, 1996, p. 44). Apesar dessa dificuldade, o apelo ao Estado não foi abandonado. As modificações sociais e

políticas do final do século ainda iriam favorecer as parcerias entre empresas particulares e o poder público para setores específicos das camadas dominantes implementarem os projetos vinculados à modernidade.

Os ideais de higiene mesclados às oportunidades de parceria entre o Estado/interesses privados que surgiram na virada da Monarquia para a República, contribuíram para os engenheiros buscarem demarcar seu espaço de atuação na sociedade brasileira. O Clube de Engenharia e seus membros não demoraram a atuar junto aos parlamentares, promovendo debates, organizando estudos e eventos técnicos que consolidavam sua importância enquanto corpo técnico capacitado para empreender na cidade as alterações tidas como necessárias (AZEVEDO, 2013, p. 280).

Demonstrativo de tal inclinação, no sentido de remodelar os cenários e costumes por meio de alianças costuradas com a administração pública, eram os posicionamentos de engenheiros tal como:

Discurso do Dr. Moraes Jardim na sessão de 7 de dezembro

Diz que o Clube faz bem em promover em seu grêmio a discussão de questões que, com as de que ora se trata, tem grande interesse para o país, visto como aproveita imediatamente a capital do Império, o clube atrairá assim as simpatias públicas, e quiçá, por esse procedimento patriótico e desinteressado, desperte a atenção dos poderes do Estado.

Observa que as questões de saneamento não são da exclusiva competência da medicina higienista; para sua solução é indispensável o concurso da engenharia, a quem cabe a indicação e execução das medidas atinentes à remoção dos males e suas causas, que ao higienista compete assinalar. [...]

Começa lembrando que a comissão a que já aludiu e de, com[o] o orador, fizeram parte os dois ilustrados colegas engenheiros F. P. Passos e Marcellino Ramos da Silva, em quase dois anos de trabalho, conseguiu confeccionar um vasto plano de melhoramentos para toda cidade, indicando os dois extensos relatórios, que tem presentes acompanhados de uma planta geral da cidade, organizada em grande escala, onde tais melhoramentos foram projetados. Essa comissão discutiu largamente os diversos assuntos que se prendem ao saneamento, e ofereceu a consideração do governo as soluções que lhe parecem mais convenientes a todos os respeitos.

Algumas medidas indicadas dependiam de providências municipais, como a abertura e alargamento de ruas e praças, a edificação higiênica das casas de habitação, etc.; outras reclamavam atos legislativos; outras, finalmente, entravam imediatamente na alçada do poder executivo. Nada, porém, se fez, e não sabe mesmo o orador onde param estes trabalhos ou que destino tiveram (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 31-33).

Moraes Jardim ilustrou nesse texto uma série de diretrizes e obstáculos dos profissionais de sua época enquanto categoria. Na primeira parte de sua fala, vemos, conforme já demarcamos anteriormente em outro discurso, os ideais positivistas que permeavam a formação dos bacharéis brasileiros na virada do Oitocentos para o século XX. A influência do positivismo contribuiu para a imagem de que o cientista possui aparatos e ferramentas intelectuais que o engrandecem não somente por conhecer “as coisas” do mundo, mas também por poder instrumentalizá-las em favor do progresso e da civilização, sendo ele, inclusive, um agente verdadeiramente responsável por capitanear e conduzir as transformações necessárias para concretizar tais objetivos (CARVALHO, 1998). Essa era uma via de acesso ao Estado, qual seja, a de provar a competência do saber perante os problemas estruturais que o país vivia: “[...] o Clube faz bem em promover em seu grêmio a discussão de questões que [...] tem grande interesse para o país, [...] o clube atrairá assim as simpatias públicas, e quiçá, por esse procedimento patriótico e desinteressado, desperte a atenção dos poderes do Estado” (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 31).

Para ilustrar tal intento, temos a história de Paulo Frontin e seu projeto “água em seis dias”. No verão de 1889, a cidade do Rio de Janeiro viveu uma crise de desabastecimento de água. A administração pública tentou resolver o problema, mas sem obter sucesso, abriu espaço para particulares apresentarem propostas que solucionassem o imbróglia. Aproveitando essa oportunidade, o engenheiro Paulo Frontin elaborou um estudo que prometia fazer jorrar 15 milhões de litros de água em seis dias. O projeto vencedor se comprometia a fazer jorrar 40 milhões de litros de água, entretanto, o prazo para tal feito ser alcançado seria de 30 dias. Mas, com a intervenção de Rui Barbosa, que utilizou de seu jornal para defender a ideia de Frontin, conseguiu aderência junto ao governo do projeto que ficou conhecido como “água em seis dias” (CARVALHO, 2014, p. 30). De acordo com Oswaldo P. Rocha, esse feito garantiu prestígio à equipe de Paulo Frontin e estes passaram a ser sinônimo de eficiência e capacidade. A partir de tal feito, Frontin se tornou referência para resolução de problemas urbanos, ademais, o trabalho do engenheiro em questão contribuiu para impulsionar a atuação do Clube de Engenharia junto à municipalidade, bem como serviu como um órgão de consultoria para dar pareceres sobre projetos feitos por órgãos oficiais (ROCHA, 1989, p. 37).

Pretendemos com essa exemplificação mostrar que as associações criadas como fórum de debates para aprimorar questões e dúvidas técnicas, as ações junto ao Estado como no caso de Paulo Frontin, a qual representava uma disputa pela hegemonia no campo técnico serviram para demarcar o espaço dos engenheiros e seu papel nas candentes mazelas que assolavam o Brasil no fim do Oitocentos.

Ainda nos remetendo ao discurso de Moraes Jardim e complementando as estratégias de fortalecimento do campo técnico, temos a delimitação da atuação do higienista e do engenheiro apresentadas na seguinte frase:

Observa que as questões de saneamento não são da exclusiva competência da medicina higienista; para sua solução é indispensável o concurso da engenharia, a quem cabe a indicação e execução das medidas atinentes à remoção dos males e suas causas, que ao higienista compete assinalar (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1887, p. 31).

Essa sentença apresentada pelo bacharel levanta um debate crucial para a consolidação dos profissionais técnicos na sociedade brasileira, pois de acordo com Azevedo, a tradição humanística da formação educacional das camadas dominantes e, conseqüentemente, dos ocupantes de cargos políticos distanciava-se dos saberes técnicos e pouco valor dava a eles. Posto isto, era importante os engenheiros se mostrarem eficientes perante os desafios apresentados na estrutura urbana, para advogarem que somente seu conhecimento técnico específico poderia resolvê-las. Essa categoria precisou provar que somente seu arcabouço de instrução era capaz de garantir os avanços requeridos pela cidade em fim do Oitocentos. Nas palavras do historiador: “As contradições urbanas do Rio de Janeiro não poderiam ser resolvidas com medidas legislativas ou administrativas” (AZEVEDO, 2013, p. 280-282). Ao afirmar tal colocação, os engenheiros queriam por em cheque a atuação dos médicos e dos bacharéis em direito que, até então, eram os principais ocupantes dos cargos públicos. Em outros termos, não haveria civilização sem engenharia, além disso, era corrente entre os proeminentes engenheiros da época o entendimento de que o progresso significava um desenvolvimento material e a noção de que essa forma de avanço representaria um pré-requisito à efetiva consolidação de uma civilização (AZEVEDO, 2013, p. 284-291).

Por fim, não podemos nos furtar de mencionar que a construção de um campo de atuação profissional na sociedade por parte dos engenheiros não teria sido possível se as

instituições que agregavam esses bacharéis, especialmente o Clube de Engenharia, no Brasil não buscassem balizar seu espaço junto ao poder público com as suas gestões políticas. Acresce-se a tal feito, a busca pelo reconhecimento profissional uma série de discursos que legitimassem a importância dos engenheiros brasileiros diante dos bacharéis em direito, tradicionais partícipes da gestão da máquina pública, e dos médicos, que historicamente empenhavam-se em intervir no espaço urbano – embora, sem alcançar o sucesso sanitário desejado pelos idealizadores do progresso à época – nas iniciativas de regeneração urbana do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2013, p. 292). Dessa maneira, esses conhecedores dos saberes mecânicos tecnicistas se propuseram a curar a cidade de uma forma que os outros bacharéis ainda não haviam proposto. A forma como essas reformas salutaras foram feitas dão parte do tom da crítica à tão idílica modernidade pregada por esses homens oitocentistas: na prática, as alterações urbanas eram excludentes, discriminatórias, tinham nuances marcadamente racistas, elitistas. Ou nas palavras de Benchimol: “Dessa maneira, a tematização do urbano, elaborada e difundida pela medicina social, [e pela engenharia sanitária] serviram como importante cunha para que o capital privado se apoderasse do urbano”, em particular daquelas esferas que diziam respeito ao “sistema de intercomunicação ou contato entre elementos circulantes” (BENCHIMOL, 1992, p. 118). Parafraseando o autor, assim, supostamente embebido pelo papel de autêntico “agente regenerador da cidade” (e também modernizador), ao lado dos saberes técnicos como a engenharia e juntamente com o Estado, o qual cabia essencialmente patrocinar, fiscalizar e coibir, o grande capital era convocado para diluir os perigosos nódulos causadores da “enfermidade das urbes” e “para expurgar as frações mais “mesquinhas” do capital mercantil - sob essa ótica os principais agentes da desordem da mistura urbana. ” (BENCHIMOL, 1992, p. 118).

As investidas modernizadoras dos engenheiros na cidade de Vitória

Como já amplamente debatido pela historiografia capixaba⁶², a cidade de Vitória possuía ares coloniais ainda no final do século XIX, pois seu traçado urbano era composto por ruas sinuosas, apertadas e acidentadas em alguns pontos, com condições precárias de higiene e de limpeza dos espaços públicos.

⁶² Luiz Serafim Derenzi (1965), Gabriel Bittencourt (2006), Diones Ribeiro (2008), Jadir Rostoldo (2008), Fabíola Bastos (2009), Kellen Jacobsen e Gilton Ferreira (2015), Gilton Ferreira (2016), entre outros autores.

Segundo Luiz Serafim Derenzi⁶³ os arruamentos e as apresentações arquitetônicas eram rudimentares. Os responsáveis pelas obras feitas na capital não eram dotados de técnica e ignoravam as necessidades das pessoas ao construírem as casas de forma desordenada. Ainda de acordo com o autor, as moradias raramente contavam com áreas na frente e as de fundo eram mal cuidadas; os corredores das casas eram escuros, as janelas escassas e, além disso, as fachadas eram simétricas e só sendo distinguidas pela caiação. Tal feito era resultado de uma reprodução sucessiva sem evolução ou originalidade das construções na cidade ao menos até o final do Império brasileiro. Derenzi, enquanto engenheiro, criticava a qualidade das moradias capixabas, bem como, de suas ruas, que só iriam conhecer os contornos geométricos com a chegada da República (DERENZI, 1965, p. 137-138).

De todo modo, apesar da avaliação do referido autor, há que se fazer uma ponderação no que diz respeito à qualidade das construções locais naquele período. Na análise proposta Nelson Porto Ribeiro, por exemplo, o autor menciona as precárias condições de estrutura dos núcleos urbanos e habitações nas regiões afastadas de Vitória ainda no século XIX. Entretanto, a despeito de todas as dificuldades técnicas e da falta de mão de obra qualificada, os viajantes que visitaram a vila que daria origem à capital do Espírito Santo, elogiavam a boa aparência das construções, principalmente, por contarem com materiais líticos de qualidade satisfatória (RIBEIRO, 2009, p. 205). Sobre a aparência dos lares capixabas, Saint-Hilaire teria dito: “cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas tem janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 45).

Em que pese tais considerações feitas por outros autores, fato era que as características sanitárias na segunda metade do século XIX já não eram mais toleradas pelos membros

⁶³ Luiz Serafim Derenzi nasceu em Vitória, Espírito Santo, em 20 de março de 1898 e faleceu no Rio de Janeiro a 29 de abril de 1977. Assim como a maioria dos profissionais da engenharia atuantes no Espírito Santo, estudou Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Quando era graduando, participou da Comissão da Carta Geográfica do Estado do Rio (1919-1921). Após sua formatura, foi diretor de Viação e Obras da Secretaria de Agricultura, Viação, Terras e Obras do Espírito Santo (1921-1924). Entre os anos de 1932 e 1934 ocupou a Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória. Coordenou a construção do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, e também atuou na construção de parte da malha ferroviária dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 1953, passou a ocupar o cargo de diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo, permanecendo até o ano de 1955 (PACHECO, 1995).

das classes letradas e pelos dirigentes locais. Somado a essa situação – quando houve uma ressignificação do entendimento do tolerável em relação aos odores, conforme debatido no capítulo 1 – houve a progressiva constituição de um corpo técnico capaz de intervir nos espaços urbanos em prol da salubridade pública. Referimo-nos, portanto, mais uma vez aos engenheiros. A medida que estes profissionais começaram a ter uma formação mais voltada para questões do cotidiano civil, parte deles, – tratamos, especialmente, os que comungavam das ideias do Clube de Engenharia – se debruçou sobre os assuntos que tornavam as paisagens urbanas focos de epidemias; àqueles locais que eram vistos como perniciosos e que, nas condições em que se encontravam, poderiam se colocar como empecilhos ao desenvolvimento da nação e da civilização.

Com raras exceções, a carência de profissionais habituados e preparados para desenvolver técnicas de construção mais complexas era sentida no Espírito Santo Oitocentista. Atribuímos tal fato, em alguma medida, à falta de cursos de formação em terras capixabas. Sendo assim, os engenheiros presentes na província e, posteriormente, no estado eram, basicamente oriundos de outras regiões do país ou filhos de uma camada dominante local capaz de enviar sua prole para estudar nas escolas superiores existentes no Brasil. De acordo com Ribeiro, os profissionais que atuaram na segunda metade do século XIX no Espírito Santo possuíam origens diversas, isto é, além de brasileiros, também passaram por terras capixabas: portugueses, franceses e alemães (RIBEIRO, 2011, p. 138). Essa variedade de nacionalidades também pode indicar uma rica mistura de concepções acerca das formas de atuar enquanto engenheiro, embora, ao que tudo indica, percebemos que a maior referência dos engenheiros atuantes em território capixaba era, de fato, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Outro ponto importante para o entendimento da atuação dos engenheiros no espaço público vitoriense, é que em um levantamento feito por Ribeiro, temos que a maior concentração de bacharéis do ramo da engenharia presentes no Espírito Santo aglutinou-se nos últimos trinta anos do século XIX. Os números aos quais chegou o autor ao analisar as menções aos profissionais que estiveram em território capixaba são bastante emblemáticos: se considerarmos 125 o número de engenheiros que trabalharam em solo espírito-santense, apenas 4% desse valor corresponde aos profissionais da primeira metade da referida centúria. Sendo que 78% desses bacharéis trabalharam na mesma localidade nas últimas três décadas do período oitocentista (RIBEIRO, 2011, p. 141).

Como o Espírito Santo do período imperial e da República Velha não contava com estabelecimentos de ensino superior na área de engenharia, a formação dos engenheiros que vinham trabalhar em solo capixaba ficava a cargo das instituições de educação do exterior ou, caso fossem formados no Brasil, na segunda metade do século XIX, eram provenientes da Escola Central (1858), da Escola Politécnica (1874) ou da Escola de Minas de Ouro Preto (1876). No período republicano, como visto, houve um incremento dos locais de estudo que passaram a contar também com a Escola Politécnica de São Paulo (1894) e a da Bahia (1897). Cabe ainda ressaltar que a matriz de ensino francesa esteve entre as principais influências curriculares nas instituições de ensino mencionadas acima. Como já foi tratado anteriormente, tivemos a presença de profissionais estrangeiros com outras diretrizes curriculares, assim como também é plausível crer que alguns brasileiros tiveram acesso à educação formal fora do país. O fato é que, entre os que se formaram em terras brasileiras, a tradição positivista estava intimamente relacionada com o ensino de engenharia civil. As escolas de engenharia foram, segundo Luiz Otávio Ferreira, “o ambiente institucional onde professores e alunos tiveram experiência mais intensa de uma cultura positivista que se manifestava não apenas no ensinamento de alguns professores, mas, sobretudo, na agitada vida extra-escolar” (FERREIRA, 2007, p. 8). Ainda segundo o autor, não é difícil entender o porquê da aderência desses profissionais à corrente Comteana. A primeira justificativa seria a relevância atribuída por Augusto Comte às ciências e à matemática, e a outra explicação seria a oposição contundente ao espírito legalista representado pelos bacharéis em direito. E, por fim, a doutrina estabelecia um local de destaque conferido a eles na nova elite científica da nova sociedade que se avizinhava (FERREIRA, 2007, p. 8).

Ao ideário formativo da intitulada “geração de 1870”, acrescentamos as considerações feitas por Ângela Alonso. A socióloga, longe de entender os positivistas brasileiros como um grupo homogêneo, conseguiu traçar os pontos que uniam e que separavam os positivistas brasileiros. Tal reflexão é importante para entendermos o que norteava as ações desses indivíduos no Brasil, e consequentemente, no Espírito Santo já que os profissionais atuantes em solo espírito-santense comungavam basicamente dessa série de características.

Para Alonso, o positivismo era imbuído de cientificismo, ou seja, a crença na capacidade da ciência para formular leis que regeriam os fenômenos sociais e naturais. Além disso, essa corrente de pensamento acreditava na possibilidade deles conseguirem contribuir com a descoberta de instrumentos de explicação, bem como, para a emergência de meios capazes de intervir na realidade, para que dessa maneira, pudéssemos alterá-la. Nesse sentido, a ciência, no ideário positivista é posta como a alavanca do progresso e da civilização, por meio dela, seria possível fazer uma raio-x da sociedade brasileira, construir diagnósticos dos males causadores do atraso da nação para a sua futura cura. A partir disso, seria também possível edificar um projeto rumo à civilização. Outra importante baliza do pensamento dos positivistas brasileiros era o seu senso de missão social. Os adeptos dessas ideias se autodenominavam portadores de uma incumbência salvacionista e a eles caberia estabelecer uma agenda das ações necessárias para consertar os problemas do país e conduzir seu povo ao bem-estar coletivo. Ainda tratando dos aspectos mais marcantes dos positivistas oitocentistas no Brasil, é possível destacarmos a utilização de um vocabulário específico, que remetia diretamente aos conceitos formulados por Augusto Comte. Essa particularidade contribuía para a existência de um tipo de código linguístico ou sistema de pensamento peculiar, o que de certa forma, servia para distinguir esses indivíduos dos demais intelectuais. Não podemos deixar de mencionar a defesa da nacionalidade como outro elemento constituidor da ideologia em questão. Nesse ponto, é necessário fazermos uma contraposição: o nacionalismo positivista era calcado no ponto de vista científico, ao passo que o nacionalismo individualista romântico, ao qual eles se opunham, era representado pelos bacharéis humanistas e literatos. Por fim, como última característica comum a maioria dos positivistas brasileiros era a sua aderência à causa do republicanismo (ALONSO, 1996, p. 109-134). Estabelecidos os contornos da ideologia que norteou, majoritariamente, diversos grupos de engenheiros no país, podemos estabelecer as conexões entre o plano teórico já apresentado com as ações empreendidas por esses indivíduos.

A efervescência positivista entre os letrados do Brasil era contemporânea da reviravolta política causada pela instituição da República, assim como também, era fruto de outros debates e desgastes surgidos nos últimos anos da Monarquia. Francisco Saturnino de

Brito⁶⁴ declarou à época seu descontentamento em relação ao antigo regime político e demonstrou esperança em um futuro melhor graças à chegada da República. Sua fala ilustra parte das características dos adeptos do positivismo apresentadas anteriormente:

Ao Sr. Marechal Floriano coube a penosa tarefa de arcar com a criminoso revolta, explosão fatal resultante da fermentação de todas as impurezas que nos havia deixado a monarquia podre. *Ele fará castigar os bandidos, eliminando da Pátria os ruins cidadãos que não souberam amá-la bastante para colocarem os interesses coletivos acima dos sórdidos interesses individuais* aninhados em suas almas impuras. *Ao seu sucessor cabe a missão de, nos tristes campos de combate, reerguer a vida industrial, tornando extensiva a todas as pátrias brasileiras a paz de que tanto carecem para, desenvolvendo a ordem, progredirem* (BRITO, 1944, p. 24, grifo nosso).

Em meio ao turbilhão de mudanças políticas, tivemos a ascensão de dirigentes ao poder que trouxeram para a administração os ideais característicos daquela nova forma de governo. Exemplar nesse sentido era a visão do presidente de estado José de Melo Carvalho Muniz Freire, que não se furtou de exprimir sua opinião sobre as condições estruturais da cidade de Vitória à época de sua administração:

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem gosto sem arquitetura, segundos os caprichos do terreno; apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação à gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação de sua empresa [...] sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios; sem um teatro, sem um passeio público, sem bons hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente, desprevenida de toda defesa sanitária; necessitada de construir novos cemitérios devido a irrevogável condenação dos atuais (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 17).

Essa era a impressão do presidente de estado a respeito da capital, isto é, um tanto distante do ideal moderno de cidade. O autor demonstrava, em certa medida, um tom de desgosto em relação ao funcionamento e ao aspecto organizacional da sua terra natal. Havia, em sua descrição, uma mescla de elementos estreitamente ligados ao que se entendia como atrasado: a insalubridade, a falta de espaços culturais laicizados, a falta de beleza e os problemas com a circulação. Esses componentes, inclusive, eram parte fundamental de um projeto perseguido pelos grupos que ansiavam a modernização das

⁶⁴ Francisco Saturnino de Brito, nascido em Campos (RJ), formou-se em engenharia no ano de 1886 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ao longo de sua vida profissional, esteve voltado para a realização de obras de cunho sanitário. Contribuiu para a reformulação de espaços urbanos de diversas cidades, dentre elas: Vitória, Recife, Aracaju, Pelotas, Petrópolis, bem como, ajudou a projetar a cidade de Belo Horizonte. Em 23 de maio de 2018 foi homenageado na câmara dos deputados com o título de Patrono da Engenharia Sanitária no Brasil.

urbes. Corroborando esse pensamento, temos a fala de Maurício Abreu, que dizia: “[...] diversos planos de melhoramentos começaram [no final do século XIX e início do XX] então a serem formulados [...]” Sendo que: “[foi dado] destaque ao saneamento (visto, sobretudo em termos de drenagem urbana) e as redes de infraestrutura (circulação, iluminação pública, abastecimento de água, esgotos sanitários, etc.) (ABREU, 2001, p. 41)”. Em outras palavras, o tripé organizacional das urbes girava em torno de três elementos: sanitarismo, circulação e estética.

Muniz Freire atentava-se a essas questões. E em função dessas necessidades, ele criaria em 1895 a Comissão de Melhoramentos da Cidade mediante a Resolução nº 46 para fazer um levantamento topográfico de Vitória com intuito de ampliar o espaço urbano. Para tanto, contratou o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (MENDONÇA, 1999, p. 183).

Entre os vários objetivos da empreitada iniciada por Muniz Freire estava o rompimento com um espaço entendido por ele como atrasado, limitado fisicamente e que não era mais compatível com os parâmetros grandiosos impostos pelas décadas iniciais da República. Ademais, de acordo com Gilton Ferreira e Kellen Follador, Muniz Freire desejava preparar a cidade para um futuro vindouro, racionalizando os espaços públicos, ao mesmo tempo em que buscava torná-los eficientes e capazes de corresponder à altura às expectativas projetadas pelo horizonte republicano e pela modernidade. Embora, é importante lembrar que àquela época não havia ocupação suficiente do perímetro urbano que justificasse os aterros rumo ao mar e aos mangues da capital (FERREIRA; FOLLADOR, 2015, p. 91-92).⁶⁵

Assim, com o objetivo de ampliar a área habitável de Vitória, a pedido de Muniz Freire, Saturnino de Brito elaborou um relatório para a Comissão de Melhoramentos da Capital descrevendo os aspectos físicos da cidade e propondo soluções no sentido de embelezar, sanear e modernizar a capital, além de tentar afastar desta a pecha de velha cidade colonial. O engenheiro, responsável por diversas obras de saneamento pelo Brasil, encarregou-se de pensar um novo espaço urbano que nasceria sem as amarras anteriores

⁶⁵ Além desses autores, o pesquisador Carlos Teixeira Campos Júnior apresenta a mesma interpretação acerca das motivações do projeto Novo Arrabalde, encomendado por Muniz Freire e coordenado por Saturnino de Brito. Sobre tal assunto, Campos Júnior ressalta que: “Essa providência [a criação do Novo Arrabalde] não surgia da necessidade de acompanhar a dinâmica da cidade, mas do interesse de fazer na cidade as adaptações exigidas pela proposta do governo de nela centralizar o comércio do café do Espírito Santo e de parte de Minas (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 138).”

ou, dito de outra forma, sem as preocupações em respeitar as histórias e as memórias que os espaços carregavam em si, pois, enquanto o centro vitoriense era carregado de sentido e historicidade, crenças e valores atribuídos aos locais, a região que seria construída pelo projeto denominado Novo Arrabalde surgiria para o futuro, e não em função do passado ou de possíveis conciliações com o seu significado anterior:

O Governo que impulsionou o movimento progressivo deste Estado, que viu no porvir horizontes novos, franqueados pelo novo regime, reconhecem, então, que atualmente o centro material de apoio da administração e do comércio oferece precárias condições de vitalidade e que urge cuidar do que descuidaram aqueles que exploravam esta terra sem servi-la com o amor que hoje lhe é tributado. Antes de cometer a uma Comissão o estudo técnico do terreno para o estabelecimento de um novo arrabalde que satisfizesse a necessidade inadiável que procuramos esboçar, o Governo pesou as vantagens e desvantagens provenientes da preferência na utilização de terrenos da própria ilha sobre a das planícies continentais, ao sul e ao norte. Entendeu que os hábitos da população e a sua situação econômica exigiam que o local destinado a proporcionar-lhe o repouso das fadigas diárias deveria achar-se a pequena distância do núcleo atual e em condições tais que o transporte para ele fosse o menos oneroso e o mais acessível em cada momento e a cada algibeira. Só na própria ilha esta dupla e importante condição poderia ser satisfeita, e na própria ilha só a NE algumas planícies arenosas — situadas após a série de pitorescos outeiros da fazenda de Maruípe — aceitariam o projeto de um novo arrabalde. O Governo não hesitou ante as dificuldades que resultariam do aproveitamento d'estas planícies, ou melhor, da sua apropriação ao fim que tinha em vista. Com efeito, não se trata só de aproveitar terrenos secos, e sim, ainda, de conquistar definitivamente ao mar uma certa área, até agora sob o domínio das altas marés (BRITO, 1996, p. 6).

Portanto, o tom das descrições dos afazeres técnicos a serem postos em prática na nova direção geográfica da cidade era bastante pragmático, visando executar o que se compreendia como tecnicamente mais avançado:

Saneamento

Deixando de lado as explicações modernas para quase todos os fenômenos mórbidos,— explicações que vão até a descrição quase que da vida íntima dos micróbios, que dão leis para a sua cultura ou educação, que estabelecem lutas, etc.—; deixando de lado estes transvios cientistas, parece-nos que, para bem guiar a ação sanitária, basta baseá-la sobre os seguintes fatos positivos:— 1º as condições do solo influem muito sobre a salubridade; 2º o solo mais favorável para ativar o desenvolvimento das moléstias é o que se acha carregado de produtos de decomposição da vida humana; 3º a umidade, já de si inconveniente, torna-se prejudicialíssima nos casos em que o lençol d'água sofre variações de nível.

Portanto, dois grandes fatores para a higiene de uma população constam: 1º da drenagem do terreno, ou drenagem permeável, tendo por fim dissecar a camada superior do solo, abrindo, assim, circulação ao ar e favorecendo a transformação das matérias orgânicas em nitratos; 2º drenagem de casas, ou drenagem impermeável, conduzindo, para lançamento à distância, os produtos de esgoto.

São medidas complementares para o 1º os calçamentos, canais de contorno, etc., isto é, tratando-se de dissecar o solo, cumpre diminuir a porcentagem de infiltração; para o 2º a limpeza pública das ruas e palcos, transporte e incineração ou utilização industrial do lixo, etc (BRITO, 1996, p. 27).

É possível inferir na fala de Saturnino de Brito um leve tom de discordância com outras ciências que tratavam de questões relacionadas à salubridade e, ao mesmo tempo, conseguimos extrair parte de sua visão acerca da cidade, bem como as soluções consideradas mais eficazes para a constituição de um centro urbano moderno. Dentre os pontos que “guiam a ação sanitária”, a terra infectada era considerada pelo engenheiro como um grande fator de risco, sendo o solo que continha restos de corpos humanos por ele considerado como o pior dentro dessa categoria. Sua visão de cidade apresentava um posicionamento próprio dos seguidores da filosofia positivista em relação aos rituais funerários, mas divergia quando o assunto passava à tolerância das necrópoles em lugares não planejados dentro da urbe. Então, qual seria sua proposta frente ao que estava posto à época? Como, aos olhos desse engenheiro civil, poderíamos solucionar os problemas causados pelos enterramentos no formato em que ocorriam no final do século XIX na capital vitoriense? Saturnino de Brito acreditava que:

Difícil, se não impossível, é encontrar neste terreno ampla região exclusivamente apropriada para o estabelecimento do Cemitério; —por toda a parte apresentam-se ora pontas de rocha granítica, ora blocos erráticos que atingem consideráveis dimensões, e, em geral, no subsolo, camadas schistoides de resistência variada. O morro Barro Vermelho é o único, no perímetro do Novo Arrabalde, que tem condições favoráveis, quanto a área e quanto a argila. Acresce que, achando-se situado na região central do núcleo, proporciona facilidade material para desenvolver-se o culto dos mortos (BRITO, 1996, p. 25).

A julgar pela explanação feita pelo engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos instituída em Vitória, as condições ideais para a construção de um cemitério giravam em torno da constituição do solo e da quantidade de área disponível para os enterramentos. Interessante notar que Saturnino de Brito fazia menção também à localização da área por ele eleita como mais adequada para receber uma nova necrópole: uma região considerada central na porção territorial onde seriam erguidas novas estruturas urbanas. A justificativa dessa escolha se dava na defesa do culto aos mortos. Além disso, o engenheiro não queria modificar o ritual como um todo, mas apenas agregar novas concepções, mesmo que isso rivalizasse com outros saberes científicos de seu tempo. Sendo assim, o bacharel não deixava dúvidas sobre sua postura em relação ao lugar dos mortos e da morte naquela cidade:

Atualmente só os crassamente ignorantes ainda desconhecem a inocuidade dos cemitérios e clamam pelo seu afastamento dos centros populosos; e só os que têm o egoísmo por norma invariável de conduta se mostram desgostosos pela aproximação dos campos de incorporação, o que, aliás, vem indiretamente afirmar que até para estes refratários é verdadeira a sentença positivista — os vivos são cada vez mais governados pelos mortos. Para dar acesso ao Bosque Sagrado projetamos duas alamedas. Nos cimos do morro o terreno é acentuadamente pedregoso e, assim, pode-se deixar aí os bosques existentes e melhorá-los [...] deixar-se-á também uma orla de mata. Um canal de contorno, análogo aos dos outros morros, retirará as águas das encostas; por meio de conduto subterrâneo serão lançadas ao mar. Uma capela será edificada na esplanada de pedra voltada para o Norte (BRITO, 1996, p. 25).

A fala acima demonstra que não havia um consenso na engenharia a respeito da forma de lidar com as necrópoles. Indo além desta assertiva, podemos perceber que parte do campo da engenharia capixaba defendia o culto aos mortos, e que para tanto, era conveniente que os campos santos permanecessem próximos aos vivos, pois tal medida facilitaria o acesso aos túmulos de seus entes para que lhes fossem rendidas homenagens. Vale ressaltar que a tríade mencionada anteriormente seria aplicada ao cemitério modernizado, ou seja, era preciso embelezá-lo, saneá-lo e torná-lo um espaço onde os ares circulassem de maneira sã. Em suma, o cemitério absorveria várias características atribuídas ao espaço dos vivos, ou em outras palavras, a cidade dos mortos se assemelharia à dos vivos. Ademais, não se questionava o cunho sagrado tampouco as simbologias que remetiam ao aspecto religioso do empreendimento, já que havia previsão de nomear a nova necrópole de Bosque Sagrado e de erigir naquele lugar uma capela⁶⁶.

⁶⁶ A proposta de Brito para a organização interna dos espaços de enterramento não era uma inovação em todos os sentidos ou algo que fugisse dos parâmetros da época. Proposta semelhante foi experimentada na Porto Alegre Oitocentista. Em seus estudos doutorais, Mara Regina do Nascimento demonstrou que os engenheiros do sul do país pretendiam construir uma necrópole que espelhasse as novas regras pretendidas pelas cidades na modernidade. Os moldes eram bem parecidos com os que Saturnino de Brito propunha para o cemitério na região a ser expandida em Vitória: “projetamos duas alamedas”, tal qual o campo santo porto-alegrense, a necrópole capixaba deveria ter espaços de circulação planejados, “firmando-se como expressões vivas dos desejos da emergente burguesia” (NASCIMENTO, 2006, p. 315). Entretanto, alguns pontos guardam as particularidades do processo na província rio-grandense e nas terras espírito-santenses. Os debates das modificações sugeridas na necrópole gaúcha estavam ocorrendo em meados do século XIX, ao passo que a proposição feita por Saturnino de Brito tinha sido feita na última década do século XIX. Outra diferença fundamental, que nos diz muito sobre o teor das discussões a respeito dos cemitérios vitorienses é que, enquanto na capital gaúcha, a Santa Casa de Misericórdia capitaneou parte do processo de modernização do morrer, na província capixaba, o moderno morrer só seria implementado a partir de uma iniciativa da administração do Estado, quando este já não vivia mais o regime do padroado. Por fim, há que se ressaltar que o projeto de cemitério proposto na fala acima pelo engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos não conseguiria ser totalmente posto em prática.

Contemporâneo de Saturnino de Brito, o engenheiro capixaba Antônio Athayde⁶⁷ escreveu no ano de 1883 uma série de textos enviados ao jornal conservador *O Espírito-Santense* demonstrando que, possivelmente, o posicionamento técnico de Brito acerca das necrópoles não era algo isolado no campo da engenharia. Nesses escritos— ao todo foram cinco publicações⁶⁸—, Athayde também defendia que os cemitérios não deveriam ser removidos para fora do perímetro urbano:

A primeira hipótese nos merece duas reflexões. Em primeiro lugar lamentamos de coração, a indisciplina do sentimento destes homens. Parece-nos que não são mais pais, nem filhos! Desterrar da nossa sociedade, da nossa vida e trabalho, negar a poderosíssima influência sobre nós, dos mortos entre os vivos, para edificar, talvez, neste mesmo lugar, a casa do crime!

Somente podemos atribuir a esta indisciplina, a ignorância do caráter da nossa vida social. [...]

Eis aqui surgindo, muito oportunamente, o caráter sistemático, subordinador das sociedades humanas— os nossos antepassados.

Por isto, reflitamos: se os mortos exercem uma influência incontestável sobre os vivos; se o culto dos mortos aperfeiçoa a nossa natureza continuamente; se a adoração constante do túmulo da família, regenera o filho, se o cemitério distanciado da cidade, é um empecilho ao proletariado, ele é um interesse cívico de primeira ordem, e por consequência não pode sair fora da cidade.

[...] Mas além disto, o positivismo sanciona a grande inspiração que tem feito do túmulo não somente uma instituição pessoal ou de família, mas também uma instituição social, pela fundação do cemitério, que dá um caráter coletivo.

O cemitério deve ser em cada cidade conservado e aperfeiçoado, como instituição fundamental, indispensável ao melhoramento intelectual dos membros da sociedade.

O cemitério deve ser, pois, instituído na cidade, de maneira a permitir aí o culto dos mortos, que é de interesse cívico de primeira ordem, é preciso fazer os esforços e as despesas necessárias para satisfazer a esta condição indispensável.

O túmulo prolonga a ação moralizadora da família, além da existência objetiva dos seres que tem feito parte.

⁶⁷ Antonio Francisco Athayde nasceu no Espírito Santo em 1860. Era filho do comendador Antonio Francisco de Athayde e de D. Luiza Maria Siqueira de Athayde. Estudou na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em abril de 1884, formou-se nessa instituição formado engenheiro civil. Em 1884, fez parte do corpo docente da Escola Normal Pedro II, ministrando aulas de Pedagogia. Em 1885, foi nomeado Inspetor Geral de Obras da Província; em 1887, Antônio Athayde, como engenheiro ajudante da Comissão de Terras e Colonização de Santa Leopoldina, prestou serviços nos núcleos Conde d'Eu e Senador Antônio Prado. Em 1889, passou a desempenhar a chefia da referida Comissão. Consta em seu currículo também a profissão de político e a atuação como historiador. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo. Ver mais em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Nº 21, 1961.

⁶⁸ O texto de Athayde aparece publicado nas edições 8, 9, 10, 11 e 13 do jornal *O Espírito-Santense*.

Eis, dignos comprovincianos, como a iminência comprovincianos, como a eminência científica, sr. Pierre Laffitte e nós apreciamos a influência moralizadora do cemitério dentro da cidade.

Não há vivos sem mortos.

Não há cidade sem cemitério.

Vitória, 2 de Homero de 95 (30 de janeiro de 1883.) Antônio Athayde.

(O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 09)

Em um primeiro momento, Athayde preocupava-se com a defesa da permanência dos cemitérios na parte central de Vitória, pois a seu ver, este seria um elemento moralizante, que evocaria as memórias antepassadas, de coesão à sociedade. Estas também contribuiriam para a manutenção da ordem social vigente, influenciando na permanência e solidificação dos costumes locais. Embebido no pensamento de Comte, Athayde ressaltava que o culto aos mortos seria uma forma de manifestar a subjetividade, característica bastante própria do ser humano que nos diferenciaria dos demais seres vivos e que nos colocaria em um patamar mais elevado⁶⁹. Ele acreditava, inclusive, que o exercício de homenagear e rememorar os entes queridos poderia elevar o padrão intelectual da comunidade, de modo que a manutenção dos corpos dos mortos em meio ao espaço dos vivos seria uma forma de aprimorar o espírito da sociedade capixaba. Ademais, a filosofia Comteana tinha como princípio a defesa de alguns elementos permanentes dentro da sociedade, tais como: a religião, a família, a propriedade e a linguagem. No que diz respeito à doutrina religiosa, pode-se dizer que o preceito máximo era o do respeito a todas as crenças, bem como o reconhecimento da escolha individual no que tange às questões espirituais. Não caberia, portanto, ao governo interferir nessa temática, que seria de exclusiva gerência do âmbito do indivíduo. Para o nosso autor, Athayde, embora o cemitério fosse entendido como uma questão de saúde pública e que, por sua vez, deveria estar subordinada aos ditames estipulados pela ciência médica, outro princípio falaria mais alto nessa escolha, qual seja, o da liberdade individual que, neste caso, deveria estar pautada pelo respeito do Estado aos cultos religiosos (WEBER, 1999, p. 42).

⁶⁹ O autor - sendo coerente com as ideias comteanas - ainda defendia o culto aos objetos icônicos que tinham apelo extra-discursivo para manifestar seu desejo de organização da sociedade, isto é, que privilegiava a marcha rumo ao progresso, com forte anseio cientificista e utópico (CARVALHO, 1990).

Determinado a sustentar o seu ponto, Athayde se propunha inclusive a deslegitimar, por meio da filosofia comteana, a argumentação do *mainstream* médico-acadêmico capixaba, propondo uma reflexão científica alternativa a respeito das matérias e vapores oriundos das necrópoles:

[...] Ultimamente filósofos, químicos, médicos de Paris reagiram contra este atendado calamitoso e os acadêmicos não poderão mas se defender.

Demonstra-se facilmente por meio da química que as matérias que os cemitérios exalam não são nocivas à saúde. Temos em nossa mesa de estudos, um resumo monumental sobre esta questão, do eminente médico Sr. Dr. Robinet que muito recomendamos a leitura, por trazer notas de todas as observações e experiências que tem feito sobre as matérias exaladas dos cemitérios. Esta notabilidade médica provou cientificamente em seus trabalhos, que – os cemitérios não são focos de infecções – como alguns supunham.

O ilustre filósofo Sr. Pierre Laffitte demonstrou moralmente na sua obra, sobre os cemitérios de Paris que a habitação dos mortos não deve ser fora da cidade [...] (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 8).

O argumento de que a ciência teria demonstrado que os gases que emanam dos cemitérios não seriam ofensivos à salubridade pública tem prosseguimento na edição número 11 do mesmo periódico:

Vamos demonstrar que o ar atmosférico, as águas e o solo não são contaminados pelos cemitérios.

Todos conhecem felizmente mais ou menos o meio em que vivemos, o ar atmosférico, a sua influência fisiológica imprescindível e os seus efeitos admiráveis sobre a vida animal e vegetal. Está evidentemente demonstrado que ele é uma mistura e não uma combinação de oxigênio, azoto, gás carbônico, vapores d'água e algumas substâncias de natureza variável. [...] (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 11).

O que se segue a essa parte do texto é a explicação sobre as propriedades de cada um dos componentes que ele considera fazer parte do ar atmosférico, até o momento que ele relaciona essa explanação à decomposição dos mortos e sua influência na saúde da população:

A decomposição dos cadáveres enterrados é uma verdadeira combustão orgânica, com todos os produtos perfeitamente reconhecidos.

O mais importante gás carbono contido em toda matéria organizada, vegetal ou animal. Na atmosfera imediata que circunda o cadáver em decomposição nas covas mortuárias, a química de um modo preciso e completo em suas pesquisas, descobriu dois gases tóxicos – o amoníaco e o hidrogênio sulfurado, cuja combinação dá o composto – sulfidrato de amoníaco.

Estabelecidos os resultados, foram os químicos entre eles o distinto M. Delaunay, por uma série de experiências memoráveis, a provar que as emanações não chegam no estado atual, das covas à superfície do solo. [...]

Finalmente estas incontestáveis experiências e outras menos importantes atestaram cientificamente que cemitérios não viciam o ar atmosférico, que o gás carbônico que eles depositam-no é infinitesimal.

Ora, cada pessoa exala cerca de 24 litros de gás carbônico por hora e neste mesmo espaço, um bico de gás produz proximamente 128 litros. Agora, procure-se saber o número de pessoas existentes aqui, casas, hospitais, bicos de gás, fogões, esgotos, praias, e tantos outros focos que se ficará atemorizado com a enorme quantidade de gás carbônico que nossa capital mimoseia todos os dias a atmosfera (O ESPÍRITO SANTENSE, 1883, ed. 11).

Em seus textos, Athayde estava disposto a convencer os seus pares de que as necrópoles não deveriam ser removidas do centro urbano. Entretanto, sua argumentação não se baseava na retórica religiosa ou na defesa apaixonada de antigos costumes, mas em um discurso científico, referenciado naquilo que de mais recente o velho mundo havia produzido em termos de reflexão racional⁷⁰. Para o engenheiro, bastariam algumas medidas específicas e pontuais para reverter os possíveis incômodos advindos da presença dos campos santos nas urbes:

Em vista do que conseguimos demonstrar, um governo sensato e refletido, procede do modo seguinte:

1º-Pedir as corporações religiosas que melhorem as condições estéticas dos seus cemitérios onde estão, ou se se julgar necessário remover alguns deles, em virtude da área limitada do solo, que se dê na cidade, desde que está evidentemente provado que eles não são nocivos à salubridade pública, e por maioria de razão representam interesses cívicos de primeira ordem (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 13).

O ponto de vista de Athayde⁷¹ é bastante dissidente da maioria de seus contemporâneos e conterrâneos que se manifestaram nos jornais e nos documentos oficiais da província na segunda metade do século XIX. Os ideais positivistas orientavam as suas ideias e

⁷⁰ Os positivistas brasileiros do fim do século XIX e início do século XX apresentavam as ideias comteanas de maneira diametralmente opostas às teorias microbianas surgidas no período. Ademais, do ponto de vista filosófico, essa corrente positivista defendia uma não-intervenção do Estado nas questões de saúde pública, que a seu ver, deveria ser reservada à esfera do poder espiritual. De acordo com José Murilo de Carvalho, os positivistas rivalizavam com os médicos sanitaristas e classificavam suas propostas como invasivas e as atitudes do governo eram vistas como um tipo de “despotismo sanitário”. Nesse sentido, os positivistas insistiam em argumentos contra as campanhas de vacina e também as investidas do poder público em adentrar os lares para desinfetá-los (CARVALHO, 2005, p. 98).

⁷¹ A credencial de engenheiro conferia a Antônio Athayde um trânsito entre os intelectuais da época. Explico: a formação em um curso superior devotado ao aprimoramento das técnicas de construção de aparatos mecânicos e de intervenção nos espaços geográficos, entre outras coisas, faz com que Athayde seja um personagem importante na montagem do quebra cabeça que recria parte dos argumentos contrários e favoráveis a forma de lidar com os cemitérios e com o morrer no fim do Oitocentos.

produziam representações acerca do campo santo a partir de outra perspectiva que valorizava o cemitério enquanto um local de culto cívico, moralizador, estruturante da sociedade a qual ele pertencia. O cemitério bem conservado, a seu ver, concorria para o progresso intelectual e moral da sociedade quando mantido em boas condições⁷².

Apesar de não abandonar totalmente os argumentos subjetivos e a relação emotiva que estabelecia com as necrópoles, a fala de Athayde se dava quase que por inteiro no campo do saber científico objetivo. Afinal, mesmo entendendo o cemitério como parte da memória coletiva e individual, considerando a composição sentimental (dimensão não-prática) e subjetiva do indivíduo em sua relação com seus antepassados, o engenheiro defendia uma solução cientificista e pragmática para a querela sobre o local de construção das necrópoles em Vitória. Além disso, é fundamental que retornemos aos escritos de Comte para que compreendamos o intuito e a natureza dos posicionamentos – tanto de Athayde quanto o de Brito – quando mencionavam a seguinte máxima: “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos”. De acordo com Comte em sua obra *Catecismo positivista*, publicada pela primeira vez em 1852:

[...] a verdadeira sociabilidade consiste mais na continuidade sucessiva do que na solidariedade atual. Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana.

Para se conceber melhor esta lei, cumpre distinguir, em cada verdadeiro servidor da humanidade, duas existências sucessivas: uma temporária, mas direta, constitui a vida propriamente dita; a outra, indireta, mas permanente, só começa depois da morte. Sendo a primeira sempre corporal, pode ser qualificada de objetiva; sobretudo por contraste com a segunda, que, não deixando subsistir a cada um senão no coração e no espírito de outrem, merece o nome de subjetiva. Tal é a nobre imortalidade, necessariamente imaterial, que o positivismo reconhece à nossa alma, conservando este termo precioso para designar o conjunto das funções intelectuais e morais, sem nenhuma alusão à entidade correspondente.

Em virtude desta elevada noção, a verdadeira população humana se compõe, pois, de duas massas sempre indispensáveis, cuja proporção varia sem cessar, tendendo a fazer com que os mortos prevaleçam mais sobre os vivos em cada

⁷² O positivismo defendia o progresso baseado na razão, e a medida que novos conhecimentos científicos surgiam, a humanidade alcançaria o tão sonhado progresso pautado no princípio ordenador oriundo tanto da natureza quanto da sociedade. Um tipo de interpretação corrente entre alguns intelectuais brasileiros era de que o progresso deveria estar em consonância com a ordem. A ciência garantiria a previsão necessária para que o homem soubesse agir na sociedade (LEONÍDO, 2007, p. 934). Ainda sobre os pressupostos comteanos disseminados no Brasil temos que, para os adeptos de tal filosofia da história, cabia aos governantes incentivarem a educação dos indivíduos para que a estes fossem esclarecidas as bases da estruturação racional da sociedade. Combinado a isso, eles deveriam se submeter aos pressupostos científicos, para que assim se completasse a reorganização da sociedade, sem deixar de levar em conta os preceitos espirituais (WEBER, 1999, p. 39-43).

operação real. Se a ação e o resultado dependem sobretudo do elemento objetivo, o impulso e a regra dimanam principalmente do elemento subjetivo. Liberalmente dotados pelos nossos predecessores, nós transmitimos de graça aos nossos sucessores o conjunto do domínio humano, com uma extensão cada vez mais fraca proporcionalmente ao que recebemos. Esta gratuidade necessária encontra sua digna recompensa na incorporação subjetiva que nos permitirá perpetuar nossos serviços, transformando-os (COMTE, 1978, p. 330).

Lendo a passagem acima, fica mais fácil entendermos o valor e a função atribuída aos mortos na sociedade pelos positivistas. Aos vivos cabiam as ações práticas demandadas pelos mortos, principalmente, porque estes últimos já possuíam experiência e sabedoria (ou nas palavras do autor “elevada noção”) para guiar a sociedade junto aos paradigmas morais e intelectuais necessários ao desenvolvimento da humanidade. Em outros termos, o mundo dos vivos dependia dos mortos para funcionar, e essa dinâmica se dava em tom de complementaridade, portanto, o cemitério, local de armazenamento de memórias por excelência, possuía uma importância significativa para a marcha civilizacional defendida por esses intelectuais e em função disso, seu ar de bastião dos valores da civilidade era valorizado e repensado dentro da cidade moderna.

Ainda tratando dos aspectos que tangenciavam o cemitério na lógica moderna de cidade, temos que Athayde apresentava significativa defesa da ideia de que o governo deveria respeitar as decisões tomadas pelas irmandades em relação aos seus cemitérios, os quais seriam propriedade privada: “As áreas dos cemitérios são propriedades particulares das irmandades religiosas. O governo não pode, por uma mera ostentação metafísica, impor a mudança dos cemitérios desde que as ciências superiores dizem que eles devem ficar nas cidades” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 10).

Seriam, portanto, as falas de Athayde e de Saturnino de Brito a respeito dos cemitérios uma tentativa de, por meio do discurso científico, defender uma antiga crença e as tradicionais práticas religiosas do Catolicismo? Nada nos permite inferir de forma segura que os personagens em questão endossassem as fileiras daqueles que, por convicção religiosa, viam com maus olhos a mudança no local dos enterramentos na cidade. Entretanto, o seu ímpeto em colocar-se na contramão do consenso produzido pela classe de políticos, homens de letras, médicos e, inclusive, outros engenheiros de sua época é a prova cabal de que o significado da morte e dos rituais a ela associados era um tema nada consensual em terras capixabas. Tanto que, após a publicação do

polêmico texto de Athayde, seriam necessárias ainda três décadas para que fosse colocado em prática o tão defendido deslocamento do cemitério público em Vitória.

Ao apresentarmos as opiniões de proeminentes engenheiros do final do século XIX brasileiro – sejam os que estavam no Rio de Janeiro, sejam os que atuavam no Espírito Santo –, podemos concluir que seu campo de saber aparentava ser menos homogêneo do que o dos médicos quando o assunto referente aos cemitérios era posto em discussão. Entretanto, algo unia os engenheiros daquele período, isto é: a crença no progresso e em um ideal de ciência moderna capaz de contribuir para a evolução da humanidade. Nesse sentido, a engenharia no Espírito Santo, especialmente em Vitória, atuou junto ao poder público durante a administração de Muniz Freire, com um papel mais conciliatório e menos taxativo do que no caso dos médicos capixabas. Mas, para além dos posicionamentos e diálogos promovidos em torno do tema, como a engenharia, de fato, interferiu nas mudanças da paisagem urbana de Vitória nos anos iniciais da implementação da República?

A modernização vitoriense à luz da engenharia: os imbróglis envolvendo a construção de uma nova necrópole na capital capixaba

A atuação dos engenheiros nos espaços urbanos da capital vitoriense não aconteceu de forma planejada e ininterrupta durante o período imperial, ou melhor, assim como afirmou Nelson P. Ribeiro: “não existe na verdade um Programa formulado de reurbanização da velha Vitória, este ‘Programa’ se deu na intervenção localizada de distintas administrações” (RIBEIRO, 2016, p. 655)⁷³. O que se pode afirmar, ainda segundo o autor é que um eixo de ação notável era a busca pela laicização de alguns locais de convivência da população por meio da demolição de prédios, soerguimento de outros, ressignificação de simbologias, dentre outras ações. A título de exemplo, Ribeiro analisou o caso do Largo da Conceição (atual região da praça Costa Pereira), onde existia uma comunidade religiosa chamada Nossa Senhora da Conceição da Prainha. A

⁷³ Além de Nelson Pôrto Ribeiro, Jadir Rostoldo também confirma essa informação: “o relatório sustenta que, apesar de a administração estadual não ter planejada uma ação contínua em busca de tornar a Capital mais digna de sua função de centro civilizado, o que era indispensável para a prosperidade do Estado, algumas ações prioritárias foram realizadas” (ROSTOLDO, 2008, p. 85). Notemos que o relatório elaborado pelo presidente de província confirma que apenas foram feitas as modificações espaciais mais urgentes, portanto, outras obras que confeririam maior bem-estar coletivo teriam sido negligenciadas em prol de demandas taxadas como prioritárias. Uma das questões que pretendemos debater nesse capítulo é: essas obras empreendidas no território da capital e demais localidades do Espírito Santo eram prioritárias para quem?

igreja, que tinha sido recém reformada, foi demolida e em seu lugar foi construído um teatro chamado Melpomene. Essa obra teria sido conduzida pelo engenheiro Felinto Santoro no ano de 1895. Corroborando a hipótese desenvolvida por Ribeiro, percebemos que havia uma tentativa de laicização da região do Largo da Conceição ao demolirem o templo religioso e erigirem em seu local um espaço destinado às atividades lúdicas não religiosas. Indo um pouco além da análise já feita pelo autor, percebemos que esse tipo de mudança ocorria na capital em momentos de situação limite. Neste caso, um dos eventos propulsores poderia ter sido um surto de varíola que grassava pela cidade:

Procissão

A comissão que esmolara para celebração de uma missa à Nossa Senhora da Penha, pela extinção da varíola que entre nós grassara o ano passado deliberou festejar a Santíssima Virgem da Penha na capela da Conceição da Prainha, hoje e amanhã, com cânticos sagrados à noite, missa solene, amanhã às 10 horas e procissão às 4 da tarde com sermão ao recolher-se.

Durante as duas noites haverá quermesses de brindes (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 2).

Possivelmente, o ataque de varíola na população foi um dos fatores que estimularam as modificações no Largo e no seu entorno, já que essa região era alagadiça e tida como foco de infecções e de ameaças à saúde pública. Essa era uma das frentes de combate dos engenheiros, em consonância com as práticas recomendadas pela medicina da época, tanto que na mesma página do jornal onde se encontrava o convite para a procissão exposto acima, o engenheiro Antonio Athayde publicava:

Diretoria de obras municipais

1ª seção do Reguinho

(Rua 7 de setembro)

Sendo indispensável para o saneamento completo da calha do Reguinho desde a lavadeira até o poço de arcia de uma outra margem que cada proprietário aterre os pontos e depressões dos seus quintais onde ficam águas apodrecidas pela ação dos raios solares, trazendo em sua evaporação grandes males à saúde pública e particularmente aos moradores daquela circunvizinhança de ordem superior científico a todos os proprietários dos prédios que dão fundos para a referida calha, para que dentro do prazo de 30 dias contados desta data, sob pena de multa, deem princípio ao respectivo aterro e condução das águas pluviais dos quintais até orifícios retangulares deixados na calha em frente a cada prédio, ficando assim o saneamento em toda aquela zona marginal.

Na tarefa ingente de melhorar as condições sanitárias desta cidade, é necessário que cada proprietário no limite de suas forças secunde os esforços da Municipalidade que promove e executa os melhoramentos a bem de todos. [...]

Diretoria de obras municipais da Vitória, em 2 de abril de 1896, Antônio Francisco de Athayde, engenheiro municipal (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 2, grifo nosso).

Dessecar pântanos, reorientar os caminhos percorridos pelos córregos e instruir moradores sobre práticas de conservação de seus espaços privados eram parte de um processo de laicização em curso na capital, pois estava sob orientação dos preceitos racionais cientificistas em voga desde o Iluminismo (RIBEIRO, 2016, p. 656). Ademais, Athayde, como seguidor dos preceitos positivistas, prezava pelo “melhoramento a bem de todos” sendo que, tal objetivo seria alcançado pela implementação dos conhecimentos desenvolvidos pela engenharia sanitária de sua época, conforme os trechos grifados na passagem acima. Vemos, mais uma vez, uma referência ao conhecimento científico, bastião dos entusiastas da modernidade e da crença nos seus inexoráveis progressos.

Inserido no mesmo contexto, no ano de 1897, alguns engenheiros estavam envolvidos em outro projeto que podemos classificar no rol das ações rumo à laicização da paisagem urbana vitoriense. Na referida data, temos uma série de ofícios que demonstram ter havido um diálogo entre a administração pública municipal e os profissionais da engenharia. Estes últimos estavam escalados para as obras de construção do cemitério de Santo Antônio, região onde parte da administração pública almejava instalar a necrópole idealizada pelos padrões modernos de cidade, já que este sítio se encontrava em uma região mais afastada da parte central da urbe. A partir desses ofícios, podemos afirmar que os primeiros passos tinham sido dados para a efetiva transferência dos cemitérios, e conforme havia sido proposto na década de 1880 por Muniz Freire e Cleto Nunes, a necrópole foi projetada de forma a respeitar os cultos particulares de cada irmandade:

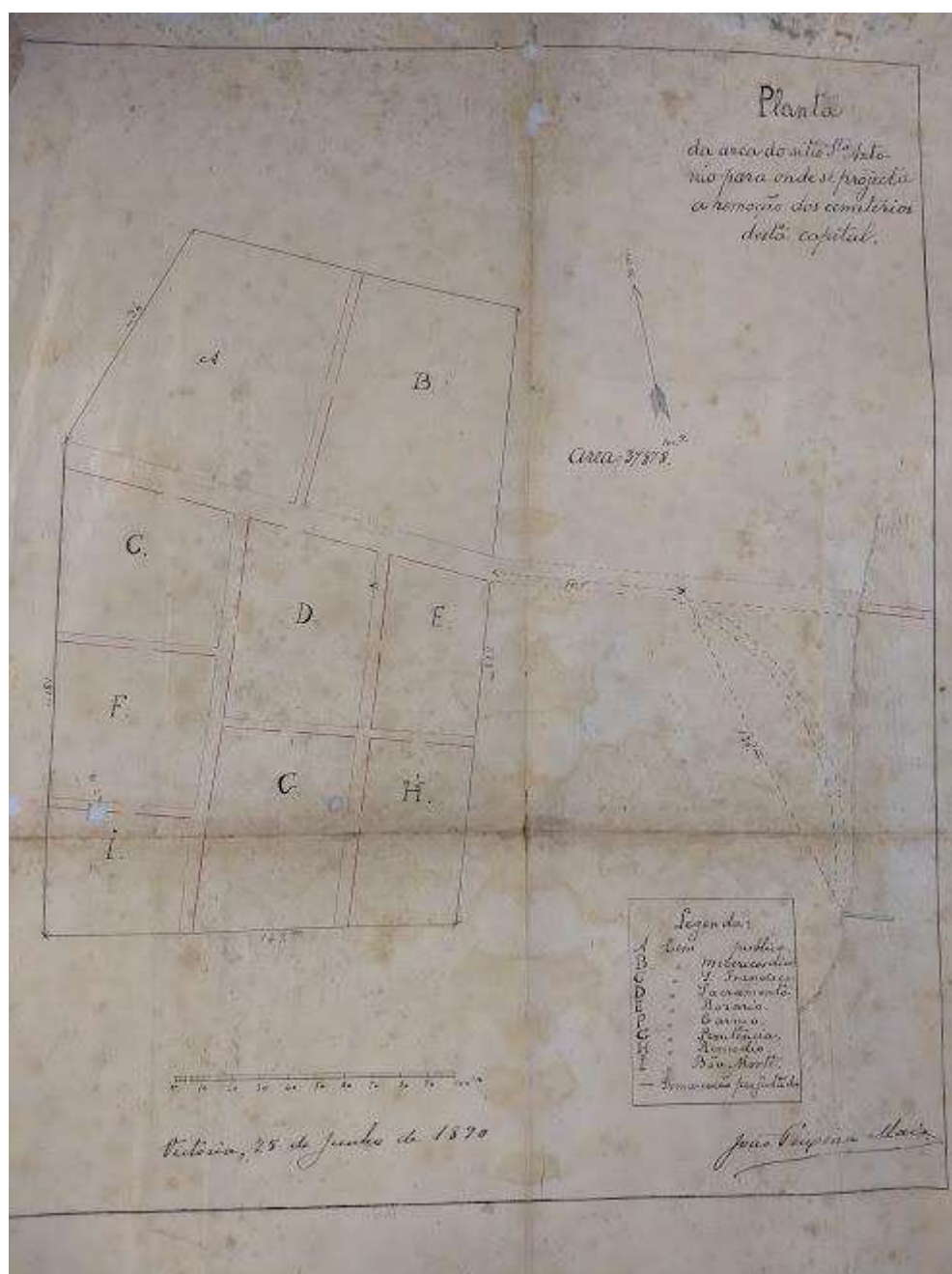


Figura 7: Planta do cemitério a ser construído no sítio de Santo Antônio
(ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1890)

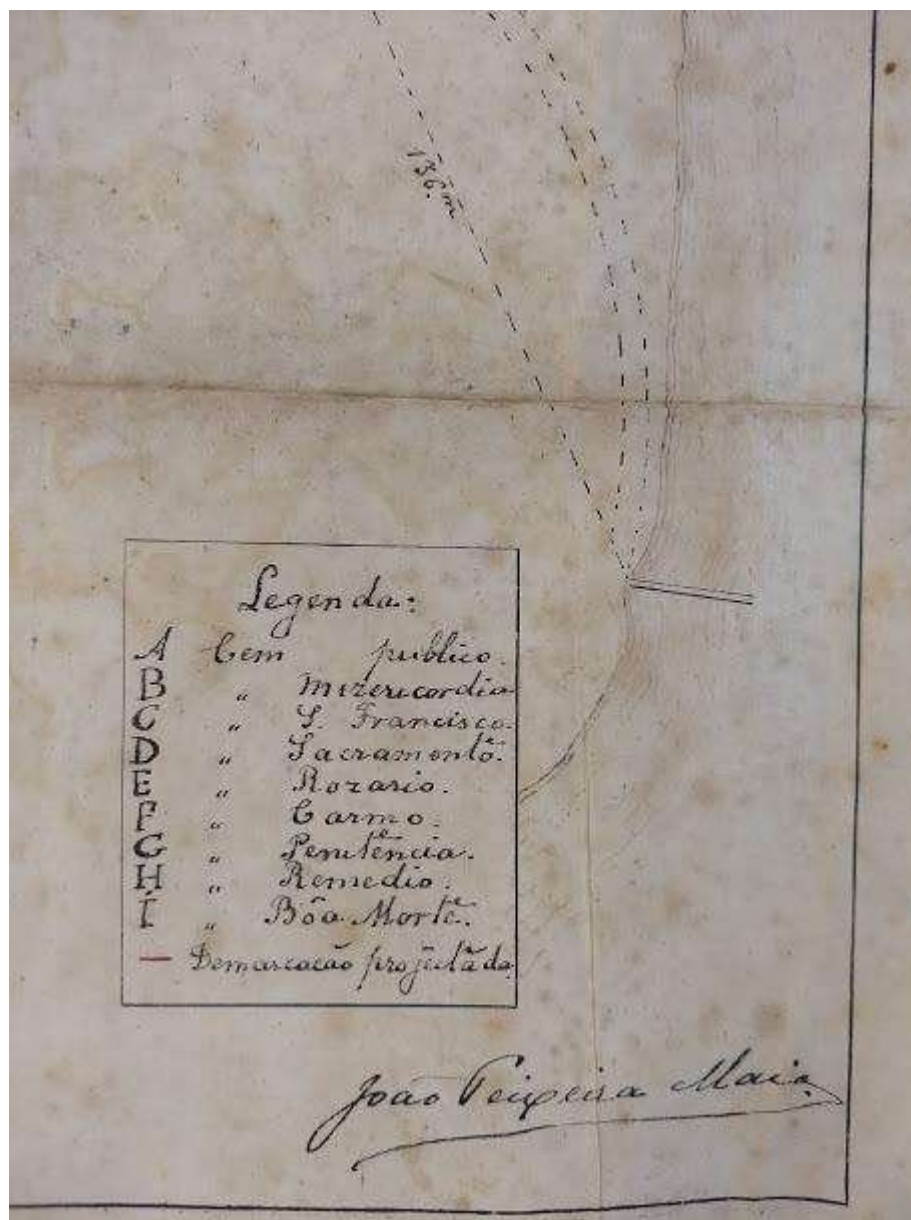


Figura 8: Detalhe da planta do cemitério de Santo Antônio especificando os espaços reservados a cada irmandade no território do novo campo santo (ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1890, detalhe da legenda da planta do cemitério)

A planta na área do sítio Santo Antônio, local escolhido para receber a remoção do cemitério, foi elaborada no ano de 1890⁷⁴. O espaço compreendia 37878 metros quadrados de terreno e previa setores para algumas irmandades locais, dessa forma,

⁷⁴ Não foi possível saber se a planta do cemitério foi elaborada a pedido do presidente da Intendência Municipal ou do presidente de Estado. A probabilidade maior é de que tenha sido encomendada a pedido da administração de Vitória, pois o documento estava sob gerência do arquivo do município. De qualquer forma, essa era uma tentativa de apresentar uma alternativa aos antigos costumes funerários, que ainda eram executados nos moldes tradicionais na cidade de Vitória. Fazemos essa afirmação, pois, no ano de 1890 foi preciso editar um novo código de posturas proibindo mais uma vez os enterramentos dentro dos templos da capital, assim como, a construção de novos cemitérios na região central da cidade (SANTOS, 2014, p. 349-350).

respeitava a sacralidade atribuída aos enterramentos pelos católicos oitocentistas sem deixar de lado um espaço reservado aos que não atendiam aos critérios estabelecidos pelo catolicismo para inumação de corpos. Ao mesmo tempo, recorria aos conhecimentos da engenharia e ciências afins para fazerem cumprir a modernização dos rituais funerários na capital.

Na edição do jornal *O Estado do Espírito Santo* publicada em janeiro de 1890, mesmo ano do documento sobre a necrópole postado logo acima, podemos ler um resumo da reunião dedicada a discutir a localidade para a construção. O relato estampado no periódico resumiu alguns posicionamentos de distintos setores da sociedade representados nesse encontro. Pelo teor da síntese exposta na folha noticiosa, não havia consenso se a planta acima se tornaria de fato o novo cemitério público da capital, pois, parte dos presentes na reunião advogavam pela construção do cemitério na região próxima à Passagem, no então chamado sítio Bomba (atual região da Ponte da Passagem), outros defendiam que a necrópole deveria ser removida para um sítio localizado em Argolas, parte continental, atualmente pertencente ao município de Vila Velha (antiga Vila do Espírito Santo). Vejamos o que diz a notícia:

Remoção dos cemitérios

Teve lugar ontem no palácio do governo uma reunião promovida pelo digno governador interino deste Estado, o sr. dr. Horácio Costa, para tratar-se sobre assuntos referentes ao fechamento dos atuais cemitérios da capital e estabelecimento de uma necrópole em lugar apropriado e distante do centro populoso.

Acudiram ao convite de s. ex., os srs. dr. Ernesto Mendo, inspetor de higiene, dr. Goulart de Souza, inspetor de saúde do porto; os clínicos drs. Cerqueira Lima, Florêncio Gonçalves e Antônio Aguirre; o sr. barão de Monjardim, provedor da Misericórdia; o engenheiro Libânio Lima; o diretor interino de obras públicas; o sr. capitão Lírio, presidente da municipalidade; o dr. Joaquim Amorim, chefe de polícia interino, capitão Paula Castro e representantes da Gazeta da Victória, da Folha e deste jornal.

O cidadão governador expôs em rápido discurso o objetivo da reunião, que era escolher e determinar localidade conveniente para o estabelecimento dos cemitérios extramuros.

Falou o sr. dr. inspetor de higiene pública, acentuando que o fechamento dos atuais cemitérios era uma questão vencida e pelo qual ele batia-se há muitos anos. Disse que, se não fora as condições topográficas da ilha onde se acha situada a cidade, a proporia que se edificassem os novos cemitérios ao Poente desta. Não sendo possível pelos motivos expostos, indicava o sítio Bomba, próximo da Passagem, ao Oriente da cidade, para essa edificação e em segundo lugar o sítio da estrada das Argolas, no continente. [...]

O dr. Cerqueira Lima, em extenso discurso, opinou pela preferência do sítio das Argolas, reconhecida como está a impossibilidade de se plantarem os cemitérios no lado ocidental.

No seu entender, não se deve levar os cemitérios para área que fica ao oriente, porque a cidade tende a crescer e muito naturalmente o fará nessa direção.

A opinião dos representantes do jornalismo foi acorde, manifestando-se pela fundação da necrópole no ponto indicado pelo dr. Ernesto, e que já fora há ano indicada pela imprensa com apoio da corporação médica. [...]

Resumindo o que ocorreu na reunião de ontem - verifica-se que, unânime foi a opinião de que, quanto antes, devem ser fechados, por nocivos à salubridade pública, os cemitérios da cidade; votando a maioria dos cavalheiros presentes pelo estabelecimento da necrópole no extremo oriental da ilha.

Dependendo de um exame o terreno e de um cálculo os reparos a fazer-se na estrada que liga a capital à Passagem, deliberou o cidadão governador visitar hoje pela manhã aquele sítio, acompanhado dos ilustres clínicos, engenheiros, provedor da Misericórdia e representantes da imprensa.

O fechamento dos atuais cemitérios, pode-se afirmar é medida decretada. O que resta é assentar definitivamente o ponto da futura necrópole, atendendo do melhor modo as condições higiênicas e econômicas (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1890, ed. 2133).

Vemos, portanto, que a difícil decisão de afastar as necrópoles foi seguida pela dúvida a respeito da localidade que abrigaria a cidade modernizada dos mortos. Um dado intrigante a respeito dessa reunião foi o silêncio dos redatores a respeito das falas de outros personagens presentes no encontro. Curioso notar que o posicionamento de médicos e representantes dos jornais era bastante afinado e quase uníssono. Entretanto, poucas são as vezes que nos deparamos com a fala dos engenheiros e dos outros setores diretamente envolvidos na querela. Se formos analisar mais profundamente os silêncios apresentados na fonte, perceberemos que os representantes de outras irmandades existentes em Vitória no final do Oitocentos também estavam entre as partes intimamente relacionadas à questão, de modo que, ou elas não foram convidadas ou não compareceram. Portanto, é possível inferir que embora houvesse grupos interessados e atuantes, eles não poderiam realizar todas as ações no sentido de modernizar o morrer sem apoio dos demais setores da sociedade. Como estamos abordando nesse momento especificamente a engenharia, podemos afirmar que as falas dos profissionais desse campo a respeito da atualização das necrópoles aconteciam com menos frequência que a de médicos e outros cidadãos ilustrados. Posteriormente, vamos traçar possíveis explicações para esse comportamento. Antes disso, é pertinente salientar que, embora

haja muitas lacunas a respeito do tema sob a ótica dos engenheiros, é plausível crer que os conhecimentos desse saber, especialmente no que tangia a forma de conceber as cidades foi incorporado ao que se entendia como um padrão higiênico moderno para os campos santos da cidade de Vitória:

Saneamento da capital

(Cartas à redação do Estado do Espírito Santo)

Os fins principais dos drenos empregados no saneamento das cidades é impedir que as águas superficiais, carregadas de matérias orgânicas, se estagnem no solo urbano, e fazer afluir o ar no solo e assim queimar os sulfuretos e substâncias orgânicas de que este é impregnado.

Uma cidade drenada é uma cidade seca. [...]

Abundam exemplos na Inglaterra, onde cidades quase inabitáveis entraram nas melhores condições de salubridade, depois que foram dotadas deste útil trabalho, sendo observado em grande número de exemplos que a drenagem preserva das febres tifoides. [...]

Deveríamos, para guardar a ordem de nosso programa, ocupar-nos agora do esgoto de matérias fecais e de águas servidas, asseio das praias, etc; agita-se, porém, nas regiões do governo e no espírito público a questão da remoção dos cemitérios, e é preciso aproveitar o momento para levantarmos nossa pedrinha ao edifício, muito humildemente lembrando fatos, que, por pequeninhos, podem passar despercebidos.

Remover os cemitérios, tal como se pode conceber a locução, não será extinguir o mal que eles fazem, será remover o mal. Para onde? [...]

Desde que é um mal, quanto mais para longe, melhor: dos males o menor.

O dr. Henrique Moscoso projetava transferir os enterramentos para meio caminho entre o porto das Argolas e Vila Velha, ao lado da estrada cuja construção empreendeu.

O seu projeto ficaria completo com a construção das pontes –sobre a baía, da qual tinha mandado proceder estudos, e sobre o rio Aribiri; enquanto, porém, não se efetuasse aquela ponte seriam os transportes feitos por uma gondola funerária até o porto de Argolas, e daí ao cemitério em carros sobre trilhos, pelo que tinha grande cuidado com a conservação dos que estavam sendo utilizados no aterro do mangual, para o emprego provisório. Morreram com eles seus projetos.

Parece-nos que, tendo em vista as dificuldades de viação para os transportes, que necessariamente se farão em carro, a escolha não pode recair senão nas localidades de Leste, porquanto a estrada de rodagem para Santo Antônio, supomos muito dispendiosa pela constituição do terreno; e as terras do corte do morro do forte de S. João podem ser aproveitadas muito convenientemente em aterros que exigem as praias da Capichaba.

Voltaríamos, pois, para que os enterramentos fossem feitos em Maruípe, não obstante os receios das virações que a alguns impressiona, e, mais, por estarmos certos de que desse lado não nos convém vir as águas para

abastecimento da cidade. (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1890, ed. 2133).

Conforme havíamos mencionado, no ano de 1890, a localidade onde seria estabelecido o novo cemitério público ainda era uma incógnita. As discussões transbordavam, inclusive, os ambientes mais formais e institucionais, pois uma pessoa – sem identificação – que provavelmente não estava presente na reunião mencionada anteriormente, acreditava poder contribuir com seu conhecimento multidisciplinar acerca do assunto. Referimo-nos à propriedade com que a pessoa escreveu o posicionamento acima publicado no jornal *O Estado do Espírito Santo*, pois no texto é possível perceber a incorporação de informações técnicas, algumas provenientes de distintos campos do saber: medicina, química e também da engenharia, que nesse momento englobava os domínios do urbanismo. Salta aos olhos o teor do tratamento dado ao tema, não se vêem ponderações religiosas, sendo no máximo, reconhecida a dimensão poética de alguns elementos que deveriam compor a parte física do cemitério. O que nos chama a atenção, nesse e no trecho a seguir, é o acréscimo dos conteúdos estreitamente relacionados com a engenharia:

Mas removemos assim os cemitérios que tanto nos assustam com exalações e infiltrações? Não. Eles aí ficam e atravessam nessa quadra calamitosa, enriquecidos de matéria prima recentemente adquirida. É a grande provisão e grandes serão nossos males por muito tempo. Não se removerão os cemitérios, crê-se mais distante a cidade.

Para os que nos ficam, vamos voltar nossas atenções e procurar eliminar, ou, pelo menos, diminuir os males que nos possam fazer.

Parece-nos medida de prudência e de incontestável vantagem circunvalar os cemitérios com fossos de profundidade de 3 metros, pelo menos, abaixo do solo.

Estes fossos servirão de coletores, não só das águas pluviais, que lavam os cemitérios e são atualmente depositadas na parte baixa da cidade, como também de parte dos líquidos cadavéricos que atualmente pela infiltração infeccionam as localidades das bases das montanhas.

Estes valos devem ter declividade necessária e comunicação por drenos ou canos de esgoto, com a drenagem geral da cidade baixa, que temos proposto e continuamos a aconselhar, de forma a guardar o menos percurso possível.

Por essa forma nos livraremos dos males que nos causam as águas dos cemitérios.

Para evitarmos os miasmas, ou, pelo menos, modificarmos seus perniciosos efeitos na atmosfera, devemos atualmente proceder neles constantes desinfecções e arborizá-los.

As árvores nos cemitérios não são só uma tradição poética; elas representam também um importantíssimo interesse à salubridade: dissecam o solo e exercem, em relação a água de que se impregnam o benefício de drenos e chorões.

Estas árvores tem a propriedade de produzir mais ozônio, o que é outra vantagem importantíssima, porquanto o ar ozonizado queima com atividade as matérias orgânicas em dissolução ou em suspensão.

Pelas mesmas razões, convém que sejam arborizados os fossos com que, por ventura, estejam circunvalados os cemitérios.

É tudo quanto nos sugere sobre precauções a tomar em relação aos cemitérios que nos ficam, em benefício do saneamento da capital, e, estamos certos que, em referência ao novo cemitério, serão tomadas as cautelas que a ciência aconselha (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1890, ed. 2133).

Como não sabemos quem escreveu a carta acima – enviada à redação do jornal em 1890 –, não conhecemos, portanto, a formação de seu autor, sua origem ou o grupo ao qual ele poderia estar associado. Nos resta afirmar, portanto, a partir de uma análise desse excerto, que os contornos modernos de morte e do morrer estavam cada vez mais mesclados no imaginário dos homens de letras da capital ao que se entendia como uma cidade modernizada, pois, o desejo de se modernizar a urbe vitoriense parecia doravante mesclado também à necessidade de modernização dos cemitérios. Os campos santos deveriam ser drenados, canalizados, arborizados, purificados e planejados à régua, tal como as novas cidades.

De todo modo, apesar das descrições técnicas e dos apelos, as obras não foram concluídas até o final do governo de Muniz Freire, tampouco na gestão de Cleto Nunes, que atuava na Intendência local. Como já mencionado, os ofícios reclamavam aos engenheiros das parcerias contratadas que concluíssem seus trabalhos, entretanto, pelo insucesso do desfecho dessas empreitadas, percebemos que as relações entre o Estado e o setor privado não eram das mais fáceis e bem resolvidas na capital capixaba.

Na administração de Muniz Freire, os engenheiros e a Companhia Torrens⁷⁵ estiveram voltados para a expansão do território da parte norte da capital, sendo assim, pouco foi

⁷⁵ De acordo com Campos Júnior (1996), teria havido um relacionamento, de certa forma, suspeito entre a administração de Muniz Freire e a Companhia Brasileira Torrens. Essa empresa possuía uma série de contratos tanto com o governo do Estado do Espírito Santo quanto com a administração municipal de Vitória. O engenheiro Luiz Serafim Derenzi (1995, p. 145-146) também apresentou algumas inconsistências nos contratos com a empresa Torrens: o serviço de abastecimento de água não ultrapassou os limites do rio Formate, bem como, instalou apenas os alicerces do reservatório de Santa Clara; o arruamento da Vila Rubim foi feito de forma precária o que gerou uma área "de solução impraticável", na visão de Derenzi; já o Quartel de Polícia tem um traçado questionável, ou nas palavras do autor é de

feito pela área central da cidade onde a maioria da população vitoriense se encontrava e onde também se localizavam os principais problemas urbanos relatados pelas fontes da época (FERREIRA, 2016, p. 170). Não é nosso objetivo no momento, mas assim como outros pesquisadores mencionados anteriormente já apontaram, Muniz Freire e as empresas de execuções de obras, bem como os engenheiros convidados a repensar a cidade possivelmente estavam engajados em um projeto de modernização que visava um horizonte de expectativa ainda sem perspectiva de realização, o que resultou na incompletude de uma série de obras que batiam à porta no momento em que governava.

O projeto do Novo Arrabalde desenvolvido pelo engenheiro Saturnino de Brito parecia por em prática os anseios de uma camada dominante que se utilizou do poderio econômico do Estado para implementar sua agenda. Portanto, a leitura que fazemos dessa empreitada é que as maiores reformas idealizadas pelo governo juntamente com a atividade da engenharia no Espírito Santo foram impostas de maneira vertical e, possivelmente, não atendiam aos interesses imediatos para o bem estar de grande parte da população. Nesse sentido, a movimentação e o empenho nesse projeto se fez valer de um momento político iniciado após a implementação da República, pois a autonomia dos Estados e a prática de recorrer a empréstimos externos foi iniciada (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 160). Esse ato administrativo fez com que as necessidades mais urgentes fossem secundarizadas em nome de um progresso excludente e de uma modernização um tanto questionável em seus termos.

Em meio a tudo isso, é preciso pontuar algo fundamental em nossa análise relacionada ao projeto do Novo Arrabalde e a atuação dos engenheiros na cidade de Vitória. Mais do que nos aprofundarmos na projeção e construção deste espaço na capital, importa aqui destacarmos como a idealização dessa empreitada interferiu na modernização da área central e histórica da cidade. Isso porque, enquanto os olhares mirando o futuro voltavam-se para a expansão da capital, locais habitados necessitavam de cuidados de maneira pragmática e urgente segundo os ditames das ciências da engenharia e da medicina. Longe de querermos aceitar passivamente os pressupostos científicos do fim do século XIX sem nenhum posicionamento crítico, é possível questionar a quais

uma “arquitetura duvidosa” e sem as mínimas medidas de segurança; o Teatro Melpômene, embora tenha sido aclamado, foi construído com um material frágil. O hospital também não foi muito além dos alicerces e a promessa de construí-lo na Praia do Suá não foi concretizada.

interesses a engenharia esteve mais voltada e de que forma os burocratas instrumentalizaram esses saberes ao bel prazer das camadas dominantes, o que em alguns casos, contrariava os anseios do que era tido à época como o bem comum.

Para tornarmos mais clara essa posição, vejamos uma fala da administração municipal relatando as condições sanitárias da cidade de Vitória em 1895:

Parecer

Na atualidade, o serviço de limpeza pública da cidade merece de nossa parte a maior solicitude e escrúpulo por isso que estamos em luta com repetidos casos de febre amarela sem que medidas sanitárias se tomem a respeito.

O aumento rápido da população, a acumulação de vacinas e estrangeiros em casas mal arejadas, o estado deplorável de nossas valas de despejo e de nossas praias e quintais, ao desenvolvimento constante emanação de miasmas infectos que pelo grau excessivo de calor faz presumir, ou antes acreditar que a febre de mau caráter que nos visita anualmente tome ainda proporções assustadoras atirando a consternação e o luto no seio da nossa sociedade se por ventura medidas preventivas não fossem em tempo tomadas [...] (ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Parecer, 20 de janeiro de 1895).

A população estava enfrentando uma nova epidemia e uma das medidas que concorriam para tal acontecimento continuar ocorrendo na cidade era a falta de higiene proveniente dos enterramentos e dos locais de inumação de cadáveres mal cuidados. Interessante notar, que na mesma época, o engenheiro Antônio Athayde estava participando da gestão local como demonstra o documento a seguir:

11 de fevereiro de 1895

Cidadão diretor de contabilidade

Comunico-vos que por atos de hoje foram nomeados os cidadãos Dr. Antônio Aguirre e Antônio Francisco Athayde para exercerem interinamente – este o cargo de engenheiro e aquele o de médico deste governo nesta data entrando em exercício dos mesmos cargos.

O secretário

José A. Villas Bôas (ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, 1895)

Combinando essas informações, podemos nos questionar: por que Antônio Athayde, defensor de medidas salubres e que visavam alterar a forma de gerir dos cemitérios não interviu de maneira mais incisiva para modificar a forma como os enterramentos estavam acontecendo, já que estes rituais eram considerados uma das causas para tais

calamidades? Ademais, por que os engenheiros, tal como os médicos explicitamente fizeram, não se empenharam em condenar na imprensa ou mesmo enquanto agentes do poder público para que se efetivasse tal mudança?

Longe de comprarmos a ideia corrente entre os entusiastas da modernidade – de que a ciência nos conduziria inexoravelmente ao progresso e ao aprimoramento enquanto civilização –, temos que os interesses dos engenheiros foram canalizados para as grandes obras de infraestrutura ligadas diretamente aos interesses das camadas dominantes, sejam os grandes produtores de café, sejam os comerciantes exportadores que se utilizavam do porto da capital capixaba. Esses interesses poderiam, em certa medida, explicar seus silêncios mencionados em tópico anterior. Um fato que corrobora tal suspeita reside nos valores dos empreendimentos, seu porte e a quantidade de energia e negociações mobilizada para as obras do final do século XIX no Espírito Santo. Enquanto o cemitério público custaria aos cofres públicos cerca de 233:000\$000⁷⁶ e a situação financeira tanto do Estado quanto da municipalidade⁷⁷ eram elogiados, por que tal construção não foi levada a cabo?

A construção do cemitério à luz dos ditames do progresso

Tratando-se de modernização, urbanização e alteração dos espaços à luz da engenharia, não poderíamos deixar de destacar a atuação dos engenheiros durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que conseguiu conferir contornos ainda mais bem definidos aos projetos de uma camada dominante local iniciados nas administrações de Muniz Freire.

⁷⁶ Informação obtida no documento: GOVERNO MUNICIPAL. Estado do Espírito Santo, Vitória, p. 1, 9 outubro de 1895.

⁷⁷ Sobre a receita da municipalidade, disse Cleto Nunes: [...] Efetivamente, a situação financeira do município é a mais lisonjeira possível. A sua receita vai em aumento progressivo, auspicioso, de tal modo que a arrecadação tem excedido sempre os nossos cálculos. No exercício de 1893, houve um excesso de 54:926\$572 réis. O orçamento calculara a renda em 117:774\$000, e a arrecadação produziu 172:700\$572 réis. Em 1894, a receita, calculada em 170:060\$000, elevou-se a 223:928\$922 ou mais 53:858\$922. No corrente exercício, pela arrecadação feita até agora, lícito me é afirmar que a renda excederá o cálculo do legislador municipal. [...] (GOVERNO MUNICIPAL. Estado do Espírito Santo, Vitória, p. 1, 9 outubro de 1895). Ainda se tratando da arrecadação, é importante salientar que Muniz Freire apresentou em 1895 um relatório contendo os valores da receita do Espírito Santo, para tanto, vejamos: “A receita geral orçada em 2.951:200\$000 produziu a tão soma de 4.489:042\$647, apresentando portanto a notável diferença de 1.537:842\$647 sobre o cálculo orçamentário; a despesa fixada em 2.949:647\$000 atingiu a 4.288:676\$379 [...] O resultado não podia ser mais lisonjeiro. Esse excesso considerável da receita efetuada sobre a receita orçada, que tem se verificado em todos os exercícios do nosso período constitucional. [...] (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 8)

Nesse sentido, buscando concretizar uma série de obras que rompessem com o caráter colonial da cidade, o presidente de estado, Jerônimo Monteiro, caminhou a passos largos no sentido de atualizar antigas estruturas físicas e concretizar outras alterações bastante discutidas na segunda metade da centúria passada.

Ademais, como atestam Carlos Teixeira Campos Júnior e Márcio Mendonça, a alteração dos espaços e a modernização da urbe vitoriense foi resultado de uma parceria entre o Estado e os empresários locais que se uniram em torno de dois eixos fundamentais: o interesse de um grupo mercantil-exportador do capital (CAMPOS JÚNIOR; MENDONÇA, 2019, p. 16) e a racionalidade do pensamento positivista em voga na época tanto entre os engenheiros, quanto entre alguns proeminentes membros das camadas dominantes capixabas do período. Esses fatores combinados, somados a elementos complementares, tais como a narrativa da superação do atraso e a reprodução acrítica de modelos arquitetônicos experimentados no Velho Mundo orientaram as mudanças ocorridas em Vitória na primeira metade do século XX.

Na esteira do que se entendia como modernização dos espaços, temos que ressaltar o aprimoramento das técnicas dos construtores locais influenciadas pela chegada de novas levas de imigrantes, que traziam na sua bagagem sua experiência e novos saberes que seriam eventualmente incorporados pelos profissionais locais (ALVES; CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 168).

Com esse cenário englobando empresários, agentes do Estado, profissionais ligados à engenharia e à construção foi criado um clima favorável às transformações modernizadoras do espaço urbano da capital. Sendo assim, Jerônimo Monteiro contratou os serviços de membros das camadas dominantes locais para empreender reformas urbanas que concederiam novos ares ao centro político-administrativo do Espírito Santo.

De acordo com o relatório do diretor de Agricultura, Terras e Obras, Antonio Athayde, em 1910, o coronel Antônio José Duarte⁷⁸ foi contratado para realizar diversas obras na

⁷⁸ Antônio José Duarte foi um proeminente coronel e comerciante português estabelecido no município de Iconha em fins do século XIX e início do XX. Em 1886, estabeleceu uma sólida sociedade com José Beiriz e seus negócios englobavam compra e venda de alimentos, ferramentas, tecidos, querosene e utensílios. Atuavam também na comercialização de café e terras (CAPRINI, 2007, p. 67). De acordo com Mendonça (2014), Duarte e Beiriz viram na expansão das estruturas da cidade de Vitória, uma oportunidade de diversificarem seus negócios.

cidade, todas estreitamente ligadas aos ditames modernos. Dentre as construções encomendadas podemos citar a conclusão do aterro do Mangal do Campinho, a construção do Palácio Domingos Martins, a instalação de bondes e a construção de habitações higiênicas para funcionários públicos. Ainda inserido no pacote de obras encomendadas por Monteiro a Duarte, temos a Necrópole de Santo Antônio. O custo das obras que deram origem ao bairro Vila Moscoso acrescido da edificação do cemitério totalizou 126:000\$000 (cento e vinte seis contos de réis)⁷⁹.

O cemitério municipal afastado do centro populoso saiu das terras contíguas ao terreno das igrejas católicas oficialmente em 1912. Para isso, foi necessário uma junção de saberes e competências que, mesclados, deram origem a uma nova concepção de necrópole. A chegada da energia elétrica contribuiu para a instalação dos bondes, que tiveram suas linhas expandidas. Essa expansão englobava, inclusive, o arrabalde de Santo Antônio e o ligava até a região conhecida, à época, como Carril do Suá (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 18). A mobilidade dentro do território vitorienense era um dos impeditivos para a construção do cemitério em uma região apartada do convívio diário, pois dificultava o deslocamento dos cortejos e das esquifes até o local do sepultamento⁸⁰. Para atestar tais transformações proporcionadas pela engenharia e coordenadas por um profissional da área, vejamos o relatório de Atahyde incorporado à Mensagem do presidente de estado: “Inaugurastes no dia 25 de setembro de 1909, os serviços de abastecimento d’água e de iluminação elétrica nesta capital (...)” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14). E ainda celebrava outra conquista associada ao progresso: “(...) e em abril já estavam todas as habitações fartamente abastecidas de excelente água potável, devendo em breve estarem todas providas de esgoto.” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14). Todas essas modificações eram acompanhadas por engenheiros e técnicos que esquadrihavam a paisagem e tentavam alterar a realidade

⁷⁹ No ano de 1910, Hugo Wernicke publicou em Potsdam um livro contendo imagens do Espírito Santo, bem como relatos sobre as comunidades alemãs que viviam no território capixaba. Nessa obra, temos importantes informações a respeito do preço dos produtos cotidianos. Tais dados nos permitem dimensionar melhor os valores em dinheiro apresentados nas obras contratadas por Jerônimo Monteiro. Sobre isso, Wernicke relatou que entre 1895 e 1900, produtos como 1 litro de feijão custavam 500 réis, 1 quilo de carne seca girava em torno de 1.100 réis, 1 garrafa de querosene custava 600 réis, 1 caldeirão valia 10.000 réis, 1 enxada sem cabo tinha o valor de 2.000 réis (WERNICKE, 2013, p. 44-46).

⁸⁰ Em alguns momentos esse argumento foi utilizado contra a remoção dos cemitérios do centro da cidade, como fica evidente neste trecho: “Nem pode objetar-se à dificuldade da condução dos cadáveres porque aplainando-a, o serviço de carros fúnebres, preparado convenientemente o caminho, quer para um quer para outro lado da cidade- onde o cemitério for feito” (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 17).

física e estrutural da capital de forma que passassem a ideia de que o governo e seus contratados estavam bastante alinhados ao mundo do aperfeiçoamento técnico:

Baseado na opinião dos competentes técnicos, que têm visitado esses serviços, e de modo particular na do especialista dr. Thiago Monteiro, vindo, a convite deste governo, para examinar todas as obras, pratico um ato de justiça, assegurando que todos os trabalhos, que vão sendo feitos pelo dr. Augusto Ramos, nada deixam a desejar. O material empregado é da melhor qualidade, o mais moderno conhecido até o presente [...] (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 15).

O discurso modernizador era, portanto, o mote das reformas urbanas materializadas na capital do estado naquele começo de século. Os espaços estavam sendo transformados à luz de um entendimento bem definido a respeito do novo viver. Essas alterações, portanto, refletiam a adequação a uma nova lógica moderna de se pensar a vida que, por sua vez, englobava também novos sentidos para a morte. Esta foi ressignificada em grande medida, pois ao afastar a necrópole municipal do centro e, com isso, oferecer uma alternativa higiênica e moderna de se experimentar o morrer, juntamente com a vivência de outras experiências modernas, selava um novo protocolo para os ritos fúnebres.

Se anteriormente, os cortejos eram marcados pela passada a pé, com a honrosa e dramática atitude de ter uma esquife sendo carregada por entes queridos do defunto, agora, após as obras de implementação dos bondes e o afastamento do cemitério municipal do centro, os rituais ganharam outros contornos. O bonde, anteriormente puxado por animais, se modernizara com a chegada da energia e passava a representar um ideal de progresso, tanto pelo avanço da técnica com o surgimento das máquinas, quanto pela aceleração do tempo. O bonde contribuiu para adiantar o passo, para diminuir o espaço entre a tarefa e seu executor. Além disso, máquinas foram empregadas a fim de construir um acesso até o novo local de enterramentos onde anteriormente só chegavam pessoas à pé ou à cavalo. A nova necrópole, portanto, seguramente trouxe uma série de rupturas na forma de se entender os rituais fúnebres na cidade àquele tempo. O relato de Maria Stella de Novaes é revelador do impacto que algumas dessas mudanças tiveram sobre o imaginário popular naquele momento:

Para a viação elétrica até Santo Antônio, providenciou Dr. Jerônimo a abertura de uma estrada que substituísse o velho caminho, permitido apenas a pedestres e cavaleiros. Mesmo porque lá devia ser construído um Cemitério Público, no antigo sítio do Sr. José Ribeiro Coelho, onde havia o curral de bois. E a estrada se fez a picaretas e

pás. Trabalho hercúleo, num tempo distante da maquinaria atual. Estrada bem amparada pelos muros de sustentação.

Inaugurada a linha de bondes elétricos para Santo Antônio e aberto o Cemitério Público, organizou-se o serviço especial de enterros: um bonde puxava o reboque fúnebre, seguido de outros, com o cortejo (...) O povo, sempre imaginoso, dizia 'Enterro de bonde'. Com o tempo, como o 'Enterro de bonde', apareceu o 'Casamento de bonde', para noivos, quando residentes longe das Igrejas.

O Cemitério Público, em Santo Antônio, foi inaugurado a 1.º de maio de 1912. A 8, realizou-se a primeira inumação, a de D. Isabel Borges de Aguiar (NOVAES, 2017, p. 130-131).

Além de afastados dos centros urbanos, os morosos rituais fúnebres particulares de outrora davam lugar à acelerada lógica moderna de entendimento da morte, com o uso de bondes elétricos e com a criação de um serviço especializado para o trato com o morrer. Distante do mundo dos vivos, esquadrinhada no espaço público, entregue ao cuidado dos especialistas e adaptada à dinâmica dos novos tempos, a morte parecia finalmente ter alcançado na necrópole de Santo Antônio o patamar civilizado tão clamado pelos especialistas no tema no Espírito Santo desde o século XIX. Conforme o presente capítulo buscou demonstrar, o papel desempenhado pelo saber-poder dos engenheiros nesse processo não pode, de forma alguma, ser subestimado.

Nesse sentido, a construção da necrópole pública de Santo Antônio representou a culminação de um longo processo de modernização dos sentidos da morte e do morrer na cidade de Vitória naquele início de século XX. Tendo apontado para a contribuição da engenharia em tal direção, cabe doravante que esmiuçemos também do lugar ocupado pela Igreja Católica e por suas irmandades diante dessas mudanças e rupturas nos sentidos da morte em terras vitorienses. Entender as resistências e as formas de adaptação da religião cristã a esses novos sentidos adquiridos pela morte na modernidade capixaba é, portanto, o objetivo de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O catolicismo por meio das irmandades no Oitocentos brasileiro

Nesta altura do trabalho, já não podemos nos furtar de abordar questões diretamente ligadas ao catolicismo e às suas formas de conceber a morte no decorrer do século XIX brasileiro. Pensando nisso, é preciso delimitar as balizas dessa organização religiosa implementada pelos portugueses em sua principal possessão ultramarina moderna. A dimensão ocupada pelo catolicismo e seu significado para as relações que se desenrolaram no Oitocentos brasileiro podem ser compreendidas a partir da perspectiva da finitude do viver, pois a morte era uma das fronteiras que orientavam as atitudes em vida. Em outras palavras, a partir do morrer o viver poderia ser pensado e, em parte, determinado. Tudo isso sob a chancela e a orientação da Igreja Apostólica Romana.

Para tanto, procuramos apresentar nesse capítulo as formas de organização religiosa bem como os ditames do catolicismo no que tangia às práticas ligadas à morte, sendo que tais diretrizes serão aqui entendidas como representantes dos elementos que compõem a tradição e a cultura cristãs. Posteriormente, mapearemos as irmandades existentes em Vitória ao longo do século XIX para as compreendermos como espaços de atuação leiga no campo religioso e de realização dos postulados tradicionais da soteriologia católica. A segunda etapa esmiuçar o papel político e religioso desempenhado pela irmandade da Santa Casa da Misericórdia no trato com a morte, pois esta confraria possuiu, como veremos adiante, um papel destacado em relação ao bem morrer religioso, e, em alguns casos, podia ser entendida como uma instituição conciliadora dos ditames científicos modernizantes com a tradição religiosa cristã no Oitocentos brasileiro. Acreditamos que, em certa medida, o desempenho dessa organização tendeu a esse sentido na Vitória do século XIX, mas com algumas especificidades que mereceram uma narrativa cuidadosa para acessar meandros de sua atuação e compreender os posicionamentos de outras irmandades religiosas diante de tal processo.

A doutrina cristã e o post-mortem: entre a Antiguidade e o Concílio de Trento

Conforme já amplamente atestado pela historiografia internacional e nacional, a Igreja Católica ensinava como se devia morrer, o que era necessário temer em vida e em morte

e quais as consequências (ou penas) para os que não seguiam suas orientações. Tais diretrizes resultavam em certo controle sobre a vida de seus fiéis. Os cristãos recorriam a essas lições por receio de não alcançarem as bênçãos prometidas para a vida eterna. Para atingirem os objetivos citados acima, religiosos católicos utilizavam-se, de acordo com Claudia Rodrigues, da *pedagogia do medo*. Segundo a historiadora, essa estratégia contribuía para garantir um alto índice de feitura de testamentos, além da procura significativa dos sacramentos essenciais aos moribundos que ansiavam pela morte digna e com maior garantia de salvação. Ademais, as orientações proferidas de maneira repetida pelos representantes da Igreja ao longo de todo viver os faziam crer na importância da preparação do seu espírito para encarar o além-túmulo (RODRIGUES, 2005, p. 39).

Entretanto, tal entendimento sobre os rituais funerários foram construídos ao longo de séculos na história do cristianismo. Segundo Michel Lauwers, entre “os Pais da Igreja, a localização dos corpos dos defuntos não tinha tanta importância” (LAUWERS, 2015, p. 57), assim como fica claro na fala de Agostinho de Hipona: “os fiéis não perdem nada ao serem privados de sepultura, assim como os infiéis não ganham nada ao recebê-las” (AGOSTINHO, 9, 11, p. 639 *apud* LAUWERS, 2015, p. 57). Conforme nos mostra Lauwers, na Idade Média, alguns teólogos cristãos, tais como Anselmo de Laon, compreendiam a inumação e os ritos de passagem para o além como algo supérfluo à salvação da alma. As penitências, o viático e as confissões eram colocadas em primeiro plano entre as medidas urgentes para se alcançar o paraíso (LAUWERS, 2015, p. 58).

Já na era moderna, a culpabilização pelos atos considerados errôneos e a punição para os indivíduos que os cometiam estavam entre as palavras da ordem do dia do cristão católico setecentista e oitocentista. Por isso, tal como afirmado por Lauwers e Rodrigues, a preparação era instigada para que no momento do Juízo Final o cristão obtivesse a salvação eterna. Nesse momento de reencontro entre alma e corpo, as consequências da má morte seriam experimentadas *ad infinitum*, portanto, “a possibilidade de não se alcançar o objetivo último, que era a salvação, explicava o medo que diziam ter da morte” (RODRIGUES, 2005, p. 40).

Para obter o bem morrer, portanto, era necessário estar em dia com suas pendências terrenas, pois sua situação no momento da passagem era determinante para a geografia do pós-vida. Em outras palavras, o purgatório e o inferno estavam à espera da alma do

pecador cristão dependendo da gravidade dos desvios cometidos em sua existência. As faltas mais leves poderiam ser remidas em uma estadia de provação e de purificação do indivíduo para a eventual ascensão aos céus ou para a ida ao inferno. A existência do purgatório no imaginário cristianizado criava uma ligação entre os vivos e os mortos, assim como estabelecia uma certa responsabilidade dos fiéis que permaneciam na terra pela condição do morto no plano espiritual. Essa dinâmica se dava em função dos sufrágios proferidos pelos vivos para conduzir os mortos ao paraíso cristão, em outros termos, “Que acréscimo de poder para os vivos, este domínio sobre o morrer! ” (LE GOFF, 1995, p. 26). Para além disso, a intervenção dos vivos na condição dos mortos por meio dos sufrágios serviu para reforçar a solidariedade das confrarias religiosas, das famílias dos defuntos e das associações leigas (LE GOFF, 1995, p. 26).

Este seria também o caso do Compromisso no ritual *post-mortem* da Santa Casa da Misericórdia na Vitória Oitocentista. Conforme evidenciado em seu artigo 119: “Todo irmão que falecer, tendo pago seus anuais, ou não tendo pago por causa de sua pobreza, terá quatro missas por sua alma de esmola que a Mesa estabelecer segundo o estado dos tempos, as quais serão ditas pelo capelão em qualquer Igreja (...)” (ACMV, ADM. I. 021). Caso os sufrágios não fossem feitos em prol da alma, acreditava-se, pelo menos desde o medievo, que ela poderia retornar ao plano terrestre e pedir a um amigo ou parente que cumprisse tal ritual visando a superação do purgatório. Ao alimentar o medo destas almas penadas, a Igreja estimulava a solidariedade entre vivos e mortos, bem como afiançava fiéis (SCHMITT, 1998, p. 18).

Ainda sobre o mundo dos mortos imaginado pelos vivos e sua repercussão em suas vidas, Le Goff faz uma genealogia do pensamento cristão acerca do purgatório, e dessa maneira, demonstra como seria parte do entendimento do destino dos que não seguiam os preceitos estipulados pelo cristianismo. O autor apresenta a construção de um entendimento a respeito da condição a qual as almas estariam submetidas após o momento da passagem. Para tanto, citamos alguns exemplos no sentido de tentar demonstrar, aos moldes de Le Goff, parte das divergências sobre a alma dos indivíduos que eram bons, dos que não eram tão ruins e dos que eram considerados péssimos aos olhos cristãos. Refazer esses passos é importante para compreendermos os meandros dos mecanismos de controle via medo e culpa pavimentados pela cristandade ocidental. Isto é, precisamos compor o cenário muitas vezes descrito no entendimento dos

teólogos cristãos para apreendermos parte da sensação de vigilância empreendida pela doutrina cristã, assim como o medo experimentado pelos fiéis do além-vida.

Avançando nessa seara, temos uma série de divergências entre os lugares destinados a alguns seres humanos ou quem deveria permanecer em determinada condição no pós-vida. Nesse sentido é que trazemos o pensamento elaborado por Orígenes de Alexandria. Segundo esse teólogo antigo, não haveria ninguém tão puro que não estivesse maculado ao menos dos pecados inerentes ao ser humano e ninguém tão ruim e imutável que não refletisse e corrigisse suas imperfeições a ponto de ir para o céu cristão (LE GOFF, 1995, p. 78). Ou seja, a partir desse raciocínio, Orígenes estaria arquitetando teologicamente que o inferno poderia ser um local temporário. Outras leituras são menos flexíveis em relação à condição dos pecadores. Clemente de Alexandria, por exemplo, produziu outra interpretação sobre temas similares aos que Orígenes tratou. Para Clemente, o castigo poderia vir em vida, em forma de lição e correção educativa, ou no pós-vida, como forma de punição. Os que mereciam ser punidos no além eram entendidos como inveterados, e para estes o fogo seria destruidor, ao passo que para os indivíduos bons, o fogo seria santificador (LE GOFF, 1995, p. 77).

Após esse breve balanço das tradições, seguimos com outra importante interpretação: a de Agostinho de Hipona. Pelo menos desde Agostinho é possível afirmar que o imaginário cristão acerca da morte estava ganhando contornos que perdurariam até o século XIX ou até mesmo nos dias de hoje. Le Goff apresentou o texto do teólogo em questão direcionado à mãe na ocasião de sua morte. Nessa exposição, Agostinho menciona a importância das orações para os defuntos e a capacidade de intercessão dos vivos em favor da salvação da alma dos que se foram. O bispo de Hipona acreditava que o cuidado excessivo com os corpos dos mortos era um traço da cultura pagã, o foco para ele deveria ser as preces e as orações as quais contribuíram para a salvação da alma do defunto. O clérigo ainda acrescenta que os rituais funerários tinham significado e importância para os vivos, sendo sua principal função o consolo para os que se despediam de seus entes (SCHMITT, 1999, p. 35-36). Ainda de acordo com Agostinho, os méritos de um ser vivo que já havia partido, no caso sua progenitora, englobavam, em seus termos, a fé e as boas obras, dentre as quais ele listava: o respeito ao matrimônio, a devoção eucarística, as obras misericordiosas e o perdão de dívidas (LE GOFF, 1995, p. 86-87).

A preocupação com a trajetória da vida do indivíduo demonstrava um ponto essencial à doutrina cristã: o modo de viver estava estreitamente ligado à construção de uma morte tranquila, com vistas à eternidade serena e livre de sofrimentos. Em função desse conjunto de regras – medo do inferno, receio de um trespasse turbulento, temor em relação à punição de seus pecados no purgatório–, que compreendemos o comportamento bastante comum no mundo ocidental católico, seja de indivíduos comuns, seja de pessoas ilustres. A título de exemplo dos cuidados voltados para o morrer, podemos mencionar o caso de Luís XI da França, no século XV. O soberano da dinastia de Valois fazia suas confissões periodicamente, doava bens à Igreja Católica, homenageava santos e a Virgem Maria. Tais atitudes se davam em um contexto impregnado por sermões apocalípticos e imagens do Juízo Final, os quais reforçavam cotidianamente os medos e as apreensões acerca da morte (DELUMEAU, 2009, p. 21).

Posteriormente, houve a elaboração de uma liturgia específica voltada para a morte fazendo com que o momento da passagem fosse cada vez mais controlado pela Igreja (RODRIGUES, 2008, p. 260). Além disso, o corpo eclesiástico, conforme Le Goff afirma, fora colocado como um intermediário de peso para a salvação das almas ao se propor intercessor das almas alocadas no purgatório (LE GOFF, 1995, p. 26).

Seguindo a linha argumentativa elaborada por Rodrigues acerca do controle, da culpa e da salvação (2008) e nos embasando na obra de Le Goff (1995), podemos traçar uma rede de estruturas expressas tanto na teologia quanto nas práticas cristãs executadas pelo baixo clero a fim de emaranhar os indivíduos na culpa, na condenação e na contrição. Em relação aos fundamentos da Igreja, o historiador francês ressalta que os teólogos medievais atestam que a culpa pode levar à condenação, mas havia maneiras de revertê-la. Para isso acontecer, era necessário confessar o pecado, arrepender-se do feito e penitenciar-se conforme as orientações dos eclesiásticos (LE GOFF, 1995, p. 256). A doutrina cristã, portanto, deslocou a noção da responsabilidade da salvação para o indivíduo. Nas palavras do historiador dos Annales: "A caça ao pecado inscreve-se numa interiorização e uma personalização da vida moral que reclama novas práticas penitenciais" (LE GOFF, 1995, p. 256). A nova fórmula de remissão dos maus feitos seria a busca pela confissão. Este ato passava durante o medievo a ser ainda mais efetivo do que o castigo, pois, o que contava, a partir de então, seria a contrição. Sendo assim, a Igreja teria como estratégia usar o medo atribuído à morte, ao julgamento de

Deus e a possibilidade da condenação como meios para adestrar os comportamentos dos seus seguidores (VAUCHEZ, 1987, p. 142 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 261).

Na esteira dos medos e dos rituais a serem cumpridos para alcançarem a paz dos vivos e a salvação das almas, temos entre os séculos V ao século XV, várias combinações de crenças tradicionais e rituais que, de acordo com Schmitt, foram lentamente cristianizados, ganhando os contornos descritos por Philippe Àries (2000) – quais sejam, a morte domesticada, a morte de si mesmo e a morte do outro. Ainda de acordo com Schmitt, nesse recorte temporal, as alterações estruturais enfrentadas pela Europa Ocidental contribuiriam para redefinir as relações espaciais, ou seja, a morada dos mortos se configuraria no cemitério.

Ademais, novas relações seriam estabelecidas entre o corpo clerical e a sociedade leiga após o ano 1000. Após esse período, as noções de pecado, de penitência, salvação seriam consolidadas (SCHMITT, 1999, p 17-18). As obrigações para com o morto também passariam a ser melhor definidas a partir do período Carolíngio (entre os séculos VIII e IX), se configurando como o que Schmitt intitula como o desenvolvimento da liturgia dos mortos, ou seja, os rituais passariam a ser compostos por missas no terceiro dia, no sétimo dia, no trigésimo dia e um ano após a passagem. E, para encerrar tal ciclo, oferendas deveriam ser feitas aos pobres em memória da salvação da alma do defunto, nas palavras do historiador: “essa liturgia baseia-se, com efeito, em uma estrutura de troca, em que os valores simbólicos são inseparáveis de resultados materiais e sociais da mais alta importância” (SCHMITT, 1999, p. 49).

Entre a Antiguidade e o Medievo europeu foram várias investidas para delinear as obrigações dos fiéis e as orientações do cristianismo a respeito das questões sobre vida e morte, para ficarmos em apenas alguns exemplos. Esses fundamentos atravessaram o oceano Atlântico no século XVI e produziram seus efeitos nas possessões americanas dos países Ibéricos. Entretanto, a fé católica no referido período vivia um momento distinto com duas frentes de enfrentamento, quais sejam, o de expansão para o Novo Mundo e o de reafirmação do seu poderio no Velho Continente.

O medo da morte fomentado pelo catolicismo em terras brasileiras: “a tirania sobre as almas”⁸¹

As definições acerca da morte e de seus rituais permaneceriam ocorrendo tanto na Europa quanto no Novo Mundo. A Baixa Idade Média – principalmente os séculos XII e XIII – havia sido crucial para a construção e o desenvolvimento da doutrina cristã, já entre os séculos XV e XVIII é possível verificar a consolidação de ensinamentos sobre a morte cada vez mais consolidados no mundo ocidental (RODRIGUES, 2005, p. 50). O período compreendido como Idade Moderna traria consigo adversidades e enfrentamentos para a Igreja Católica – dentre eles o surgimento do protestantismo e o despertar de uma consciência individual –, que alterariam a percepção de mundo das sociedades ocidentais. As transformações, no entanto, não estariam isentas de um contra-ataque por parte do catolicismo moderno, que buscou reforçar seus cânones perante às novas interpretações religiosas. Dessa forma, o Concílio de Trento, realizado no ano de 1545 serviu, no que tange às questões sobre a morte, para reforçar os mecanismos de controle através do medo do inferno, do purgatório e do Juízo Final (RODRIGUES, 2005, p. 50). Assim como esse temor progressivo foi atestado na Europa ocidental por autores como Michel Vovelle e Jacques Le Goff, é possível verificar reflexos da Reforma Tridentina em possessões portuguesas como Goa e Brasil.

De acordo com Patrícia Souza de Faria, em Goa, os concílios para alinhar as orientações da Igreja local com as decisões de Trento ocorreram um ano após as reuniões em Lisboa e Braga, ou seja, no ano de 1567. É válido ressaltar que Portugal foi um dos primeiros reinos europeus a acatar as orientações normativas do concílio, sendo que, na mesma toada, Goa, foi uma das primeiras possessões no espaço não-europeu a assumir as modificações do catolicismo moderno (FARIA, 2013, p. 5). Já o caso brasileiro possui contornos distintos do território português asiático, pois a concretização em terras brasileiras da sistematização das orientações do Concílio de Trento ocorreria somente no século XVIII. Tal como afirma Caio César Boschi: “o esforço de d. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo de Salvador da Bahia [...] concluiu-se [em 1704 com] o Regimento do Auditório Eclesiástico da Arquidiocese da Bahia”. Mas, seria somente

⁸¹ Termo retirado do seguinte excerto: “Houve no Brasil colonial como em todos os domínios ibéricos, uma verdadeira ‘tirania sobre as almas’ por meio da religião católica. Ninguém podia livremente decidir em assuntos religiosos. Atrás desta repressão religiosa figurava a exploração econômica praticada por Portugal” (HOONAERT *apud* BOSCHI, 1986, p. 3). A esse trecho acresce-se a interpretação de Boschi, qual seja: a história do Brasil foi profundamente marcada e orientada, na sua maior parte, pela instituição do padroado.

“em 1707, [...] celebrada a reunião dos prelados e a elaboração das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia” (BOSCHI, 1998, p. 429-452).

Esse conjunto de regras passou a ser utilizado como referência normativa pelos eclesiásticos estabelecidos na principal possessão de Portugal. Foi necessária a adequação da legislação católica para a realidade local, pois situações específicas da Colônia não tinham sido experimentadas do outro lado do Atlântico. Exemplo disso é a instituição das obrigações religiosas – como a catequese e a celebração do matrimônio – dos senhores para com seus escravizados que passou a ser discutida e melhor definida no referido documento (LONDOÑO, 2005, p. 277). Esse alinhamento dos parâmetros religiosos estabelecidos pelas *Constituições primeiras*⁸² tinha o intuito de preservar o caráter universal da fé. Além disso, conforme mencionado acima, o novo conjunto de orientações contribuiu para assegurar o controle e o posicionamento da Igreja perante as novas demandas. A título de exemplo no que toca aos assuntos relacionados ao morrer, é possível encontrar nas *Constituições primeiras* expresso o seguinte dever: os senhores devem garantir um “enterro decoroso em lugar sagrado” para seus cativos (LONDOÑO, 2005, p. 277). Ainda com a intenção de ilustrar as demandas locais, temos as especificidades para a confecção dos testamentos dos eclesiásticos em terras brasileiras:

Conformando-nos com as Constituições dos Bispados do Reino, e principalmente do Arcebispado de Lisboa, pela qual até agora se governando este nosso Arcebispado [da Bahia], declaramos que a sucessão de bens do clérigo defunto, que pertence a seus herdeiros ab intestado, não há lugar nos bens especialmente deputedos ao culto divino, e serviço da igreja, que por morte dos ditos beneficiados se acharem; como vestimentas, cálices, missais, e outras quaisquer coisas pertencentes à igreja, como casas e senzalas, que eles ou seus antecessores fizeram para uso das mesmas igrejas, e benfeitorias, que nelas fizessem, porque de todas estas, nem os clérigos e beneficiados podem testar, nem os herdeiros ab intestado nelas suceder, mas ficarão perpetuamente às igrejas, porque se presume, que para tal serviço as fizeram (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DA BAHIA, 1853, p. 278).

Reforçando, portanto, a análise feita por Fernando Londoño sobre as peculiaridades da Colônia brasileira em relação à metrópole portuguesa, é possível encontrar novamente referências à escravidão negra empreendida nas Américas. Assim, corrigindo as incongruências necessárias ao transplante de fé católica para o Novo Mundo, as

⁸² As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram resultado de um sínodo realizado na Bahia sob liderança do bispo D. Sebastião Monteiro da Vide. A primeira publicação ocorreu no dia 12 de junho de 1707, entretanto, a versão consultada para a escrita desta tese foi impressa no ano de 1853 na Tipografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, em São Paulo. Esse documento está disponível no site do Senado Federal através do link: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>, acessado em junho de 2018.

Constituições primeiras da Bahia serviram de parâmetro para diversos assuntos religiosos, rituais e impasses que ocuparam o cotidiano dos indivíduos nos tempos coloniais e imperiais.

Como era de se esperar, as *Constituições primeiras* também tratavam dos rituais funerários e demarcavam as regras a serem obedecidas pelo corpo eclesiástico e pelos fiéis seguidores do catolicismo, bem como, em alguns casos, já eram sugeridas as punições para os que não seguissem tais orientações, assim como fica demonstrado no excerto: “os clérigos, a que se derem velas, as levem, e tenham acesas no acompanhamento, e enterro, e assistam até os defuntos ficarem enterrados, sob pena de perderem a esmola do acompanhante [...]”(CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DA BAHIA, 1853, p. 290).

Importante notar também que além das preocupações em legislar sobre os mínimos detalhes dos rituais funerários, existiam as questões de ordem maior como o caminho a ser percorrido pela alma no pós-morte, frequentemente apresentados sob o prisma do medo e da punição. Acresce-se a esses elementos o fato de que as recomendações feitas aos religiosos brasileiros do século XIX coincidiam com as diretrizes desvendadas por Le Goff em seu estudo sobre a concepção do purgatório no imaginário dos europeus ocidentais na Idade Média. As permanências são uma forte marca do pensamento cristão católico que atravessam séculos com ínfimas mudanças no que refere às questões ligadas à morte:

É coisa santa, louvável, e pia o socorro de sufrágios pelas almas de defuntos, para que mais cedo se vejam livres das penas temporais, que no purgatório padecem em satisfação de seus pecados, e aos que já gozam de Deus se lhes acrescente a glória accidental. Portanto, exortarmos muito a todos nossos súditos, que em seus testamentos, e últimas vontades se lembrem não só de mandarem dizer missas, e fazer os ofícios costumados, mas além disso os mais, que cada um puder, conforme sua devoção, e possibilidade” (CONSTITUIÇÃO PRIMEIRA DA BAHIA, 1853, p. 293).

É possível notar nesse excerto todos os pontos mencionados anteriormente, seja em primeiro plano, seja de forma subliminar. De imediato percebemos a valorização dos sufrágios e a importância desses para alcançar a almejada paz eterna no pós-morte cristão. É também com facilidade que identificamos parte da geografia do além, pois são mencionados os locais para onde as almas são destinadas, ou seja, a glória celestial – que ao mesmo tempo é um lugar e um estado de espírito – e o purgatório. Dando seguimento à análise das informações obtidas em primeira instância, temos que

independentemente do local para onde a alma fosse direcionada, os vivos tinham um papel decisivo na contribuição do bem-estar do espírito no além. Até esse ponto não há novidades em relação ao que fora trabalhado anteriormente. Mas algo pode ser adicionado a partir dessa etapa: a menção aos testamentos. O texto inicia falando sobre a validade das preces e como essas eram garantidas por meio dos documentos que expressavam as últimas vontades dos indivíduos. Portanto, assim se atrelava o medo do além e suas possibilidades às medidas em vida que poderiam resguardar os fiéis de tais incertezas ou, ao menos, amenizá-las. Inserindo esses ensinamentos religiosos em um contexto mais amplo, podemos dizer que a vida era orientada, em grande medida no Oitocentos, para o futuro. Nesse caso, não era qualquer futuro – breve ou passageiro, como o presente terreno –, mas uma dimensão temporal infinita. Assim, podemos sintetizar a combinação de três elementos: o medo do porvir, a incerteza da salvação e o tempo sem finitude para a alma no pós-vida. Mediante essas diretrizes, era preciso garantir por meio de esmolas que as exéquias fossem concretizadas, ou seja, não bastava apenas solicitar tais rituais. O inverso também era lembrado, pois não bastava fazer o testamento e não indicar a quantidade de missas e sufrágios:

E do mesmo modo exortamos, e admoestamos aos herdeiros, e testamenteiros daqueles, que não declaram as missas, e ofícios, que por suas almas se hão de fazer, que mandem se façam pelas almas dos ditos defuntos os sufrágios que for possível. [...] E quanto a esmola, que se há de dar por cada ofício, mandamos se guarde o costume (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DA BAHIA, 1853, p. 293).

Corroborando a análise acima, a historiadora Claudia Rodrigues argumenta, ao analisar as *Constituições Primeiras*, que a Igreja constantemente incentivava o ato de testar devido a dois motivos principais: um deles é o espiritual e o outro é a obtenção de recursos para realizar tanto a cerimônia funerária quanto para alimentar as obras da instituição. Em outras palavras, doar pecúlios representava a materialização dos objetivos sagrados (RODRIGUES, 2005, p. 129). No século XVIII, a transmissão de bens para a Igreja com a intenção de sufragar as almas no além gerou, pelo menos, dois tipos de situações, de acordo com a historiadora carioca. A primeira se refere aos casos de pessoas que direcionavam parte considerável de seus recursos para a realização dos rituais funerários o que, por vezes, acarretava no empobrecimento de seus herdeiros. Rodrigues explica que: “tratava-se de funerais por vezes vultosos, de inúmeros pedidos de missas, de tantas esmolas deixadas para pobres, de legados piedosos instituídos em prol de uma associação religiosa e da decomposição de toda uma escravaria [...]”

(RODRIGUES, 2005, p. 131) visando obter, em compensação, a remissão dos pecados e a garantia da salvação. O outro cenário consistia no fato de alguns indivíduos com posses limitadas deixarem os poucos bens que conseguiram reunir em vida para recorrer à caridade cristã e à feitura dos ritos fúnebres, dentre esses haveres, era possível encontrar talheres de prata, baús, colchas, colares (RODRIGUES, 2005, p. 130; RODRIGUES, 2015, p. 256). Dessa maneira, é possível compreender parte da preocupação dos clérigos ao, sistematicamente, abordarem a importância do testar nessa sociedade, assim como, a importância concedida a tal atitude na vida dos indivíduos, mesmo entre os mais pobres, que deixavam seus bens materiais empenhados na tarefa de servir a sua salvação, por mais simples e pouco valioso que esse bem fosse, a intenção ficava registrada.

Na esteira da construção dos contornos do entendimento do morrer e da morte no século XIX, podemos atentar para outras práticas consideradas fundamentais para a sociedade brasileira, e que com vigor, permaneceram em grande parte até o final dos anos de 1800 no Espírito Santo:

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis cristãos defuntos nas Igrejas, e cemitérios delas: porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir, e assistir às missas, e officios divinos e orações tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do purgatório, e se não esqueceram da morte, antes lhes será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DA BAHIA, 1853, p. 295).

O excerto acima é bastante elucidativo acerca do posicionamento da Igreja, mas para além do que já foi largamente debatido na historiografia internacional e brasileira a respeito do tema – o local de enterramento dentro dos templos e a grandiosidade dos funerais enquanto expressão da importância do morto na hierarquia social, ou ainda, o valor das exéquias para alcançar a paz no além-vida –, outros elementos podem ser frisados como característicos da morte pré-moderna, quais sejam: o morto não deveria ser esquecido nem distanciado do cotidiano. O morrer era quase um fim último da existência, só sendo superado pelo dia em que as almas fossem convocadas para o Juízo Final. Mediante a importância atribuída pelas sociedades oitocentistas à morte, o morrer deveria ser constantemente lembrado e vivido. Nesse sentido, Fernando Catroga advoga

que os locais de enterramento ocidentais⁸³ possuem um conjunto de signos e de dissimuladores do sem-sentido, ademais, os lugares onde os cadáveres eram depositados convidavam à lembrança do passado e ao mesmo tempo, tentavam recobrir o que pretendíamos esquecer. Segundo o autor: "insinua-se assim que a função do símbolo funerário é a de, em última análise, ser metáfora do corpo, trabalho imaginário exigido pela recusa da morte e pela consequente objetivação dos desejos compensadores de sobrevivência" (CATROGA, 2010, p. 167). Esses desejos, segundo o historiador, são "nascidos do fato de a condição humana exigir ontologicamente a assunção de um desejo de eternidade" (CATROGA, 2010, p.167). Os locais onde estão enterrados os defuntos, seja nas igrejas oitocentistas, seja no cemitério laicizado do século XX, edificam memórias e trazem à tona o que está ausente da forma mais verdadeira possível. O túmulo congrega dois níveis diferenciados: o invisível e o visível. O primeiro situado embaixo da terra e o segundo era descrito como um limite entre os dois mundos – isto é, o dos mortos e o dos vivos. O mundo invisível cumpre, segundo Catroga, o papel de higienizar e corromper o cadáver, já a camada semiótica tem a função de transmitir a re-presentificação do morto que ali descansa. Dessa maneira, o historiador português reconhece os locais de enterramento e sua linguagem própria, como uma "poética da ausência" (CATROGA, 2010, p. 168).

Passando a outro elemento que compunha o imaginário cristão, mencionaremos um dos sentimentos vizinhos à culpa e ao medo, que era utilizado constantemente como moeda de troca para alcançar o céu no *post-mortem* idealizado pelo catolicismo: o arrependimento. O ato de contrição era um recurso poderoso para a salvação das almas, de acordo com os fundamentos do cristianismo. Vejamos de que maneira esse recurso foi instrumentalizado pela igreja:

Das pessoas a quem se deve negar a sepultura eclesiástica

⁸³ É válido ressaltar que Fernando Catroga está se referindo ao cemitério oitocentista português sediado na parte externa dos templos (*apud ecclesia*) e com absorção de valores burgueses, já o excerto das Constituições Primeiras da Bahia está se remetendo tanto aos sepultamentos *apud ecclesia* como, também, às inumações realizadas na parte interna das igrejas (*ad sanctos*) em meados do século XIX no Brasil. Embora haja algumas diferenças entre as formas de inumar dos portugueses e dos brasileiros da segunda parte da centúria referida, defendo que as questões relacionadas à memória e às representações embutidas nos rituais funerários *ad sanctos* reverberam permanências advindas cemitérios portugueses *apud ecclesia* ou, até mesmo nos extramuros, pois os sepultamentos mencionados por Catroga buscavam, por caminhos estéticos distintos, a rememoração do ente querido que havia partido. Sendo assim, embora houvesse "uma nova cenografia e [...] um novo culto dos mortos" em curso na segunda metade do século XIX português, ainda assim, existia o reaparecimento das velhas qualificações da morte como "morte-sono", por exemplo. Essa concepção era permeada pelo entendimento judaico-cristão que versava sobre a ressurreição dos justos no dia do grande julgamento celestial (CATROGA, 2010, p. 168).

Ainda que regularmente a sepultura eclesiástica é concedida ao cadáver de qualquer cristão, com tudo os sagrados cânones declaram alguns casos, porque se deve negar aos que neles caírem; os quais declaramos também nestas nossas constituições, assim para os párocos os não ignorem como para que vendo os vivos que a igreja castiga aos que cometeram em vida tão graves e enormes pecados, separando-os depois dos mortos da comunhão, e ajuntamento dos fiéis, se abstenham de cometer semelhantes casos, e são os seguintes:

- I. Não se dará sepultura eclesiástica a judeus, hereges cismáticos e apóstatas da fé, que a igreja tem julgado por tais ou por outra via de for notório que o são: nem aos que o favorecem ou defendem.
- II. Aos blasfemos manifestos nosso Senhor, da Sacratíssima Virgem Nossa Senhora, ou dos Santos, não constando que morreram penitentes com manifestos sinais de contrição e arrependimento.
- III. Aos que estando em seu juízo perfeito por desesperação ou ira voluntariamente se matarem ou mandar matar, morrendo também sem sinais de arrependimento.
- IV. Aos que entram em desafios públicos ou particulares, e morrerem neles ainda que morram arrependidos e confessados e aos padrinhos que nos tais desafios morrerem.
- V. Aos manifestos usurários tidos, e havidos por tais, salvo se na hora da morte mostrarem arrependimento, e restituírem ou mandarem restituir as onzenas, ou derem caução suficiente na forma de dinheiro.
- VI. Aos manifestos roubadores ou violadores das igrejas e de seus bens, que morrerem sem a penitência e a satisfação devida.
- VII. Aos públicos excomungados de excomunhão maior; aos notórios percussores dos clérigos declarados por tais; aos nomeados interditos e aos que estão em vida proibido o ingresso na igreja, salvo na hora de sua morte derem sinais de contrição, e arrependimento, ou fizerem cessar a causa, porque estavam censurados quanto for em sua mão, porque em tal caso poderão ainda depois de mortos ser absoltos da censura e depois de absolvição enterrados em sagrado.
- VIII. Aos religiosos professos que no tempo de sua morte constar manifestamente que tem bens próprios contra as regras de sua religião, e os que não quiserem renunciar.
- IX. Aos que por sua culpa, e sem licença, e conselho de seus párocos se deixaram de confessar, ou comungar naquele ano pela obrigação da igreja e falecerem sem sinais de verdadeira contrição, porém havendo dúvida, e não constando manifestamente que deixaram de se confessar ou comungar se lhes não denegará a sepultura.
- X. Aos infiéis e pagãos que nunca receberam nem pediram o sacramento do batismo, mas não se lhes negará eclesiástica sepultura, constando por prova legítima, ao menos de duas testemunhas fidedignas, que na hora da morte clara e expressamente pediram o batismo (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DA BAHIA, 1853, p. 299-301).

A despeito de alguns casos incontornáveis – judeus, hereges cismáticos, suicidas, por exemplo – o trecho acima revela a possibilidade da última chance para alcançar o plano divino destinado aos justos e um local adequado para o enterramento do defunto que aguardaria o Juízo Final em solo sagrado, portanto, seguro. Arrepende-se, buscar os sacramentos penitenciais e essenciais para ser considerado um bom cristão eram requisitos primordiais para as almas serem recompensadas com a paz eterna no mundo

dos mortos. Mas será que essas orientações foram de fato respeitadas no Brasil Colônia e no Império?⁸⁴

De acordo com Claudia Rodrigues, a confecção de testamentos foi uma prática levada a sério durante o século XVIII no Brasil, mas esse ato, segundo a autora, haveria aos poucos sido abandonado na centúria subsequente. Segundo a historiadora, em um universo de 23.924 registros paroquiais de óbitos e de 277 testamentos na freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Sé da Antiga Sé, os índices de cumprimentos das obrigações que caracterizavam o bem morrer católico eram considerados satisfatórios no período Setecentista. Rodrigues atestou que, por meio dos: “[...] registros de óbito, [ela pode] identificar que 45% dos mortos com condições de fazer testamento – ser livre/liberto e maior de 14 anos – o fizeram, na primeira metade do século XVIII, enquanto 29,6% o fizeram na segunda metade” (RODRIGUES, 2008, p. 258). Já os números relacionados à feitura de testamentos no século XIX ficaram por volta de 6,5% na primeira metade e 0,9% na segunda parte do Oitocentos (RODRIGUES, 2008, p. 258). A autora ainda reforça que a busca pelos sacramentos antes da hora derradeira e seus índices de cumprimento foram altos: “[no] século XVIII: 75,5% na primeira metade e 72,8% na segunda; enquanto o século seguinte apresentou tendência para o declínio, semelhante à prática testamentária, ainda que menos acentuado: 53,4% na primeira metade do século e 28,0% na segunda metade.” (RODRIGUES, 2005, p. 136-137). Esses índices apurados pela historiadora demonstram a relevância dos ensinamentos católicos e a influência que eles exerciam na vida das sociedades

⁸⁴ Não devemos nos furtar de dizer que houve inúmeros casos de desvios relacionados a confissão, aos casamentos, ao celibato por parte dos fiéis e dos eclesiásticos, ou seja, embora as regras tentassem submeter os cristãos ao medo, à culpa e ao controle, temos diversos estudos que demonstraram as práticas de insubordinação no Brasil Colônia e Império. Sobre isso ver: LONDOÑO, Fernando T. Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade São Paulo (USP), São Paulo, 1992; LIMA, L. L. da G. A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial. Campinas, 1990. Tese (Doutorado) - Unicamp; ALGRANTI, L. M. Honradas e devotas: mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993; SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989; VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; LIMA, Lana Lage da Gama. A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial. São Paulo: USP, 1990. (História, Tese de Doutorado); BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso (bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888); Niterói: UFF, 1995. (História, Dissertação de Mestrado) e BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002, capítulo 3. (História, Tese de Doutorado).

Setecentista e Oitocentista, bem como apontam para outras direções: o que teria gerado a motivação para o cumprimento dessas obrigações religiosas.

Para a autora de *Nas fronteiras do além* (2005), dois fatores teriam contribuído para a procura dos sacramentos, a busca pela contrição, e para a elaboração dos testamentos mencionadas acima. O primeiro deles foi um movimento de alteração do ritual funerário que deixou de ocorrer no ambiente doméstico, familiar, com características pagãs e passou para tutela do clero, adquirindo caráter público e um formato cristão. Esse processo de construção da autoridade cristã teria sido desenvolvido desde a passagem da Antiguidade para a Idade Média (RODRIGUES, 2005, p. 42).

Buscando ainda compreender o medo construído em torno da morte e do além, Rodrigues mencionou o enraizamento da crença no purgatório – apresentadas no tópico anterior –, especialmente após o Concílio de Trento. O purgatório abrigaria as almas provisoriamente para purificá-las ou condená-las, sendo que o sofrimento aos quais elas estariam submetidas seriam similares ao inferno. A novidade acrescida a essa elaboração teológica medieval foi a concepção de que o julgamento logo após a morte aconteceria de maneira individual, que nas palavras de Rodrigues “se fez acompanhar, com força, do medo da punição e do castigo” (RODRIGUES, 2008, p. 262).

Para nos aprofundarmos nos meandros da soteriologia cristã, é interessante apresentar como eram feitas as recomendações exclusivamente voltadas para a morte e o morrer. Nesse sentido, avançaremos em um tipo específico de literatura que objetivava aparelhar os indivíduos para a batalha entre as forças do bem e do mal.

A Escola do bem morrer: as lições sobre vida e morte cristãs no Brasil oitocentista

Com a intenção de continuar demonstrando os contornos do morrer religioso católico expresso na literatura cristã que reverberava ainda no Oitocentos brasileiro, pretendemos apresentar o *Breve aparelho do bem morrer* escrito pelo padre Antonio Bonucci⁸⁵ e intitulado *Escola de Bem Morrer*, publicado em 1701 na Bahia.

⁸⁵ Antonio Bonucci nasceu na cidade de Arezzo, localizada na atual Itália em 1651 e faleceu em Roma em 1729. Sua carreira eclesiástica foi iniciada aos 20 anos quando ingressou na Companhia de Jesus. Com 30 anos, viajou para a mais importante colônia portuguesa na América em expedição liderada pelo

Os escritos de Bonucci estavam em consonância com os ensinamentos soteriológicos, tanatológicos desenvolvidos pela Igreja Católica. Sendo que, ainda podemos acrescentar o desejo de uniformização das práticas religiosas e também a facilitação do acesso por parte da população aos dogmas e diretrizes que o fiel católico deveria seguir. Os manuais possuíam, portanto, diversas intenções ao serem produzidos. A obra *A Escola de Bem Morrer* dispunha de um certo apelo popular, ou melhor dizendo, o objetivo de adentrar camadas da sociedade não atingidas por esse tipo de literatura. Essa publicação foi elaborada no Brasil, embora tenha sido impressa em Portugal. Tal informação nos chama atenção pelo fato de mostrar uma continuidade, bem como, a centralidade dos paradigmas católicos no mundo cristão, pois as palavras poderiam mudar e a disposição das informações também – nesse caso, mais sucintas e diretas –, entretanto, a mensagem seguia de maneira bem pouco flexível os preceitos definidos por Roma.

Sobre o alcance do exemplar religioso, acreditamos, tal como Ana Araújo, que embora o número de pessoas alfabetizadas fosse baixo, tanto no Brasil Colônia e Império quanto em Portugal à mesma época, a cultura escrita contribuía para difusão dos postulados católicos. Ou, nas palavras da historiadora: “Sem desprezar o papel imprescindível desempenhado pela cultura oral, é forçoso admitir que o domínio da cultura escrita não precisa de ser extensivo para que se produzam alterações significativas de comportamentos e valores [...]”. De acordo com Araújo, “basta que uma pequena percentagem da população seja alfabetizada para que tal aconteça” (ARAÚJO, 1997, p. 184). Outra característica fundamental dos manuais de bem morrer era a simplificação da linguagem para que os ensinamentos cristãos se tornassem mais acessíveis aos fiéis católicos. O formato dos livros também concorria para sua difusão, pois tal como afirmou Claudia Rodrigues: essas obras eram “praticamente de bolso, de modo a proporcionar a leitura das orações e dos passos a serem seguidos no momento da morte, de forma individual, íntima e realizada à cabeceira do leito de morte” (RODRIGUES, 2008, p. 264). A ideia de unificação e simplificação foi claramente expressa na introdução:

padre Antônio Vieira. Bonucci morou e lecionou em Olinda e, posteriormente, foi transferido para Recife, onde fundou a Congregação Mariana, em 1683. No ano de 1696, migrou para a Bahia onde assumiu a Confraria e o Exercício da Boa Morte, ademais ministrou aulas no Colégio dos Jesuítas. Ulteriormente, secretariou o padre Antônio Vieira, além de ter sido responsável por reunir suas correspondências após sua morte. Bonucci permaneceu na Bahia até 1703, quando seu estado de saúde teve um abalo, e em razão desse fato, decidiu retornar para a Roma, onde permaneceu até sua morte, ocorrida em 1728. O eclesiástico italiano produziu obras hagiográficas, oratórias e devocionais voltados para os temas marianos e também para prática sacramental (BERTO, 2014, p. 57-58).

Assim que deste pequeno volume não se espere ou novidade de conceitos ou elegância de estilo [trecho ilegível], que outra coisa pretende mais que dar à luz um Manual de exercícios para os Irmãos da Confraria da Boa Morte, e com esta ocasião recompilar para proveito de todos os cristãos muitas sentenças dos Santos Padres e dos Filósofos morais sobre as preparações mais acertadas para a última e mais apertada hora da nossa vida. Com esse pequeno trabalho de poucos instantes de estudo, resumindo o que disseram outros em dilatados volumes, espera que assim como muitas pérolas, se se pudessem pescar em um pequeno riacho, enriqueciam a muitos em pouco tempo, assim essas verdades brevemente descritas nestas páginas, se puderam ler com mais facilidade [...] (BONUCCI, 1701).⁸⁶

Um dos principais fins do formato do livro em questão era a popularização do assim chamado “bem morrer” nas terras brasileiras, alvo da disseminação das práticas católicas. Sendo assim, passemos à análise das orientações estritamente voltadas ao morrer cristão que se difundiram por distintas regiões da Colônia e Império português- ou seja de norte a sul do que atualmente consideramos território brasileiro e que perduraram por vários séculos entre os católicos, conforme veremos adiante.

Adentrando nessa seara, é possível atestar a divulgação das diretrizes católicas ao sul dos Trópicos que, tal como discutido anteriormente, eram baseadas no pavor de não se conseguir um lugar junto a Deus no pós-morte. O terror era bastante instrumentalizado em favor do controle dos fiéis e dos ensinamentos da *pedagogia do medo*,⁸⁷ assim como fica explicitado na introdução do livro de *A Escola de Bem Morrer Aberta a todos os Cristãos e, particularmente os da Bahia nos exercícios de piedade, que se praticam nas tardes de todos os domingos pelos irmãos da Confraria da Boa Morte, instituída com autoridade apostólica na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus*, do padre Antônio Maria Bonucci:

A confraria da Boa Morte é uma Escola aonde se ensina a arte de bem morrer, tanto mais necessária quanto mais dificultosa. Necessária porque

⁸⁶ A referência do documento não indica a página do excerto retirado do livro, pois, não existia numeração disponível e compatível com as regras atuais nas primeiras páginas da fonte. A paginação só ocorre a partir de determinada altura do texto.

⁸⁷ Esse termo é utilizado por Claudia Rodrigues, sobre isso, a historiadora diz: “A análise de uma amostragem de registros de óbitos e de testamentos relativos às freguesias da Sé e do Santíssimo Sacramento no Rio de Janeiro, no século XVIII e em parte do século XIX, demonstrou índices relativamente altos de cumprimento das determinações eclesiásticas a respeito da morte: seja testando, seja buscando os sacramentos, seja adotando o ritual católico [...] Resta perguntar por que aparentemente a Igreja católica tinha sucesso nessa empreitada. Creio que a resposta está no fato de a proximidade da morte ter se constituído na ocasião propícia para a Igreja convencer os fiéis a respeito das consequências, no além-túmulo, de suas atitudes em vida. Para tal convencimento, a instituição fez bastante uso da *pedagogia do medo*. Afinal, a morte era o momento em que os fiéis se viam mais próximos da possibilidade de salvarem ou não a sua alma e de irem ou não para o Inferno, de acordo com as pregações que a Igreja repetira insistentemente ao longo de suas vidas. Por esse motivo, morria-se fazendo questão de expressar, através do testamento e das derradeiras práticas, o exercício daquela aprendizagem (RODRIGUES, 2005, p. 39).”

sendo o ponto da morte princípio ou de um bem ou de um mal que nunca terá fim, que arte se pode imaginar mais necessária para o cristão que aquela em que se aprendem as verdadeiras regras para evitar um mal eterno e as máximas mais seguras para alcançar um bem que não se tem, nem terá termo? Dificultosa, pois sendo que as mais artes se aprendem com o exercício continuado e só com atos repetidos se adquirem os hábitos delas, nesta arte [ilegível] tem lugar a repetição dos atos, porque só uma vez se morre e se essa só vez se morre mal, não se pode emendar esse erro tornando outra vez a morrer bem (BONUCCI, 1701).

A fala acima corrobora o que Rodrigues já havia comprovado para a cidade do Rio de Janeiro, isto é, a presença do medo como forma de convencimento, além do que mencionamos: a condição irreversível de um mal morrer, neste caso, fora dos padrões orientados pela religião católica, que cobraria um preço alto para a alma do cristão, qual seja, o mal eterno vivenciado no inferno. Para evitar ou reverter tal situação, portanto, era imprescindível se preparar. Nesse sentido, é destacável a necessidade de exercitar o bem morrer, explicitada pelo inaciano autor da obra. Sobre isso, ele diz: “Para um negócio de tanto peso, como é este de uma morte boa, não basta a preparação remota, de que falamos até agora, é necessária também a próxima, que há de ser o assunto da segunda parte dos exercícios da Escola” (BONUCCI, 1701, p. 99). E ainda continua, nos permitindo melhor compreensão do que seria a pavimentação do bem morrer: “O piloto que pretende entrar com um bom sucesso, sem susto em um porto, não só governa com destreza e atenção o leme estando no mar alto, e longe do porto, mas ainda com mais arte e vigilância [...]” (BONUCCI, 1701, p. 99).

Caminhando nesse sentido, podemos afirmar que, assim como outros livros do gênero *ars moriendi*, o manual de Bonucci tinha como uma das principais funções apresentar maneiras de domar a morte e minimizar os níveis de imprevisibilidade da derradeira hora. Para tanto, o padre Bonucci recomendava – alinhado às práticas cristãs essenciais (contrição, comunhão e extra-unção) –, a vigilância de si e os frequentes exercícios do bem morrer, em outras palavras, o autor reduzia à escala do indivíduo a responsabilidade pela sua salvação. Afinal, “para chegarmos com felicidade àquela última e solitária hora da morte, em que todas as criaturas nos deixam, e nela fazermos um inteiro sacrifício do espírito a Cristo” (BONUCCI, 1701, p. XX). Preocupar-se com seus atos e os vigiar a todo tempo fazia parte da “escatologia individual” desenvolvida pelos teólogos da igreja desde a Idade Média:

O grande João Maldonado célebre pelos doutos, e eruditos comentários que compôs sobre os quatro evangelistas, e mais célebre ainda pelos exemplos de rara humildade, com que glorificou na França, e por todo mundo a

Companhia de Jesus, em que morreu, fazia não uma, mas quatro vezes no dia o exame da morte, como ele lhe chamava. Eu não vos peço, amigo leitor, que também quatro vezes vos ensaieis cada dia por muitas horas para ponto tão terrível, porque se vos pedira isso, pode ser que dissésseis que eu era indiscreto em querer de vós tanto na brevidade das poucas horas do dia, e na multidão das ocupações que tendes. Mas dedicai ao menos alguns tempos de um dia de cada ano, de um dia de cada mês, de um dia de cada semana, e de cada dia do ano meia hora a uma séria lembrança da morte, e segundo o número dessas vezes sejam quatro preparações mais próximas. Porque se indubitavelmente um há se der o ano, um o mês, uma a semana e um o dia do nosso falecimento, sem sabermos qual deles determinadamente o será, que muito é que para acudirmos de algum modo a esta incerteza, sejam quatro as preparações próximas, distribuídas por esses tempos tão distantes entre si, como logo iremos abaixo declarando? (BONUCCI, 1701, p. 102-103).

O clérigo tentava, dessa forma, incutir o hábito diário de se pensar no morrer. Conviver cotidianamente com a ideia de finitude era, portanto, a melhor forma de purificar-se, salvar-se do inferno ou abreviar sua estadia no purgatório. A certeza de que não era sabida a derradeira hora exigia a vigilância constante dos atos praticados pelos cristãos, bem como, a preparação de seu espírito para o trespasse para o *além mundo* ocorrer de forma segura e em paz. Portanto, a morte não deveria ser só experimentada pelos defuntos, mas também incorporada ao dia a dia dos vivos ao longo de sua existência para minimizar as surpresas e amortizar os efeitos nefastos causados à alma. Era preciso sempre estar atento para a chegada da morte, pois como diz um velho ditado popular: “para morrer, basta estar vivo”. Nesse sentido, com intuito de ilustrarmos a vivência católica orientada por Bonucci para o bem morrer, temos o testemunho do padre já mencionado anteriormente, Francisco Antunes de Siqueira:

Antunes Siqueira [...], Coadjutor de Domingos Leal em 1827, vigário em 1832, enfermou gravemente da febre amarela. Aos cuidados, os mais extremos, de seu velho amigo Goulart, já em convalescença julgou, facilitando, que podia celebrar a missa do sétimo dia por Ligeiro, a quem muito amava.

No dia 30 de dezembro de 1850, o último de sua vida, fez um esforço supremo e ocupou-se a celebrar o santo sacrifício da missa, dizendo, quando o sacristão lhe observou “que era um risco expor-se a essa louca pretensão”: — “Não há tal, Pinto Homem, o amigo se conhece nas ocasiões; esta é uma delas: ainda com sacrifício, o dever impera!...” Paramentou-se e, cheio de vida, seguiu para o altar do arcanjo São Miguel, onde hoje está colocada a imagem das Dores. Goulart, que o ia visitar, segundo os preceitos de médico assistente, não o encontrando em casa, presto partiu para a igreja e, vendo-o ali, no altar, disse-lhe em altas vozes: “É uma loucura, padre; será esta a última missa. Perdi-o para sempre.”

Consumia o vigário Antunes nesse momento o cálice. Aí mesmo, uma fadiga se apoderou dele, uma afrontação mortal! O próprio Goulart corre para ele, quase desfalecido, e, gritando socorro!, auxiliado pelo sacristão e Barreto, que assistia à missa, o conduziram, ajoujado ao peso do corpo, quase inerte, à sacristia, onde o desparamentaram. Levaram-no em braços para a casa onde mora hoje o Laurindo, e em cujo pavimento térreo o Tovar montara a sua tipografia; e aí, desde então, até às 8 horas da noite, lutando com as vascas da

morte, recebidos todos os sacramentos pelo Dr. Clímaco e padre Fraga, às 9 horas, sentindo avizinhar-se o momento derradeiro, disse ao povo imenso que invadira a casa e que rodeava-o, e ante o Goulart: “Adeus, bom amigo, adeus, meus filhos, é custoso... vou morrer! Acomodem-me na minha cama pela última vez!” Levaram-no e, deitado, sem contorções algumas, pôs as mãos em atitude de quem ora e exalou o último suspiro!..

Os sinos das igrejas existentes na capital tocavam agonia! Em São Francisco o guardião Valadares, na janela média do coro, fez colocar uma luz, fraca, através de um véu preto, transparente, que se apagou, ao baixar ele à sepultura!

A seu enterramento concorreu o presidente Leal, Nabuco, todas as autoridades e numeroso povo, além de todas as corporações religiosas! (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1885, ed. 0783).

Para cuidar e orientar os fiéis no momento da partida final, além do seu conjunto de eclesiásticos e uma vasta literatura, seja de origem canônica ou voltada para um público mais popular, a Igreja contava também com organizações de natureza leiga que agrupavam pessoas com interesses religiosos e sociais comuns, sendo cada uma dessas confrarias portadoras de características bem específicas. As irmandades compuseram parte significativa desse repertório já mencionado anteriormente em torno do morrer oitocentista. Em razão disso, nosso próximo tópico visa pretende jogar nova luz sobre essas importantes agremiações que, mais do que no mundo espiritual, muito atuaram no plano terrestre.

As engrenagens das irmandades

Conforme já atestamos, é impossível discutir as questões envolvendo a morte e o morrer no século XIX brasileiro sem abordar o posicionamento da Igreja Católica em relação a tal temática. Afinal, mediante a gama de escritos e seu teor, é perceptível que àquele tempo, os comportamentos e atitudes ligados aos rituais fúnebres eram majoritariamente instruídos – para não dizer, balizados –, por esta instituição no Brasil.

Assim como também mencionamos anteriormente, a partir de diretrizes e manuais editados desde a Europa, a Igreja estabelecia os padrões daquilo que era tido como a forma correta de lidar com a morte e com a vida no além-mundo. Essas regras do bem morrer eram exportadas para o Novo Mundo, onde – longe de permanecerem idênticas aos ditames originais – sofriam um processo de interpretação e de adaptação próprio à realidade e aos aspectos culturais de cada região.

Dito isto, é mister que compreendamos a organização dessas instituições eclesiásticas no Brasil a partir de uma ênfase especial naqueles grupos que estiveram mais

diretamente ligados aos fiéis no trato com a morte no Oitocentos brasileiro: as irmandades religiosas.

Em concordância com Caio César Boschi (1986), Claudia Rodrigues (1997; 1999; 2005) e João José Reis (2012), acreditamos que as irmandades religiosas brasileiras exerceram um papel fundamental não apenas no processo de interpretação dos rituais fúnebres católicos como também na aplicação prática dessas diretrizes a partir de especificidades e demandas da realidade local.⁸⁸

No caso do Espírito Santo é possível observarmos uma dinâmica semelhante ao que é apontado pela historiografia, sobretudo, se considerarmos o forte crescimento de influência dessas irmandades diante da sociedade civil capixaba ao longo de todo o século XIX. Essa escala ascendente na relevância das irmandades religiosas pode ser melhor compreendida a partir de um panorama da organização eclesiástica em território capixaba no período em questão. Sendo assim, passemos à organização local.

A paróquia de Vitória estabelecida na capitania do Espírito Santo estava inicialmente ligada ao Arcebispado de Lisboa, mas em meados do século XVI, mais precisamente em 1550, sua jurisdição foi transferida para a diocese da Bahia. Em 1575, a instituição católica em terras capixabas passou a ser comandada pela Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro. Pouco mais de 100 anos depois, em 1676, o Papa Inocêncio XI elevou a Prelazia do Rio de Janeiro à condição de Bispado. No início do século XIX houve outra mudança: o bispo Capelão-mor Dom José Caetano da Silva Coutinho concedeu a Vitória o status de Arciprestado, que estaria ligado à Diocese de Niterói até o final do século XIX. Em 1895, foi criada a Diocese do Espírito Santo, tendo como administrador Dom João Fernando Thiago Esberard. Posteriormente, Dom João Batista Corrêa Nery assumiu o cargo de bispo desta diocese. Em 1902, Dom Fernando Monteiro foi

⁸⁸ As práticas e especificidades do catolicismo em terras brasileiras possuem diversas nuances. A religiosidade popular tinha formas distintas de se expressar no cotidiano colonial e imperial, em ambos os períodos condizentes com a situação sociocultural brasileira. A título de exemplo, podemos mencionar as irmandades leigas, que possuíam variações de *status* dentro da sociedade de acordo com sua composição étnica e com a condição jurídica dos indivíduos que a compunham. Além disso, os rituais poderiam ter elementos como cantigas de origem do continente africano trazidas pelos escravizados, bem como instrumentos específicos que acompanhavam cortejos fúnebres e festas religiosas (REIS, 2012, p. 160; RODRIGUES, 2003, p. 153-158). Pode-se acrescer à realidade local, o fato do catolicismo pregado para os negros estabelecidos no Brasil ter legitimado a manutenção da escravidão e da hierarquia baseada na desigualdade social e étnica (MATTOS, 2001, p. 143).

empossado como presbítero e regeu a diocese pelos próximos 14 anos (OLIVEIRA, 2008, p. 252).

A freguesia⁸⁹ de Vitória contava com diversos templos, dentre os quais podemos citar: Capela de Santa Luzia, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Igreja de São Tiago, Convento de São Francisco, Igreja de São Bento, Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1755 a 1896), Igreja de São Gonçalo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário (BONICENHA, 2004). Entre as estreitas e tortuosas ruelas da cidade de Vitória e sob o abrigo das igrejas acima citadas, contamos com as mais variadas organizações leigas dos moradores vitorienses, entre as quais podemos elencar: Confraria da Misericórdia, Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção (abrigada na Igreja de São Gonçalo), Irmandade de São Benedito do Rosário e irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (abrigadas na Igreja do Rosário), além da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

De acordo com Boschi (1986, p. 12-21) e Reis (2012, p. 49), as confrarias estavam divididas no Brasil Imperial entre as irmandades e as ordens terceiras. Tais estruturas foram trazidas para o Brasil pelos colonizadores portugueses, para quem elas já existiam pelo menos desde o século XIII. Essas associações religiosas desempenhavam vários papéis dentro da Igreja e também atuavam junto à sociedade. Esses grupos eram majoritariamente formados por leigos, os quais se ocupavam em organizar cultos, em conservar templos, além de se responsabilizarem pela realização das festas para os

⁸⁹ Para Terezinha Bichara (1984, p. 207), o que definia a existência de uma freguesia é a paróquia, ou seja, as leis que decidiam os limites de cada freguesia colocavam o território em função dos santos a serem devotados e da igreja que receberia o *status* de matriz. Joaquim Pinheiro (1865, p. 11-12) conceituava o termo paróquia como uma porção de terra delimitada sob liderança espiritual de um sacerdote, já o conceito de freguesia estaria vinculado à prática de alguns moradores procurarem a igreja matriz mais próxima para frequentarem. De acordo com os dados apresentados no Dicionário Histórico Geográfico e Estatístico da província do Espírito Santo de Cézar Marques, algumas freguesias foram criadas no Espírito Santo sem possuírem igrejas matrizes em seus territórios. Exemplo disso foi a criação de Santa Isabel em 1869, a de São Miguel do Veado em 1866 ou ainda a de São José do Calçado em 1871 (MARQUES, 1878, p. 53). A informação trazida por Marques conflita com a que Bichara (1984) propôs, pois a definição da autora não encontra respaldo na realidade apresentada pelo memorialista oitocentista capixaba. Bastos (1997, p. 18) apresenta uma conceituação mais adequada para o termo freguesia. A autora acredita que tal expressão era mais usada para se referir à extensão ou distrito da paróquia, embora ela alerte para o fato de que em alguns casos é perceptível a substituição indistinta pela expressão paróquia. Dessa maneira, Alexandre O. B. de Souza (2012, p. 96), autor do levantamento historiográfico feito acima, concluiu que a definição do termo freguesia é imprecisa e que, em alguns casos, não condiz com os dados fornecidos pelas fontes primárias.

santos de devoção e pela assistência aos irmãos, por fim, ainda administravam os bens da irmandade (OLIVEIRA, 2001, p. 155).

Em consonância com a bibliografia especializada e com o que é possível inferir a partir das fontes primárias sobre o Espírito Santo oitocentista, nem todas as confrarias possuíam templos próprios. É o caso do Convento de São Francisco localizado na Cidade Alta (Centro de Vitória), que abrigou a irmandade de São Benedito. Embora as igrejas não fossem imprescindíveis, o estatuto ou compromisso não eram opcionais, pois todas as irmandades deveriam possuir o seu. A administração da confraria era realizada por uma mesa que era composta por juízes, presidentes, provedores ou priores, escrivães, tesoureiros, procuradores e mordomos. Esses indivíduos eram responsáveis por convocar reuniões, arrecadar fundos para a associação, guardar os bens da confraria, prestar assistência aos necessitados, organizar festas religiosas e funerais, dentre outras funções já mencionadas anteriormente. Anualmente, os integrantes da mesa poderiam ser renovados, pois essa era a periodicidade das eleições das irmandades. Fundamental também é mencionar os critérios de aceitação dessas associações. Os sócios das confrarias atendiam a um padrão ligado à etnia e correspondiam a determinado estrato social específico em cada associação religiosa. Além disso, era exigido boa conduta, devoção religiosa, pagamento de taxas anuais e participação das cerimônias organizadas pela confraria. Em contrapartida, as irmandades formavam redes de solidariedade que amparavam seus membros quando estes estivessem enfermos ou necessitassem de assistência jurídica, bem como ofereciam amparo financeiro nos momentos de crise e principalmente, cuidavam de todos os rituais referentes à morte oitocentista (REIS, 2012, p. 50).

Conforme dito acima, as irmandades reproduziam várias características da sociedade, tais como os critérios de classificação dos indivíduos de acordo com sua posição social. Existiam, portanto desde irmandades poderosíssimas como as Santas Casas de Misericórdia, compostas basicamente por homens brancos das camadas dominantes – que controlavam hospitais, recolhimentos, orfanatos, cemitérios e tinham monopólio sobre os serviços funerários –, até associações religiosas como a irmandade de São Benedito do Rosário constituídas majoritariamente por negros, inclusive os escravizados (REIS, 2012, p. 51).

Em linhas gerais, essas são características comuns às agremiações existentes no Brasil colonial e imperial. Mas, como era de se esperar, havia particularidades regionais que delineavam as questões relacionadas à religiosidade de cada pedaço do território brasileiro. Dessa forma, visamos apresentar ao leitor, um pouco dessas nuances e como elas interferiram no trato com a morte no Espírito Santo.

As irmandades vitorienses no século XIX

Passemos, portanto, às especificidades de cada confraria desde as pertencentes às camadas dominantes até as associações religiosas compostas por negros na província do Espírito Santo do século XIX. Como em diversas regiões do Brasil, em terras capixabas também é possível identificar a presença da Confraria da Misericórdia. De acordo com Wallace Bonicinha, a Santa Casa de Misericórdia foi construída inicialmente na Vila do Espírito Santo (atual cidade de Vila Velha) no ano de 1545 e estava abrigada na igreja de Nossa Senhora do Rosário (BONICENHA, 2004, p.121). Em 1605, a igreja da Misericórdia já havia sido transferida para Vitória, onde um hospital foi erguido. Inácio Accioli de Vasconcelos, que administrou a província do Espírito Santo durante a década de 1820, descreveu tal feito da seguinte forma: “a casa é térrea e forma um quadrado de cento e sessenta palmos de lado: a área da mesma figura de cinquenta e cinco palmos de lado e com uma porta principal e oito janelas envidraçadas em cima de um morro” e ainda continua descrevendo a estrutura do local: “com seu cemitério amurado a cento e cinquenta braças distante, forma agradável perspectiva” (INÁCIO ACCIOLI *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 314-315).

Podemos mencionar como fontes de renda da instituição as contribuições pagas pelos comerciantes, renda de apólices, aluguéis de imóveis pertencentes à irmandade, venda e aluguel de esquifes (utilizados nos rituais funerários), doações de heranças feitas em testamentos, esmolas e doações advindas dos cofres do Estado (BONICENHA, 2004, p. 123). A atuação da irmandade junto ao corpo social espírito-santense voltava-se para o atendimento hospitalar aos desvalidos, dentre os quais podemos incluir escravizados, órfãos, viúvas, presos, entre outros (PIVA; SMARZARO, 2005, p. 2).

Conforme citamos anteriormente, outras irmandades atuavam no cotidiano dos vitorienses oitocentistas. Dentre elas, a de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, abrigada na Igreja de São Gonçalo. Não há consenso na historiografia local a respeito da

data de fundação do prédio da capela e da fundação das irmandades alojadas nesse templo. O que parece ser unânime entre os historiadores capixabas é a data da consagração da igreja como São Gonçalo Garcia, qual seja, o ano de 1766. Em relação à data de fundação da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, a incógnita permanece, pois alguns autores locais afirmam que a congregação de Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte teria sido fundada em 1707, tornando-se depois, irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos Pardos e, posteriormente, seria denominada irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção (FERREIRA; PEREIRA, 2006, p. 69). Independente das imprecisões em relação às datas de origem das associações, a maioria dos pesquisadores locais concordam que 1858 selou a elevação da organização religiosa de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção à condição de confraria. Para participar da referida associação religiosa, o indivíduo deveria ser livre, branco e não estar envolvido em nenhum episódio comprometedor de sua moral (bom comportamento). O procedimento de admissão era relativamente simples: o (a) candidato(a) apresentava seu pedido à mesa administrativa que o repassava ao provedor (também chamado de prior). Este encaminhava a solicitação a uma comissão constituída por irmãos mais velhos para discutir a adesão de um(a) participante. A irmandade estabelecia um prazo para analisar o ingresso do indivíduo, caso ele fosse aceito, um juramento de obediência às regras da confraria deveria ser feito. Era comum em várias irmandades, inclusive a da Boa Morte e Assunção, o pagamento de uma joia ou quantia em dinheiro ao serem admitidos no agrupamento religioso (BONICENHA, 2004, p. 136-137).

Ainda compondo o cenário religioso oitocentista, temos a irmandade do Santíssimo Sacramento que no Espírito Santo era reservada aos homens brancos que compunham as camadas dirigentes locais. Uma das principais atribuições dessa congregação era o culto à eucaristia, portanto, a festa religiosa de *Corpus Christi* era a mais esperada do ano para a irmandade. Em Portugal e no Brasil, as irmandades ligadas ao Santíssimo Sacramento competiam entre si para decidir qual grupo seria responsável pela organização da festa do símbolo da comunhão com Deus, ou seja, a Procissão do Corpo de Deus. Outra prerrogativa de tal irmandade era a responsabilidade por fundar e zelar pela igreja matriz da localidade em que estivesse atuando (OLIVEIRA, 2012, p. 386). A irmandade do Santíssimo Sacramento refletia de distintas formas os recortes hierárquicos das sociedades em que elas estavam instaladas. Exemplo de tal

configuração pode ser vista na Portugal setecentista, onde era comum que os valores de contribuição para associar-se à referida irmandade fossem bastante altos, pois esse era um fator limitante para os indivíduos de grupos sociais que compunham os estratos mais baixos daquele agrupamento social. Já na América Portuguesa, é comum encontrar nos regimentos das associações religiosas o requisito da pureza do sangue que impedia, majoritariamente, pessoas que não fossem brancas de ingressarem em algumas irmandades (OLIVEIRA, 2012, p. 395). Portanto, no Brasil, o contorno das confrarias religiosas era definido prioritariamente por questões étnicas ao passo que em Portugal, a composição miscigenada de seu povo dificultava esse tipo de mecanismo (ARAÚJO, 2001a, p. 30). Assim como outros agrupamentos religiosos da capital vitorienne, há controvérsias a respeito da sua fundação. A data de registro no estatuto da irmandade menciona o ano de 1864 como marco inicial, entretanto, assim como havia apontado Wallace Bonicenha (2004, p. 158), Luiz Antonio da Silva, irmão da Santa Casa da Misericórdia, já havia mencionado em seu testamento a existência da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1827, ocasião da feitura do documento:

Rogo em primeiro lugar a Antônio José Ferreira Araújo, em segundo lugar à Irmandade da Casa da Santa Misericórdia em terceiro lugar a Irmandade do Santíssimo Sacramento desta cidade, que por serviço de Deus e por fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros (...) (SCHWAB; FREIRE, 1979, p. 189).

Continuando o delineamento das irmandades existentes na Vitória oitocentista, temos, por fim, a associação religiosa de São Benedito do Rosário. Essa agremiação inicialmente estava sediada no Convento de São Francisco e posteriormente, passou a se abrigar na Igreja do Rosário. De acordo com Elmo Elton (1987, p. 14), não há uma data precisa da fundação da irmandade, o que se sabe é que ela existia pelo menos desde 1686, ou seja, uma das mais antigas no território do Espírito Santo. Em relação à edificação onde a referida irmandade esteve alocada, podemos afirmar que a Igreja do Rosário foi construída em um terreno doado pelo capitão Felipe Gonçalves dos Santos, por sua filha Bernardina de Oliveira e pelo seu genro Inácio Fernandes Rabelo à irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 1765.

Retomando a discussão acerca da sede da irmandade de São Benedito, é preciso tratar das querelas envolvendo os irmãos beneditinos, os componentes da agremiação de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Convento de São Francisco. Essa questão, amplamente difundida na historiografia local, marcou o processo de mudança do espaço

sede da associação devotada à São Benedito em terras capixabas. Sobre tal episódio, Basílio Daemon (2010, p. 344) apresenta uma versão dos fatos. Em dezembro de 1832, os irmãos de São Benedito fariam uma procissão conduzindo a imagem do santo que nomeia a irmandade, entretanto, o frei Manoel Santa Úrsula não permitiu a saída da imagem do Convento de São Francisco, pois segundo o religioso, a forte chuva que caía sobre Vitória poderia danificar escultura. Tal proibição não agradou os componentes das irmandades de São Benedito, tampouco os irmãos do Rosário igualmente devotos da santidade. Passada a época da procissão, o frei ainda manteve a estátua do santo trancada na sacristia do convento. Os devotos do santo que se sentiram prejudicados com a atitude do religioso almejavam retirar a imagem de São Benedito da tutela dos franciscanos. Por isso, aproveitando a retirada do frei Manoel Santa Úrsula, no dia 23 de setembro de 1833, Domingos do Rosário, Antônio Mota e Elias de Abreu foram até a capela da Ordem Terceira de São Francisco e pegaram a imagem de São Benedito. Os três homens conduziram a imagem do santo até o templo de Nossa Senhora do Rosário, onde foram recebidos com foguetes pelos membros da associação religiosa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Após esse episódio, uma parte irmandade de São Benedito que, anteriormente se abrigava no convento franciscano, passou a se alojar na Igreja do Rosário, a partir do ano de 1833 (CANAL; ANDRADE; COSTA; REIS, 2010, p. 30). Outra parcela desse agrupamento permaneceu no convento, passando a ser denominada de Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco (BONICENHA, 2004, p. 150).

As contendas e as rusgas entre os grupos religiosos exaltaram os ânimos na cidade de Vitória, a ponto de produzirem apelidos pejorativos às distintas partes envolvidas na questão. Os membros da irmandade do convento foram identificados como Caramurus e os frequentadores da comunidade do Rosário passaram a ser chamados de Peroás. O Caramuru é considerado um peixe traiçoeiro, pois possui dentes afiados e algumas espécies secretam toxinas pela pele. Esses animais possuem uma cor esverdeada e sua aparência lembra uma cobra. A sua pigmentação remetia ao manto verde utilizado pelos irmãos do convento. Já os Peroás eram considerados peixes desvalorizados, sem valor comercial e a coloração azulada de seu corpo foi relacionada às opas utilizadas pelos irmãos do Rosário. Ainda é importante destacar que os Caramurus receberam a alcunha de exaltados e tal denominação fazia menção ao partido político, posteriormente, classificado como liberal (DAEMON, 2010, p. 345). É fato também que o Peroá, peixe

visto como inferior ou em *status* menor perante os demais pescados, fazia referência à origem étnica e social dos componentes da irmandade do Rosário e de São Benedito e como eles eram entendidos naquele contexto, já que essas agremiações eram compostas majoritariamente por negros.

Os grupos religiosos abrigados na Igreja do Rosário cumpriam um importante papel de resistência à escravidão Oitocentista. Dentre as formas de atuação na sociedade, podemos mencionar que os seus membros promoviam campanhas contra a escravidão, adquiriam cartas de alforria e promoviam eventos para arrecadar dinheiro para comprar a liberdade dos escravizados. A Sociedade Libertadora São Benedito do Rosário, a Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense e a Sociedade Emancipadora Primeiro de Janeiro são alguns dos exemplos práticos de estratégia utilizada pelos frequentadores da Igreja do Rosário para retirarem da condição de escravos os negros que residiam em terras capixabas (BONICENHA, 2004, p. 154).

Após apresentar parte do cenário religioso local, pretendemos nuançar melhor, a partir da próxima etapa o papel desempenhado pela Misericórdia na gestão da morte na capital espírito-santense. Assim como em outras capitais brasileiras – tais como Porto Alegre, Rio de Janeiro –, a Santa Casa de Misericórdia de Vitória deteve por boa parte do século XIX o monopólio oficial da gerência dos serviços funerários na cidade. Esse fato nos suscitou inquietações que foram apaziguados com a narrativa que se segue a respeito do processo de modernização capixaba e sua ruptura (ou não) com os rituais religiosos de trato com a morte no Espírito Santo do século XIX.

O lugar do morrer católico: a Santa Casa e demais irmandades dialogando com as autoridades civis

Dentre as corporações religiosas fundadas no Brasil, a mais importante em termos de atuação política e social foi a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia⁹⁰. Essa instituição fundada em Lisboa em 1498 constituiu-se como um relevante pilar para a colonização portuguesa ultramarina seja para ambientar os súditos da Coroa nas novas

⁹⁰ A respeito da importância social, Russell-Wood, após fazer um apanhado das formas de ação das Santas Casas na África, Ásia e Brasil, afirma, de forma taxativa: “a importância das Misericórdias na Ásia, África e Brasil foi reconhecida pelas autoridades eclesiásticas e leigas. Os jesuítas trabalhavam com os irmãos da Misericórdia em muitos hospitais, louvaram as atividades da irmandade no campo da assistência social.” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 31).

terras, seja para consolidar seu poderio nos novos territórios ocupados pelos correspondentes metropolitanos (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 14).

Além das funcionalidades apresentadas por Russell-Wood, a historiadora Beatriz Weber acrescenta que as Santas Casas eram uma face da religiosidade católica implementada desde a Colônia, instituições bastante ocupadas com a exterioridade das manifestações de sua devoção de forma pública e menos preocupadas com as funções espirituais (WEBER, 1999, p. 135). Nesse sentido, a autora de *As artes de curar* ressalta as especificidades da sociedade brasileira que se entrelaçam com algumas características da instituição. Uma das formas de atuação dos Hospitais da Misericórdia era o assistencialismo promovido pelos indivíduos abastados da Colônia e do império. A caridade apresentada nessas instituições espalhadas por diversas partes do território brasileiro tinha a função de preservar o tom paternalista, em um quê de concessão aos desvalidos de sua época, ou seja, brancos pobres, africanos escravizados, viúvas, órfãos, loucos, dentre outros agrupamentos. Assim, como em um ciclo que se retroalimentava, os abastados mantinham a hierarquia excludente, assentada no escravagismo, e se sentiam menos culpados perante Deus ao cumprirem a função de ceder esmolas aos necessitados por meio do subsídio de obras como as Santas Casas. A isso, soma-se o prestígio, pois como cristãos, estavam seguindo os ensinamentos da Igreja. Em outras palavras, como Deus era retratado à semelhança do senhor de escravos – já que essa era a referência máxima no contexto patriarcal –, essa autoridade não era questionada em sua exploração, tampouco os outros indivíduos que se aproveitavam das relações desiguais instituídas nesse corpo social. Desse modo, essa figura associada à ideia máxima da divindade religiosa ocidental concedia suas benesses ajudando os desclassificados ao seu redor (WEBER, 1999, p. 135-136).

Prova dessa dinâmica são os cuidadosos estudos de Russell-Wood sobre a Misericórdia baiana. O historiador atestou que no século XVIII, as tendências caritativas entre a elite local e os burgueses comerciantes – que se consolidaram enquanto importante camada daquela sociedade –, voltaram-se para aliviar o sofrimento social, especialmente a partir do século XVIII (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 125). Dentre as ações promovidas pelas referidas camadas sociais, temos a manutenção de um hospital, casas de retiro, roda de expostos para crianças abandonadas, assistência a prisioneiros, distribuição de esmolas, concessão de dotes para moças pobres e o custeio de funerais para pessoas de poucos

recursos. A orientação caritativa não esteve sempre entre as principais preocupações da instituição, pois de acordo com o referido autor, é possível notar que no século XVII, a maior parte dos legados deixados para a Misericórdia deveriam ser revertidos em missas, ou seja, preocupados com a influência que essas ações terrenas poderiam ter na salvação da alma do indivíduo. Já no período Setecentista brasileiro, a tônica voltou-se para a responsabilidade assumida pela burguesia urbana com um certo bem-estar público, o que para Russell-Wood também poderia sinalizar como uma inclinação gradual à secularização (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 127-128).

No Espírito Santo, não temos uma quantidade de fontes que expressem os legados deixados à Misericórdia para a celebração de missas ou para fins caritativos a serem sistematizadas como as que o historiador europeu teve acesso na Bahia. Entretanto, o teor religioso dos testamentos Setecentistas baianos mencionados por Russell-Wood pode ser ilustrado com a seguinte passagem feita pelo memorialista Basílio Daemon (1879, p. 189):

Neste ano, no 1º de novembro [1701], falece, na hoje cidade da Vitória, o capitão Manoel Torres de Sá, protetor do Convento do Carmo, e que com doações e mais meios empregados coadjuvou aquela edificação. Aberto nesse dia o seu testamento cerrado se encontrou nele a doação que fazia de sua fazenda e engenho de Piranema, assim como de mais trinta escravos, com as condições de lhe serem ditas missas por sua alma em todos os anos, e de se festejar também todos os anos o patriarca São José, e que se não fossem cumpridas pelos religiosos do Carmo estas intenções, passariam os bens à Santa Casa da Misericórdia, e não cumprindo esta o estipulado, passaria definitiva - mente à Ordem Terceira de São Francisco. Realizou-se, afinal, a posse à Santa Casa da Misericórdia, por falta de cumprimento por parte dos ditos religiosos do Carmo (DAEMON, 1879, p. 189).

Passagens como essa apontam para a clericalização da morte e do morrer no período mencionado anteriormente, fartamente trazidas à tona na obra *Fidalgos e filantropos*. Em Vitória, conforme já mencionado, não é possível fazer a mesma afirmação com dados quantitativos, mas as informações qualitativas sugerem que a Santa Casa da Misericórdia local possuía o teor religioso similar à mesma época de sua homônima baiana. Embora as limitações de documentos nos impeçam de fazermos algumas generalizações, podemos eleger 1813 como um ponto de inflexão na forma de lidar com as enfermidades na província. Isso porque nessa data foram iniciadas as movimentações no sentido de criar um hospital que interviesse em prol do bem-estar da pobreza (PIVA, SIQUEIRA, 2005, p. 6). Sobre isso, Gama Rosa, provedor da instituição, afirmava:

Sendo governador desta Capitania o capitão-de-fragata Francisco Alberto Rubim, foi-lhe oferecido pelos negociantes e fazendeiros da vila da Vitória, em 1817, o pagamento de um tributo sobre os gêneros exportados para com esses meios se criar uma casa de Misericórdia. Foi esta oferta aceita pelo governador e aprovada pelo decreto de 23 de dezembro do mesmo ano; e pela provisão de 15 de abril de 1818 ficou criado o hospital da Santa Casa de Misericórdia, e aprovada a doação feita por Luís Antônio da Silva de uma propriedade. Não tendo a casa doada por Luís Antônio da Silva as proporções convenientes para servir de hospital, obteve o governador Rubim que já então era provedor da Irmandade, que D. Maria de Oliveira Subtil doasse à mesma o morro onde existe o hospital, e em 14 de junho do mesmo ano apresentou o provedor uma planta do edifício e foi ela aprovada pela mesa (ROCHA, 2008, p. 73-74).

Assim, passamos ao momento em que a Santa Casa da Misericórdia deixa de ser apenas uma obra de caridade para amenizar o sofrimento dos mais pobres para oferecer serviços hospitalares aliados aos preceitos caros à modernidade. Esta assertiva é possível de ser feita, pois, este momento consiste em uma modulação dos objetivos do trabalho caritativo da irmandade: a instituição teria tentado conciliar tradição e modernidade. Como teria se dado tal conciliação? Será que esse objetivo teria sido alcançado?

Essa demanda se fez cada vez mais urgente em diversas províncias, pois em que pese as reivindicações dos médicos desde pelo menos a década de 1830, nos anos de 1850, os surtos epidêmicos grassaram por algumas regiões do Império, tais como Rio de Janeiro e Vitória (FRANCO, 2015, p. 42). Conforme tratamos no capítulo a respeito da atuação dos médicos, os acontecimentos relacionados às epidemias fomentaram debates entre os cientistas locais. O mesmo se deu entre os deputados e senadores a respeito de algumas práticas que deveriam ser repensadas no sentido de amenizar os efeitos devastadores que as doenças estavam causando nas províncias, especialmente, em seus ambientes urbanos, onde o efeito era bastante sentido devido a maior aglomeração de indivíduos.

Em função disso, Claudia Rodrigues esmiuçou em sua dissertação, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, as contendas experimentadas na então capital do Brasil. Esse debate é importante, pois aponta a inauguração de uma tendência que se confirmaria anos depois em outras urbes brasileiras, a saber, a alteração dos costumes fúnebres mediante as urgentes demandas causadas pelas epidemias, sendo uma delas a necessidade de regulamentar as atividades funerárias. Sobre isso, a autora trouxe à tona o debate dos políticos que davam voz aos diferentes setores daquele agrupamento

social, e assim, aos poucos, a historiadora delineou os interesses por trás de alguns posicionamentos.

No caso do Rio de Janeiro da década de 1840, uma das contendas era acerca da localização do cemitério, bem como esses espaços deveriam ser gerenciados. Um grupo defendia que a gestão do cemitério extramuros fosse feita pelas irmandades, outro advogava pela entrega da administração das necrópoles deveria ser concedida a uma empresa particular. Em meio a esse cenário, um medo pairava sobre o ar, qual seja, o de repetir o confronto ocorrido em Salvador em 1836, quando o campo santo foi confiado aos empresários da província baiana e a população revoltada com tal medida, quebrou o cemitério (RODRIGUES, 1997, p. 94). No ano de 1843, a Câmara, após vários debates, decidiu que iria adiar a decisão a respeito do enterramento nas igrejas e sobre isso, um parlamentar representante da província do Espírito Santo, padre Freitas Magalhães disse:

Esta augusta Câmara, sr. presidente, é felizmente composta por católicos, e cada um de seus membros deve-se mostrar muito zeloso e muito respeitador da atual doutrina eclesiástica e das instituições religiosas (Apoiados). Façamos, façamos o bem que nos for possível à humanidade, ocorramos [sic] quanto antes a esta calamidade que periodicamente ataca a população desta cidade, mas em nada toquemos, nada tiremos da autoridade eclesiástica. É necessário marchar com muito tento neste negócio, de maneira que nem de leve machuquemos a credulidade dos povos (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1843, p. 810 *apud* RODRIGUES, 1997, p. 99).

Os apelos, a exemplo da fala do deputado mencionado acima, foram feitos, mas não conseguiram impedir o repasse da querela ao Senado. Na sequência, o projeto teria sido colocado em pauta no ano 1844, embora isso não tenha garantido grande sucesso e avanço nas decisões. Somente em 1850, ano em que a epidemia de febre amarela assolou a Corte, o senador e provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira colocou novamente em discussão a situação dos cemitérios. O projeto tinha três objetivos: o primeiro era regulamentar os serviços funerários, o segundo era decidir a localidade onde o cemitério público deveria ser construído na cidade do Rio de Janeiro e, por fim, estabelecer as enfermarias para os casos de acometimento extraordinário de doença (RODRIGUES, 1997, p.116-117). O novo debate sobre o tema – o anterior teria sido na década de 1840 – suscitou novamente as questões relacionadas aos monopólios para realização dos serviços funerários e à possibilidade de empresários serem donos da nova necrópole extramuros. Esses pontos eram bastante caros aos religiosos das irmandades e aos armadores, pois, além de esvaziar o sentido espiritual de boa parte das

irmandades, também as onerava significativamente (RODRIGUES, 1997, p.117-118). Assim, para resolver o impasse, e até mesmo, evitar o episódio que ocorrera em terras baianas, ainda vivo na mente dos parlamentares, os políticos decidiram que o monopólio do aluguel de esquifes e o fornecimento de tumbas ficasse à cargo do estabelecimento pio, ou seja, a Santa Casa da Misericórdia, tal como era em Portugal (RODRIGUES, 1997, p. 120).

O outro ponto em discussão foi a transferência do monopólio da administração do cemitério público geral. Esta função forneceria rendimentos financeiros que muito interessavam à corporação da Misericórdia, e após muitas rodadas de negociação, foi concedido tal direito à Santa Casa. A aprovação do projeto na Câmara e no Senado, com poucas modificações da proposta original, atendeu aos interesses financeiros da poderosa Santa Casa da Misericórdia, assim como manteve a funcionalidade das confrarias, pois estas continuariam realizando seus rituais e enterrando seus membros em partes pré-estabelecidas para cada uma das irmandades dentro do cemitério público (RODRIGUES, 1997, p. 124).

Medidas e debates como os mencionados acima são representativos a respeito da tentativa de modernização dos rituais. Entretanto, o exemplo do Rio de Janeiro atesta que os avanços e a linearidade dos processos de alteração das sensibilidades e dos realinhamentos de posturas aos ditames modernos não se deram de forma homogênea país afora⁹¹. Nesse sentido, mesmo que em algumas cidades do Brasil, as mudanças

⁹¹ Ainda seguindo com a tentativa de demonstrar o papel de conciliação entre a tradição e a modernidade assumido pelas Santas Casas da Misericórdia na segunda metade do século XIX e início do XX, temos o caso do Rio Grande do Sul, estudado por Mara Regina do Nascimento. A autora traçou um paralelo entre a planificação que ocorria na cidade e o que estava em curso no cemitério criado em 1855, pois ambos possuíam ordenações homólogas no sentido de se preocuparem com limpeza, organização e quaisquer características que remetessem ao que se entendia como atrasado. Nascimento ressaltou que tal reformulação, encampada após o fim da Guerra das Farrapos, foi como um sopro de modernidade que avançou pelos distintos espaços urbanos, consequentemente, ideais associados à civilidade, higiene, progresso, redimensionamento das sensibilidades estavam presentes nas obras que modificaram os lugares públicos da capital gaúcha. Sobre isso, a historiadora diz: “É clara a intenção do ‘alargamento’ do território urbano e de criação de um sistema que promovesse o deslocamento (a circulação), permitindo à cidade, finalmente, ‘respirar’” (NASCIMENTO, 2006, p. 312). Era preciso, portanto, eliminar os obstáculos presentes nos caminhos do progresso: “os espaços sepulcrais pertencentes às irmandades religiosas, localizados no centro da nucleação urbana se constituíam em entraves às novas intenções e necessidades espaciais e econômicas.” (NASCIMENTO, 2006, p. 312). Os ritos comuns aos católicos oitocentistas já não guardavam as mesmas proporções para os modernizadores gaúchos que viam nas procissões, cortejos, badaladas de sinos as “expressões pulsantes de uma vila fechada em si mesma, [...] marcada pela forte imbricação entre o poder civil e o eclesiástico, dos tempos coloniais e absolutistas” (NASCIMENTO, 2006, p. 312). Em meio às transformações na paisagem urbana e dos hábitos de seus moradores, a Santa Casa da Misericórdia foi chamada a cumprir o papel de agente modernizador na cidade de Porto Alegre, pois construiu o novo cemitério da urbe em 1850. A irmandade assumiu para si a

rumo à modernização dos rituais já tivessem acontecido desde a virada da primeira para a segunda metade do século XIX, algo similar não pôde ser constatado na urbe vitoriense dessa época. Na capital da província espírito-santense, as modificações ocorreram de forma mais lenta se comparadas a outros casos, que ilustram uma perspectiva temporal distinta durante o período do Império brasileiro⁹². Dessa forma, na tentativa de nuançar as distintas experiências, temos que o desenrolar da modernização, especialmente no que tange aos rituais funerários em terras capixabas tinham forte tutela da tradição religiosa católica até finais do século, e por esse motivo, veremos uma série de disputas envolvendo a incorporação de hábitos relacionados ao progresso, à civilidade e à higienização.

Os embates em torno do monopólio de serviços relacionados à morte concedido à Santa Casa de Misericórdia são um bom exemplo nesse sentido. Estes foram um ponto de tensão na cidade de Vitória pelo menos desde os anos de 1830. Tal fato pode ser apreendido por meio dos relatórios dos provedores da instituição que foram descritos na obra de Afonso Schwab e Mário Aristides Freire, onde se lê:

A 26 de julho de 1831 mandou-se comprar uma canoa, a fim de prover o Hospital de lenha, a água, etc. O caixão que se alugava com renda nos enterramentos estava exigindo reparo no forro da cobertura, sempre de veludo ou belbutina. O Vigário da Serra, abusivamente, estava também alugando caixões, a benefício da Fábrica, contra o monopólio da Santa Casa – o que foi motivo de protesto junto ao governo da província. Deviam pagar à Irmandade, os que não lhe quisessem requisitar o caixão. Assentada a compra de um caixão para a Serra, cogitou-se também a compra de uma casa onde pudesse ser guardado... (SCWHAB; FREIRE, 1979, p. 52).

É perceptível no trecho acima que o monopólio para alugar materiais funerários já havia sido concedido pelo menos desde o início da década de 1830, o que não era rigorosamente respeitado pelas demais irmandades, conforme expresso no excerto

tarefa de reeditar as práticas funerárias no perímetro urbano adequando-as às exigências do novo tempo que se inaugurava: o terreno escolhido para tal empreendimento atentava para as normas de salubridade da época, pois era ventilado, seco e localizado em uma parte alta da cidade. Conforme afirmamos anteriormente, a modernização e o alinhamento do espaço funerário era tal que, nas palavras da historiadora: “quanto mais se sofisticava o cemitério da Santa Casa, mais compartilhava o seu interior com os ideais de cidade moderna” (NASCIMENTO, 2006, p. 315). Tal afirmação se baseia no fato de que a necrópole da atual capital do Rio Grande do Sul respeitava os parâmetros modernos da engenharia, pois continha “ruas planejadas com simetria e distribuição racional dos quadros de catacumbas” (NASCIMENTO, 2006, p. 315).

⁹² Importa ainda dizer que não estamos desconsiderando o fato de que algumas cidades que iniciaram seus processos de deslocamento dos cemitérios antes de Vitória tenham maior envergadura econômica e política. Esses são os casos de Salvador e Rio de Janeiro, que além de terem maior desenvolvimento socioeconômico, já tinham sido capitais da Colônia, no caso de Salvador e do Império e da República, no caso do Rio de Janeiro.

acima. Esse desrespeito ao monopólio onerava a Santa Casa que, ao que parece, nesse momento ainda contava com os alugueis dos ataúdes para compor sua renda e custear os serviços oferecidos pela instituição. Nesse período, tal atividade era vista como uma das frentes a serem zeladas pela administração do hospital, tanto que no ano seguinte a esse imbróglio, um cargo foi criado e uma de suas atribuições era monitorar questões ligadas aos rituais fúnebres. Sobre isso, vejamos as informações dos relatórios:

Criou-se o cargo de Mordomo da Capela, a quem ficaria sujeito o Andador e o sacristão. Outro parecer aprovado foi o de nomear quem arrecadasse os impostos de importação e exportação, a favor da Misericórdia, devendo o mesmo irmão ter a seu cargo os caixões de defuntos para aluguel; perceberia [?] dez por cento do que arrecadasse, prestando de tudo contas semanalmente, ou sempre que outro Provedor entendesse oportuno (SCHWAB; FREIRE, p. 56).

Sendo assim, a atividade funerária era motivo de preocupação, cuidado e regulação por parte da Santa Casa. As queixas nesse sentido permaneceriam nas provedorias subsequentes, como foi o caso da administração de José da Silva Vieira Rios em 1836. Durante sua gestão, a Santa Casa desentendera-se com a Ordem Terceira de São Francisco e mais irmandades e confrarias, pois novamente, estas estariam usando seus caixões e suas tumbas, infringindo um privilégio concedido ao hospital. O fato das demais irmandades não respeitarem o monopólio dos serviços funerários cedidos à instituição da irmandade da Misericórdia, possivelmente minava parte da influência religiosa, política e social da Santa Casa no ritual que estava entre os mais importantes para os católicos oitocentistas. Além disso, tornava mais difícil o controle higiênico das condições de enterramento, bem como a adequação dos padrões dispensados ao morrer vitoriense. Embora a essa altura a comunidade em questão ainda não tivesse sofrido os duros golpes empreendidos pelas grandes epidemias, as preocupações com a higiene provocavam reclamações e medo em algumas partes do país e não tardariam a chegar por essas bandas, conforme já vimos anteriormente por meio dos jornais locais⁹³.

⁹³ Vitória, por ser uma cidade portuária, recebia embarcações de várias partes do mundo. Tal circulação de pessoas e navios trazia consigo a apreensão causada pela exposição ao fluxo de moléstias na região. Portanto, a preocupação em relação aos cuidados sanitários ou referentes ao contato com os doentes não foi iniciada apenas por conta dos surtos epidêmicos da metade do século XIX, embora, as providências higiênicas tenham sido alvo de constantes alterações ao longo do Oitocentos. O medo correspondente aos efeitos devastadores das doenças foi anterior a esses episódios, o que pode ser visto, inclusive nas notícias reportadas de outros lugares mencionando os efeitos causados pelas moléstias correntes. Vejamos um trecho de um texto do jornal publicado no *Correio da Vitória* no ano de 1849, edição 62: “A notícia publicada ontem de manhã pelas folhas diárias de ter havido alguns casos de cólera *morbis* a bordo da fragata inglesa Apollo, entrada na véspera da Irlanda, causou muita sensação, agravada sem dúvida pela lembrança dos estragos ultimamente feitos em Paris e em New Orleans pelo terrível flagelo. Eis as

Na contramão de várias tendências manifestadas nas outras partes do Império brasileiro, o Espírito Santo, e mais especificamente a cidade de Vitória, não conseguiu garantir de maneira eficaz o monopólio dos alugueis de esquifes e caixões concedido às Santas Casas de outros locais. Entretanto, isso não significa que tal atividade tenha sido aberta para os empresários do ramo. Em solo Espírito-santense, as irmandades continuaram atuando e desrespeitando as prerrogativas concedidas à Misericórdia ao longo da segunda metade do Oitocentos, mesmo após os mais fortes episódios das epidemias locais terem ocorrido.

No esforço de compreender tal atitude, avançamos na tentativa de elucidar mais alguns aspectos que expliquem as práticas transgressoras das outras confrarias. Um desses enfoques poderia ser a resistência aos rompimentos com a tradição dos enterramentos, no caso, a ruptura residiria no fornecimento dos caixões aos membros das associações religiosas. Ou, em outras palavras, os padrões modernos de enterramento – representados em grande medida pelas práticas da Santa Casa da Misericórdia – esbarraram nos antigos costumes da forma de se entender e de se experimentar a morte e, em um tempo que lhe é muito próprio, manteve ou acatou aspectos característicos de outra temporalidade. Para os padrões higiênicos da época, pouca coisa havia mudado após os enterramentos terem sido proibidos dentro dos templos⁹⁴, pois, as demais irmandades continuavam a cuidar dos momentos finais de seus componentes e familiares, bem como os jazigos permaneciam próximos ao cotidiano dos moradores da cidade. Essa é a tônica das reclamações da corporação responsável pelo monopólio⁹⁵, conforme já assinalado acima – e que se repetiria pelo menos pelas três décadas seguintes. Além de se sentir desrespeitada, a instituição se via como uma representante de ideais ligados à modernidade, pois:

informações que podemos colher: ‘Ao entrar anteontem de tarde a fragata Apollo, teve seu comandante um comportamento digno de elogio. Sem esperar por autoridade alguma, e com uma franqueza que lhe faz honra, içou imediatamente bandeira amarela, fundeou longe do ancoradouro [...]’ O comandante da fragata declarou então que trazia a bordo um regimento de 700 praças que ia para China; que durante a viagem manifestou-se uma moléstia com sintomas de cólera ou de colerina, da qual faleceu 18 pessoas, tendo tido lugar o último caso na antevéspera de sua chegada a este porto; que presentemente não havia ninguém doente a bordo; que todavia, por prudência, não queria ter comunicação, e se declara em quarentena.”

⁹⁴ Conforme já foi dito anteriormente, a proibição entrou em vigor no Espírito Santo em 1856.

⁹⁵ Sobre isso, os autores Schwab e Freire (1979, p. 65): “Mandou-se intimar mais a Ordem Terceira de São Francisco e mais Irmandades e Confrarias que estivessem usando caixões e tumbas, para não continuarem infringindo o privilégio da irmandade [...]”

Perante vós se apresenta confiado e crente, o atual mordomo do serviço do hospital da Santa Casa de Misericórdia,

Vem só porque, para fala-vos em nome da caridade, não precisa da delegação da coletividade administração a que pertence. Não se apadrinha com a autoridade da mesa administrativa porque lhe é extensivo o direito de zelar pelo bom nome da pia instituição e exerce um dever promovendo como cidadão, o realce de seu nome, a ampliação de seu destino humanitário.

No momento em que o Estado abre mãos para apresentar-se altivo diante das gerações novas - por vir-; quando agita-se a alma espírito-santense em caminho para o futuro, quando movimenta-se as exuberâncias da intelectualidade para elevar, por igual o nível da instrução pública, quando estabelece-se sob o domínio de vistas seguras o plano da elevação material dos agentes do trabalho, quando finalmente se ama a paz, a ordem e [sic] progresso não se pode esquecer, no meio da estrada percorrida os companheiros de lutas, os que vencidos pela extenuação das forças físicas, são animados, entretanto, pela centelha da esperança de encontrar o teto, o leito, a caridade da Casa de Misericórdia, esta suprema ambição de quem doente e exausto não possui outro teto que o abrigue (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1892, ed. 2882).

A instituição era vista pelos seus membros gestores, neste caso o mordomo Emílio da Silva Coutinho, como bastião de preceitos humanísticos, dignos inclusive dos espíritos elevados do porvir. O futuro, inexoravelmente, traria a elevação das almas por meio da instrução, que aliada à caridade, contribuiria para aperfeiçoarmos o mundo em que vivemos. Entretanto, mesmo que se colocasse como uma instituição capaz de conciliar as tradições com os novos parâmetros da modernidade, a comunidade local ainda não a via com a mesma confiança para o trato com a morte, pelo menos, não como pareciam ver as antigas irmandades estabelecidas na capital, pois o monopólio dos aluguéis dos esquifes não era respeitado e a renda do hospital da Misericórdia precisava ser complementado por outras atividades, conforme veremos mais à frente.

Na esteira do entendimento das mudanças nos costumes funerários no Espírito Santo à luz da modernidade, não possuímos vestígios suficientes para saber exatamente em quais esquifes eram conduzidos os indivíduos enterrados na segunda metade do século XIX em Vitória. Entretanto, é possível, por meio dos números dos sepultamentos demonstrar quais irmandades ainda praticavam os rituais mortuários na capital nos moldes mais tradicionais, inclusive em detrimento do cemitério público da capital. Para tanto, vejamos o quadro a seguir:

TABELA – SEPULTAMENTOS DAS IRMANDADES DE VITÓRIA ENTRE 1870 E 1889

IRMANDADE	TOTAL
-----------	-------

Irmandade Nossa Senhora do Rosário	534
Irmandade de São Benedito de São Francisco	488
Cemitério Público	231
Santa Casa da Misericórdia	138
Irmandade do Santíssimo Sacramento	137
Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	82
Irmandade de São Benedito do Rosário	60
Ordem Terceira da Penitência	52
Nossa Senhora dos Remédios	49
Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção	47
Convento de São Francisco	3
Convento de Nossa Senhora da Penha	1
Igreja Matriz	1

Fonte: Dados obituários (1870 – 1889) - Mitra Arquidiocesana de Vitória⁹⁶

Observando a tabela acima verificamos que duas confrarias religiosas sobressaíam como as principais receptoras de cadáveres em seus campos santos. Refiro-me às irmandades do Rosário e a de São Benedito (esta última sediada no convento de São Francisco). Essas duas organizações, principalmente, a do Rosário prevalecia até mesmo sobre os números do cemitério público que, embora permanecesse em solo sagrado à época (no mesmo convento que abrigava a irmandade de São Benedito), não tinha preferência entre os componentes dessa agremiação. Esses dados nos levam a entender a importância que as irmandades ainda possuíam em Vitória, pois, embora a necrópole pública fosse também requisitada, havia uma forte concorrência com os demais campos santos. Além do componente espiritual, parte da explicação desse fato pode residir também na importância econômica que a venda de sepulturas representava para os rendimentos das confrarias⁹⁷.

⁹⁶ Dados gentilmente cedidos pela professora Dr^a Adriana Pereira Campos (UFES-PPGHIS).

⁹⁷ Essa questão era parte do mesmo problema discutido pelos políticos da Corte na década de 1850 a respeito do monopólio dos aluguéis de esquifes da Santa Casa do Rio de Janeiro, sobre isso, Claudia Rodrigues escreveu: “Se o projeto passasse desta forma [com o monopólio da Santa Casa e a administração dos cemitérios a cargo dos empresários], os armadores ficariam arruinados e as irmandades seriam prejudicadas em seus rendimentos, provenientes dos enterros em suas catacumbas, já que teriam de abandonar seus cemitérios particulares, ante a obrigação de irem para o cemitério público” (RODRIGUES, 1997, p. 119).

Nesse sentido, analisando as distinções entre algumas Santas Casas, tal como a do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e a instituição caritativa em terras capixabas, esta última não conseguiu se impor e manter seu privilégio no monopólio dos serviços funerários, tal como determinava o compromisso da irmandade desde a sua fundação em Portugal⁹⁸. Aliás, a partir desse ponto, entraremos em uma nova seara que talvez elucide os antecedentes do resultado apresentado no quadro anterior: os valores materiais em disputa no imbróglio que se desenhou ao longo de parte do Oitocentos capixaba. Explicamos: se por um lado, os enterramentos movimentavam e enchiam de sentido as irmandades locais, possivelmente, eles se revertiam também em algum recurso financeiro, entretanto, o mesmo não pode ser dito em relação à receita gerada ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, pois os valores advindos dos sepultamentos e alugueis de esquife não estavam sequer entre as três maiores fontes de renda da instituição. Aliás, essa fonte de renda, em muitos momentos, nem mesmo era mencionada. No relatório do provedor da Misericórdia que ocupou o cargo entre os anos de 1857 e 1860, não há referência aos alugueis de esquifes como origem de recursos para a obra de caridade. Sobre as fontes de renda, Francisco Luiz da Gama Rosa diz:

Pelo andar dos tempos e por circunstâncias que são mais fáceis de sentir do que explicar, se perdeu o equilíbrio em que se devia sustentar este tão útil estabelecimento, e esta perda tão sensível o pôs em extrema miséria [...] Para conseguir os meios de que tanto carecíamos, recorremos a caridade de todos pedindo esmolas, e logo os tivemos não só para pagar a dívida como para reedificar e guarnecer uma enfermaria e oito quartos, que agora servem de abrigo a humanidade desvalida, restando ainda algum dinheiro e mais a quantia de 800\$000 dada pela assembleia provincial, se está com esses meios reedificando outra enfermaria, que deve ficar pronta neste ano. [...]

Teve este estabelecimento uma loteria concedida em benefício pelos corpos legislativos do estado, e S. M. o imperador não só se dignou sancionar, como mandar que tivesse preferência sua extração, por assim requerermos.

Desse benefício resultou onze contos e cem mil rs. com os quais por deliberação da mesa se compraram onze apólices da dívida pública do valor nominal de um conto cada uma.

⁹⁸ Tal concessão foi feita por um Breve Nuncio Apostólico de 30 de junho de 1593 (SCHWAB; FREIRE, 1979, p. 65). Essa medida foi tomada para contribuir com o custeio das despesas dos hospitais ligados à irmandade da Misericórdia. Além do monopólio dos serviços funerários, havia também os legados e doações provenientes de particulares, que deixavam imóveis e dinheiro para a Irmandade em troca das exéquias, celebração de missas pelas suas almas ou de entes queridos. Houve também quem deixasse doações por ter usufruído do atendimento do hospital e, por não ter condições de pagar os custos de seu tratamento, deixava os poucos bens que possuíam para tentar retribuir à instituição de alguma forma (Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acessado em 13 de novembro de 2018. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

A lei número 8 de 1840 concedeu à Santa Casa da Misericórdia uma dotação anual de 1:200\$ r., e aboliu as contribuições estabelecidas pelo decreto de 1817 e 1818, e esta dotação tem sido gradualmente aumentada, de modo que no corrente ano é de 2:400\$ rs. Por ter a assembleia provincial abolido o despacho marítimo da província que recebia a Santa Casa ficado tão somente o deste porto.

Possui a Santa Casa da Misericórdia trezes moradas de casas, as quais se acham bastante arruinadas, e por isso, pouco rendimento dão, e a mesa administrativa só espera que se passe no senado a autorização para poder vendê-las, e com o seu produto comprar apólices. (ESPÍRITO SANTO, 1859, apenso F).

Aproximadamente uma década depois do cenário apresentado acima, o provedor da Santa Casa, José da Silva Cabral também demonstrava em seu ofício que pouco havia mudado:

Em resposta tenho o pesar de dizer que o estado deste pio estabelecimento [é] bem aflitivo e doloroso porque sendo a sua maior receita proveniente da dotação provincial, despacho marítimo, e rendimentos do hospital por curativos dos praças do Exército e Armada, todos estes artigos de receitas lhe foram tirados ultimamente, os dois primeiros em virtude de atos legislativos da mesma Assembleia e último por deliberação do sr. presidente Bittencourt Sampaio (APEES, FUNDO GOVERNADORIA, Série 383, Livro 347).

Desses tipos de situações apresentadas acima, podemos produzir ao menos duas sentenças que elucidem o caso: ou a Santa Casa não podia contar com essa receita porque seu monopólio era desrespeitado e, por isso, os rendimentos eram minguados, ou a Santa Casa não buscava efetivamente fazer valer seu poderio e resgatar esse dinheiro proveniente dos aluguéis de esquifes por eles serem escassos e pouco movimentarem a economia local. Quiçá, também, ambas as hipóteses não se excluam, pois quando houve a manifestação do interesse dos empresários locais em participar dos negócios funerários, a instituição, sem grandes imbróglis, a concedeu dentro de um prazo de pouco mais de um ano após a solicitação dos serviços fúnebres, em 1880. Ao menos essa é a informação que consta no relatório acessado e descrito por Schwab e Freire na provedoria de José da Silva Cabral: em 1879, “havia pretendentes ao privilégio de montarem uma casa funerária” (SCHWAB; FREIRE, 1979, p. 106). A forma como foi descrito o relatório do provedor pelos autores acima nos leva a crer que as informações estão em ordem cronológica, sendo que em determinada altura do ano, as propostas ainda estavam em curso e que em junho de 1880 o impasse havia sido diluído, pois “foi aceita a proposta de Manoel Antunes de Andrade Gomes para explorar o serviço funerário” (SCHWAB; FREIRE, 1979, p. 106).

Todavia, pouco tempo depois, durante a provedoria de João Aprigio de Aguirre (1891-1892), a administração pública tomou para si a responsabilidade de fornecer serviços funerários, o que pode indicar o insucesso da empreitada nas mãos de particulares (SCHWAB; FREIRE, 1979, p. 126). Sendo assim, retomamos o questionamento anterior: será que essa atividade não era lucrativa o suficiente para os que se dispunham a realizá-la? Possivelmente, a tarefa não era a das mais disputadas em Vitória entre os negociantes, pois em 1894, quando a Intendência Municipal gerida por Cleto Nunes estava organizando o novo cemitério público, nomeado de Santo Antônio, a administração vitoriense se ofereceu para executar os serviços funerários.

Assim, a questão do monopólio dos alugueis de esquifes na Santa Casa capixaba teve um desenrolar diferente dos exemplos apresentados anteriormente. Ao analisar o caso vitoriense, não percebemos o mesmo tom de discordância encontrado em outras regiões do Império. O ponto fulcral, ao que tudo indica, parecia ser outro. Por essas bandas, o monopólio dos serviços fúnebres não parecia estar intimamente ligado às disputas por renda para a instituição da Misericórdia, como suspeitamos ter sido em outro momento já demonstrado, pois a origem dos recursos financeiros do hospital local estava mais atrelada ao repasse de quantias adquiridas via movimentação portuária e demais transferências feitas pela administração política local. As soluções para o entendimento à recusa da modernidade no trato com a morte esbarraram, possivelmente, na fonte de renda gerada pela venda de sepulturas nos cemitérios de cada irmandade. Esses valores remetidos à compra de sepulturas também reforçavam os contingentes de irmãos vinculados ao grupo religioso e aos cofres das confrarias, pois para execução dos sufrágios, era comum cobrar dos indivíduos que colocassem as demais obrigações com a irmandade em dia. Assim como foi expresso no compromisso da irmandade de São Benedito do Rosário de Vitória em 1855, no artigo 122:

Será um dever sagrado da irmandade de acompanhar seus irmãos falecidos e dar-lhes sepultura, porém se houver algum irmão tão remisso que não tenha pago os seus anuais nem haja quem pague por ele, e não tenha prestado serviços à irmandade esta o não reconhecerá por irmão nem lhe fará sufrágios (ACMV, Compromisso da Irmandade de São Benedito do Rosário, 1855).

O peso da renda proveniente dessa atividade parecia ser bem maior para as demais irmandades que não recebiam o subsídio da administração pública, o que pode nos levar a crer que suas sobrevivências estão mais dependentes dessa relação com seus fiéis do

que a Santa Casa dependia dos seus. Para demonstrar que os indícios apontam para essa direção, vamos elencar algumas pistas a seguir.

Analisando falas de influentes pessoas da sociedade local da segunda metade do Oitocentos, percebemos que até mesmo indivíduos – como por exemplo, Cleto Nunes⁹⁹ – que compunham os quadros da confraria da Misericórdia defendiam o fim dos enterramentos em cemitérios que estavam localizados dentro da capital. Para a concretização dessa proposta, era oferecida como solução para os prejuízos materiais a separação de espaços específicos para cada associação religiosa dentro do novo cemitério municipal afastado do centro urbano e adequado aos padrões civilizacionais. A falta de dinheiro para a construção, alegada outrora por alguns administradores, poderia ser aplacada com a divisão dos gastos entre as irmandades que manteriam o privilégio de campo santo em seus respectivos fragmentos de necrópole. Para tanto, trazemos à tona, novamente, um extrato de notícia do jornal *Província do Espírito Santo*:

Há certas necessidades públicas que embora se imponham ao espírito das populações, contudo já por que não se pode palpar dia a dia os prejuízos derivados do adiamento de sua satisfação, já pelo desleixo com que nas cidades atrasadas se encara muitos dos fatores das desgraças sociais, cujo plano de ação não se passa aos olhos de todos, e por ser inobservável é menos considerável, por estas e outras razões vai sendo protelado indefinidamente o estudo dos meios concernentes a obviar os males resultantes da permanência de tais necessidades, sobre os quais o mais das vezes inconscientemente todos estão acordes.

A remoção dos cemitérios para um ponto mais distante da capital pode ser efetuada sem o peso de um compromisso superior, com o qual nas suas atuais circunstâncias financeiras a província por si só não poderia sobrecarregar, se todas as diversas corporações religiosas, irmandades e confraria desta capital, que são imediatamente interessadas aliás, unissem os seus contingentes de acordo com a câmara municipal e com um auxílio muito menos oneroso, que lhes seria regateado, dos cofres provinciais (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO, 1882, ed. 36).

A proposição exposta pelos redatores Cleto Nunes e Muniz Freire no jornal era simples: cada agremiação religiosa manteria seu quinhão de terra para a realização dos rituais sem agredir os intentos higienistas modernizadores que avançavam sobre a capital em finais do Oitocentos. Era, mais uma vez, uma saída conciliatória para a questão que se arrastava há décadas. Dentro dessa perspectiva, as irmandades poderiam continuar

⁹⁹ Conforme atesta Afonso Schwab e Mario Aristides Freire (1979, p. 127) quando dizem: “o Irmão Cleto Nunes Pereira doou Rs 1:000\$000, destinando-se a compra de uma apólice. Outro tanto ofereceu Manoel Pinto Neto, a quem a Mesa pediu [que] transformasse essa dádiva em instrumentos de cirurgia.”

gerenciando quem seria inumado em seus respectivos territórios, bem como, possivelmente, manejariam os custos dessa operação.

Sem discordar da essência da proposta dos redatores acima mencionados, a mesa administrativa da Santa da Misericórdia do ano de 1885 sob a liderança do provedor Torquato Caetano Simões se posicionou em relação à proibição dos enterramentos no cemitério da irmandade e em outros espaços semelhantes presentes à época no interior do centro urbano:

De acordo com o parecer da comissão médica, resolveu a mesa administrativa reunida hoje deliberar sobre tão importante assunto, declarar por meu órgão, em resposta que a medida tomada por vossa excelência merece aplausos por ser de grande utilidade à higiene pública, convindo, entretanto, ponderar a vossa excelência com a devida vênua, que a área designada para os diversos cemitérios, é apenas suficiente para o desta irmandade, em consequência de dar-se no seu hospital o maior número de óbitos.

Assim, julga a mesa administrativa de grande vantagem ser-lhes cedida a aludida área somente para o cemitério da irmandade [Santa Casa], com o que prestam vossa excelência ainda mais um importante serviço em prol da Misericórdia desta cidade.

A mesa convicta dos sentimentos de verdadeira caridade de vossa excelência muito confia ser atendida a sua reclamação que julga justa. (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 347)

Em que pese outros elementos novos descritos no texto de Simões, sua fala caminhava para um sentido similar ao dos políticos Cleto Nunes e Muniz Freire, pois tanto a medida sugerida pelos intelectuais acima quanto a dos administradores do hospital tentava alinhar os ideais modernizadores aos paradigmas religiosos na capital capixaba em finais do século XIX, mas sem disputar o monopólio ou a gerência do processo. Novamente, remetendo-nos às experiências de outras províncias, vimos que uma das saídas foi a concessão dos alugueis de esquife – e das providências em tornos dos rituais fúnebres como um todo – ao monopólio ou, ao menos, a grande participação das Santas Casas. Essas instituições eram, em alguma medida, a garantia de aliança entre o moderno saber científico sob a benção religiosa das irmandades.

No Espírito Santo, entretanto, esse consentimento não foi respeitado, mesmo com as várias críticas e tentativas de negociação dos interesses em torno dos rituais fúnebres. Mencionamos mais uma vez o descompasso entre modernidade e tradição em terras capixabas, pois, no ano seguinte ao excerto acima apresentado, uma nova reunião foi

convocada pelo poder público da província para discutir com as partes interessadas as mudanças nas formas de enterramento. Por meio do jornal *O Horizonte*, de março de 1883, temos informações de que foram convidados ao debate o presidente da câmara municipal, o inspetor de obras provinciais, o provedor de saúde pública, alguns cidadãos de “reconhecido conceito” e representantes de algumas irmandades. Ficou decidido nessa reunião os valores que cada participante poderia oferecer para a construção do novo cemitério público: a Província oferecia quatro contos de réis, a Santa Casa da Misericórdia ofertaria quinhentos contos de réis, a câmara municipal recolheria dinheiro por meio de uma subscrição popular objetivando obter a quantia de um conto de réis, o comendador José Ribeiro Coelho disponibilizaria o terreno para a obra e uma comissão composta por dr. Azambuja Meirelles, Goulart de Sousa, tenente coronel Alpheu Monjardim e Maximino Maia escolheria o local conveniente para instalar a necrópole.¹⁰⁰ Explicitamente, a Santa Casa, mais uma vez, estava empenhada em fazer valer alguns preceitos higiênicos – mais do que conciliá-los sob seus ditames – bem como, as irmandades estavam sendo convidadas a participar da modificação das inumações na capital, e para além disso:

Do debate amplo se abriu na imprensa, dos preceitos científicos e da opinião de pessoas ilustradas, deduzo a convicção em que permaneço de que é imprescindível proibir os enterramentos no centro da cidade. Não quer isto dizer que a administração precise apossar-se do local onde permanece qualquer dos atuais cemitérios; aterrado como vai ser o mangal do Campinho, tem a capital da província mais uma área de seiscentos e quatro mil metros quadrados para estender-se, e independe das atuais Irmandades para aumentar as suas edificações. O que é indispensável é impedir que os enterramentos continuem a ser feitos nos atuais cemitérios que são e serão considerados lugares sagrados, sem o que a isso se oponha a administração. Limita-se esta a cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos, assunto em que não se imiscui por não estar nas raíais de suas atribuições. [...] Votada a verba de quatro contos de réis basta que a câmara municipal, com a competência legal que ninguém lhe pode contestar, proíba enterramentos na cidade para que os habitantes desta consigam um melhoramento reclamado pela ciência, aconselhado pelo bom senso e que não tem contra si os sentimentos religiosos a população. Lembro-vos que nas condições em que ora se acha a capital da província, torna-se impossível fazer contrato para abastecimento d'água sem que tenham sido proibidos os enterramentos nos atuais cemitérios. De feito, há cemitérios próximos às nascentes, e até os há em lugares onde correm águas que o povo hoje bebe (O HORIZONTE, 1883, ed. 32).

Além de ser convidada a debater, a dimensão religiosa não estava sendo posta à prova na visão dos políticos e demais setores da sociedade envolvidos na discussão sobre o

¹⁰⁰ Para informações sobre esse fato, verifique o jornal *O Horizonte* publicado em março de 1883 na edição número 32, na página 1 do referido periódico.

deslocamento do cemitério. Os administradores, inclusive, faziam questão de demarcar as fronteiras das suas incumbências dizendo que esta medida “Limita-se [...] a cuidar mais da saúde dos vivos do que no descanso dos mortos, assunto em que não se imiscui por não estar nas raias de suas atribuições.”, e as relacionando com os posicionamentos pró transferência das inumações dos outros setores da sociedade, tais como: os representantes das ciências (médicos, engenheiros), os indivíduos de bom senso e ilustrados da cidade, e até mesmo, a população em geral que não se colocavam como barreira anti-higiênica e não viam uma medida anti-religiosa nesse ato. Ademais, os argumentos racionais estão pontuados nesse trecho quando lemos que as: “condições em que ora se acha a capital da província” como um impeditivo para discutir outros aspectos urgentes para o bem-estar público, dentre eles o “contrato para abastecimento d’água”, pois “sem que tenham sido proibidos os enterramentos nos atuais cemitérios” não era possível, na visão desses indivíduos, alcançar patamares aceitáveis para a civilização à luz dos saberes científicos.

Mais do que aceitar acriticamente o discurso de um jornal considerado governista, lembramos que algumas outras evidências que embasam essas conclusões se pautam em fontes de naturezas distintas, tais como os relatórios de provedores da Santa Casa da Misericórdia, bem como os dados extraídos dos documentos de óbitos e enterramentos das irmandades. Por não possuímos fontes mais diversificadas de origem religiosa, não podemos afirmar cabalmente que as irmandades não queriam abrir mão das vantagens pecuniárias de seus enterramentos, entretanto, vários setores da sociedade civil, em conjunto, mostraram ao longo de distintos governos e conjunturas (econômicas e sociais) que estavam dispostos a debater a questão da salubridade na capital. Por vezes, vemos pessoas como o próprio redator do jornal *O Horizonte*, Maximino Maia, reclamando da infra-estrutura da capital mesmo durante a administração de um aliado político¹⁰¹. Ou seja, a temática urgia, só faltava derrubar o último bastião, que acreditamos ser o *núcleo duro* da forma tradicional de se conceber a morte em Vitória: as irmandades religiosas.

¹⁰¹ De acordo com o historiador Estilaque Ferreira dos Santos (2014, p. 308): “o jornal *O Horizonte*, de Maximino Maia, que é insuspeito pois era governista, publicou matéria na qual traçava um quadro desalentador da situação da cidade, principalmente, no aspecto do saneamento. O diagnóstico que Maia fez em 1882 não era muito diferente do que tinha sido elaborado pelo presidente da província cerca de meio século antes: Vitória ainda era uma pequena cidade que apresentava sérios problemas de saneamento, com consequências muito graves para a saúde de sua população.”

Diante dos indícios apresentados anteriormente, nos deparamos com a nota divulgada no jornal *O Estado do Espírito Santo* que dizia o seguinte:

Mudança do cemitério

O cidadão-governador reuniu ontem em palácio o corpo médico da capital para tratar do debatido assunto da mudança dos cemitérios para fora da cidade.

Segundo nos informam, foi mantida a deliberação a esse respeito anteriormente tomada, devendo a nova necrópole ser estabelecida no sítio de Santo Antônio, para esse fim há tempos comprado, confiando-se todo o serviço funerário à Santa Casa de Misericórdia. (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1891, ed. 2578).

Ainda no mesmo sentido, temos a fala de Olympio Corrêa Lyrio, médico da Santa Casa na última década do século XIX e inspetor de higiene pública em um relatório produzido na referida década (ou no mais tardar, no início do século XX):

Cemitérios

Apesar do governo municipal haver estabelecido um a três quilômetros desta cidade no sítio de Santo Antônio e tentado impedir os enterramentos nos que existem com grave dano para a saúde pública, dentro de sua área, todavia, a prática perigosa continua, sendo os responsáveis por esse fato *as irmandades e ordens religiosas* que tem por diversos meios impedido a salutar providência.

Olympio Corrêa Lyrio (APEES, FUNDO INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA, sem data).

As irmandades e sua forma de experimentar a religiosidade são apontadas como principais responsáveis pela manutenção dos enterramentos nos cemitérios localizados dentro da cidade.¹⁰² Conforme mencionado anteriormente, o sentimento religioso popular não era desmerecido, tampouco desconsiderado ao tomar as decisões de alteração dos rituais. Entretanto, diferente das décadas anteriores, a religiosidade não estava mais entre os principais empecilhos para essas mudanças, sendo em grande medida possível inferir que razões materiais (a perda dos lucros com a realização dos enterramentos mencionados acima) marcavam, doravante, as resistências dessas

¹⁰² Sobre isso, um documento da Inspetoria de Higiene sem autoria, possivelmente escrito em 1888 diz: “Como fica por esta Inspetoria já reporto [no] presente relatório e nos demais que ao governo da Província e a Inspetoria Geral de Higiene Pública tenho dirigido os cemitérios, estabelecidos nesta cidade assaltam a Higiene Pública por suas más situações e pela insuficiência de suas área em relação ao número de cadáveres que anualmente neles se inumam. Sobre esse assunto solicito atenção de V. Ex. a fim de concorrer para a remoção dos poderosos elementos de insalubridade que com escândalo são ainda conservados, senão por força de ignorância, ao menos pelo repugnante princípio de fanatismo. (APEES, Relatório da Inspetoria de Higiene Pública, 1888).

irmandades em relação à transferência dos cemitérios para uma área externa ao centro da capital.

Acreditamos, portanto, ser – com a análise do conjunto de fontes acima referido –, possível afirmar, em alguma medida, que as irmandades dependiam fortemente da prestação dos serviços funerários, além de contarem com as vendas de túmulos e exéquias para seus irmãos e familiares. Tal dependência pode ter contribuído para o fracasso das tentativas de concessão de monopólios dos serviços fúnebres tanto à Santa Casa como aos negociantes locais. Assim sendo, era importante a manutenção dos ritos tais como ocorriam para a sobrevivência das confrarias. Embora várias soluções tivessem sido apresentadas para compensar as perdas que impactavam essas agremiações, sua irredutibilidade fez com que o cenário dos enterramentos permanecesse bastante engessado ao longo de boa parte do século XIX na capital capixaba.

Nesse sentido, podemos destacar a atuação do sentimento religioso e também a luta pela sobrevivência de elementos que, embora cada vez mais pautados por interesses econômicos, resistiam aos padrões modernos de sociedade, sendo um deles os rituais de morte e do morrer empreendidos pelas irmandades religiosas católicas.

Finalmente, (e mais uma vez), o que pode ser visto nas fontes e relatos de distintas origens também neste capítulo é a tentativa conciliatória e timidamente modernizadora de atualização dos hábitos, inclusive para os padrões da época, vista, porém, como um ataque ou afronta pouco respeitosa à tradição e à subsistência às práticas religiosas vitorienses. Sendo assim, é possível pensar em uma espécie de bloco que atacava e propunha soluções a um hábito problematizado pela modernidade e um outro bloco que se colocou como resistência às mínimas modificações requisitadas pelos outros agentes sociais na esfera local. Apontar para essas estratégias de objeção aos ditames da modernidade no trato com a morte foi um dos objetivos do presente capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mudanças nas representações da morte e as peculiaridades da modernidade capixaba

*Estamos condenados à civilização.
Ou progredimos ou desaparecemos.*

Euclides da Cunha

Este trabalho abordou uma temática ainda pouco estudada pela historiografia a respeito da história do Espírito Santo, qual seja, os impactos trazidos pela modernidade sobre práticas e representações em torno da morte e do morrer na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Tratamos das transformações dos rituais funerários em Vitória sob a perspectiva que cada agrupamento social ou saber-poder organizado teve em relação ao tema.

Concluímos que as tensões provocadas pela maneira de lidar com a morte por parte de alguns agrupamentos geravam dissensos em relação aos posicionamentos apresentados, por exemplo, pela medicina e por parte dos engenheiros. Estes profissionais buscavam desmobilizar antigas práticas e tinham como meta final modernizar os costumes funerários da sociedade capixaba de modo a inseri-los em uma lógica moderna de se entender a salubridade, a civilização e a higiene para, assim, alcançar o tão sonhado progresso aos moldes europeus. Nesse sentido, buscamos também problematizar a ideia moderna de avanço unívoco da civilização humana rumo a um patamar, que não por acaso, tinha o ideal europeu como referência.

Sendo assim, sob a lógica dos poderes, no primeiro capítulo demonstramos que a camada dirigente local estava preocupada com os problemas apontados pelos saberes científicos no que tangia à forma como se inumavam os corpos na capital. Entretanto, os componentes dos poderes públicos não conseguiam se esquivar das reivindicações de agrupamentos religiosos – dos quais muitos políticos também faziam parte – tanto por compartilharem daquela visão de mundo, quanto devido à pressão, que possivelmente esses poderes organizados conseguiam estabelecer sobre os dirigentes locais.

Dessa forma, tudo leva a crer que as lideranças políticas da capital tentavam, minimamente, conciliar interesses e negociar espaços de atuação em aliança com os saberes científicos para vencer o que eles denominavam como os “preconceitos do

povo”. No entanto, essa disputa se daria de forma lenta, pois a resistência para que o passado se esticasse no espaço de experiência perdurou ainda por cerca de sessenta anos na cidade de Vitória. Em outros termos, os gestores públicos tentavam avançar em algumas medidas tidas como modernas, mas eram menos incisivos em outras.

Conforme visto, houve ainda a tentativa de balancear todos os interesses envolvidos em tal disputa, o que contribuiu para a postergação das obras que custariam caro para a administração municipal, responsável direta por essa modificação estrutural da cidade.

Em outro ponto da disputa, destacamos a atuação dos médicos. Estes também compuseram os quadros da administração local, entretanto, – e ao contrário dos dirigentes políticos – seu posicionamento favorável à modificação dos espaços de enterramento e de transformação do ritual eram muito bem definidos. Alinhados com os conceitos médicos e com os entendimentos modernos a respeito das teorias sobre os miasmas – que contaminavam a água e o ar ou sobre os “venenos” contagiosos transmitidos de indivíduo para indivíduo –, bem como sobre os ideais de salubridade provenientes dos cânones europeus de ciência, os médicos capixabas atuaram buscando atualizar os rituais funerários, advogando pela modernização de suas práticas sempre que consultados pelo poder público. Mas, conforme exposto em nosso segundo capítulo, esses profissionais esbarraram em crenças sólidas a respeito do ideal de bem morrer, caros para os fiéis católicos oitocentistas. Sendo assim, por mais que eles tentassem combater e ajustar os preceitos religiosos e os sentimentos envolvidos no bem morrer cristão, as derrotas se acumularam mais do que as vitórias.

Dessa forma, a resistência aos modernos saberes e à atualização das práticas – mesmo que fossem as mais sutis modificações – eram claras e fortes pois, durante a segunda metade do século XIX as reclamações feitas pelos médicos permaneciam: a cidade continuava suja, propícia a surtos epidêmicos e sujeita à contaminação da água e do ar por conta da localização e da forma pela qual os enterramentos continuavam a serem feitos. Em suma, essas reclamações tardias a respeito da conservação dos campos santos, subsidiavam os argumentos dos médicos pelo fim dos enterramentos na área central da cidade de Vitória ainda em meados do fim do Oitocentos.

Ainda na esteira do entendimento moderno do viver e do morrer, em nosso terceiro capítulo buscamos abordar o posicionamento dos engenheiros diante do tema. Menos

homogêneos que os profissionais da saúde e mais abertos à interpretação positivista, os idealizadores dos espaços físicos da cidade modernizada também palpitavam sobre os usos e os costumes da população nas urbes oitocentistas. Não adiantava modificar as estruturas físicas sem alterar os comportamentos antiquados e fora de lugar no Brasil moderno. Para alguns profissionais desse campo, algo deveria ser feito em relação às antigas práticas tradicionais de enterramentos que sujavam a cidade, infectavam os corpos e desarmonizavam as paisagens. Para outros, era uma questão de reformulação do antigo, de readequação ou de repaginação dos costumes, pois o simbolismo e o significado deste para os seus praticantes valiam a reestruturação para adequá-los. Além disso, possivelmente, os olhos civilizatórios desses agentes da modernização estavam muito mais voltados para as grandes obras de infraestrutura. Disso, extraímos ao menos duas conclusões: a primeira delas é a dependência que esse campo possuiu em relação às suas demandas profissionais; ou de uma forma mais simples: os engenheiros dependiam em grande medida dos investimentos públicos para suas carreiras alavancarem e para que grandes montantes de dinheiro circulassem entre os seus; afinal os empreendimentos de maior retorno financeiro costumavam, via de regra, serem encampados pelo Estado. A título de exemplo, podemos mencionar: a instalação de ferrovias, a abertura de estradas, a construção de pontes, a reforma de portos, dentre outras. A segunda constatação diz respeito ao tipo de obra escolhida pelos dirigentes locais como prioridade. Percebemos por meio da análise das fontes que as camadas dirigentes locais não optaram pelas obras feitas de forma ingênua ou não planejada. Essas decisões levavam em consideração, principalmente, o retorno financeiro imediato de determinados setores das camadas dominantes do Estado no final do século XIX, mais do que o bem coletivo proporcionado pelas grandes benfeitorias urbanas estreitamente ligadas à higiene, ao bem estar comum ou à salubridade pública.

No quarto capítulo, expusemos as entranhas da escatologia cristã forjada no Ocidente desde a Antiguidade, o que cuidadosamente gerou laços bastante estreitos entre a morte, o medo do além-vida e o alento proporcionado pelos ensinamentos cristãos-católicos. Entendido tal emaranhado de constructos culturais, partimos para as novas leituras de mundo feitas pela Igreja Católica a fim de transplantar suas diretrizes para as novas demandas do Brasil Colônia. Compreendendo que alguns desses ensinamentos popularizaram-se e se estenderam pelo Oitocentos brasileiro, perscrutarmos as razões que sustentaram por tanto tempo no Espírito Santo tais formas de se representar o

morrer, visto que em outras capitais, esses comportamentos e crenças deixaram-se domar pelos ditames modernos bem antes do que na capital capixaba.

Concluimos que investigar o papel conciliador das Santas Casas, como ponte entre as práticas tradicionais e a modernidade, – assim como a resistência das irmandades leigas ao processo de modernização do morrer –, nos permitiu elucidar questões acerca da persistência na manutenção dos costumes fúnebres, além de claro, compreender melhor o que essas pessoas esperavam do viver ao lidar daquela maneira com o morrer. A isso, acresce-se a ideia de que retirar os sepultamentos do alcance geográfico das irmandades influía diretamente no peso e no sentido que essas associações tinham na sociedade Oitocentista. Portanto, demonstramos, embora não cabalmente (ou seja, parcialmente) que modernizar os costumes funerários tal como desejavam, especialmente, os médicos, denotava minar o significado religioso e transcendental do morrer. Ainda não podemos deixar de ressaltar em complemento à questão anterior, o fato de que o esvaziamento do poder econômico e político dessas agremiações estava em jogo ao serem transformadas as dinâmicas dos enterramentos em seus cemitérios particulares. Sendo assim, as negociações em torno das mudanças nos rituais foram tensas e estendidas por toda segunda metade do século XIX e início do século XX na cidade de Vitória.

Mediante essa breve recapitulação dos pontos centrais da análise desenvolvida em nosso trabalho, faz-se necessário apresentar algumas perguntas e respostas que orientaram a escrita desta tese, bem como, expor as possíveis conclusões e contribuições deste esforço em problematizar questões ainda não pensadas, produzindo novas reflexões para antigas “verdades” um tanto caras para parte da historiografia local.

Perfazendo esse caminho, todos os capítulos buscaram entrelaçar duas temáticas fundamentais: a modernidade e as mudanças nos sentidos da morte e do morrer na Vitória do Oitocentos e dos primeiros anos do século passado. Enfatizamos que a experiência moderna trouxe formas próprias de se entender e de se vivenciar o tempo, pautadas por expectativas únicas em relação ao futuro, de modo que, novas maneiras de viver e de se sentir foram forjadas no bojo desse novo espaço de experiência eminentemente moderno.

A forma de conceber o tempo pelos seres humanos lançados nessa nova experiência afetou, deste modo, vários pilares que sustentavam antigas concepções de mundo,

dentre elas a maneira de se vivenciar e de se representar o morrer. As distintas representações da morte postas a circular na realidade capixaba nos permitiram identificar parte desses novos sentidos produzidos para esse derradeiro momento e nos permitiram entender, ao menos parte do debate a respeito das modificações e das resistências que giravam em torno de um assunto tão delicado, qual seja, como administrar a morte e as práticas fúnebres diante daquela forma acelerada de se interpretar a relação entre passado, presente e futuro em tempos modernos.

Nesse sentido, considerando os resultados obtidos com a escrita deste trabalho acreditamos ser de suma importância que a historiografia trabalhe de forma mais pormenorizada a questão da relação entre temporalidade, história e as representações no trato com a experiência histórica capixaba. Para tanto, e para os fins de nosso próprio trabalho, foi imprescindível o contato com a obra de Reinhart Koselleck, tendo este contribuído para apreendermos essas questões e rompermos com a violenta imposição de uma leitura homogênea de tempo que, por anos a fio, serviu para legitimar imposições culturais, políticas e científicas, principalmente por colocarem a América do Sul como um espaço de atraso por excelência em relação aos conceitos e experiências vividos em outras partes do mundo ocidental.

Assim sendo, a leitura do tempo proposta por uma História – entendida pelo historiador alemão como um “singular coletivo” –, que postulava a ideia de que o tempo seria uma marcha unívoca, indivisível e orientada a um sentido progressivo – estando a dianteira desse processo, não coincidentemente vinculado à Europa ocidental – há muito deixou de ser algo consensual entre os historiadores (KOSSELLECK, 2006, p. 11).

Ao criticar essa maneira singular de conceber o tempo, o intelectual alemão contribuiu para as reflexões que questionavam a lógica eurocêntrica dessa interpretação. Isso porque, ao se colocarem como força motriz do progresso e da civilização, tudo que fugia a essa lógica era entendido como atrasado e imperfeito. Os efeitos desastrosos dessa narrativa são bastante conhecidos, basta nos lembrarmos dos discursos que justificavam o neocolonialismo no continente africano ou o próprio tipo de relação que se deu entre metrópoles e colônias na América Latina como um todo.

Em lugar de uma história única, singular, Koselleck propôs, portanto, uma história múltipla, plural, que reconhecia distintas camadas temporais convivendo em variados

espaços. Em outras palavras, admitindo a multiplicidade de camadas temporais seria doravante possível fomentar a convivência e a coexistência de distintas experiências e formas de ser, sem que houvesse a necessidade de choque, de hierarquias ou a existência de um fim inexorável para cada uma dessas experiências temporais.

Permitia-se, a partir da nova leitura de tempo proposta por Koselleck, formas de ser e de estar no mundo que refletiam experiências próprias e colocavam, portanto, em cheque as noções de “atraso” e “progresso” tão caras à modernidade europeia e à sua classificação – por meio da História no singular – do lugar do outro na história mundial. O autor assim nos permitiu a flexibilização da compreensão do padrão temporal ao cravar que as maneiras de experimentar o tempo são relativas e subjetivas, o que não permitiria um julgamento externo capaz de criar uma régua que abarcasse todas as medidas temporais experimentadas em distintas sociedades e períodos (KOSELLECK, 2006, p. 122-123).

Diante de tamanha complexidade, o autor alemão apresentou uma útil alegoria para lidarmos com a complexidade temporal, qual seja, a dos estratos de tempo representados como camadas, entendidas como as partes que compõem estruturas geológicas. Essa maneira figurativa é extremamente esclarecedora para entendermos o porquê do longo desenrolar da modificação nos rituais funerários capixabas, se comparados às outras capitais do território brasileiro. Ao se referir à temporalidade com distintas camadas, o autor de *Estratos do Tempo* defendia que o conjunto de divisões não se opõem, pelo contrário, as camadas se suportam e coexistem, além de permitirem possíveis explicações para os distintos tipos de experiência dos seres humanos (KOSELLECK, 2014, p. 9). Por isso, entender como se deu essa relação com o tempo foi fundamental para concluirmos que a manutenção de práticas fúnebres era um dos elementos que caracterizavam estratos de tempo de outrora, e que o efeito de tal permanência teria permitido o alargamento dessa camada perante as demais.

Ainda recorrendo à teoria koselleckiana, demonstramos, portanto, que múltiplas temporalidades conviveram em um mesmo território e que não tinham obrigação de marchar mirando um horizonte de expectativa traçado por indivíduos alheios a essa lógica. Entendemos que, reiterar essa narrativa é corroborar um projeto que sobrepõe, mais uma vez, violentamente, as especificidades de cada comunidade e o desenrolar de suas questões. Na tentativa de percebermos as distintas convivências temporais,

trabalhamos com a simultaneidade do não-simultâneo, com os diacronismos e sincronismos presentes nas representações e nas práticas dos dirigentes políticos, dos profissionais das técnicas (medicina e engenharia) e dos representantes da religião católica.

A partir dessa reflexão, pudemos nesse trabalho nos desvencilhar de uma leitura singular e eurocêntrica da história, anteriormente concebida como um a priori universal para toda a humanidade. A importância dessa problematização do tempo, não entendido mais como algo dado, tal como desejavam os modernos, permitiu uma nova interpretação para as relações entre o binômio centro-periferia. O entendimento de que existiam formas plurais de se relacionar com a temporalidade permitiu e abriu caminho para entendermos aquilo que, em referência a Ewa Domanska (2017, p. 102-103), poderíamos compreender inclusive como a expressão de uma “modernidade alternativa” em território capixaba.

Dito isto, podemos finalmente afirmar que a resistência – ou a aceitação condicionada – às atualizações dos rituais de morte entre os capixabas do Oitocentos e das décadas iniciais do século XX precisa ser lida a partir de uma categoria própria, isto é, não-fixada nos modelos europeus de leitura do tempo.

Por fim, concluímos que essa talvez seja a maior contribuição deste trabalho, pois ao tentarmos compreender como os distintos grupos sociais se relacionavam com o tempo e com as características que compõem cada temporalidade, pudemos perceber de que maneira se deu a relação daqueles setores, ou ao menos parte deles, com as novas concepções modernizadas da morte apresentadas pelos agentes da modernidade ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX em Vitória. A forma como cada agrupamento da sociedade se posicionou nos permitiu compreender como, majoritariamente, se davam as expectativas em relação ao seu espaço de experiência, bem como, projetavam seus anseios e horizontes de expectativa diante do futuro.

Finalmente, é válido ressaltar que, longe de ser elemento superado, a crença semi-religiosa no projeto moderno e no discurso do progresso inexorável continua em grande medida a pautar não só a escrita do passado capixaba, como parte de uma práxis política violenta e excludente em relação a grupos duramente marginalizados ao longo da história de nosso estado. Assim, mais do que um exercício interpretativo, este trabalho

teve o intuito de desnudar os possíveis efeitos danosos desse discurso, estimulando outros esforços de pesquisa – que tenham ou não a temática da morte no seu cerne – que ocorram nesse mesmo sentido. Caso tenha contribuído para fomentar essa reflexão e futuras investigações com esse ímpeto, este trabalho terá alcançado, portanto, o mais importante de seus objetivos.

FONTES PRIMÁRIAS

I-JORNAIS

Rio de Janeiro:

DIÁRIO FLUMINENSE- 1825

Espírito Santo:

O TEMPO- 1861.

CORREIO DA VICTÓRIA- 1849; 1850; 1855; 1856; 1871.

JORNAL DA VICTÓRIA- 1867.

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO- 1882; 1885.

O ESPÍRITO-SANTENSE- 1871; 1883.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO- 1890; 1892; 1896; 1897.

O HORIZONTE, 1883

II-DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. Anais da câmara dos deputados, 1843.

BRASIL, Lei Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. Decreto nº. 5600 de 25 de abril de 1874.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatório do Ministério da Guerra, 1872, disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1872_B00001.pdf

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que Felipe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 23 de maio do corrente ano. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1851.

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o exm. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1854.

ESPÍRITO SANTO, Relatório de presidente de província Sebastião Machado Nunes abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio, Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1855.

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o Exmo Sr. Barão de Itapemirim, vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração ao Exm. Sr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 8 de março de 1856. Victória, Typographia Capitaniense de P. A. Azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO, Relatório do provedor da Santa Casa da Misericórdia Francisco Luiz da Gama Rosa apresentado ao presidente de província Pedro Leão Velloso na abertura da assembleia legislativa provincial de maio de 1859. Victória: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o exm. sr. comendador Pedro Leão Velloso, ex-presidente da província do Espirito Santo, passou a administração da mesma província ao exm. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente, no dia 14 de abril de 1860; acompanhado do relatório e apensos com que o mesmo exm. sr. vice-presidente fez a abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de maio do corrente ano; e do ofício com que passou a administração da província ao exm. sr. dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1860.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória, Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1862.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente, Dr. Eduardo Pindaiba de Mattos. Victoria, Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864.

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1º Vice-Presidente, o Exm. Sr. Coronel Dionysio Álvaro Resendo, em 8 de junho de 1869, seguido do que pelo mesmo Exm. Sr. Vice-Presidente foi apresentado ao Exm. Sr. Presidente, Dr. Antonio Dias Paes Leme, ao assumir este o governo da Província em 16 de setembro de 1869.

ESPÍRITO SANTO, Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo pelo presidente, o exm. senhor. doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871. Victoria, Typ. do Correio da Victoria, 1872.

ESPÍRITO SANTO, Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial pelo exm. sr. presidente da província do Espírito Santo, dr. João Thomé da Silva, em ocasião da

abertura de sua sessão ordinária, que teve lugar no dia 10 de setembro de 1873. Victoria, Typ. do Espírito-Santense, 1873.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm^o. Sr. 1^o Vice-Presidente, Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas na sessão da 21^a Legislatura, 1874.

ESPÍRITO SANTO, Fala com que o exm. sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito-Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875. Victoria, Typ. do Espírito-Santense, 1875.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado pelo exm. sr. dr. Manoel da Silva Mafr[a] a Assembleia Legislativa Província[l] do Espírito-Santo no dia 22 de outubro de 1878. Victoria, Typ. da Actualidade, 1878.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo pelo exm. sr. dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior em 3 de março de 1883. Vitória, Typ. do Horizonte, 1883.

ESPÍRITO SANTO, Relatório apresentado pelo Exmo Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. José de Mello de Carvalho Muniz Freire, lida na instalação do Congresso Legislativo, em 17 de setembro de 1895. Vitória: Typografia do Estado, 1895.

ESPÍRITO SANTO, Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Muniz Freire Vitória: Tipografia do Estado, 1896.

ESPÍRITO SANTO, Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo Monteiro (1908-1912), presidente de estado ao congresso do Espírito Santo na 1^a sessão da 7^a legislatura. Vitória: Imprensa Estadual, jul. 1910.

ESPÍRITO SANTO, Mensagem produzida por Jerônimo de Souza Monteiro, presidente de estado ao Congresso do Espírito Santo na 2^a sessão da 7^a Legislatura, Vitória, Imprensa Estadual, 1911.

ESPÍRITO SANTO, Exposição sobre os Negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo exmo. Sr. dr. Jerônimo Monteiro. Vitória, 1913.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série 383, Fundo Governadoria- 1886, 1887, 1905.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Inspetoria de Higiene Pública- 1890, 1891, 1896. Caixas- 1, 2, 8.

BRITO, Francisco S. R. de. Projeto de um Novo Arrabalde. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

III-REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA

Revista do Club de Engenharia, ano I, vol. II, 1887.

IV- ARQUIVOS DA CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA E FONTES ECLESIÁSTICAS

DADOS OBITUÁRIOS (1870 – 1889) - MITRA ARQUIDIOCESANA DE VITÓRIA

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO DO ROSÁRIO, 1855. BR.MAV.ADM.I.021

BERTO, João Paulo. 2013. “A Escola de Bem Morrer Do Padre Antonio Maria Bonucci (1651- 1729): Subsídios Para a Análise Da Fonte.” Tempo de Conquista n o 13, jul.

BONUCCI, Antonio Maria. 1701. Escola de Bem Morrer: Aberta a Todos Os Cristãos, & Particularmente Aos Moradores Da Bahia Nos Exercícios de Piedade, Que Se Praticam Nas Tardes de Todos Os Domingos Pelos Irmãos Da Confraria Da Boa Morte, Instituída Com Autoridade Apostólica Na Igreja Do Colégio Da Companhia de Jesus. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes.

CASTRO, Estevão de. 1627. Breve Aparelho, E Modo Fácil Para Ajuda a Bem Morrer um Cristão, Com a Recopilação Da Matéria de Testamentos & Penitencia, Varais Orações Devotas, Tiradas Da Escritura Sagrada, & Do Ritual Romano de N.S.P. Paulo V. Lisboa: por Mattheus Pinheiro.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. São Paulo, Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

V-ARQUIVO DE VITÓRIA

DOCUMENTOS DOS ANOS DE 1854, 1855, 1856, 1890, 1895.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Habitação popular, forma urbana e transição para o capitalismo: o caso do Rio de Janeiro. In: BECKER, B. et all (orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ABREU, Marcelo. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I. et all. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ABREU, Marcelo. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, FCT, 2001.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

ALMEIDA, André. **As misericórdias**. In: MATTOSO, José. (org.). História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620). v. 3. Lisboa: Estampa, 1993.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Lugares de memória, espaços de recordação e esquecimento: uma abordagem acerca dos cemitérios oitocentistas**. In: Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades, VII Seminário Nacional do Centro de Memória. Campinas: Unicamp, 2012. v. VII. p. 1-15.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. O Espaço da Morte na Capital Mineira: Um ensaio sobre o Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, nº 2, p. 187-191, 1998.

ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 109-134, 1996.

ALVES, V. M. S. **A produção do espaço urbano de Vitória-ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX**. 2015. 159 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015.

ALVES, Vanderson Moreira SILVA; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. Do estuque ao tijolo: as formas de produção do espaço urbano de Vitória - ES entre o final do século XIX e inícios do século XX. **Caderno de Geografia** (PUC-MG. IMPRESSO), v. 29, p. 156-178, 2019.

AMORIM, Joaquim Pires de. A trajetória dos partidos políticos capixabas até 1930. **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, nº 1, 1985.

ARAÚJO, Rosa M. Barboza de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Ana C. A morte em Lisboa: atitudes e representações: 1700-1830. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Marta Maria Lobo de. **A confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados (1731-1780)**, Coimbra: ATAHCA, 2001(a).

ARAUJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIÈS, Philippe. **Historia de la muerte en occidente**: de la Edad Media hasta nuestros días. Traducción Francisco Carbajo y Richard Perrin, Barcelona: El Acanilado, 2000.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 2v.

AZEVEDO, André N. de. A cura pela técnica: o Clube de Engenharia e a questão urbana no Rio de Janeiro da virada do século XIX ao XX. **Locus: revista de História**, v. 19, nº 2, p. 273-292, 2013.

AZEVEDO, André N. de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio, 2018.

AZEVEDO, André N. de. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. **Outros Tempos**, vol. 13, nº 22, p. 69 – 88, 2016.

AZEVEDO, André N. de. Da cidade escravista à cidade moderna: os limites de um projeto de integração conservadora no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906. **Revista de História Regional**, v. 21, nº2, p. 575-596, 2016.

AZEVEDO, André N. de. La génesis y el desarrollo de la idea de civilización en Europa. **Estudios Históricos (RIVERA)**, v. 17, p. 1-18, 2016.

BARATA, Mário. **Escola Politécnica do Largo de São Francisco**: Berço da engenharia brasileira. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica e Clube de Engenharia. 1973.

BARROS, José d'Assunção de. Rupturas entre o passado e o presente: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 2, nº 2, p. 65-88, jul/dez. 2010.

BARROS, Thiago Z. **Política de Imigração Estrangeira no Jornal a Província do Espírito Santo (1882/1889)**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) --- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BASILE, Marcello Otávio. **Conservadorismo no Brasil Império** In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p.101.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1986.

BENCHIMOL, Jayme L. **Manguinhos do sonho à vida: A ciência na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

BENTIVOGLIO, Júlio César. **Desconstruindo o Tempo Saquarema: perspectivas para o entendimento da vida política no Brasil durante o Império: rizomas, indivíduos, facções, partidos e linhas de fuga da política imperial**. Conferência disponível em: <https://ufes.academia.edu/JulioBentivoglio>. Acessado em 09 de outubro de 2016.

BENTIVOGLIO, Júlio C.; TOZZI, Verônica. (Org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Metahistória**. 1ª. ed. Serra: Milfontes, 2017. v. 1.

BERTO, João Paulo. **Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer: práticas e representações fúnebres na Campinas oitocentista (1760-1880)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889**. Vitória: Leoprint, 1985.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 1ª ed. Brasília, editora: UNB, 1998.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, ANPUH, 23, 2005, Londrina. Anais... Londrina: ANPUH, 2005. Editorial Mídia, 2005. v.1, p.1-10.

BOSCHI, Caio C. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Caio C. O enquadramento religioso. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Org.). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 2, p. 387-455.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (As Cidades no Século XIX). **Revista de História**, São Paulo, v.5, n. 8/9 São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, 1984/85.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Cidade e História**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História)- Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2002, capítulo 3.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso (bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888)**. Dissertação (Mestrado em História)- Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1995.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória, ES: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

CAMPOS JUNIOR, C. T.; MENDONÇA, M. C. O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES. **Geotextos** (UFBA), v. 15, p. 13-39, 2019.

CANAL FILHO, P.; ANDRADE, M. O. de; COSTA, B. B.; REIS, F. P. Vitória em Monumentos I - A Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vitória: EDUFES, 2010. v. 3.

CAPRINI, Aldieris. B. A. **O comércio como propulsor político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2007.

CARVALHO, ÉRICA. Marques de. **A expansão da República**: a integração do território brasileiro nos projetos do Clube de Engenharia (1890-1922). Dissertação de mestrado (Mestrado em História das Ciências) – Programa em História das Ciências e da Saúde, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Francismar A. L. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143 - 165, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “**Engenharia e civilização**: história de uma ideologia profissional”. In _____. O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998, pp. 71- 121.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2009.

CHIAVENATTO, Júlio José. **A morte**: uma abordagem sociocultural. São Paulo: Moderna, 1998.

CHIFFOLEAU, Jacques. **O que fez a morte mudar na Região de Avinhão no Fim da Idade Média**. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (orgs). A morte na Idade Média. Tradução de Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira e Maria Carmem Cescato. São Paulo:Edusc, 1996. p. 117-130.

COELHO, Edmundo C. **As Profissões Imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822 -1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMTE, Auguste. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

COSTA, Ivoneide de França Costa. **Comissão Hidráulica do Império (1879-1880)**: profissionalização e técnica a serviço dos melhoramentos no século XIX. 270 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Saúde – COC – Fiocruz, Rio de Janeiro. 2013.

COSTA, Ivoneide de F. Profissionalização dos engenheiros no século XIX: atividades e regulamentação. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14º, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Disponível em: https://www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1748.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNHA, Karolina Dias da. **Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo**: políticas de assistência à saúde em tempos de epidemias. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história chronológica, synopsis e estatística. Vitória: Typografia do Espírito-Santense, 1879.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente**: 1300 - 1800 uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **As artes de curar nos tempos do cólera**. In: Sidney Chalhoub; Vera Regina Beltrão Marques; Gabriela dos Reis Sampaio; Carlos Roberto Galvão Sobrinho. (Org.). Artes e ofícios de curar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

DYNNIKOV, Circe Mary Silva da Silva; PINHEIRO, João Eudes Rodrigues. **História do ensino de engenharia no Espírito Santo**: da Escola Politécnica ao Centro Tecnológico da UFES. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2005. v. 1.

DOMANSKA, Ewa. Constituição do ancestral retroativo, novo animismo e modernidades alter-nativas. In.: BENTIVOGLIO, Júlio C.; TOZZI, Verônica. (Org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Metahistória**. 1ª. ed. Serra: Milfontes, 2017. v. 1.

DÓRIA, Renato Palumbo. **Entre o Belo e o útil: manuais e práticas do ensino do desenho no Brasil do século XIX**. São Paulo, 2004, 220 p. Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

EDLER, Flávio. **A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. In: Asclépio. V. L-2, 1998. p.170-174.

EDLER, F. C. **A medicina no Brasil imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica**. Anuario de Estudios Americanos, EEHA - Sevilha, v. LX, n.1, p. 139-156, 2003.

EDLER, F. C. **Medicina tropical: uma ciência entre a nação e o império**. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2010.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos Moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

ELTON, Elmo. **Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FANNI, Rafael Dias Resende. Iberconcepts II, 1770-1870: tempos e espaços da “atlantização” dos conceitos. **Revista Almanack**. Guarulhos, nº10, p. 502-506, 2015.

FARIA, Patricia de Souza. Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da Reforma Tridentina no centro do império asiático português (1567-1606). **Topoi (Online): revista de história**, v. 14, p. 218-238, 2013.

FARIA, Núbia. **A formação da infraestrutura de Vitória (1892-1928)**. Revista de História, Vitória, n. 3, 1992.

FERREIRA, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2009.

FERREIRA, Gilton Luis. **Reinventado a cidade: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES—1890/1928**. 297 f. Tese (Doutorado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2016.

FERREIRA, Heloisa Souza. **Ardis da sedução e estratégias de liberdade**: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Medicina Impopular**: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: Sidney Chalhoub. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. 1ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003, v. 1.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. **Revista Fênix** (Uberlândia), v. 4, p. 1-10, 2007.

FERREIRA, Luiz Otávio. José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo. In: Joseph-Francois Xavier Sigaud. (Org.). **Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império**. 1ª ed.: 2009.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Os politécnicos**: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: (1862-1922). 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1989.

FERREIRA, Luiz Otávio. **O viajante estático**: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. (org.) *A circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil**: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. Educar em Revista, Curitiba, Paraná, v. 25, p. 59-74, 2005.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Pânico e terror**: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). Almanack, Vol. Maio/ 2014, nº7, p. 117-136, 2014.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Terribilíssimo mal do Oriente**: a cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória: EDUFES, 2015.

FRANZINI, Fábio; OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca. Ordering time, nationalising the past: temporality, historiography and Brazil's "formation". **Historein: A Review of The Past and Other Stories**, v. 17, p. 1-37, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária; 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GAVROGLU, Kostas. **O passado das ciências como história**. Porto: Porto Editora, 2007.

GOMES, Eduardo Rodrigues. A Modernização Urbana do Centro de Vitória (ES): considerações preliminares sobre a geografia do passado de uma cidade. **Geografares**, Vitória, v. 6, p. 73-87, 2008.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da Terra**: Trajetórias e Projetos políticos no Espírito Santo de Oitocentos. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Lúcia. M. P. **Liberalismo Moderado**: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (org). **O liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ervan, 2001, v. 1, p. 103-126.

GUIMARÃES, Manoel L. L. S. Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

HEES, Regina; FRANCO, Sebastião. **A República e o Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. Passos (org.) **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

HONORATO, Cezar T; RIBEIRO, Luiz Cláudio; FERREIRA, Muniz Gonçalves; OLIVEIRA, Newton Augusto Cardoso de; GARCIA, Romyr Conde. **O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil**. Rio de Janeiro: Venosa Design, 1996. v. 1.

HOWARD, Thomas A. **Religion and the Rise of Historicism**: W.M.L. De Wette, Jacob Burckhardt, and the Theological Origins of Nineteenth-Century Historical Consciousness. Cambridge University Press, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (org.). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (org.). História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 20, n.º 57. São Paulo, fevereiro, 2005.

KURY, Lorelai. **O Império dos Miasmas: A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)**. Niterói: 1990, Dissertação. Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización. Traducción, introducción y notas de Faustino Oncina Coves**. Valencia: Pré-textos, 2003a.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Editora UFMG. Belo Horizonte: 2008.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Editora Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LEONÍDIO, Adalmir. **Utopias sociais e cientificistas no Brasil no final do século XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p. 921-946, jul.-set. 2007.

LIMA, Lana Lage da Gama. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial**. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. **O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história em três dimensões**. In: Jacobo Finkelman. (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/OPAS, 2002, p. 23-116.

LONDOÑO, Fernando T. **Conquista e cultura material na Nova Espanha no século XVI**. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 31, p. 277-293, 2005.

LONDOÑO, Fernando T. **Público e escandaloso: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade São Paulo (USP), São Paulo, 1992.

LOPES, A. S. **Arte no Espírito Santo do Século XIX à Primeira República**. Ed. Do Autor. Vitória: 1997.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MACHADO, Miriam Karla. **Morrer em Desterro**: a criação do cemitério público em 1841. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História), Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARCELINO, Douglas Attila. Morte, historiografia, historicidade: sobre as formas do poder e do imaginário. **ARTCULTURA** (UFU), v. 18, p. 143-158, 2016.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Engenharia Imperial**: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880). 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2002.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

MATA, Sérgio da. **História & religião**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MATTEDI, José Carlos. **A imprensa capixaba no século XIX**. In: BRITES, J. G. (Org.). Aspectos históricos da imprensa capixaba. Vitória: Edufes, 2010, p. 24-43.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. **Cidade prospectiva**: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória. Vitória: EDUFES, São Paulo: Annablume, 2009.

MENDONÇA, Eneida Maria de Souza. **O traçado de novos bairros em Vitória**: repercussões do projeto de um Novo Arrabalde. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). Urbanismo no Brasil (1895-1965). São Paulo: Editora Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999..

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso**: os fundamentos da urbanização de Vitória, 1889-1930. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MENDONÇA, M. C. **Modernizar para o capital: estratégias de valorização do capital na construção de Vitória- ES (1889-1930)**. Revista GEOUSP (Online), São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 8-31. São Paulo, 2017.

MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. The thickness of time: the writing of history and appropriation of the past in Brazil, 1830-1930. **Historein: A Review of The Past and Other Stories**, v. 17, p. 1-39, 2018.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). A História da Imprensa no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNIZ, Maria Isabel Perini. Vitória e suas transformações históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n.43, 1994.

NASCIMENTO, Mara R. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII e XIX**. 2006. 362 f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Rafael C. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico para o Espírito Santo**. 2016. 291 f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-1823)**. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (org). O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 73-102.

NEVES, Guilherme Pereira das. O reverso do milagre: ex-votos pintados e religiosidade em Angra dos Reis (RJ). **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 7, n.14, p. 27-50, 2003.

NEVES, Guilherme Pereira das. As hierarquias sociais e os ex-votos pintados. **Revista da SBPH**, Curitiba, v. 22, p. 21-26, 2002.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrinas do progresso**. Rio de Janeiro: PUC/Finep/CNPq, 1986.

NOGUEIRA, André. **O cólera no Espírito Santo pela lente do Correio da Vitória (1855-1856) ou quando as epidemias viram notícia**. In: PIMENTEL, S. F.; NASCIMENTO, D. R. DO; TORRES SILVEIRA, A. J. (Org.). Uma História Brasileira das doenças. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v. 6, p. 243-267.

NOGUEIRA, André. Universos coloniais e ‘enfermidades dos negros’ pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.179-196.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, (s/d).

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e obra**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2ª edição, 2017.

OLIVEIRA, Anderson J. M. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. **História Regional**, Ponta Grossa - Paraná, v. 6, n.1, p. 147-159, 2001.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PEDROSA, Manuel Xavier. 'Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim de Vasconcelos do século XVIII'. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1959, vol. 243, pp. 35-71.

PEIXOTO, Antônio Carlos. **Liberais ou Conservadores?** In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emília (orgs). O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 11-30.

PEREIRA, Júlio. C. M. da S. **À Flor da terra: O Cemitério Dos Pretos Novos No Rio De Janeiro**. 1ª. ed. Rio Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PEREIRA, Maria C. C. L.; FERREIRA, Rachel Diniz. Um caso de homonímia sacra: o orago da igreja de São Gonçalo (Vitória - ES). **Farol** (Vitória), v. 7, p. 68-77, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Revista Tempos Acadêmicos**, v. 1, nº3, p. 127-134, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade**. In: CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B. (orgs). Repensando o Brasil do Oitocentos- Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PÍCOLI, Mariana. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PIMENTA, Tânia S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, vol. V(2): 349-72, jul-out. 1998.

PIMENTA, Tânia. S. **Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX**. In: Sidney Chalhoub; Vera Regina Beltrão Marques; Gabriela dos Reis Sampaio; Carlos Roberto Galvão Sobrinho. (Org.). Artes e Ofícios de curar no Brasil (1a. ed. 2003). 1ª.ed.: Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba**. Revista de História *Saeculum*, João Pessoa, v. 1, jan./jun., p. 94-106, 2006.

PIVA, Izabel Maria da Penha. **Sob o estigma da pobreza: criação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

PIVA, Izabel M. da P.; SIQUEIRA, Maria da Penha S. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889). **Revista Ágora**, Vitória, nº2, 2005, p. 1 - 26.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 6ª edição, 2012.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: NOVAIS, Fernando A (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 – 1998, v. 2, p. 96-141.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à “primeira grandeza”**: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; QUINTÃO, Leandro do Carmo; FOLLADOR, Kellen Jacobsen; FERREIRA, Gilton Luís. (org.) **Modernidade e modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.

RIBEIRO, Nelson P. Engenheiros, construtores e artífices na Província do Espírito Santo. In: RIBEIRO, N. P; PESSOA, J. S. B; RIBEIRO, R. T. M.. (Org.). **Novos subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. 1º ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019, v. 1, p. 221-260.

RIBEIRO, Nelson P.; LIMA, B. O. ; SILVEIRA, A. V. Os engenheiros e a ferrovia no Espírito Santo. In: SALCEDO, R. F. B; BENINCASA, V; CHAMMA, P.V.C; FARIA, O.B.. (Org.). **Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado e sua dimensão cotidiana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 79-86.

RIBEIRO, Nelson P. Atores da construção civil na Província do Espírito Santo do século XIX. In: Luciene Pessotti; Nelson Pôrto Ribeiro. (Org.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2011, v. 1, p. 137-156.

RIBEIRO, N. P. Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX. In: Luciene Pessotti de Souza; Nelson Pôrto Ribeiro. (Org.). **Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009, v. 1, p. 203-226.

RIBEIRO, Nelson P. Contribuição para uma historiografia da História da Construção no Brasil. In: Nelson Pôrto Ribeiro. (Org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2013, v. 1, p. 13-28.

RIBEIRO, Nelson P. Ética e restauração: a reconstrução do monumento edificado. In: Marcia Chuva; Antonio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012, v. 1, p. 171-180.

RIBEIRO, N. P. **Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na capitania e na província do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2019.

RIBEIRO, N. P. **O papel da engenharia civil na modernização da cidade brasileira na segunda metade do século XIX: o caso de Vitoria**. In: 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 2016, Porto. Anais do 2º Congresso

Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. v. 1. p. 1-10.

ROCHA, Levy. **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1989.

RODRIGUES, C.; ALMEIDA, M.; CYMBALISTA, R. Apresentação do Dossiê: 'Cemitérios do Rio Antigo'. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 8, p. 215-217, 2014.

RODRIGUES, Cláudia. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto campos santos (1798-1851). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 8, p. 257-278, 2014.

RODRIGUES, Cláudia. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: **Encontro Regioal de História**, nº VIII, 1998, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro Setecentista. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 24, p. 255-272, 2008.

RODRIGUES, Cláudia. **A secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista**. In: Claudia Rodrigues; Fábio Henrique Lopes. (Org.). Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ / FAPERJ, 2014, v. 1, p. 267-308.

RODRIGUES, Cláudia. Estratégias para a eternidade num contexto de mudanças terrenas: os testadores do Rio de Janeiro e os pedidos de sufrágios no século XVIII. **Revista Locus** (UFJF), v. 21, 2015, p. 251-285.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos Vivos**: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios como uma questão de (Conselho) de Estado no Segundo Reinado. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. Ano169, p. 295-320, 2008.

RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). **Revista Diálogos** (Maringá), v. 13, p. 119-142, 2010.

RODRIGUES, Cláudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). **Revista de História Regional**, vol.13, p. 23-38, 2008.

RODRIGUES, Fernanda B. dos R. **Os engenheiros tomam partido: trajetórias e transformações no Clube de Engenharia (1874-1910)**. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983.

RODRIGUES, José Carlos. Sentidos, sentimentos. Alceu, **Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 1, jul/dez, 2000.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUSSEL-WOOD, A. **Fidalgos e filantropos: a santa casa de misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Doce**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.

SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás- Programa de Pós-graduação em História, Goiânia, 2011.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2012.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas**. Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014, vol.1.

SCHELER, Max. **On the eternal in man**. New York: Transaction Publishers, 2010.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHMITT, Carl. **Political theology: Four chapters on the concept of sovereignty**. Georg Schwab (ed.) University of Chicago Press, 2005.

SCHWAB, Affonso; FREIRE, Mário Aristides. **A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1930-1964**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCOLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos "Correio da Victoria", "Jornal da Victoria" e "O Espírito - Santense"**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SHINER, Larry. **The Meanings of Secularization**. In: CHILDRESS, James F; HARNED, David. *Secularization and the Protestant prospect*. Westminster Press, 1970.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: da Belle époque à era do rádio**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1.

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: Nicolau Sevcenko. (Org.). *História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio*. 3ed.São Paulo: Comapnhia das Letras, 1998, v. 3.

SILVA, Érika Amorim. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, G. V. da. **Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico**. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. (Orgs.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13 - 30.

SILVA, José Luís Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso**. Niterói, 1998. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SIQUEIRA, Karulliny Silveira. **O Futuro há de ser o nosso vingador: O Partido Liberal capixaba e as denúncias de perseguição política, 1868-1870**. *Revista Ágora*. Vitória: Ufes, nº 9, 2009.

SIQUEIRA, Karulliny Silveira. **“Os apóstolos da Liberdade contra os operários da calúnia”**: Imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

SIQUEIRA, Karulliny Silveira. **A ordem ameaçada: linguagens e ideias republicanas na crise da monarquia no Espírito Santo**. In: RIBEIRO, G. S.; MARTINS, I. L.; BESSONE, T. (Org.). *O Oitocentos sob novas perspectivas*. 1ªed. Rio de Janeiro: Alameda, 2014, v. 1, p. 1-362.

SLEMIAN, Andréa. Javier Fernandez Sebastian. **Unidade e diversidade das experiências políticas no mundo ibero-americano: Iberconceptos (1750-1850)** (resenha). *Revista Almanack*, v. 3, p. 160-167, 2012.

SOARES, Geraldo. **Os limites da ordem: resposta da ação policial em Vitória ao final do século XIX**. *Topoi. Revista de História*, nº19, v. 11, p. 112-132, jul./dez. 2009.

SOARES, M. de S.: 'Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VIII (2): 407-38, jul.-ago. 2001.

SOUZA, Alexandre O. B. **Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, L. A. **Na Arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1895-1913**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil (séculos XVI e XIX)**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TROELTSCH, Ernst. **Die Absolutheit des Christentums und die Religionsgeschichte (1902/1912)**: mit den Thesen von 1901 und den handschriftlichen Zusätzen. Kritische Gesamtausgabe, Bd. 5, Trutz Rendtorff; Stefan Pautler (Hrsg.), de Gruyter, Berlin; New York, 1998.

TURAZZI, Maria Inez. **As Artes do Ofício: fotografia e memória da engenharia no século XIX**. 306 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VOVELLE, Michel. **Piétè baroque et déchristianisation: les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle**. Paris: Le Seuil, 1978.

VOVELLE, Michel. **As almas no purgatório, ou, o trabalho do luto**. São Paulo: UNESP, 2010.

WEBER, Beatriz T. **As Artes de Curar no Brasil: medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)**. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2004.

WERNICKE, H. **Viagem pelas colônias alemãs do Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil**. Vitória: APEES, 2013.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. 276f. Tese de doutorado em

História, Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

XAVIER, Regina. C. L. **Dos males e suas curas**. In: Sidney Chalhoub; Regina Beltrão Marques; Gabriela dos Reis Sampaio; Carlos Roberto Galvão Sobrinho. (Org.). As artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.